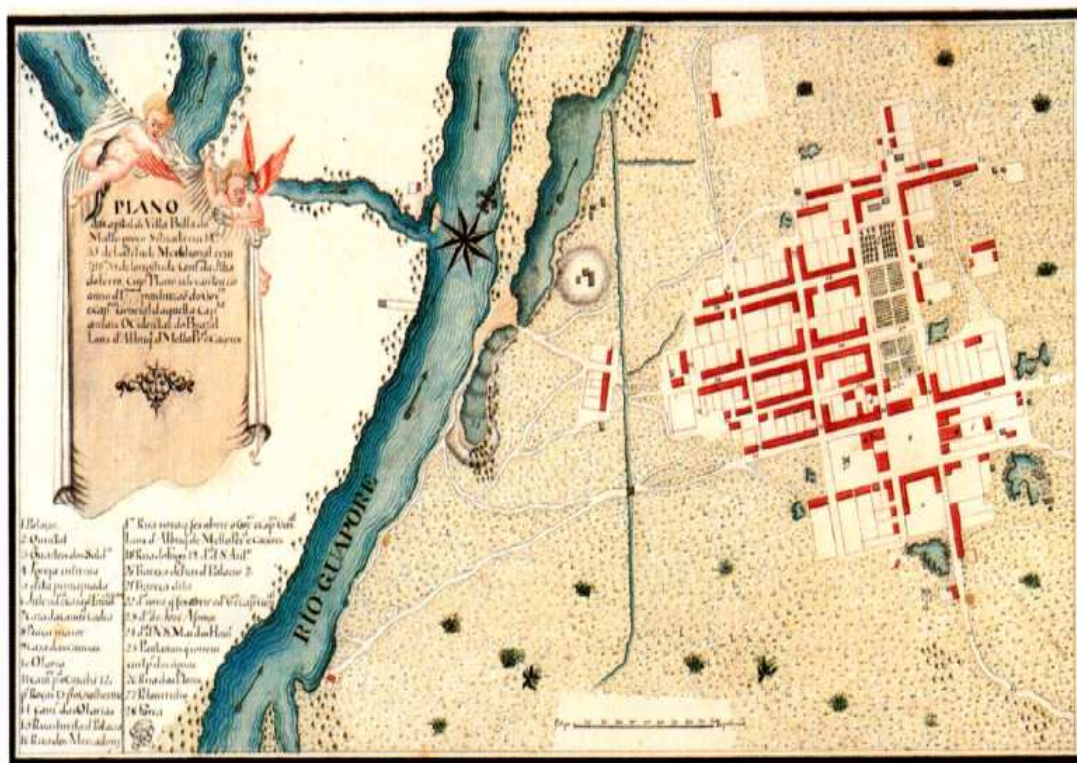


# POLÍTICA DE POVOAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: A CAPITANIA DE MATO GROSSO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII



Planta da capital de Vila Bela do Mato Grosso, 1777. Fonte: Anais de Vila Bela (2006).

OTÁVIO RIBEIRO CHAVES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR  
CURITIBA – PR  
2008

**POLÍTICA DE POVOAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DA  
FRONTEIRA OESTE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: A  
CAPITANIA DE MATO GROSSO NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XVIII**

**OTÁVIO RIBEIRO CHAVES**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade Federal do Paraná,  
como requisito parcial para obtenção do Grau de  
Doutor em História.

**Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. ANTONIO CESAR DE ALMEIDA SANTOS**  
**Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. ANDRÉA CARLA DORÉ**

**CURITIBA**  
**2008**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (COP)**  
**Biblioteca Central – UFPR, Curitiba – PR., Brasil**

**Chaves, Otávio Ribeiro**

**Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII / Otávio Ribeiro Chaves. – Curitiba, 2008, 285 f.**

**Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos**

**Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Carla Doré**

**Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História.**

**1. Mato Grosso – História – Séc. XVIII. 2. População – História – Séc.XVIII. 3. Mato Grosso (Capitania) – História – Séc. XVIII. I. Santos, Antonio Cesar de Almeida. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.**

**CDD 981.72**



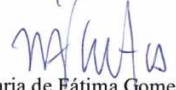
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

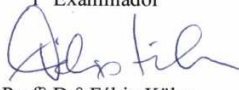
### PARECER

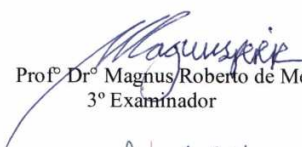
Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Tese do aluno Otávio Ribeiro Chaves, sob o título: Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, para obtenção do grau de **Doutor em História**. Após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela APROVAÇÃO do aluno, completando-se assim todos os requisitos previstos na regulamentação do Programa de Pós-graduação em História para obtenção do Grau de **Doutor**.

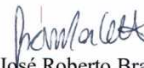
Curitiba, 06 de novembro de 2008.

  
Profº Drº Antonio César de Almeida Santos  
Presidente

  
Profª Drª Maria de Fátima Gomes Costa  
1º Examinador

  
Profº Drº Fábio Kühn  
2º Examinador

  
Profº Drº Magnus Roberto de Mello Pereira  
3º Examinador

  
Profº Drº José Roberto Braga Portella  
4º Examinador

In memorem

Alayde Ribeiro  
Isabel Pinheiro  
Ivo Chaves  
Silvio de Carvalho Filho

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa de doutorado não se constitui em uma ação isolada, restrita a um único espaço, ao contato com um único grupo de pessoas. Trata-se de um processo de interações, de movimentos que envolvem, desde aqueles que se encontram ao nosso lado no dia-a-dia, em nossas casas, na família no trabalho, nos arquivos, nas bibliotecas, em sala de aula e fora dela. Durante quatro anos “respiramos” e nos colocamos diante do desafio de pesquisar sobre a temática abaixo mencionada. Esta decisão, porém, envolveu compromissos diversos, desde com a instituição de ensino superior a qual estamos vinculados – a Universidade do Estado de Mato Grosso, como também com a instituição no qual ingressamos para darmos continuidade a nossa formação acadêmica – a Universidade Federal do Paraná.

O resultado desta investigação historiográfica materializa-se na tese aqui apresentada com o título **“Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII”**. O principal interlocutor deste trabalho, a qual manifestamos especial agradecimento ao Professor Doutor Antonio Cesar de Almeida Santos, pelo empenho e a paciência dedicada durante esses longos anos pela disposição em me orientar. Agradecemos a professora Doutora Andréa Carla Doré, que na condição de co-orientadora (PGHIS-UFPR) esteve presente nos anos iniciais desta pesquisa, contribuindo com sua experiência profissional para o desenvolvimento deste estudo.

Aos professores do PGHIS, Dra. Ana Maria Burmester e Dr. Luiz Geraldo Silva pelo apoio durante os cursos que foram ministrados nos anos 2004-2005. A Maria Cristina Parzowski, Secretária da PGHIS, pela competência profissional e o excelente atendimento aos pós-graduandos. A Katiucya Périgo e

Maria Périgo, pelo carinho me dispensado durante a minha estadia em Curitiba. Ao Ricardo Tadeu, companheiro desde Salvador pelo apoio, pelas acolhidas em Maringá. A Silvia Zanirato, amiga de longa data, que também esteve presente em várias acolhidas em Maringá, se colocando sempre a disposição durante a realização da pesquisa.

A meus filhos Gabriela e Ricardo, que, quando ingressei no curso de doutorado eram pequenos para entenderem os motivos que me levaram a afastar, morar em outra cidade, ficar ausente por um longo período. As filhas “maiores” Sadora e Iza mesmo distantes, morando em outra cidade, estiveram sintonizadas a cada passo dado, desejando forças para que pudéssemos chegar até o fim.

A minha companheira Mauri, professora, historiadora, sem o seu apoio, certamente, a caminhada seria bastante difícil. A D. Adail (minha mãe), ao Augusto, Angélica, ao Marcos, Eliane e a Maria, que sempre me acolheram durante as viagens e os bons encontros em Cuiabá. Cabe aqui, especial, atenção a D. Maria Assunção, Mauriclélia, Ivan, Mácio, Gracilene, João e Eucaris, que durante esses anos estiveram juntos brindando a cada conquista obtida. A “avó” Isabel, que quando esteve conosco foi uma das torcedoras mais vibrantes para que chegássemos ao final da tese. Professora, poetisa, mulher de luta que nos deixou em 2007.

A Dra. Neuza Zattar, pelas leituras e correções desta tese. Aos professores do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Cáceres, pelo apoio. A Professora Doutora. Nauk Maria de Jesus por ter se colocado à disposição para discutirmos algumas questões sobre a administração colonial portuguesa. Ao professor Clementino, que, com base na experiência como coordenador do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso me apontou algumas fontes preciosas para o desenvolvimento desta pesquisa. A Luzinete, historiadora e arquivista que localizou e transcreveu fontes inéditas referentes à defesa da capitania de Mato Grosso. A Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de uma

bolsa de estudos no período de novembro de 2006 a outubro de 2007. A Universidade do Estado de Mato Grosso pelo incentivo e compromisso com a qualificação docente.



## SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ABREVIACÕES

INTRODUÇÃO .....	15
Capítulo 1 - A CAPITANIA DE MATO GROSSO E A POLITICA ULTRAMARINA PORTUGUESA .....	24
1.1. A presença portuguesa na região do Cuiabá .....	25
1.2. A criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá .....	41
1.3. O Mato Grosso Ameríndio.....	47
1.4. Criação da capitania de Mato Grosso e da Vila Bela da Santíssima Trindade .....	55
Capítulo 2 - A AMERICA PORTUGUESA DO TRATADO DE MADRI AO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO .....	66
2.1. O Tratado de Madri .....	70
2.2. Práticas Móveis: expedições demarcatórias .....	74
2.3. A reorganização administrativa da América portuguesa .....	85
2.4. As Instruções de governo e o povoamento do distrito do Mato Grosso .....	89
2.5 A Práticas Fixas: a formação de aldeamentos ameríndios .....	94
Capitulo 3: MILITARIZAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO ..	107
3.1. Os espaços militarizados .....	109
3.2. Militarização .....	117
3.3. A reorganização militar .....	127
Capitulo 4: ENTRE MUROS; ARQUITETURA E COTIDIANO DAS FORTALEZAS .....	143
4.1. A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição .....	148
4.2. O Real Forte Príncipe da Beira: do risco a pedra inaugural .....	156
Capítulo 5: FRONTEIRA QUE UNE: NEGOCIOS ENTRE COLONOS, AUTORIDADES COLONIAIS E CONFINANTES .....	176

5.1. A fronteira e o contrabando na primeira metade do século XVIII .....	179
5.2. O contrabando secreto .....	186
5.3. O contrabando que convém a Coroa .....	198
 Capítulo 6: A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA .....	 218
6.1. A noção de Fronteira .....	220
6.2. Espaços de Sociabilidades fortalezas e povoações ameríndias.....	232
6.3. Fronteira e liberdade .....	242
6.4. A Fronteira entre Fronteiras .....	248
 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	 253
 FONTES .....	 261
 BIBLIOGRAFIA (Teses e Livros) .....	 270

## **RESUMO**

Esta tese tem como objetivo estudar como a Coroa portuguesa institucionalizou política de povoamento voltada para a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII. Trata de perceber, em especial, sobre a constituição da fronteira Oeste do Império português, tendo o distrito do Mato Grosso (vale do Guaporé) como foco principal das atenções do Reino a partir da criação da capitania, em 1748. A edificação das fortificações de Nossa Senhora da Conceição/forte Bragança e do forte Príncipe da Beira foram espacializações lusitanas construídas no vale do Guaporé; cujo propósito era manter o controle político-territorial desta parte da capitania. O povoamento e a militarização do distrito de Mato Grosso foi o principal desafio enfrentado pelas autoridades régias instaladas em Mato Grosso, visando assegurar a todo custo a posse dessa dilatada área, a partir do Tratado de Madri (1750). Formas de sociabilidades foram estabelecidas entre os diferentes grupos étnico-populacionais que passaram a viver nos arredores dessas fortificações, juntamente, com os militares aquartelados intra-muros, constituindo múltiplas percepções sobre esse intrincado universo cultural.

## **ABSTRACT**

This thesis has as objective to study as the Portuguese Crown institutionalized politics of settlement toward the captainship general of Mato Grosso, in the second half of century XVIII. It treats to perceive, in special, on the constitution of the border west of the Portuguese Empire, having the district of the Mato Grosso as main focus of the attentions of the Kingdom from the creation of the captainship, in 1748. The construction of the blockhouses of Ours Lady of the Conceição/strong Bragança and the strong Prince of the Side had been constructed from the many spaces lusitanas in the valley of the Guaporé; whose intention was to keep the politician-territorial control of this part of the captainship. The povoamento and the militarization of the district of Mato Grosso were the main challenge faced for the regal authorities installed in Mato Grosso, aiming at to assure the cost all the ownership of this great area, from the Treated one to Madrid (1750). Forms of sociabilities had been established between the different ethnic-population groups that had started to live in the outskirts of these blockhouses, together, with the lodged in barracks military intra-walls, constituting multiple perceptions on this intricate cultural universe.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Planta da capital de Vila Bela do Mato Grosso, 1777.
- Quadrilátero onde foi fundado a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), antiga lavras do Sutil.
- O Cuiabá: de Termo a Repartição.
- Tratado de Madri: Roteiro da Partida Sul.
- Fac-simile do: Mapa das Cortes, 1749.
- Detalhe que mostra a posição da Colônia de Sacramento na Bacia do Prata e em relação as minas de prata espanholas. Carte que represente la Partir Méridionale du Brésil et du Perou, le Chili septentrional et lo Paraguay por Jean Baptiste Bourguignon d' Anville, 1779.
- Localização da Aldeia jesuíta espanhola de Santa Rosa (transformada em fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 1766).
- Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos (População), 1767.
- Mapa do Estado Civil da Povoação do Distrito do Forte Bragança.

## **LISTA DE SIGLAS**

AHU – Arquivo Ultramarino

APMT – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

CEDOPE - Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses do Departamento de História/UFPR

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGMT – Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso

NDIHR/UFMT – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/Universidade Federal de Mato Grosso

NUDHEO/UNEMAT – Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral/Universidade do Estado de Mato Grosso

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

## INTRODUÇÃO

Quando apresentamos ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, em 2004, a nossa proposta de tese de doutorado, a investigação consistia, inicialmente, em perceber as diferentes formas de sociabilidades, intra e extra-muros, estabelecidas na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em novembro de 1766 pelo governador da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara, e no forte Príncipe da Beira, cujas obras tiveram início em 1775. A historiografia que aborda sobre essas relações tem apresentado informações parciais sobre a presença, não somente de militares portugueses, mas de populações ameríndias originárias dos domínios espanhóis do Vice-Reinado do Peru, ameríndios “silvestres”, artesão luso-brasileiros, escravos negros (crioulos, em sua maioria) e de mestiços que viviam em povoações estabelecidas pela Coroa nos arredores dessas fortificações.

Com base na leitura e sistematização da bibliografia e da documentação existente no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, no Arquivo Ultramarino e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT), nos deparamos com relatos feitos por funcionários régios apontando sobre a migração de populações ameríndias oriundas das províncias espanholas de Moxos e Chiquitos nas décadas de 1750, 1760 e 1770, em direção às áreas onde tinha sido erguido o fortim, depois, fortaleza de Nossa Senhora da Conceição; e não tão distante, onde foi construído o forte Príncipe da Beira. Os depoimentos dos comandantes desses estabelecimentos militares, enviados aos governadores da capitania de Mato Grosso, descrevem a chegada desses ameríndios com suas famílias caminhando ou montados a cavalo, provenientes das missões jesuítas espanholas.

Ao ampliarmos a leitura da documentação percebemos que essas migrações não eram ações tão isoladas assim, que havia por detrás dessa

movimentação interesses tecidos pela Coroa portuguesa no sentido de tomar proveito desses deslocamentos populacionais, visando a garantir o povoamento da capitania de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, percebemos também que não dava para creditar, apenas, na Coroa e nas ações das autoridades régias que viviam na capitania de Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, a incorporação dessas populações a sociedade colonial mato-grossense.

A migração dos ameríndios “espanhóis” deve ser entendida tendo como um dos possíveis motivos, a expulsão dos padres jesuítas da América espanhola em 1767, o que veio a provocar a desarticulação do aparato produtivo missionário existente nas províncias espanholas de Moxos e Chiquitos. No entanto, perceber as diversas motivações que levaram esses grupos populacionais a se deslocarem das antigas áreas onde viviam em direção ao distrito do Mato Grosso, ainda merece ampliada discussão. No entanto, duas questões ficaram evidentes nessas ações, as concepções de território e de liberdade que essas populações detinham eram diferentes das percebidas pelos luso-brasileiros e escravos negros que viviam nos arredores dessas fortificações (e intra-muros).

Se essa escala de análise, foi, inicialmente, pensada para esta pesquisa, acabamos durante o percurso ampliando as nossas atenções para uma questão de maior dimensão, sem, no entanto, rompermos com os fios de ligação com a proposta inicial. As questões que começaram a ser observadas encontram-se ancoradas na tentativa de entender como a Coroa procurou resolver um problema, que era crucial para atingir os seus objetivos geopolíticos voltados para essa parte da América do Sul.

Com a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748 e a assinatura do Tratado de Madri (1750), os desafios iniciais da Coroa voltados para a fronteira mais ocidental do Império foram construir Vila Bela, como sede do governo, e procurar a todo custo manter o controle da navegação entre os rios Guaporé>Mamoré>Madeira, e militarizar o trecho entre a aldeia espanhola de



Santa Rosa, estabelecida nas duas margens do rio Guaporé até o rio Madeira, divisa geográfica com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Para que esses objetivos fossem alcançados, o governo de D. José I (1750-1777) buscou dar cumprimento ao que determinava a Instrução de 1749 repassada no fim do reinado de D. João V a D. Antonio Rolim de Moura, nomeado governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, em 1751. Nessas instruções havia um conjunto de medidas, desde a concessão de privilégios e mercês, distribuição de sesmarias, perdão de dívidas a colonos. Nesse sentido, entendemos que o povoamento e a militarização do distrito do Mato Grosso (vale do Guaporé) era crucial para que Portugal conseguisse integrar administrativamente os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão e alargar o comércio entre essas distantes espacializações. No entanto, percebemos que essas políticas engendradas pela administração portuguesa tinham abrangência bem maior, não se tratava de uma ação direcionada somente para a capitania de Mato Grosso, mas constituía-se, na segunda metade do século XVIII, em uma ampla política imperial voltada para as regiões que detinham fronteiras com os domínios espanhóis.

Com a nomeação de Sebastião José Carvalho de Melo aos cargos de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1750, e a de Secretário de Estado nos Negócios do Reino, em 1756, a Coroa procurou implementar uma audaciosa política de povoamento voltada para as capitanias de Mato Grosso, do Rio Grande de São Pedro e a do Pará, tendo como justificativa política e ideológica “que os homens eram a maior riqueza de um Estado [...] Tratava-se, sim, de tornar um contingente populacional em corpo ativo de uma sociedade política – o estado português”.<sup>1</sup>

Definimos como foco principal da nossa pesquisa a **Política de Povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: a**

---

<sup>1</sup>SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Para viverem juntos em Povoações bem estabelecidas:** um estudo sobre a política urbanista pombalina. Curitiba. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, p. 06.

**capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII.** Como ressaltamos, a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (depois transformada em forte Bragança) e o forte Príncipe da Beira foram às formas de espacializações lusitanas escolhidas, como “escalas particulares de observação”<sup>2</sup> para se averiguar como foi constituída a fronteira oeste do Império português; como também procuramos estudar como foram estabelecidas as diferentes formas de sociabilidades entre os grupos étnico-culturais participantes desse processo. A formação de arraiais, vilas, cidades, destacamentos militares, fortalezas, feitorias, registros, fazendas, distritos de mineração, constituíam-se em artefatos político-administrativos utilizados pela Coroa em diferentes partes do Império, cuja finalidade visava dar organização espacial, instalar as bases do poder metropolitano, “civilizar” populações, manter o controle de rotas comerciais e produzir riquezas voltadas para a metrópole portuguesa.

O primeiro capítulo desta tese, "A Capitania de Mato Grosso e a Política Ultramarina Portuguesa", tem como proposta estudar como foram estabelecidos os primeiros arraiais mineradores nessa parte central da América do Sul, entre 1718-1722. Trataremos sobre a formação dessa região, que após a sua ocupação pelos luso-brasileiros passou a pertencer à jurisdição político-administrativa da capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1709), dando destaque ao processo de institucionalização do povoamento no território mato-grossense. Trataremos sobre os motivos que levaram a Coroa a fundar vila nessa parte da América do Sul, além das razões em se criar a capitania de Mato Grosso, em 1748. Destacaremos sobre a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, e como foi efetivada a posse, a conquista das terras do vale do Guaporé, no distrito do Mato Grosso, após o Tratado de Madri (1750).

O capítulo segundo: “A América Portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso”, discute como a Coroa a partir da assinatura do

---

<sup>2</sup> RAVEL, Jacques. Microanálise e a construção do social. In: *Jogo de escalas: a experiência da microanálise*. RAVEL, Jacques (Org.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 20.

Tratado de Madri procurou delimitar as fronteiras de sua possessão americana, como também organizar esses espaços com população, tropas militares e propiciar o incremento de atividades produtivas e comerciais, visando garantir a soberania portuguesa nessas dilatadas regiões. A capitania de Mato Grosso, desde a sua criação, foi considerada pela Coroa como o “antemural”<sup>3</sup> da colônia luso-brasileira por fazer limite com o Vice-Reinado do Peru, em especial, o distrito do Mato Grosso.

Através das instruções enviadas pela Coroa aos governadores Gomes Freire de Andrade, Antonio Rolim de Moura Tavares e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre 1749 e 1753, foi dada especial atenção às capitanias fronteiriças com os domínios espanhóis, oportunidade em que foram elaboradas as diretrizes político-administrativas voltadas para essas regiões. Houve assim, após a assinatura do Tratado de Madri ações de cunho geopolítico direcionadas para as capitanias de Mato Grosso, Rio Grande de São Pedro e do Pará, onde ficou acordada a fixação dos limites entre as possessões portuguesa e espanhola. Trataremos de apontar que, apesar das longas distâncias que separavam a capitania de Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, da região sul da América portuguesa e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, os acontecimentos que ocorreram nessas regiões, como a disputa entre colonos luso-espanhóis pela posse da Colônia do Sacramento e a eclosão da Guerra Guaranítica e as disputas entre padres jesuítas, colonos luso-brasileiros e as autoridades portuguesas na Amazônia portuguesa, não deixaram de repercutir em Mato Grosso. Os conflitos entre Portugal e a Espanha, no continente europeu, também acabaram tensionando as relações entre luso-brasileiros e espanhóis nessas regiões de fronteiras coloniais. Trataremos, também, sobre as ações da Coroa no sentido de

---

<sup>3</sup>A expressão “Antemural” foi utilizada por Luiza Rios Ricci Volpato, *Conquista da Terra no Universo da Pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987, formulada com base na Instrução de 1749 passada pela Coroa portuguesa a D. Antonio Rolim de Moura Tavares, nomeado como o primeiro Governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso, criada em 1748.

empreender reformas político-administrativas no território da América portuguesa, dentre elas, a transformação, em 1752, do Estado do Maranhão em Estado do Grão-Pará e Maranhão, e reestruturação do Estado do Brasil.

No capítulo terceiro, "Militarização da capitania de Mato Grosso", trataremos sobre o processo de militarização da fronteira oeste do Império português. Após a assinatura do Tratado de Madri, uma das funções das autoridades régias designadas pela Coroa para a capitania de Mato Grosso foi prover a região de forças militares capazes de assegurar a defesa político-territorial. Uma das primeiras medidas tomada pelo primeiro governador e capitão-general, D. Antonio Rolim de Moura foi procurar alistar em Ordenanças todos os moradores, além de mantê-los preparados para atividades de combate e o desenvolvimento de funções que exigiam capacidade física e ao enfrentamento de desafios como dar combate a ameríndios "selvagens", espanhóis, patrulhamento dos rios e caminhos terrestres, prisão de escravos, enfim, atividades que faziam parte de uma pesada rotina militar.

A preocupação da Coroa constante nas Instruções de 1749, era a de prover de forças militares o distrito do Mato Grosso, dar atenção especial à localidade onde se encontrava instalada a aldeia jesuíta castelhana de Santa Rosa, situada nas duas margens do rio Guaporé. Este povoado espanhol encontrava-se na contra face da Província de Moxos, cuja população era bastante considerável, o que representava uma séria ameaça aos interesses políticos e econômicos da Coroa nessa parte da América do Sul. Discutiremos sobre as reformas militares empreendidas durante os governos de João Pedro da Câmara e Luis Pinto de Souza Coutinho, principalmente, sobre a tentativa de formar companhias de ordenanças com ameríndios Bororo, se espelhando nas companhias formadas pelos Sipaio da Índia, buscando desta forma utilizar-se de "modelos" militares existentes em outras partes do Império português.

O quarto capítulo "Entre Muros: Arquitetura e Cotidiano das Fortalezas" trata sobre a edificação do fortim/fortaleza de Nossa Senhora da Conceição,

posteriormente, transformado em forte Bragança. Discute, também, sobre os momentos iniciais da construção do forte Príncipe da Beira sob a direção do governador Luis Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, e execução do ajudante de engenharia, o genovês Domingos Sambucetti. A edificação desses estabelecimentos militares fizeram parte de uma "cultura de fortificações" empreendida pela Coroa em diferentes cantos do Império português. Discutir sobre as técnicas de construção utilizadas nessas fortificações, os motivos que levaram os portugueses a utilizarem esses artefatos, como forma de garantir a posse, o controle político-territorial do distrito do Mato Grosso consiste na proposta deste capítulo.

O capítulo quinto "Fronteira que Une: Negócios entre Colonos, Autoridades Coloniais e Confinantes", tem como foco principal as formas de sociabilidades estabelecidas, intra e extra-muros, da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/forte Bragança e do forte Príncipe da Beira, entre colonos e autoridades espanholas do Vice-Reinado do Peru, nas décadas de 1760 e 1770. Trataremos sobre como foram tecidas as relações entre a administração portuguesa com as autoridades, curas das missões, colonos, e comerciantes das Províncias de Moxos e Chiquitos, no sentido de formar uma rede de apoio para dar cobertura ao contrabando oficial.

O cenário principal dessas investidas de contrabando, na segunda metade do século XVIII, foi o distrito do Mato Grosso: as fortificações mencionadas foram os principais pontos de apoio ao desenvolvimento desse comércio ilícito. Destacaremos sobre a atuação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, como principal financiador dessas transações, focando sobre a sua atuação no abastecimento de mercadorias na capitania de Mato Grosso, como também a estreita ligação entre as operações do comércio regular com a do contrabando.

O sexto capítulo "A Construção da Fronteira Oeste da América Portuguesa", tem como proposta perceber quais foram os grupos étnico-

populacionais estabelecidos nos arredores e intra-muros da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/forte Bragança e no forte Príncipe da Beira. Retomemos a discussão sobre a concepção de fronteira, não apenas como fronteira geopolítica, mas concebendo a existência de múltiplas fronteiras. Consideramos que nesses espaços formados por diferentes agentes históricos, durante o século XVIII, foram estabelecidas relações políticas, econômicas, religiosas e culturais. Nesse sentido, consideramos que as fortalezas foram cenários privilegiados de diferentes formas de sociabilidades. Essas fortificações foram pólos de atração para as populações ameríndias espanholas, como também incorporaram em seus arredores populações “silvestres”, que viviam no distrito do Mato Grosso.

Tratava-se de uma fronteira permeável por diferentes signos: ritmos, vestuário, gastronomia, musicalidade, línguas, enfim, um mundo de contrastes, de encontros, de idas e vindas. Os fortes Bragança e Príncipe da Beira foram palcos dessa movimentação, onde seus personagens principais – portugueses, ameríndios, escravos negros e forros, homens pobres e livres e mestiços participaram desses cenários deixando seus vestígios, de alguma forma, ao erguer e viver próximo a esses estabelecimentos militares.

Povoar e militarizar o distrito do Mato Grosso (vale do Guaporé) consistia em objetivos primordiais da Coroa na segunda metade do século XVIII. A localidade onde se encontrava instalada a aldeia espanhola de Santa Rosa, segundo a Instrução de 1749 consistia no ponto mais vulnerável da capitania, entendida como principal “porta de entrada” dos espanhóis para as terras situadas à margem direita do rio Guaporé (conforme o Tratado de Madri, divisor natural entre os domínios pertencentes às Coroas ibéricas nessa parte da América do Sul). Sem o controle desse trecho da fronteira, entendemos que haveria a continuidade da expansão espanhola para o vale do Guaporé, o que colocaria em risco as pretensões geopolíticas da Coroa portuguesa para essa parte do continente sul-americano, que era a de promover a integração político-territorial

entre Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão e incorporar essa dilatada região ao patrimônio do Império português.

## **1 – A CAPITANIA DE MATO GROSSO E A POLITICA ULTRAMARINA PORTUGUESA**

Até o primeiro quartel do século XVIII, o oeste da América portuguesa estava escassamente ocupado por arraiais de mineração, que se estendiam até as margens dos rios Coxipó-Mirim e Cuiabá. Em um primeiro momento, a Coroa portuguesa ordenou a criação de novas vilas na região de Minas Gerais e, mais tarde, para além da criação das capitanias de Minas Gerais (1720), Goiás (1748) e Mato Grosso (1748), novas povoações foram erigidas em vilas, institucionalizando a ocupação portuguesa daquela ampla região. Como efeito dessa política, em um sítio antes ocupado por arraial de mineração, foi fundada, em 1727, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e, da mesma forma, em 1739, foi criada a Vila Boa de Goiás. Anos mais tarde, em 1752, funda-se a Vila Bela da Santíssima Trindade, no vale do rio Guaporé. Estas ações marcam uma renovada atenção da Coroa pelos seus domínios na América, mostrando o interesse em alargar a posse de um território que projetava grandes riquezas.

A partir destas considerações, pretendemos discutir neste capítulo como se deu o processo de ocupação por luso-brasileiros da parte central da América do Sul, cuja posse foi sancionada com a assinatura do Tratado de Madri (1750). Nesse sentido, procuraremos, inicialmente, abordar a formação dessa região, antes compreendida pela capitania régia de São Paulo e Minas de Ouro, para, a seguir, analisarmos o processo de institucionalização do povoamento no território mato-grossense, com a criação de arraiais e a vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727). Daremos destaque como se encontrava estruturada a região antes da chegada dos luso-brasileiros, onde havia a presença de diferentes grupos ameríndios, e os conflitos advindos desses encontros. Trataremos de aspectos que contribuíram para que a Coroa portuguesa criasse, em 1748, a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, e fundasse vila, no distrito do Mato Grosso, no vale do Guaporé.



## A presença portuguesa na região do Cuiabá

A expansão bandeirante em direção à parte central da América do Sul, no início do século XVIII, foi motivada por dois eventos ocorridos em Minas Gerais: o levante entre paulistas e emboabas (1707-1709)<sup>4</sup> e a revolta de Vila Rica (1720).<sup>5</sup> Controlado o conflito, entre paulistas e emboabas, a Coroa, através de Carta Régia criou a capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1709 (separada da capitania geral do Rio de Janeiro), tendo como propósito controlar administrativamente o extenso território, a população mineradora, e garantir eficiência na arrecadação dos impostos. O primeiro governador nomeado pela Coroa, para administrar a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, foi Antonio de Albuquerque Coelho e Carvalho.

D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, o conde de Assumar, foi o segundo governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, empossado em 4 de setembro de 1717. Naquela oportunidade, o governador proferiu contundente discurso, apresentando as linhas mestras do seu governo, traçadas para garantir a governabilidade das *turbulentas* minas.<sup>6</sup> O discurso de posse do

---

<sup>4</sup> ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais**. As Minas Setecentistas. 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, p. 529-530. Segundo a autora o termo levante está de acordo com os relatos de época, ao contrário de “guerra” que é um conceito utilizado pela historiografia do século XIX para explicar o conflito entre paulistas e emboabas: “[...] Tratou-se, portanto, de uma rebelião, e não do embate simultâneo de dois grupos rivais [...] o levante emboaba só pode ser entendido à luz da sucessão de incidentes e tensões que remontam a fins do século XVII, por ocasião da chegada das grandes levas populacionais provenientes tanto de Portugal quanto das mais diferentes regiões da América portuguesa. Além disso, o conflito gerou ondas de ressonância que extravasam limites temporais muito rígidos, repercutindo decisivamente nas culturas políticas que se constituíram na região mineradora ao longo de todo século XVIII”.

<sup>5</sup> Ver recente interpretação sobre o episódio em FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais**. As Minas Setecentistas. 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, pp. 550-556.

<sup>6</sup> SOUZA, Laura de Melo e. **Norma e Conflito**. Aspectos da História de Minas no Século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, pp. 30-31. Em especial ver os comentários da autora sobre “Um documento inédito: O discurso de posse de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, como governador das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, em 1717”, que trata sobre a política de controle da produção mineradora e outras riquezas existentes em Minas Gerais, e, como manter a população mineira ordenada, voltada para os interesses do Reino.

Conde de Assumar, dirigido à população da sua jurisdição político-administrativa, pode ser também entendido como uma síntese da urdida política do reinado joanino para a sua possessão americana: manter o controle a todo custo das riquezas produzidas, e submeter à população a uma ordem colonial atrelada aos interesses políticos e econômicos de Portugal eram as principais funções do governador.

A sedição de Vila Rica ou a revolta de Felipe dos Santos, ocorrida “entre 28 de junho e 16 de julho de 1720, foi um movimento dos potentados locais, todos portugueses, que procuravam manter-se no poder diante de um governador que tinha vindo a Minas para fazer exatamente o contrário, ou seja, estabelecer o poder da Coroa portuguesa”.<sup>7</sup> Durante o episódio, o conde de Assumar pôde colocar em prática a sua autoridade enquanto governador, julgando sumariamente os envolvidos, principalmente Felipe dos Santos, considerado o principal agente do movimento, e que, delatado por Luis Soares de Meireles, era um “um simples homem do povo”. Os motivos que levaram à sedição de Vila Rica foram vários, porém a rígida política tributária imposta pelo governador foi determinante para balançar os interesses de poderosos grupos locais.

Visando controlar os levantes, a Coroa acelerou o desmembramento da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em 12 de setembro de 1720, dando origem às capitanias de Minas Gerais e São Paulo (esta última abrangia o território dos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás). O primeiro governador nomeado para a capitania de Minas Gerais foi Lourenço de Almeida (1721-1732), que recebeu ordens para dar continuidade ao projeto de implantação das casas de fundição e da moeda iniciado na administração do Conde de Assumar. Para a capitania de São Paulo foi nomeado D. Rodrigo César de Meneses, que a administrou entre 1721-1728.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> FONSECA, op. cit., pp. 550-556.

<sup>8</sup> JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos conflitos*. A Administração na Fronteira Oeste da América Portuguesa (1719-1778). Niterói. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Sobre a administração de D. Rodrigo César de Meneses à frente da capitania de São Paulo e das minas do Cuiabá e os conflitos com os irmãos Leme, ver em

Entre 1716 e 1722, as bandeiras<sup>9</sup> chefiadas por Antonio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral Leme atingiram áreas centrais do continente sul-americano, formando povoados mineradores, dando ensejo a uma rudimentar teia societária, em espaços secularmente ocupados por densas populações ameríndias com formações econômicas e sociais distintas das dos luso-brasileiros. O surgimento dos arraiais do Cuiabá (1719/Antiga Aldeia Velha ou São Gonçalo), da Forquilha (1719) e o do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1722/Lavras do Sutil), localizados próximos aos rios Coxipó-Mirim e Cuiabá, resultaram dos conflitos ocorridos em Minas Gerais, ou seja, do levante entre paulistas e emboabas e da sedição de Vila Rica, o que acabou promovendo a dispersão desses grupos para os sertões do território da América portuguesa.

Segundo Carlos Alberto Rosa “Conquista e colonização eram práticas de ‘tomar’ espaço, de ‘produzir’ espaço, de espacializar-se. No Cuiabá colonos chamavam *conquistas* as invasões de territórios ameríndios, e ‘largas distâncias’ os seus movimentos”.<sup>10</sup> Nesse sentido, quando nos referimos à fronteira ocidental do Império português não estamos pensando somente na estruturação geopolítica de um território, mas em espaços compartilhados por diferentes agentes históricos que, durante o século XVIII, estabeleceram relações políticas, econômicas, religiosas e culturais, confrontando interesses diversos. Cabe considerar que as relações travadas nessa fronteira ora foram intensificadas pela violência, ora forjadas com base em alianças, na medida em que os grupos étnico-culturais envolvidos buscavam auferir algum tipo de vantagem (espaço e autonomia) para sobreviver em um mundo de intensa diversidade. Formas de

---

especial o capítulo 2: Um "Governo de engonços" nos anos iniciais da conquista das Minas do Cuiabá.

<sup>9</sup> ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Viana (Ed.) *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003, p. 45. “Bandeira, Designação dada, no século XVII, à expedição de apresamento e repressão aos indígenas. No século XVIII, o termo estendeu-se às expedições de caráter oficial ou privado que partiam do Espírito Santo, da Bahia e, especialmente, do planalto de Piratininga, Vila de São Vicente e de São Paulo, em direção aos sertões, para procurar metais ou pedras preciosas e escravizar índios”.

<sup>10</sup> ROSA, Carlos Alberto. O Urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A Terra da Conquista*. História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Editora Adriana, 2003, p. 11-12.

sociabilidades foram vivenciadas nos mais diferentes cenários: arraiais de mineração, vilas, fazendas, destacamentos militares, no interior das muralhas (e além muros) das fortalezas edificadas nas margens dos rios Paraguai e Guaporé, no interior das capelas e irmandades religiosas, nas senzalas, quilombos e aldeias ameríndias, alcançando ainda os povoados existentes no Vice-Reinado do Peru. Ou seja, entendemos a criação de arraiais, vilas, aldeias ameríndias, destacamentos e fortalezas militares como formas de espacializações luso-brasileiras nessas porções do continente-sul-americano.

Essas espacializações demarcavam intensas contradições e enfrentamentos entre os diferentes grupos étnico-culturais envolvidos no controle dos seus respectivos territórios.<sup>11</sup> As territorialidades ameríndias eram definidas por signos totalmente distintos dos produzidos pelos luso-brasileiros, que tinham interesse em criar ambientes normatizados, hierarquizados, vinculados a uma extensa rede de produção e comércio. As populações ameríndias detinham outras formas de organização sócio-espacial estabelecidas a partir de suas experiências culturais, de necessidades produtivas e religiosas que destoavam da sociedade luso-brasileira. Havia nessas sociedades ameríndias também hierarquia, produção, distribuição de gêneros alimentícios, de mercadorias. Havia lideranças que definiam o que fazer em momentos de guerra, de lutar pela sobrevivência e, em outros instantes, de migrar para lugares mais seguros.

Os arraiais, enquanto moradias precárias erguidas com pedaços de pau-a-pique e cobertas com palhas, situadas em diferentes pontos dos territórios ameríndios, eram conhecidos como acampamentos provisórios que poderiam ser

---

<sup>11</sup> “*Local* de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento.” RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 14.

abandonados, ou destruídos a qualquer momento; caso fossem descobertas novas lavras de ouro ou sofressem algum ataque inimigo. Serviam de base para novas investidas contra os “hostis” ameríndios que viviam nas florestas, às margens dos rios, pantanais e cerrado. Os arraiais eram também espaços de sociabilidades, nos quais os paulistas se solidarizavam, rezavam, festejavam, e também de conflitos, negociações e acordos. Havia hierarquias sociais, regras a serem obedecidas. Discórdias, luta pelo poder, pelo controle das datas minerais. Como havia também alianças, em momentos de perigo: contra a investida de ameríndios, os luso-brasileiros declaravam “guerra justa”. Entre 1718 e 1722, encontravam-se instalados cinco bandeiras paulistas entre a barra do Coxipó-Mirim e o rio Cuiabá:

Eram elas a do sorocabano Pascoal Moreira Cabral Leme (1719) constituída por 56 homens brancos; a do parnaibano Fernão Dias Falcão (1719), que partiu de Sorocaba com 40 negros, entre os quais havia carpinteiros, alfaiates e ferreiros; dos Antunes Maciel (1719), que se uniu à de Fernão ainda em São Paulo; a dos ituanos João e Lourenço Leme, cuja data de chegada ao arraial da Forquilha é imprecisa e a do paulista Pires de Campos (1718). Pascoal, Fernão, Leme e Pires de Campos eram aparentados e procuravam obter o poder no arraial, mesmo que isso somente fosse possível por meio de alianças ou rupturas familiares.<sup>12</sup>

Cabral Leme, natural de Sorocaba, nasceu na fazenda de seus pais, o coronel Pascoal Moreira Cabral e Mariana Leme. Esteve em terras hispânicas (atual Mato Grosso do Sul) atacando e preando ameríndios. No período de 1697-1699, encontrava-se nas minas de Curitiba envolvido com o apresamento ameríndio e a mineração. Em 1716 dirigiu-se, novamente, para a atual cidade de Miranda (Mato Grosso do Sul), em busca de novos “lotes” de ameríndios. Dois anos depois, seguindo o curso do rio Paraguai atingiu o rio Cuiabá, e, posteriormente, em um dos seus afluentes, o rio Coxipó-Mirim, encontrou “ouro em granetes cravados pelos barrancos”.<sup>13</sup> Cabral Leme faleceu em 1730, no arraial do São Gonçalo, com 75 anos de idade.

---

<sup>12</sup> JESUS, op. cit, p. 59.

<sup>13</sup> *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719 – 1830* [Transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 45.

Antonio Pires de Campos, filho de Manoel de Campos Bicudo, foi responsável pela informação dada a Cabral Leme sobre a existência de ameríndios Coxiponé na barra do Coxipó-Mirim. Pires de Campos participou do ataque de uma das missões do Uruguai, habitada pelos ameríndios Tapes e Charruas. Era detentor de terras nos campos de Botucatu, e acabou transferindo sua sesmaria para o colégio dos jesuítas em 1719. Natural de Itu, junto com Bartolomeu Bueno da Silva, descobriram ouro em Minas Gerais e foi o *descobridor* do rio Cuiabá.<sup>14</sup> Miguel Sutil de Oliveira, natural de Sorocaba era parente de Cabral Leme e tinha participado da prospecção do ouro em Curitiba. Partiu para as minas do Cuiabá, em 1719, como membro da bandeira de Fernão Dias Falcão. Descobriu ouro no córrego da Prainha (localidade que ficou conhecida como lavras do Sutil), e, em 1724, encontrava-se instalado em Paranapanema. Faleceu em Sorocaba em 1765.<sup>15</sup>

Ao chegar à Aldeia Velha, a bandeira de Cabral Leme a encontrou destruída e abandonada, pois os ameríndios Coxiponé haviam fugido, provavelmente, devido às investidas do grupo de Pires de Campos. Segundo Otávio Canavarros, Pires de Campos “pisou cascalho de ouro nas margens do Coxipó-Mirim e não reconheceu o metal. Caberia a Pascoal Moreira Cabral a fama de descobridor, já idoso à época”.<sup>16</sup> O sorocabano, ao perceber que a antiga aldeia estava destruída, percorreu o rio Coxipó-Mirim, quando teve a felicidade de encontrar o precioso metal. Ao dirigir-se a uma localidade chamada Forquilha, deparou-se com os Coxiponé, aprisionando alguns deles, após dura peleja. Ao retornar à Aldeia Velha, “formaram seu arraial para tomarem descanso, cantando a Victoria que alcançaram contra a pobreza e fadigas de suas largas peregrinações, dando uns aos outros parabens por suas fortunas, a quem o

---

<sup>14</sup> MARQUES, Azeredo. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo (vol. 1), p. 59 e (vol.2), p. 29. Apud PRESSOTI, Thereza Marta. *O novo descobrimento dos sertões e minas do Cuiabá: a mentalidade da conquista*. Brasília. 1996. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, p. 65.

<sup>15</sup> JESUS op. cit., p. 78.

<sup>16</sup> CANAVARROS, Otávio. *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Editora UFMT, 2004, p. 48.

Cabral Leme fundou o Arraial de Cuiabá em 8 de abril de 1719 e enviou às autoridades reinóis documento comprovando os novos achados.

Aos oito dias do mês de Abril de mil setecentos e dezenove anos, neste arraial do Cuiabá fez junta o Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral com seus companheiros e lhes requereu a eles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França, depois que foi o nosso enviado, o Capitão Antonio Antunes, com as amostras que levou do ouro ao senhor General com a petição do dito Capitão-mor, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintém, de dois e de quatro vinténs e meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias, e todos os seus companheiros, as suas custas, com grandes perdas e riscos, em serviço de Sua Real Majestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos, fora negros, e para que a todo tempo vá isto a noticia de sua Real Majestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu ofício como escrivão deste arraial. *Pascoal Moreira Cabral, Simão Rodrigues Moreira, Manoel dos Santos Coimbra, Manoel Garcia Velho, Balthazar Ribeiro Navarro, Manoel Pedro Louzano, João de Anhaia de Lemos, Francisco de Siqueira, Ascenso Fernandes, Diogo Domingues, Manoel Ferreira, Antonio Ribeiro, Alberto Velho Moreira, João Moreira, Manoel Ferreira de Mendonça, Antonio Garcia Velho, Pedro de Góes, José Fernandes, Antonio Moreira, Ignácio Pedroso, Manoel Rodrigues Moreira, João da Silva Paes.*<sup>17</sup>

Segundo Virgílio Corrêa Filho, “a ata de 8 de abril [...] abre, por assim dizer, o primeiro capítulo da História de Mato Grosso”.<sup>18</sup> Na medida em que se tornou a comprovação da ocupação e conquista desse espaço, embrião do que veio a se constituir como capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso, perante as autoridades ultramarinas. A repercussão das minas descobertas por Cabral Leme foi intensa, atraindo luso-brasileiros das mais diferentes partes do território da América portuguesa e do Reino

Divulgada a notícia pelos povoados, foi tal o movimento que causou nos ânimos, que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a capitania de S. Paulo se abalaram muitos, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes descobertos como se fora a Terra de Promissão ou Paraíso Encoberto, em que Deus pôs nossos primeiros pais.<sup>19</sup>

O ouro motivou maior articulação entre o sertão, onde se encontravam as minas do Cuiabá, e os povoados das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, Rio de Janeiro e Bahia. Essa articulação, aos poucos, com a intensificação das

---

<sup>17</sup> *Annaes*, op. cit., p. 47.

<sup>18</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Julio Campos, 2004.

<sup>19</sup> *Annaes*, op. cit., p. 48.

atividades monçoeiras, foi dinamizando a formação de redes de contatos entre a população mineradora estabelecida nos arraiais e os comerciantes do litoral, interessados em auferir riquezas com o comércio praticado nas novas lavras.<sup>20</sup> Não muito diferente do que aconteceu em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII: “os caminhos do ouro funcionam como intermediações fundamentais. São eles os primeiros e principais lugares da territorialização progressiva das Minas Gerais, que acompanha a geografia dos descobertos auríferos e diamantíferos”.<sup>21</sup> Esses caminhos funcionavam como pontos cravados em espaços poucos conhecidos, mas que, aos poucos, iam se tornando referências, não somente para a população mineradora estabelecida nas minas, como para os viajantes e autoridades ultramarinas que obtinham informações sobre os acontecimentos que desenrolavam nos ambientes sertanejos.

Há registros nos Anais da Vila Real do Cuiabá sobre o vai-e-vem das monções, sejam elas particulares ou oficiais, trazendo comerciantes, autoridades régias, eclesiásticos, militares, escravos, mulheres, enfim, pessoas que saíam das mais diferentes regiões da América portuguesa, do reino e de outras partes do Império português visando tentar a sorte nas minas descobertas por Cabral Leme e Miguel Sutil. Tratava-se de uma arriscada aventura, pois muitos não conseguiam chegar às minas devido à longa viagem cheia de perigos, o que, várias vezes, colocou fim ao almejado sonho de riquezas. O abastecimento das minas do Cuiabá com gêneros alimentícios, armas, ferramentas, pólvora, animais, etc., se complicava ainda mais quando as monções eram atacadas pelos

---

<sup>20</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 56-58. O autor chama atenção para a rede mercantil que foi construída entre poderosos comerciantes do litoral com as minas do Cuiabá. Procuravam levar abundante quantidade de mercadorias como ferramentas, armas, gêneros alimentícios, escravos, enfim, a preços exorbitantes, obtendo em troca o ouro extraído a duras custas do trabalho dos escravos negros e ameríndios. Com isso, caminhos foram sendo abertos procurando diminuir o tempo gasto até as minas, como também, visando evitar os ataques dos ameríndios Paiaguá e Guaycurus, que sempre ocorriam às margens do rio Paraguai ou durante a travessia do campo de Vacarias (atual Mato Grosso do Sul).

<sup>21</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. V. 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, p. 30.



ameríndios Paiaguás, contribuindo para o aumento das dificuldades nas lavras. Os gêneros que conseguiam chegar, os comerciantes transferiam os custos da difícil jornada à população mineradora.<sup>22</sup>

John Manuel Monteiro, referindo-se à formação de uma mentalidade escravista na capitania de São Paulo, aponta as motivações que levavam os sertanistas paulistas a se infiltrarem pelos sertões em busca de ameríndios para escravizá-los. No geral, a falta de recursos para adquirir cativos africanos promoveu o cativo ameríndio como forma de sobrevivência, pois além de “produzir e transportar algum excedente a custo irrisório, a fim de que o preço alcançado no litoral justificasse o empreendimento”.<sup>23</sup>

Com a fundação do arraial do Cuiabá, houve eleição de Cabral Leme, para a função de “guarda-mór regente até a ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar, fazer composições com os mineiros e botar bandeiras, tanto aurinas como aos inimigos bárbaros [...]”<sup>24</sup>. Essa eleição representou, por parte das lideranças paulistas, a tentativa de promover a organização espacial, a produção aurífera e a instauração da ordem colonial. A função de guarda-mor constituía-se:

[...] como prolongamento do cargo de provedor das minas e sua jurisdição variava conforme as localidades. Além disso, as cartas régias de 07 de março de 1703 e 07 de maio do mesmo ano derogaram o item número 12 do Regimento das minas de ouro de 1702, que proibia ao guarda-mor possuir lavra de ouro para exploração de benefício próprio.<sup>25</sup>

O Regimento dos Superintendentes, guarda-mores e oficiais deputados para as minas de ouro, datado de 1702, regia as ações desses ofícios. Caso não fosse feito o comunicado sobre as novas descobertas auríferas às autoridades metropolitanas, o descobridor das minas poderia sofrer duras penas e deixar de obter privilégios e mercês do rei. A obrigatoriedade do pagamento de impostos,

---

<sup>22</sup> LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMR/Imprensa Universitária; PROEDI, 1982.

<sup>23</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeiras nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 133.

<sup>24</sup> *Annaes*, op. cit., p. 47.

<sup>25</sup> JESUS, op. cit., p. 53.

por parte dos descobridores era também previsto no Regimento.<sup>26</sup> Cabral Leme parece não ter hesitado em lavrar ata do novo descobrimento, pois segundo Corrêa Filho, havia o receio por parte dele que outras bandeiras tomassem conhecimento das riquezas existentes e oficializassem as autoridades ultramarinas sobre o novo acontecimento.<sup>27</sup>

Os paulistas ao rumarem para os sertões levaram armas, ferramentas, escravos africanos, ameríndios administrados e carregaram em suas bagagens um instrumento poderoso, o domínio da escrita, enquanto elemento de diferenciação política, econômica e social. Na sociedade colonial do Setecentos, o documento escrito atestava riquezas, estabelecia poderes e prerrogativas. Gabriel Antunes do Nascimento, que tinha chegado àquelas minas, poucos dias depois do descobrimento do ouro no Coxipó-Mirim, foi indicado para levar a notícia às autoridades da capitania de São Paulo e Minas do Ouro:

[...] fez tudo patente às justiças de São Paulo e estas ao General da capitania, o conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, residente em Vila Rica de Ouro Preto, e este o noticiou logo ao marques de Angeja, Dom Braz Balthazar da Silveira, vice-rei do Estado na cidade da Bahia, e um e outro á Sua Majestade.<sup>28</sup>

Em outubro de 1719, o Conselho Ultramarino recebeu informações do Conde de Assumar, comunicando sobre o novo feito dos paulistas nas minas do Cuiabá. A consulta feita pelo Conselho Ultramarino ao rei D. João V, em 31 do mesmo mês, é uma peça documental importante que comprova mudança na orientação política da Coroa, direcionada para essa parte da América do Sul, até então pouquíssima conhecida. As notícias eram alvissareiras, pois com os recursos provenientes das lavras das Gerais, a Coroa poderia equilibrar a sua balança comercial, além de avançar na organização da Colônia do Sacramento, fundada em 1680, no estuário do Prata. O Conselho também informou ao rei que o Ouvidor Geral da Comarca de São Paulo, Raphael Pardinho, tinha recebido novas informações dos sertanistas paulistas, instalados nas minas do

---

<sup>26</sup> *Fiscais e Meirinhos*: A administração do Brasil Colonial. 2ª edição. SALGADO, Graça (Coord.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 127.

<sup>27</sup> CORRÊA FILHO, p. 68.

<sup>28</sup> *Annaes*, op. cit., p. 48.

Cuiabá, sobre o contato mantido com colonos espanhóis próximos ao rio Paraguai, onde orientou o guarda-mor Cabral Leme

[...] não era desconveniente que a nossa gente se situasse um ou dois dias distantes deles, e que ali fabricassem roças e se estabelecessem para que os Castelhanos tão pouco se viessem estendendo para a nossa parte, e estreitando-nos o terreno como já fizeram em uma Aldeia chamada Santa Ana, muito perto do Paranaguá e da Laguna, e ao dito Ouvidor Geral tinha encarregado com toda a recomendação adquirisse as notícias que pudesse, e o avisasse logo para dar conta a Vossa Majestade, que mandará o que for mais do seu real serviço; e lhe parecia com esta ocasião repetir a mesma representação que já fizera a Vossa Majestade sobre ser muito conveniente prover de um novo Governo a São Paulo, para este poder dar providência necessária em semelhantes casos, a tempo que sirva de remédio e aproveitem as diligências que mandadas executar dali só servirão de ocupar o tempo, com pouca utilidade do serviço de Vossa Majestade, porque quando lhe chegam as notícias é muito depois do sucesso, e de nenhum modo se pode regular por eles a resolução que se deve tomar, porque chegado o tempo de execução de qualquer ordem, tem mudado as coisas da natureza, e se faz preciso por remédio adequado, que sempre encontra o mesmo inconveniente.<sup>29</sup>

A preocupação do Conselho Ultramarino com as possíveis investidas castelhanas em direção às minas do Cuiabá tinha fundamento. A Coroa encontrava-se em franco confronto com a Espanha, devido à edificação da Colônia do Sacramento, o que lhe permitia recursos consideráveis, a partir do contrabando da prata extraída das minas de Potosí, no Alto Peru.

Apesar da assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, através do qual a Coroa espanhola repassara a Portugal a tão disputada colônia, os conflitos naquela região não tinham cessado. Manter essa frente de expansão colocava a Coroa portuguesa numa posição cautelosa. As minas descobertas por Cabral Leme, apesar de serem boas-novas, requeriam o maior cuidado por parte das autoridades ultramarinas. Era preciso assegurar as conquistas alcançadas pelos luso-brasileiros na fronteira oeste, o que poderia tornar um excelente canal de contrabando da prata espanhola.

As fronteiras mato-grossenses acompanham durante o século XVIII as oscilações de interesse da Colônia do Sacramento, um covil de contrabandistas [...] De certo modo, o fluxo de contrabando nas fronteiras do oeste era ainda mais rico pois, nesse caso, não se estabelecia numa só direção; ao contrário, se se visava carrear a prata dos domínios espanhóis, o ouro mato-grossense era, por sua vez, cobiçado pelas povoações

---

<sup>29</sup> CANAVARROS, op. cit., p. 1167-168. Apud: “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei”.

espanholas, e pivô da criação de um contra-fluxo de contrabando, orientado por aqueles núcleos.<sup>30</sup>

Enquanto as notícias do descobrimento animavam as autoridades no Reino, nas minas do Cuiabá a ordem parecia estar ameaçada. Apesar de a maioria da população ser composta de paulistas, quadro bem diferente do que existia em Minas Gerais durante o levante entre emboabas e paulistas, a Coroa já tinha adquirido experiência suficiente para colocar em ação medidas de controle da população mineradora. Nos arraiais de São Gonçalo e Forquilha, encontravam-se grupos, na maioria, formados por paulistas que tinham migrado de Minas Gerais:

O paulista José Pires de Almeida participou da Guerra dos Emboabas; Jacinto Barbosa Lopes foi eleito, em 1717, juiz ordinário da Vila do Carmo e esteve presente no motim de Vila Rica, ocorrido entre os anos de 1719-1720, e Pedro Corrêa Godói era casado com a irmã de Manuel Borba Gato e foi um dos descobridores do Ribeirão do Carmo, nas Gerais.<sup>31</sup>

A disputa entre esses grupos pelo controle das datas minerais e, conseqüentemente, pelo poder de decisão, nas minas do Cuiabá, teve início a partir de novembro de 1720, quando os moradores dessas lavras elaboraram um documento, procurando regulamentar as atividades produtivas (lavras de São Gonçalo e de Forquilha), para permitir a exploração do precioso metal de forma mais “racional”, como também garantir a defesa das áreas auríferas diante da ofensiva de ameríndios hostis.<sup>32</sup>

Um dos motivos da inquietação dos paulistas foi à própria tentativa de Cabral Leme ter solicitado ao governador da capitania de São Paulo, em julho de 1720, a sua nomeação para o cargo de capitão-mor. A solicitação não foi aceita pelo governador D. Rodrigo César de Meneses, que considerou a idade do postulante muito avançada para o desempenho daquela função. Além disso, as disputas ocorridas no arraial da Forquilha pelo controle das datas mineiras

---

<sup>30</sup> LENHARO, op. cit., p.37.

<sup>31</sup> JESUS, op. cit., p. 59.

<sup>32</sup> Termo que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas Minas do Cuiabá. 06/11/1720. Apud Afonso de E. Taunay. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Edição do Museu Paulista, 1949, p. 16. (Tomo X).

começaram a se intensificar nesse período. Em 1720, a bandeira comandada por Fernão Dias Falcão deixou o arraial de São Gonçalo, vindo a estabelecer-se no arraial da Forquilha, onde montou uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Penha. A eleição de Dias Falcão, em 6 de novembro de 1720, pelos moradores daquele povoado ao cargo de capitão-mor-regente, foi o motivo de discórdias entre os sertanistas estabelecidos naquele povoado.<sup>33</sup>

Encontravam-se também no arraial da Forquilha os irmãos João Lourenço Leme da Silva e Pedro Leme, que tinham participado da eleição de Fernão Dias Falcão para o cargo de capitão-mor-regente, que foi confirmado no posto pelo governador da capitania de São Paulo, em 1723. No entanto, em 1721, os irmãos Leme tinham rompido com as principais lideranças do arraial da Forquilha, Cabral Leme e Dias Falcão, que eram seus parentes. O motivo justificado pelos Leme era que os dois não tiveram pulso firme para expulsar o padre pernambucano, Francisco Justo, nomeado pelo Bispo do Rio de Janeiro, para assumir o controle da vigária das Minas do Cuiabá. Os Leme queriam que o padre Manuel de Campos Bicudo, indicado em 1722, após a morte do Bispo do Rio de Janeiro, assumisse a disputada função. Violências foram cometidas contra o eclesiástico, desencadeando mortes e a sua fuga.<sup>34</sup> Em dose menor, os ranços entre paulistas e emboabas pareciam querer se repetir nas minas do Cuiabá, e apesar de a maioria, dos moradores, ali estabelecida constituir-se de paulistas, os antigos ressentimentos não tinham sido totalmente esquecidos.

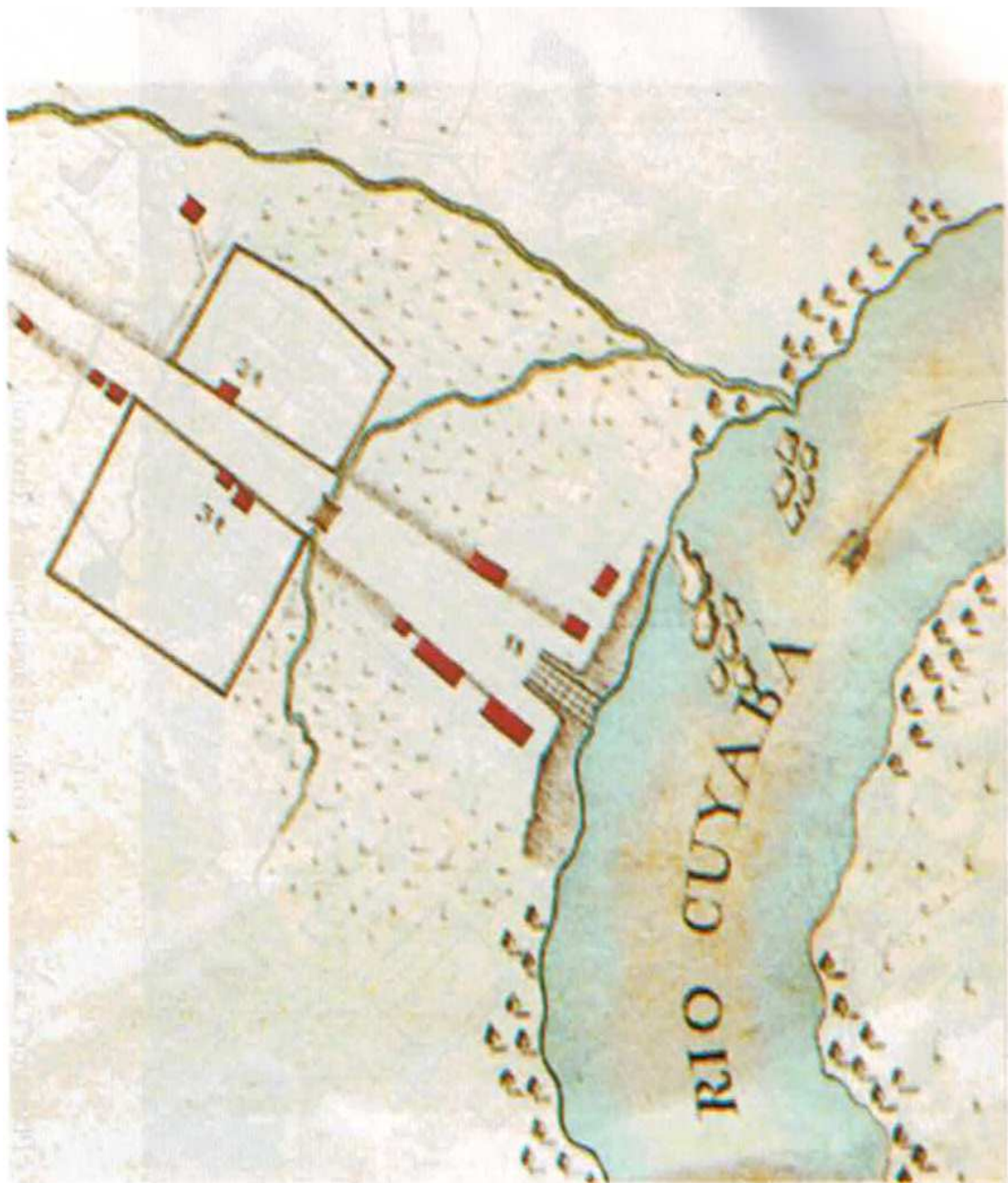
Em outubro de 1722, um novo acontecimento mudaria o cenário de disputas, deslocando-se do arraial da Forquilha para as lavras do Sutil. Dois carijós administrados por Miguel Sutil descobriram ouro às margens do córrego da Prainha, onde se situava um antigo sítio de Manoel dos Santos Ferreira. Com essa nova descoberta, a correria de outros sertanistas, instalados nos arraiais da Forquilha e de São Gonçalo foi intensa, deslocando-se para a nova área de mineração. Das lavras do Sutil fundou-se o arraial do Senhor Bom Jesus do

---

<sup>33</sup> JESUS, op. cit., p 56.

<sup>34</sup> JESUS, op. cit., p. 21.

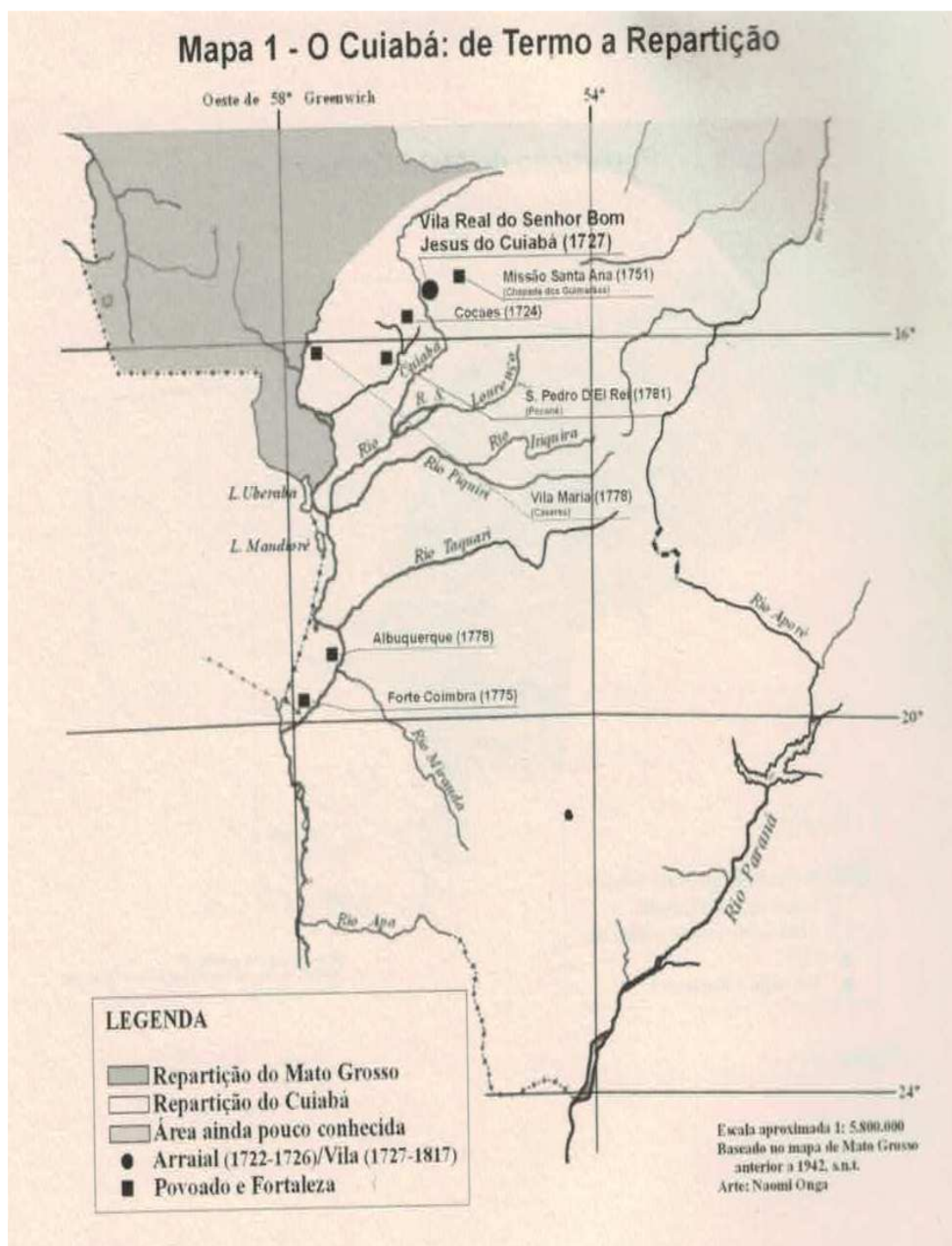
Cuiabá, em 1722. As bandeiras de Fernão Dias Falcão, Pascoal Moreira Cabral e Antunes Maciel se estabeleceram no novo arraial, procurando assegurar as vantagens obtidas nos antigos povoados.



**Quadrilátero onde foi fundado a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), antiga lavras do Sutil.**

Fonte: ROSA, op. cit.; p. 55.

## Mapa 1 - O Cuiabá: de Termo a Repartição



### O Cuiabá: de Termo a Repartição.

Fonte: ROSA, op. cit.; p. 63.



## A criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá

Para as autoridades ultramarinas, uma forma de conter os mineiros nos arraiais foi criar toda uma estrutura de produção agrícola que fosse capaz de abastecer as minas cuiabanas. As monções que levavam as mercadorias para a população dos povoados mineradores, e viajavam somente uma vez por ano, não conseguiam suprir a demanda existente. A distribuição de sesmarias começou a ser feita pela Coroa, a partir da fundação do arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1722, principalmente para pessoas de maiores cabedais, de prestígio social, visando à organização de propriedades agrícolas e criatórios de gado, e de pequenos animais.<sup>35</sup> O que pretendia a Coroa era garantir a posse dos espaços conquistados e o abastecimento dos povoados erigidos. Essas medidas acabariam contribuindo para um processo de ordenamento dos povoados mineradores, deixando de ser, apenas, passageira a permanência dos luso-brasileiros naqueles espaços, e passando para a efetiva incorporação dos antigos territórios ameríndios aos domínios do império português.

Os arraiais do São Gonçalo, da Forquilha e o Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1718-1722) foram responsáveis pela constituição de um incipiente aglomerado humano experimentado, na vida sertaneja, capaz de estabelecer pontos de ligação com outros povoados da América portuguesa. As monções contribuíram para esse processo intensamente. Mesmo com o declínio da mineração, a partir da década de 1730, o que causou êxodo populacional, o contato com os territórios ameríndios foi estabelecido e passou a constar das crônicas dos paulistas e da documentação administrativa do Reino.

---

<sup>35</sup> AGUIRRA, João Batista de Campos. *Patentes, provisões e sesmarias* – concedidas aos anos de 1721 e 1743. RIHGSP. São Paulo, v. XXVI, (1928), 1929. Apud CANAVARROS, op.cit., p. 93. Em 1726, a Coroa portuguesa concedeu as seguintes sesmarias: Cuiabá, minas entregue ao tenente Coronel Antonio de Almeida Lara (junho de 1726); Chapada (Cuiabá), entregue a Antonio Álvares Lanhas Peixoto (junho de 1726), ouvidor que foi auxiliar na criação da Vila Real do Cuiabá; Rio Coxipó entregue a Francisco Vieira Barreto (dezembro de 1726); Chapada (Cuiabá), entregue a Gervásio Leite Rebello (dezembro de 1726).

O acontecimento relevante, além da descoberta do ouro, no prisma da Coroa, foi à proximidade com os domínios de Castela. A notícia dos novos achados encaixou-se num cenário político em que Portugal almejava ampliar os seus domínios, na América do Sul, a baixos custos, diga-se de passagem, consolidando uma melhor posição no cenário europeu diante das disputas que vinham ocorrendo entre as principais nações européias por mercados coloniais. O Oriente, que durante séculos tinha sido o celeiro das riquezas de Portugal, ruíra quase por completo no findar do século XVII e início do século XVIII, passando o território da América portuguesa a ser a principal colônia de todo o império português.

Não é sem sentido que o governador César de Meneses procurou controlar a entrada de pessoas nas minas do Cuiabá, além de procurar garantir a tributação sobre tudo o que era explorado e transportado das minas. Foram publicados vários bandos visando normatizar as relações de produção nas minas do Cuiabá.<sup>36</sup>

A viagem empreendida pelo governador da capitania de São Paulo, D. Rodrigo César de Meneses, que partira da Vila de Ararituaba, em dezesseis de julho de 1726, para as minas do Cuiabá, com um pomposo comboio composto de três mil componentes, é bastante emblemática. A ida do governador para o interior da América portuguesa significava a intenção de levar a ordem, a justiça del-rei a uma área considerada selvagem, incivilizada. Mais do que isso, acenava para a importância geopolítica das áreas conquistadas pelos sertanistas paulistas - área de mineração, mas também fronteira com os domínios espanhóis. Depois de uma longa viagem de quatro meses, cheia de perigos devido à travessia de cachoeiras, de medo de ataque de ameríndios, além de outras intempéries, conforme relato feito pelo próprio governador a Diogo Mendonça Corte Real, Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, conseguiu chegar ao arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 15 de novembro do

---

<sup>36</sup> SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores*. Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII. Cuiabá: Ed. da UFMT, 1995, pp. 34-36.

mesmo ano.<sup>37</sup> Na mesma monção, encontrava-se Antonio Lanhãs Peixoto, ouvidor de Paranaguá, além do padre Lourenço de Toledo Taques que tinha sido nomeado “para os empregos de Visitador, Vigário da Vara e Pároco da Freguesia, provido pelo Bispo do Rio de Janeiro”.<sup>38</sup>

Em 30 de junho de 1723, D. João V determinou a César de Meneses a fundação de uma vila na região do Cuiabá, o que somente veio acontecer em 1º de janeiro de 1727. A criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá estava associada aos interesses em implantar uma estrutura político-administrativa e jurídica que viesse assegurar os objetivos geopolíticos da Coroa na fronteira oeste da América portuguesa: extração aurífera, tributação e controle territorial eram os pontos-chave da política da colonização lusitana.

Transformar um povoado, um arraial, em vila “atribuía um estatuto político à povoação, com uma jurisdição de justiça e de administração locais”.<sup>39</sup>

Na vila ou cidade e no *termo*, as câmaras eram “cabeça de governo”. A câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá se identificava assim perante o rei: “apresentamos a República destas minas do Cuiabá, de quem como cabeça falamos”. Os homens eleitos para as câmaras gozavam o direito de serem tratados como nobres, por ocuparem os cargos de juiz ordinário, vereador, procurador e almotacé.<sup>40</sup>

Segundo Charles Ralph Boxer, a população existente, à época da elevação do arraial do Senhor Bom Jesus a condição de vila, chegava a 7.000 habitantes. Número estimado levando-se em conta a grande comitiva de César de Meneses, constituída de três mil integrantes.<sup>41</sup>

No período de novembro de 1726 a junho de 1728, o governador César de Meneses procurou aumentar o número de registros, visando garantir a tributação

---

<sup>37</sup> 1727, Março, 01. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real..(Projeto Resgate - MT, **AHU**, caixa 01, documento 08, Cd 01).

<sup>38</sup> LEVERGER, Augusto. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 16.

<sup>39</sup> SANTOS, op. cit., p. 68. “Símbolo de autonomia municipal, a Câmara, todavia, tinha as suas atividades fiscalizadas por funcionários régios que garantiam uma relativa homogeneidade quanto ao trabalho administrativo e de justiça que os vereadores e juizes ordinários realizavam”.

<sup>40</sup> ROSA, Carlos Alberto. “Mínima História dos Anais”. In: *Annaes*, op. cit., p. 22.

<sup>41</sup> BOXER, Charles Ralph. *A Idade do Ouro do Brasil* (Dores de crescimento de uma sociedade colonial). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

dos produtos que entravam e saíam das minas do Cuiabá e sobre a circulação de pessoas, fossem elas livres ou escravas. Incentivou a plantação de roças para abastecer os pauperizados habitantes, e preparou canoas com peças de artilharia para dar combate aos ameríndios Guaicurus e Paiaguás que infestavam os caminhos entre a Vila Real do Cuiabá e a capitania de São Paulo. Para Canavarros, a ida de César de Meneses para o arraial do Cuiabá tinha uma “missão política bastante clara: fundar a vila, estabelecer os poderes sob os quais a fiscalização viria por decorrência e, assim, criar uma cabeça-de-ponte que facilitasse a concretização dos objetivos geopolíticos da Coroa portuguesa”.<sup>42</sup>

Não tardou para que as minas do Cuiabá perdessem o seu vigor, sendo abandonada pelos entusiasmados aventureiros, que, pouco tempo atrás, apostavam na possibilidade de obter ouro em abundância. A migração dos luso-brasileiros, que se encontravam na Vila Real do Cuiabá e em seus arredores, para a região de Goiás e também em direção à chapada dos Parecis, na década de 1730, fez com que funcionários régios instalados na nova vila se ocupassem em administrar as novas frentes de expansão. A bandeira dos irmãos Fernando Paes de Barros e Arthur Paes, ao encontrarem ouro na chapada dos Parecis comunicaram ao brigadeiro Antonio de Almeida Lara, que se encontrava na Vila Real do Cuiabá, o novo acontecimento. A partir dos novos achados, foram fundados no vale do Guaporé os arraiais de Sant’Ana, Pilar, Ouro Fino, Brumado e São Francisco Xavier.

Através dos Anais da Vila Real do Cuiabá percebe-se operante aparato político-administrativo, jurídico, fiscal e militar conduzindo as ações de militares e oficiais subalternos ligados à câmara de vereadores, na condução de ferramentas, pólvora, armas e outras mercadorias para os novos espaços de mineração. Os oficiais régios (ouvidores e provedores) cumpriam suas funções, fiscalizando as atividades praticadas pelos paulistas nas minas de Mato Grosso, como passaram a ser chamada devido à existência de densas florestas, e

---

<sup>42</sup> CANAVARROS, op. cit., p. 85.

procurando incentivar a fixação da população e a arrecadação dos tributos régios. O ouvidor de Cuiabá José de Burgos Vilas Lobos, por ordem da Coroa, procurou administrar com cautela a investida de aventureiros, que, às pressas, deixavam a vila, esperançosos de obter riquezas nessa nova frente de expansão colonial.

A atuação do brigadeiro Antonio de Almeida Lara, ordenando a militares de menor patente que fizessem a coleta de amostras do ouro encontrado nos ribeirões, como também o acompanhamento do ouvidor José de Burgos Vilas Lobos para fiscalizar as minas encontradas no vale do Guaporé, inegavelmente, demonstra a importância da Vila Real do Cuiabá como “cabeça de governo” na organização político-territorial dessas novas áreas de mineração.

No ano de 1736, Inácio Pereira Leão, por ordem de um novo ouvidor, João Gonçalves Pereira, abriu caminho da Vila Real do Cuiabá até as cachoeiras do rio Jauru, afluente do rio Paraguai. Através desta rota foi possível a entrada de gado e cavalos até os arraiais de Mato Grosso. Estendiam-se as ligações por rotas fluviais e por terra, as “veredas de pé posto”,<sup>43</sup> para o extremo-oeste do território da América portuguesa.

Essas novas minas de Mato Grosso acabaram por criar uma outra linha de fronteira com os espanhóis. Linha de fronteira que pelos rios da margem esquerda do Guaporé, principalmente o Itonama e o Baurés, colocava os portugueses quase em contato direto com as missões jesuítas de Moxos e Chiquitos.<sup>44</sup>

A partir dos arraiais de Mato Grosso, novas investidas foram feitas por grupos de luso-brasileiros, em 1742, nos sertões em busca de ameríndios, quando atingiram povoados no Vice-Reinado do Peru. Por ordem do ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, foi aberto um inquérito, para averiguar informações sobre a localização das missões jesuítas castelhanas, como também sobre a população que vivia no interior e nos seus arredores. Nos autos consta:

Todas as ditas missões estão da parte ocidental do reino do Peru, de outra banda, do nosso rio Guaporé a que os padres chamam rio Echenis, e somente a nova fundação de

---

<sup>43</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 1994.

<sup>44</sup> SILVA, op. cit., p. 43.

Santa Rosa, fica da parte oriental à beira do rio em uma planície à vista da ponte da Serra dos Aricoronis, e as mais ficam em terras baixas por entre pantanais. No rio Baures estão quatro missões, a saber a de Nossa Senhora da Conceição quatro dias de viagem acima, da barra, a Trindade, São Martinho e São Gabriel, e no rio Itonamas, dez dias de viagem para cima esta grandiosa missão, de Santa Maria Madalena; e no rio Mamoré estão cinco missões a saber, a da Exaltação e de Santa Cruz, São Paulo, São Ignácio, Loreto, São Francisco Xavier e a de Santa Ana fica em um ribeirão que faz barra no rio, e por cima de todas fica da parte do Norte, à beira do rio a cidade de Santa Cruz de la Sierra.<sup>45</sup>

A proximidade com o Vice-Reinado do Peru fez com que a Coroa orientasse as autoridades régias estabelecidas na Vila Real do Cuiabá que impedissem o avanço dos espanhóis em direção ao vale do Guaporé: uma das formas de conter as investidas castelhanas foi distribuir sesmarias aos luso-brasileiros que se encontravam nas minas do Mato Grosso, próximas ao rio Guaporé, e impedir a navegação até o rio Madeira. No entanto, um conjunto de medidas vinha sendo tomado pela Coroa no sentido de organizar a expansão colonial em direção ao vale do Guaporé (onde se encontravam instaladas as minas do Mato Grosso).

A coroa portuguesa, por sua vez, intensificou ações para consolidar domínio direto do *Mato Grosso*. A proximidade com missões espanholas e com Santa Cruz de la Sierra era preocupante e esse cuidado com os “confins” ocidentais do Cuiabá tornou-se decisivo. Em 1741 o Conselho Ultramarino recomendou povoamento induzido no *Mato Grosso*, com privilégios e isenções. Em 1743 o *Mato Grosso* passou a ter Juízes Ordinários eleitos pela câmara do Cuiabá. No mesmo ano foi criada a *freguesia* e vigararia forânea do *Mato Grosso*. A *freguesia* instaurou a primeira diferenciação no interior do *termo* da Vila Real. Em 1745 a coroa obteve autorização papal para instalar prelazia no *termo* do Cuiabá, legitimando domínio até o *Mato Grosso*. E em 1746 mandou fundar vila no *Mato Grosso*, com isenções fiscais e privilégios legais aos que fossem morar na vila.<sup>46</sup>

Em 1751, quando chegou o primeiro governador da capitania de Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura Tavares, este buscou revogar a proibição da navegação entre os rios Guaporé e Madeira, como também foram tomadas iniciativas de ocupação efetiva dessa linha de fronteira, com a instalação de

---

<sup>45</sup> PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo* e as Missões Jesuíticas de Moxos. Cuiabá, MT: IHGMT, Publicações avulsas n° 39, 2001, p. 31-32.

<sup>46</sup> ROSA, op. cit., p. 41

aldeias ameríndias e destacamentos militares, visando garantir o povoamento, a defesa e o abastecimento dos arraiais instalados no vale do Guaporé.

### **O Mato Grosso Ameríndio**

No Mato Grosso do século XVIII, houve intenso enfrentamento entre luso-brasileiros e populações ameríndias. Relações essas, marcadas por tragédias, alianças e negociações. Independente do grupo étnico-cultural a que pertenciam, os ameríndios não ficaram passivos diante do avanço do colonizador. Os Paiaguá, Guaicurus e Guató, por exemplo, adotaram as mais diversificadas formas de luta na tentativa de garantir a autonomia, a autopreservação político-territorial. As alianças entre Guaicurus e Paiaguá, em determinados contextos, durante ataques às monções e povoados foram estabelecidas para impedir o acesso do colonizador a suas terras. Mesmo quando era celebrado algum tipo de aliança entre o colonizador e algum grupo ameríndio, essa relação não deve ser vista como simples submissão. Essa questão merece reflexão mais acurada, pois nem sempre a aceitação em viver como “aliado”, ou “aldeado” pode ser vista como uma única alternativa restante aos ameríndios, como se não houvesse outros caminhos a escolher. A fuga de ameríndios para áreas distantes, onde o invasor não conseguiria alcançá-los com facilidade, era uma alternativa para o não enfrentamento direto. Os quilombos, por exemplo, que surgiram em Mato Grosso ao longo do século XVIII, não diferentes de outras capitâneas mineradoras da América portuguesa, como Minas Gerais e Goiás, foram espaços de convivência entre ameríndios e africanos escravizados, construídos como forma de resistir à escravização imposta pelo português colonizador.

Não se sabe com exatidão quantos ameríndios viviam em Mato Grosso, em período anterior à chegada dos sertanistas paulistas, nas primeiras décadas do século XVIII. Carlos Alberto Rosa organizou um levantamento de “alguns

nomes de etnias ou de parcelas étnicas”, com base nos registros deixados por cronistas, administradores coloniais e eclesiásticos, a saber:

*Caiapó*, nos rios Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Guacuruí e Verde. No tio Nhanduí, *Gualaxo*. No Taquari *Achibane*, *Escolhexe*, *Cazoya*, *Chicaoca*, *Hahuno*, *Juniaca*, *Tiquinito*. No rio Claro *Abathibe*, *Chiquiae*, *Humegay*. No rio Mbotetei (atual Miranda), *Avahuaby*, *Ahin*. Abaixo da confluência do Mbotetei no Paraguai, *Paiaгуá* (*Sarigiüê e Agace*). No Paraguai acima, *Guató*, *Caracará*, *Guacharapo*, *Socorino*, *Xaquese*, *Surucuha*, *Guacamao*, *Cuvaqua*, *Tuque*. Após a lagoa *Gaíba*, *Ahigua*, *Crucuru*, *Ahigue*, *Crucani*, *Hayucare*, *Guareci*, *Xarayé*, *Manui*, *Curataré*, *Guaçadacuri*, *Oticotó sana*, *Creigua verodosano*, *Caravere*, *Yupará*. Do Mbotetei aos Araquai, Claro e Taquari, *Guaicuru*. No Porrudos, *Tacohaca*, *Gualeche*, *Ariocone*. No Porrudos acima, *Taraqui*, *Araripoçone*, *Cruara*, *Porrudo*. Nas cabeceiras do Piquiri *Vanherei*. Pelo rio Cuiabá acima *Elive*, *Cuchiane*, *Guachevane*, *Curiane*, *Guahone*, *Candaguari*, *Pavone*, *Guale*, *Cataxo*, *Bobiare*. Nas cabeceiras do Cuiabá mirim *Cuiabá*, *Chacorere*. Subindo o Cuiabá, *Tuete*, *Jape*, *Cruane*, *Gregone*, *Tamoringue*, *Aricá*, *Poçone*, *Cope mirim*, *Coxipone*, *Pupone*, *Popu*, *Araripoçone*, *Acopocone*, *Tambegui*, *Itapore*. Nas cachoeiras do Cuiabá, *Bororo*. *Bakairí* na confluência dos rios Verde/Paranatinga. *Serrano/Timaona* no Arinos. *Apiacá*, entre Arinos e Juruena. *Cabaíba* na confluência Arinos/Juruena. No rio Jauru, *Tembé*. No Sepotuba, *Aravira*, *Guahone*, *Caypare*, *Arapari*, *Itapori*. Nas cabeceiras do Sepotuba, *Yorauvahiba*. Após as cabeceiras do Sepotuba, *Pareci*. Vizinhos dos *Pareci*, *Mahibare* (*Mqyboré*), *Poritaca*, *Cabixi*. No alto e médio Guaporé oriental, *Pauserna*, *Guarayo*, *Guajarata*, *Guaraiuta*, *Amió*, *Guazaité*, *Membaré*, *Guiuiá*, *Ababá*, *Urupuná*, *Guataró*, *Mauré*, *Taquara*, *Causino*. No Guaporé ocidental, *Moxo*, *Baure*, *Cajubaba*, *Itonama*, *Movima*, *Canichana*.<sup>47</sup>

Através dos nomes dos rios pesquisados pelo autor, é possível “mapear” alguns dos territórios em que viviam essas populações ameríndias, como também o itinerário percorrido pelos sertanistas paulistas nos sertões da parte central da América do Sul. Das várias populações ameríndias apontadas na historiografia, é quase unânime a afirmação de que a Paiaguá foi a que mais resistiu à entrada do colonizador em suas terras. Segundo Nauk Maria de Jesus, as “guerras justas” foram feitas contra os Paiaguá, com o apoio da Câmara de Vereadores da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Havia colaboração entre os colonos do povoado no sentido de garantir a preservação dos espaços de mineração conquistados. Os vereadores convocavam a população para armar-se contra os Paiaguá, com base em seus próprios recursos. A Coroa prometia recompensas como mercês e outros privilégios régios a pessoas que possuíam cabedais e que, contribuíssem para a formação das bandeiras. A ativa participação dos Paiaguá,

---

<sup>47</sup> ROSA, op. cit., p. 35.



enquanto “sujeitos históricos dinâmicos”, em ataques às monções e na troca de prisioneiros com os castelhanos, segundo a autora, permite percebê-los utilizando diferentes formas de lutas contra o invasor. A partir da década de 1730, os Paiaguá alteram essa prática de corso, utilizando o ouro que seqüestravam das monções e negociavam com os espanhóis de Assunção, em troca de armas e outras mercadorias, ação que demonstra relativa compreensão sobre o jogo de interesses que envolviam portugueses e espanhóis na América do Sul.

Estes, em sua própria língua, se autodenominavam *Euvevi* (gente do rio, gente da água), pertencente à família lingüística Mbayá, oriunda do Chaco. Quando os europeus chegaram, eles já estavam na bacia hidrográfica do Paraguai e se subdividiam em dois grupos, os Siacuí ou Siageco, que habitavam a parte sul, e os Serigué que ocupavam as terras do Alto Paraguai. Junto com os Guasarapo e os Yaaukaniga, foram dos poucos grupos chaquenhos que não se adaptaram aos cavalos. Eram hábeis canoieiros e senhoreavam o rio Paraguai. Eles passavam muito tempo em suas canoas monóxilas, esculpidas a fogo no interior do tronco de uma árvore, preferencialmente o timbó. A embarcação Payaguá era leve, podendo ser grande ou pequena. As menores eram usadas nas pescarias e mediam entre três e quatro metros e as maiores, entre sete e oito metros. Estas podiam levar até vinte e dois índios ao remo e eram destinadas à guerra e ao transporte de carga. (COSTA, 2003: 82).<sup>48</sup>

Existem inúmeras referências nos Anais da Vila Real do Cuiabá sobre as truculentas lutas entre os luso-brasileiros e os Paiaguá, nos rios, varadouros, pantanais e nas florestas. O medo da população mineradora era justificado pelas constantes notícias que chegavam até as minas do Cuiabá sobre os ataques dos Paiaguá às monções que navegavam através dos rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Os Paiaguá eram verdadeiros senhores dos rios, dominavam com habilidade suas embarcações, e eram exímios nadadores. Em 1730, o Ouvidor da Vila Real do Cuiabá, Antonio Alves Lanhas Peixoto, e grande parte dos membros da comitiva que o acompanhava em viagem para a capitania de São Paulo foram vítimas de uma emboscada: “foi tanto o sangue derramado, que

---

<sup>48</sup> JESUS, Nauk Maria de. A Guerra Justa contra os Paiaguá (1ª metade do século XVIII). Dourados: UFGD, Jul/Dez 2007. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, UFGD, Jul/Dez. 2007, p. 3. Disponível na Internet: <[Http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br](http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br)> Acesso em: 19 jan. 2008. Ver também o artigo de. PRESSOTI, Marta Tereza. *A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso*: os numerosos reinos de gentios e a “guerra justa” aos Paiaguá (1719-1748). Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/TMPresotti>> Acesso: 12 dez. 2007.

rubricava as águas do Paraguai tornando-as cristalinas a ancoradas”.<sup>49</sup> Este episódio causou comoção entre os moradores da Vila Real do Cuiabá, e provocou ações enérgicas por parte das autoridades ultramarinas. Com a posse do novo governador da capitania de São Paulo, o Conde de Sarzedas, em 15 de agosto de 1732, foi publicado um bando aprovando a “guerra justa” aos Paiaguá e outros grupos ameríndios tidos como inimigos, “através do qual abria alistamento e prometia aos participantes da luta a repartição de cativos, além de patente de oficial aos mais capazes”.<sup>50</sup>

Desde a publicação da Carta Régia de 25 de outubro de 1707, a Coroa estabelecia as condições aos ameríndios considerados “selvagens”, “incivilizados”. A “guerra justa”, por sua vez, era considerada como meio de reposição da força de trabalho ameríndio nos povoados da capitania de São Paulo. Somente poderiam viver em cativeiro mulheres e crianças, e os guerreiros que resistissem à escravidão deveriam ser exterminados. A intenção era garantir a submissão dos sobreviventes às funções produtivas impostas pelo colonizador. As meninas ameríndias capturadas eram levadas para os povoados para serem “educadas” de acordo com os valores luso-brasileiros. Essa prática era sustentada tanto pelo Estado português como pela Igreja católica, interessada na conversão dos ameríndios.<sup>51</sup>

A recusa à catequese seria o fator primordial para qualificar a natureza das “nações”, reconhecido o fato da existência das associações políticas entre povos não cristãos. Essa mentalidade explica a admissão da chamada “guerra justa” na colonização lusitana. Em termos culturais, a “guerra justa” iria preencher o que a historiadora Silva Dias (1982:210) chamou de “vácuo doutrinário”, com o direito de evangelização: a humanidade e a legitimidade da presença ultramarina dos portugueses não sofriam abalo na sua consciência de cristãos porque as justificativas morais, de religião e de civilização se alinhavam com os objetivos econômicos e políticos que impeliram a ação colonizadora. A própria Igreja admitia a servidão, mas delimitava o lícito e o ilícito em

---

<sup>49</sup> *Annaes*, op. cit., p. 63.

<sup>50</sup> CANAVARROS, op. cit., p. 255.

<sup>51</sup> BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*. Cuiabá. 2007. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso, p.30. Disponível em: <[http://www.ppghis.com/dissertacao\\_lista.php](http://www.ppghis.com/dissertacao_lista.php)> Acesso em: nov. 2007.

escravidão, e aí residia a “originalidade da ética colonial”: só se reconheciam duas fontes legais de servidão – a “guerra justa” e o contrato de compra e venda.<sup>52</sup>

Otávio Canavarros traça cenários e revela os agentes sociais envolvidos nesses conflitos, bem como os interesses que mobilizavam as “guerras justas” e as várias tentativas de aldeamento, objetivo maior das “ordens religiosas, colonos e Coroa”. Registrou o autor que além da luta contra os Paiaguás e os Guaycurus, foram acirrados o ataque e o apresamento de outros grupos ameríndios que viviam mais a oeste da América portuguesa:

Os “Bororos”, por exemplo, vindo de território da atual Bolívia, pertence ao tronco-macro-Jê, e habitavam o Vale de São Lourenço, no Rio Porrudos, segundo a opinião dos primeiros sertanistas. Eram chamados de “coroados” ou “gentios dos morros” e foram combatidos desde o início das lavras, tanto por seus assaltos como por necessidade de mão-de-obra nas minas.<sup>53</sup>

Comenta ainda que, apesar das inúmeras determinações da Coroa para a criação de aldeias nas proximidades da Vila Real do Cuiabá, na prática, nunca isso aconteceu. Pelo contrário, acirrou-se ainda mais a ofensiva dos sertanistas paulistas em busca dessa força de trabalho. Os ameríndios capturados em “guerra justa”, conforme determinava o bando expedido em 1733, deveriam ser conduzidos para os aldeamentos existentes na capitania de São Paulo. A prática de apresamento dos ameríndios não era uma atividade praticada apenas por sertanistas paulistas, mas também por autoridades coloniais que se beneficiavam desse lucrativo comércio.

Na “Breve Notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos”, existem referências sobre os Guaicurus e os Paiaguá, e as táticas utilizadas para o ataque às monções, como também a outros ameríndios.

Os cavaleiros chamados Aycurús vivem também de montaria, andam sempre a cavalo com seus arreios, e em lugar de selas, trazem lombinhos, e são tão fortes que fazem as maiores vantagens assim por andarem sempre a cavalo, como por serem os cavaleiros andaluzes, e os melhores que se tem visto, e se tem observado que este gentio tem as pernas arqueadas e cumpridas, sendo a maior parte deles curtos do corpo, mas mui

---

<sup>52</sup> MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: *Revista de Antropologia*, USP, V. 40, nº 2, 1997, p. 201. Disponível em: <[www.fflch.usp.br/da/conteudo.html](http://www.fflch.usp.br/da/conteudo.html)> Acesso em: 09 mar. 2007.

<sup>53</sup> CANAVARROS, op. cit., p. 262.

socados e largos de espáduas, e pela passagem que lhe dá o gentio Paiaguá para a outra parte, nas suas canoas no rio Paraguai fazem cruel guerra a outros gentios, e também a algumas povoações de castelhanos, que por se livrarem das suas hostilidades, e grande numero de cavaleiros, lhe pagam tributo, levando cada um 4 e 5 cavalos [...] Corsam os Paiaguás até o rio dos Porrudos, e daí para cima pelo dito Paraguai habitam muitos lotes de gentio, chamado o primeiro lote Guatos, outros Caracará, outro Guacharapos, outro Surucuha, Guacamão e outros Cuvaqua e Tuque; estes todos vivem embarcações, gente de corso e sem aldeias.<sup>54</sup>

Havia, no entanto, um outro grupo que era considerado pela Coroa como possível de ser conduzido à civilização. Pires de Campos, ao avançar rumo ao vale do Guaporé, relatou, em 20 de maio de 1723, a existência de considerável população ameríndia: “Naquelas dilatadas chapadas habitam os Parecis, reino mui dilatado, e todas as águas correm para o Norte”. As imagens construídas desse grupo, por este sertanista, destoam das atribuídas a outros povos ameríndios:

É esta gente em tanta quantidade, que não se podem numerar as suas povoações ou aldeias, muitas vezes em um dia de marcha se lhe passam dez e doze aldeias, e em cada uma destas tem dez até trinta casas, e nestas casas se acham algumas de 30 até 40 passos de largo, e são redondas de feitio de um forno, mui altas e em cada uma destas casas, entendemos agasalhará toda uma família; estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis, e é gentio de assento, e as lavouras, em que mais se dundam são mandiocas, algum milho e feijão, batatas, muitos ananazes, e singulares em admirável ordem plantados [...] estes gentios não são guerreiros, e só se defendem, quando os procuram [...] são os que me parece se acharem mais hábeis entre todos os mais para se instruírem na fé católica [...] Todos os rios por donde habitam os Parecis, e todos os mais que não posso nomear correm as suas águas para o Gram-Pará e desta chapada indo para baixo habitam outras nações que confinam com o Gram-Pará. Os do fronteiro chamam-se Poritacas, estes vizinham com outra nação chamados Cavihis, estes vivem de andar a corso matando gente para seu sustento e com a mesma carne criam seus filhos, por cuja causa são mui temidos.<sup>55</sup>

Segundo Loiva Canova, um conjunto de representações foi construído sobre os Pareci, a partir da narrativa feita por Pires de Campos, que considerava esses povos como experientes agricultores, hábeis construtores de ampliadas habitações e possuidores de mulheres formosas. Representações estas que foram elaboradas, visando transformá-los em vassalos da Coroa, levando-se em conta,

---

<sup>54</sup> Breve Notícia – que dá o capitão Antonio Pires de Campos. Apud: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 179.

<sup>55</sup> Breve Notícia, idem, p. 184-189.

principalmente, a sua capacidade produtiva e a localização do seu território onde “as suas águas correm para o Gram-Pará”.

Os achados nas minas do Cuiabá, nos anos 20 dos setecentos, foi notícia estimuladora para a vinda de muitos homens para o interior sertanejo. Mas o ouro desse lugar escasseou em menos de uma década e as minas tão famosas tornaram-se pouco atrativas. As dificuldades daí advindas subtraíram as possibilidades de permanência dos mineradores no local e suscitaram o anseio por novos achados. Por esse motivo, houve o deslocamento para o oeste da Vila Real de Cuiabá, em direção aos sertões dos Paresi, que foram sendo palmilhados por diversos signos de ocupação ao longo do percurso entre esta Vila e os novos achados auríferos nos ribeirões Sararé e Galera, afluentes do rio Guaporé. Estes achados foram pontuados como mais um espaço de conquista, levando a administração colonial à inclusão de posições políticas renovadas em relação a nação Paresi.<sup>56</sup>

Para Elizabeth Madureira Siqueira, a tentativa de preservação dos Pareci em seu próprio território significava a possibilidade de tê-los como aliados, inseridos na política de povoamento pensada pela Coroa na primeira metade do século XVIII, ou seja, garanti-los como “guardiães” de fronteiras naturais. Para isso, vislumbrava-se a possibilidade de mantê-los aldeados, assegurando, assim, a sua preservação enquanto grupo populacional. A sedentariedade, o trato com a agricultura, a disposição “amigável” para o contato com os luso-brasileiros foram elementos determinantes para que a Coroa recomendasse a sua proteção.<sup>57</sup> Cabe registrar que as populações ameríndias encontradas no vale do Guaporé, a partir da década de 1730, não estabeleciam o rio Guaporé como um divisor territorial, e circulavam pelas duas margens do rio, independente de serem áreas de disputa entre as Coroas portuguesa e espanhola.

Na década de 1740, quando nas inquirições feitas por ordem do ouvidor João Gonçalves Fonseca a grupos de sertanistas paulistas, que tinham viajado até as missões castelhanas de Moxos, foi relatada a existência de um grande número de ameríndios vivendo no interior das reduções castelhanas, que chegavam a

---

<sup>56</sup> CANOVA, Loiva. Imagens dos Índios Paresi no Espelho do Colonizador (1719-1757). In: **Territórios e Fronteiras**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, v. 4. n. 1, jan./jun.2003. p. 54. Disponível em: [http://www.ppghis.com/revista\\_lista.php](http://www.ppghis.com/revista_lista.php) Acesso em: 25 jan.2006.

<sup>57</sup> SIQUEIRA, Elizabeth. **Os Índios Paresi na História de Mato Grosso**. Cuiabá: RIHGMT, tomos CXXXVII – CXXXVIII, 1992, p. 121-142.

centenas, bem armados com arcos e flechas. As populações ameríndias que viviam na “parte ocidental do reino do Peru”, foram identificadas como Guarayo, Urumus, Moré, que viviam na missão de São Miguel; Guajaratas, na missão de Santa Madalena. Ao findar a primeira metade do século XVIII, “em Mojos, a Missão de Exaltación contava com 3.000 índios *Cajubaba*; a de San Luís, com 1.630 índios *Movina*”.<sup>58</sup>

Esses grupos de ameríndios passaram, a partir da segunda metade do século XVIII, a ser cobiçados pela Coroa, que buscava atraí-los para viver na capitania geral do Cuiabá e Mato Grosso. Nos Anais de Vila Bela, encontram-se informações sobre outras populações estabelecidas no distrito de Mato Grosso.

Esse vastíssimo terreno era povoado antigamente por numerosa gentilidade. Entrando, pouco a pouco, os sertanistas, pela banda do Mato Grosso, e os missionários de Espanha, pela parte oposta, se foi despovoando, com a diferença. Por isso que o gentio que dali livraram os missionários, se acha hoje muita parte dele estabelecida da banda ocidental em três missões: São Simão, São Miguel e Santa Rosa. Mas, o que conquistaram os nossos sertanistas, quase se extinguiu. Principalmente sabemos se acabou a nação dos Curicharas, Amios, Mabas e outros, sem que no presente estabelecimento da missão se achasse um deles, nem no lugar das suas naturalidades nem em Mato Grosso, mais que um ou outro indivíduo. Das nações de que havia maiores relíquias eram os Guajuratás, Mequéns, que, por serem nações numerosas e últimas na conquista, não tinham experimentado total ruína.<sup>59</sup>

As missões, de São Simão, São Miguel e Santa Rosa, que se encontravam localizadas às margens do rio Guaporé, foram fundadas por missionários jesuítas na primeira metade do século XVIII. Os padres jesuítas encontravam-se em busca de ameríndios para “catequisar”, e visavam estabelecer, a partir do rio Guaporé, uma base de operações mercantis com outras missões situadas na Província de Moxos e Chiquitos. Através da navegação fluvial, via rio Guaporé, pretendiam escoar os produtos produzidos nessas aldeias, ampliando os domínios espanhóis em direção ao ocidente. Pretensões essas que geraram tensões na fronteira oeste a partir de 1750, com a chegada do governador D. Antonio Rolim de Moura Tavares, à capitania de Mato Grosso.

---

<sup>58</sup> MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*, Petrópolis: Vozes, 1989, p.143.

<sup>59</sup> *Anais de Vila Bela: 1734-1789*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Org.). Cuiabá, MT: Carlini e Caniatto; EdUFMT, 2006, p. 75.

## **Criação da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso e da Vila Bela da Santíssima Trindade**

Como vimos, à medida em que os luso-brasileiros avançavam pelos territórios do Cuiabá e do Mato Grosso, os contatos com as populações indígenas variavam do embate físico a relações amistosas. Quando possível, o colonizador recorria às alianças, inclusive para garantir que a posse pacífica do território assegurasse a sua povoação. Vimos também que, pouco a pouco, as ações espontâneas dos sertanistas foram sendo substituídas por uma colonização dirigida pela Coroa portuguesa, que culmina na criação de um governo da região autônomo em relação à capitania de São Paulo, da qual era subordinada.

Esse processo, inclusive, deve ser visto como incluído em uma série de acontecimentos que ultrapassa o âmbito da América portuguesa, pois, desde meados do século XVII, Portugal foi perdendo o controle de suas ricas possessões no Oriente, o motivo, *grosso modo*, deveu-se às constantes disputas entre as principais nações européias, como a França, Inglaterra e Holanda, interessadas em ampliar o poderio econômico e comercial naquela área. A disputa comercial foi intensificada a partir da criação de companhias de comércio holandesas, inglesas e francesas, alargando os vínculos entre essas nações com o Índico, a América do Norte e o Extremo Oriente. O avanço colonial para as Antilhas e o litoral ocidental da África também foram visíveis, fazendo com que as Coroas ibéricas, gradativamente, perdessem esses mercados. As disputas entre Inglaterra e França, em busca da hegemonia política no velho continente europeu, arrastaram as nações de menor estatura, como Portugal e Espanha, em uma série de conflitos bélicos, como a guerra de Sucessão ao trono espanhol. Este episódio teve fim com a assinatura do Tratado de Utrech, em 1713, permitindo que as nações ibéricas vivessem relativo período de paz. No entanto, episódios como a sucessão ao trono da Polônia (1733-1748) e da Áustria (1740-1748) colocaram, novamente, franceses e ingleses em lados opostos.

Quando as relações entre a Inglaterra e a França tornavam-se mais acirradas, as suas antigas aliadas, Portugal e a Espanha, ficavam ao sabor da instável política européia, o que acabou provocando tensões nas fronteiras das suas possessões americanas, agravando ainda mais as difíceis relações entre essas duas nações. Mesmo com a assinatura do Tratado de Utrech, colonos luso-brasileiros e espanhóis vinham se enfrentando na região platina. O interesse português nessa região se justificava pelo controle da Colônia do Sacramento, lugar estratégico, entreposto militar e comercial erguido, em 1680, em pleno território espanhol.<sup>60</sup>

As Coroas ibéricas, já nesse período, enfraquecidas devido a perdas dos seus principais mercados coloniais, deparavam-se cada vez mais com a iminência de possíveis invasões, por parte de outras nações européias, de suas ricas possessões americanas. As negociações para a definição de um tratado que fixasse os limites entre os domínios portugueses e espanhóis, na América do Sul, tiveram início em 1746, culminando com a assinatura do Tratado de Madri, em janeiro de 1750.

Nesse ínterim, a Coroa criou a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, em 1748, peça estratégica da diplomacia lusa interessada em garantir a posse definitiva dos espaços conquistados pelos sertanistas paulistas nas primeiras décadas do século XVIII.

[...] Hei por bem por resolução do presente mês e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, cometer-vos a administração interina dos ditos dois novos governo, enquanto não sou servido nomear governadores para eles, a qual administração vos ordeno exerciteis debaixo da mesma homenagem me destes pelo governo que ocupais e por ser conveniente que as duas Comarcas de São Paulo e Paranaguá, que medeiam e são mais vizinhos a esta Capitania do Rio de Janeiro dependam desta; sou servido que o Governador da praça de Santos administre todo o militar da ditas duas comarcas, ficando subalterno dessa Capitania do Rio de Janeiro, como estava antes que se criasse o governo de São Paulo, e como estão os Governadores da Ilha de Santa Catarina, do Rio Grande de São Pedro, e da Colônia, e os confins do mesmo governo subalterno de Santos, serão para a parte do norte, por onde hoje partem os governadores dessa mesma Capitania do Rio de Janeiro, e São Paulo, e para a parte do sul, por onde parte o mesmo governo de São Paulo, como o de Santa Catarina, e no interior do sertão, pelo Rio Grande, e pelo rio Sapucaí, ou por onde vos parecer; e se vos avisa a que os confins do governo de Goiás hão de ser da parte de leste; por onde hoje partem os governos de

---

<sup>60</sup> BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 51-80.



São Paulo, e de Minas Gerais, e da parte norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de São Paulo com os de Pernambuco Maranhão, e os confins do governo de Mato Grosso e Cuiabá, hão de ser respeito a sua confrontação com os governos de Goiás e do Estado do Maranhão, visto a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, tendo determinado se ordene a cada um dos novos governadores e também do Maranhão, informem por onde poderá determinar-se mais cômodo e naturalmente a divisão. El Rey Nosso Senhor a mandou pelo Dr. Raphael Pires Pardino e Thomé Joaquim da Costa Corte-Real, Conselheiros do meu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias; Pedro José Correa e fez em Lisboa, a 9 de maio de 1748 – o Secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre, a fez escrever. Raphael Pires Pardino - Thomé Joaquim da Costa Corte-Real.<sup>61</sup>

Procurava D. João V, reorganizar administrativamente suas conquistas americanas, visando o controle efetivo das áreas que, desde meados do século XVII e a primeira metade do século XVIII, foram sendo ocupadas pelo avanço da colonização luso-brasileira. Tratava-se de atribuir governos a essas dispersas espacializações, procurando desta forma, integrá-las ao restante do Império português, e garantir a defesa, principalmente, das capitanias Rio Grande de São Pedro e da recém criada capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, por estarem próximas aos domínios espanhóis, o que implicava em cuidados redobrados por parte da administração reinol. Com a criação da nova capitania, pretendia a Coroa dar continuidade à reorganização político-administrativa do extenso território da América portuguesa: dividi-lo para administrá-lo com maior eficiência e garantir a posse de vastas áreas de terras ao Oeste da América portuguesa. A capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso ficou dividida em dois distritos ou repartições: Mato Grosso e Cuiabá. O distrito de Mato Grosso ficou vinculado à rota monçoeira norte, passando Vila Bela a se constituir como o principal núcleo de povoamento, devido ter sido escolhida como sede do governo. A partir da criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, medidas deveriam ser implementadas, visando incentivar o povoamento da capitania, promovendo isenções fiscais e a concessão de privilégios e mercês.

---

<sup>61</sup> 1748, Janeiro, 29, Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o regulamento dos novos governos das Minas de Goiás e da Vila de Cuiabá e sua criação. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 04, documento 223).

No distrito do Cuiabá, desde o período de 1718-1722, foram formados os arraiais de São Gonçalo, Forquilha e do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, dentre outros. A Coroa vinha criando, nesses espaços de mineração infraestrutura capaz de garantir a produção de gêneros alimentícios, com a distribuição de sesmarias; a defesa das rotas fluviais (rios Paraguai e Cuiabá); a fixação de registros; a abertura de caminhos terrestres (Goiás) etc. A Vila Real do Cuiabá, mesmo com o declínio da produção do ouro na década de 1730, continuou a possuir a maior população de toda a capitania, exercendo ativo papel político e econômico, principalmente na condução da expansão colonial para o vale do Guaporé (distrito de Mato Grosso). A Vila Real do Cuiabá consistia no principal núcleo de povoamento do distrito do Cuiabá, exercendo importante eixo de ligação comercial com as capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.<sup>62</sup>

Vários pareceres emitidos pelo Conselho Ultramarino, desde 1719 até as vésperas da assinatura do Tratado de Madri, atestam o desejo de incorporação das terras a Oeste e amazônicas, de forma incontestável, ao império português. Cabe lembrar que, desde 1716, a Coroa portuguesa implementara uma política de criação de vilas com ruas, praças e moradias bem construídas, em formato retangular, geometricamente bem definidos: “Fisicamente, a construção de arraiais e vilas planificadas no interior do Brasil no século XVIII representava o compromisso de Portugal com o absolutismo e com o Iluminismo”.<sup>63</sup> Procurava a Coroa manter controle sobre os povoados criados nos sertões, e esperava-se, através desse programa de ações, criar ambientes urbanos que apresentassem ares de civilidade, semelhantes às cidades e vilas européias.

---

<sup>62</sup> FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Cuiabá, MT: Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, p. 35.

<sup>63</sup> DELSON, Roberta Max. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto, Brasília: Ed. ALFA-CIORD, 1997, p. 4.

Em 1729, através de uma ordem régia, D. João V ordenou a todas as autoridades coloniais, instaladas no território da América portuguesa, que fizessem levantamentos minuciosos através de mapas, tanto dos sertões como dos núcleos de povoados litorâneos existentes. O interesse da Coroa era conhecer os “districtos de cada Bispado, Governo, Capitanias, Comarca e doações”,<sup>64</sup> o que demonstra que a Coroa visava, nesse período, prover importante domínio colonial através de uma organização político-administrativa mais adequada, visando garantir a sua soberania em áreas onde tinha pouca influência.

Com o falecimento de D. João V, coube ao seu filho, D. José I, dar prosseguimento à centralização político institucional para assegurar que o mais importante domínio colonial – a América portuguesa – estivesse amplamente articulado aos interesses políticos, econômicos e comerciais de Portugal.

As Instruções de 1749, enviadas ao governador da capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura, é uma peça documental que atesta os interesses da Coroa em assegurar o controle das áreas conquistadas pelos colonos luso-brasileiros. O documento continha trinta e dois parágrafos, sendo que boa parte deles fazia referência à necessidade de se garantir o povoamento e a militarização da capitania mato-grossense. No parágrafo 2º, diz-se:

Por ser entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja *forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquelas paragem uma vila*, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se; e que para decência do Governo e pronta execução das ordens se *levantasse uma Companhia de Dragões* e, ultimamente, *determinei se erigisse Juiz de Fora* no mesmo distrito. Encomendo-vos, que depois que a ela chegardes, considereis e me façais presente quais outras providências serão próprias para o fim proposto de aumentar e fortalecer a povoação daquele território.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> **IGHB**. Seção documentos. Lata 89, doc I “ordens régias” (1726/1760)”. Ff 31v/33. Apud CANAVARROS, op. cit., 2004, p. 281;

<sup>65</sup> Instrução da rainha D. Maria Ana de Áustria para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Apud MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Xerox, 1985, p. 24.

A Coroa, desde 1740, tinha relativo conhecimento do rio Guaporé, das suas potencialidades, não somente para a navegação, como a principal fonte de alimento (e lazer) para a população que habitava os arraiais do vale do Guaporé.

A navegação pelo roteiro fluvial Madeira/Guaporé foi proibida pelo Alvará de 27 de outubro de 1733, o que foi confirmado pela Ordem Régia de 1737, que proibiu qualquer contato entre Pará e Mato Grosso. Essa interdição visava evitar o contrabando de ouro, o comércio com os espanhóis e o despovoamento do Pará diante dos novos achados auríferos. No entanto, a provisão de 14 de novembro de 1752, que chegou à Capitania dois anos depois, liberou o comércio por essa rota fluvial. Nesse momento, o trânsito do lado português foi considerado um meio de impedir o ir e vir dos jesuítas espanhóis que procuravam se estabelecer no território luso.<sup>66</sup>

Manter o controle da navegação do rio Guaporé significava controlar a entrada e saída de mercadorias produzidas na região, dar continuidade à expansão para áreas em direção ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Outro objetivo pretendido pela Coroa era o de estabelecer, a partir dos arraiais do Mato Grosso, maior controle de áreas próximas ao rio Guaporé, como forma de criar uma rede de povoações nessa linha de fronteira. A articulação entre espacializações como arraiais, vilas, fortalezas, aldeias ameríndias, registros e fazendas, de forma integrada, era imprescindível para a formação de um território pleno incorporado ao império português.

Para que essas ações fossem colocadas em prática, a Coroa havia ordenado a Rolim de Moura que fundasse uma nova vila no distrito de Mato Grosso. A formação de uma Companhia de Dragões e a presença de um Juiz de Fora faziam parte do aparato político-administrativo necessário à composição de um novo núcleo urbano escolhido para ser a sede do governo da capitania.

A fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade ficou registrada nos seus Anais:

Passada a festa de Natal na chapada, em que fez o juiz-de-fora os primeiros pelouros dos oficiais que haviam de servir na nova vila, entrando o ano de 1752, em meado de janeiro, partiu Sua Excelência com o juiz-de-fora para este campo, ou Pouso Alegre, a disporem a criação da vila. Por ser à beira do rio, e dar início de que este alargaria a vagem do terreno mais vizinho, se esperou todo o mês de fevereiro. Entrando março, como se viu que o rio, com a sua enchente, não vencia o barranco, se puseram os editais para se convocar o povo ao levantamento da vila, lavrado já para essa função o

---

<sup>66</sup> JESUS, op. cit., p. 317. Capítulo 9: Via Bela.

pelourinho. Juntos os bons e povo destas minas, em dia de São José, de tarde, em uma casa que se armou, coberta de toldos, no lugar da praça, se fez o ato da ereção da vila, levantando-se também pelourinho, abrindo-se o primeiro pelouro, dando-se posse aos vereadores e aos oficiais da milícia, providos por Sua Excelência: João Pereira da Cruz, capitão-mor; Francisco de Sales Xavier, sargento-mor; Antônio da Silveira Fagundes Borges capitão; e o Ajudante João Nunes de Melo.<sup>67</sup>

A fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, escolhida pela Coroa para ser “cabeça de governo” da capitania de Mato Grosso tem sido objeto de estudos por parte de historiadores, antropólogos, urbanistas e arqueólogos, motivados pelos mais diferentes interesses. No entanto, interessa-nos perceber a criação desta vila como o espaço urbano responsável pela governabilidade da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, em especial, a organização político-territorial do distrito de Mato Grosso, considerado pela Coroa como porta de entrada para a investida de padres jesuítas e tropas espanholas para o interior do território da América portuguesa. No distrito de Mato Grosso existiam jazidas de ouro e diamantes, porém, em pequenas proporções, se comparadas à produção de Minas Gerais, o que poderia atrair as populações espanholas vizinhas. Caberia por parte do governador Rolim de Moura, atenção redobrada devido ser o distrito de Mato Grosso fronteira com o Vice-Reinado do Peru.

Na Instrução de 1749 havia determinação para que o governador (que possuía patente de capitão-general) empreendesse o povoamento do distrito de Mato Grosso através da concessão de “privilégios e isenções [...] convidar moradores e mineiros para irem povoar aquele território”.<sup>68</sup> Vila Bela, na condição de sede do governo da capitania de Mato Grosso deveria estar aparelhada com a Provedoria, Ouvidoria, a Intendência do Ouro, órgãos que se encontravam assentados na Vila Real do Cuiabá desde a sua fundação, em 1727. A demora na transferência desses órgãos para Vila Bela resultou em inúmeras reclamações do governador Rolim de Moura às autoridades em Lisboa sobre as dificuldades em dar cumprimento às determinações contidas nas Instruções. A ausência desses órgãos em Vila Bela, de certa forma, não consagraria por

---

<sup>67</sup> *Anais de Vila Bela*, op. cit. p. 51.

<sup>68</sup> *Instrução de 1749*, op. cit., p. 25.

definitivo o poder do governador, como também a instalação de Vila Bela, como sede político-administrativa da capitania. Insistia o governador em carta enviada em 5 de abril de 1757 a Diogo de Mendonça Corte Real reiterando a solicitação de instalação de uma casa de fundição do ouro no distrito de Mato Grosso como uma forma de garantir a cobrança dos impostos e o controle da produção aurífera.

Pelo que toca as capitações, sabe Vossa Excelência muito bem que a razão de ainda durarem nesta capitania é, por sua Majestade não haver resolvido, se a Casa de fundição há de se estabelecer, no Cuiabá, ou aqui, porque, ainda que eu sobre essa matéria expus os inconvenientes, que me pareceu haverem de resultar a Real Fazenda da Casa da Fundição foi por me dar lugar a isso a informação que me pediram do Conselho, pois mal podia eu estabelecer a dita casa ao mesmo tempo que me mandavam informar, aonde seria melhor estabelecer-se.<sup>69</sup>

Nessa correspondência, Rolim de Moura apresenta um balanço sobre a produção de diamantes em Mato Grosso, assegurando a Corte Real, que localidades como as antigas minas do rio Coxipó-Mirim, além do ouro que tinha sido encontrado nas primeiras décadas do século XVIII, “nunca se achara mais que algum olho de mosquito, e com grande raridade”. Referia-se o governador, citando as minas do Paraguai onde tinham sido tiradas várias pedras de diamantes “inferiores na qualidade aos de Serro Frio”. Sobre as pedras extraídas da chapada de São Francisco Xavier afirmou que desde “o princípio do seu descobrimento esteve proibido, por ser lhe acharem certos diamantes”. No entanto, a sua queixa não pairou somente na reivindicação da instalação da casa de fundição no distrito de Mato Grosso, mas a demais órgãos essenciais ao governo da capitania de Mato Grosso:

[...] a transferência da ouvidoria da Vila Real para Vila Bela, não foi imediata, pois Antonio Rolim de Moura, temendo maiores insatisfações dos cuiabanos, hesitou em empreender a sua mudança, assim como a de outros órgãos, rapidamente. No entanto, no ano de 1760, o rei ordenou que os ministros da justiça, intendência, provedoria e seus cartórios fossem transferidos para a capital, o que era necessário. A ouvidoria da Vila Real já vinha sendo vexada pelos seus ministros e nessa circunstância o governador deparou-se com um sério conflito com o ouvidor João Antonio Vaz Morilhas, acusado de vários crimes que lesavam os cofres reais. Aproveitando o ensejo

---

<sup>69</sup> Carta a Diogo de Mendonça Corte Real em 05 de abril de 1757. *Antonio Rolim de Moura. Correspondências*. Volume 3. Documento 091. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1983, pp. 65-66.

dessa situação, Rolim de Moura deu início à mudança. Além de cabeça de governo, Vila Bela passava a ser cabeça de comarca.<sup>70</sup>

A fundação da vila ocorreu no final do período de chuvas na região. Doenças como malária e tifo eram corriqueiras, e a comunicação com a Vila Real do Cuiabá se tornava ainda mais crítica devido aos caminhos alagadiços. O governador escolheu meados de março para fundar a vila, entretanto, as primeiras obras somente tiveram início, timidamente, no período da seca, entre os meses de julho a setembro de 1752. O sítio escolhido para a fundação do novo núcleo urbano foi Pouso Alegre, em função da sua posição situado às margens do rio Guaporé, o que poderia garantir acesso à água e a comunicação com as minas do Mato Grosso. Percebe-se, que desde então, a preocupação do governador Rolim de Moura em garantir que houvesse população próxima à vila-sede para auxiliá-lo, caso sofresse ataques de tropas inimigas espanholas ou de ameríndios. A proximidade com os arraiais do vale do Guaporé poderia também permitir que fosse feito o recrutamento de trabalhadores para a edificação de Vila Bela.

A Coroa preocupava-se com o traçado urbano da nova vila-sede, orientando o governador Rolim de Moura, através da Instrução de 1749, para que provesse o novo povoado com ruas bem planejadas, formato em xadrez, casas alinhadas, padronizadas. Esta preocupação da Coroa não era um privilégio local, mas fazia parte de um programa de ações políticas de desenvolvimento urbano para que as cidades e vilas do império português seguissem esse padrão.

A planificação das vilas e cidades no império colonial português objetivava ter maior controle sobre as pessoas que habitavam espaços urbanos, transformá-lo em um verdadeiro lugar de colonização lusitana. No caso de Mato Grosso buscava-se também que o recém-conquistado território na fronteira oeste garantisse frente à Coroa espanhola a posse e uso do espaço.<sup>71</sup>

A Vila Bela da Santíssima Trindade, na condição de sede político-administrativa, tinha como função primordial garantir a governabilidade dessa

---

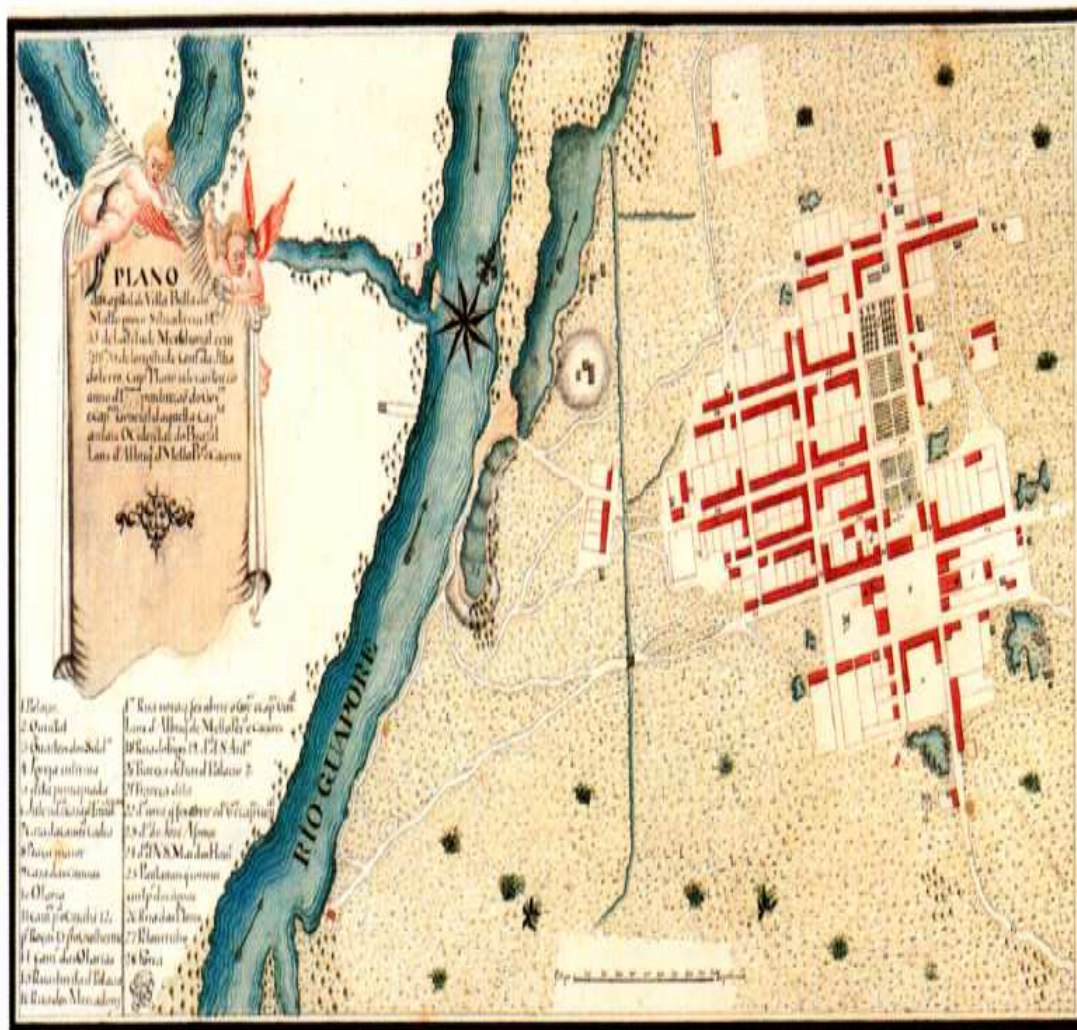
<sup>70</sup> JESUS, op. cit., p. 334-335.

<sup>71</sup> SILVA, João Bosco da. *Vila Bela á época de Luis de Albuquerque (1772-1789)*. Cuiabá 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, p. 26. Disponível em: [http://www.ppghis.com/dissertacao\\_lista.php](http://www.ppghis.com/dissertacao_lista.php).> Acesso em: 18 nov. 2007.

estratégica capitania, considerada antemural da colônia luso-brasileira. Essas medidas, porém, foram aplicadas ao longo da segunda metade do século XVIII, durante a sua administração e as de seus sucessores.

Rolim de Moura, deveria fundar a vila, visando transformá-la em um núcleo urbano modelar, com infraestrutura capaz de situá-la como a principal referência política, econômica e comercial do extremo oeste da América portuguesa. O governador procurou utilizar os poucos recursos humanos e financeiros disponíveis para dar conta do que tinha sido determinado pela Coroa: o povoamento, a militarização e a integração política e comercial com o Estado do Grão-Pará, consistiam ações fundamentais para que fossem, definitivamente, integrados esses espaços de mineração e de fronteira, enquanto configurações territoriais pertencentes ao império português. Propósitos, porém, que a duras custas da exploração de homens livres e pobres; africanos, crioulos e ameríndios escravizados, a Coroa conseguiu fixar pontos equidistantes (vilas, arraiais, fazendas, destacamentos militares, fortalezas e registros), garantindo a permanência (nem sempre duradoura) de populações heterogêneas (em seu modo de viver), nesses espaços que passaram a ficar sob o controle jurisdicional português.





Planta da capital de Vila Bela do Mato Grosso, 1777. Fonte: Anais de Vila Bela (2006).

## **2 - A AMÉRICA PORTUGUESA DO TRATADO DE MADRI AO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO**

A partir de 1746, a diplomacia portuguesa e espanhola começou a negociar a celebração de um tratado de limites entre os seus domínios coloniais na América do Sul e na Ásia. Enquanto as negociações transcorriam, o Conselho Ultramarino deu parecer sobre a criação da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso e da capitania de Goiás (1748), desmembrando-as da capitania de São Paulo. Em janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, por intermédio do qual a Coroa portuguesa conseguiu assegurar as terras conquistadas pelos sertanistas paulistas no oeste e sul do Estado do Brasil. Ao norte, no vale Amazônico, também foram atendidos os interesses portugueses, garantindo a defesa daquele território diante da possibilidade de investidas de franceses, holandeses, espanhóis e ingleses. Consolidou, assim, o controle político-administrativo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, fortalecendo o vínculo com o Reino e não ao Governo Geral do Brasil.

Esperava a Coroa, a partir do Tratado de Madri, dar continuidade à reorganização político-territorial iniciada no reinado de D. João V, delimitando as fronteiras de sua possessão americana, de modo a prover esses espaços com população e tropas militares e propiciar o incremento de atividades produtivas e comerciais, visando garantir a soberania portuguesa nessas dilatadas regiões. Nesse sentido, a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, em especial, o distrito do Mato Grosso, foco principal desta pesquisa, era o espaço mais vulnerável, considerado uma fronteira aberta para investidas de jesuítas e tropas espanholas.

Nas instruções enviadas aos governadores Gomes Freire de Andrade, Antonio Rolim de Moura Tavares e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre 1749 e 1753,<sup>72</sup> a Coroa esboçou as diretrizes político-administrativas

---

<sup>72</sup> Instrução de 1749; Instrução de Diogo de Mendonça Corte Real para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Lisboa, 31 de maio de 1751; Instrução do Rei, D. José I, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Lisboa, 30 de abril de 1753; Carta (Instrução) de Sebastião José

direcionadas às capitanias que mantinham fronteiras com os domínios espanhóis na América do Sul. Ou seja, definiu políticas de fronteiras para essas áreas onde havia precária presença portuguesa: era preciso incorporar esses espaços à dinâmica política, jurídica, econômica, militar e populacional portuguesa.

Segundo as instruções enviadas a D. Antonio Rolim de Moura Tavares, em 1749, ele deveria priorizar o povoamento e a militarização, principalmente, do distrito do Mato Grosso, como dissemos, área mais vulnerável a ataques de tropas estabelecidas nas missões jesuítas das províncias de Moxos e Chiquitos e na cidade de Santa Cruz de la Sierra. Para as autoridades reinóis havia urgente necessidade de se “fechar” o acesso à entrada dos espanhóis na capitania de Mato Grosso, pois se almejava promover a sua integração territorial e comercial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, utilizando as rotas fluviais e terrestres (rios Paraguai, Guaporé, Mamoré e Madeira) para que houvesse o escoamento de mercadorias, transporte de militares e de comerciantes entre essas duas regiões. Pretendia-se também criar núcleos de povoamento de Vila Bela até o rio Madeira, além do incremento de atividades produtivas como a pecuária, extração mineral, lavoura e a exploração das drogas dos sertões.

Isabella Fagundes Braga propõe dois conceitos para se pensar as diferentes formas ou modalidades estabelecidas pela Coroa para a ocupação e controle político-territorial da Amazônia colonial. Conceitos estes que serão aqui utilizados para se pensar também a organização político-territorial da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso: o primeiro: podemos considerá-lo como **práticas fixas**, ou seja, a instalação de *povoados* (vilas, arraiais, aldeias ameríndias e fazendas), *militares* (destacamentos e fortalezas), *político-administrativo* (judiciário, fiscal, militar e eclesiástico), organização da capitania em distritos, termo, freguesia, prelazia e paróquia; e o segundo: como **práticas**

---

de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrade. Lisboa, 21 de setembro de 1751, op. cit., pp. 23-57.

**móveis:** expedições demarcatórias, militares, eclesiásticas, comerciais e bandeiras de apresamento.<sup>73</sup>

Consideramos que as práticas fixas apresentam o mesmo sentido conceitual atribuído por Carlos Alberto Rosa, para se pensar a construção de diferentes formas de espacializações luso-brasileiras, desde a criação da Vila Bela da Santíssima Trindade até o rio Madeira, limite geográfico divisor entre a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nesse sentido, a utilização desse conceito (práticas fixas) amplia a possibilidade de se perceber a organização político-territorial desta capitania, a partir de uma “lógica” geopolítica pensada pelas autoridades reinóis no decorrer da segunda metade do século XVIII.

São escassos os estudos historiográficos que dão a devida atenção à constituição da fronteira ocidental do Império português, procurando percebê-la a partir da sua formação político-territorial, econômica, populacional e militar. Os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores têm focado as relações econômicas, sociais e os embates militares entre portugueses e espanhóis no estuário do rio da Prata, tendo a Colônia do Sacramento como cenário privilegiado, entre meados do século XVII e ao longo do século XVIII,<sup>74</sup> deixando de lado a possibilidade de pensar as possíveis articulações ou ligações que possam ter existido entre os diferentes grupos étnico-sociais (missioneiros jesuítas, comerciantes, autoridades régias, colonos, africanos e ameríndios) estabelecidos nessas duas fronteiras.

Apesar da grande distância que separava essas duas regiões do território da América portuguesa, consideramos que havia sintonia entre situações enfrentadas pelas autoridades que se encontravam em Mato Grosso e os

---

<sup>73</sup> FERREIRA, Isabella Fagundes Braga. **Territorialidades de um império:** a Amazônia colonial 1751-1759). Dissertação (Mestrado em História). Brasília, UNB, 2002.

<sup>74</sup> POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra:** a vida na Colônia de Sacramento (1715-1735). São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo; PRADO, Fabrício Prado. **Colônia do Sacramento:** O extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

acontecimentos que ocorriam na Colônia do Sacramento e no Estado do Grão-Pará e Maranhão. A capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso não ficou imune aos eventos ocorridos nessas duas regiões, durante a segunda metade do século XVIII, nem aos conflitos bélicos que envolveram Portugal e a Espanha na península ibérica. Podemos, *grosso modo*, buscar relações entre o levante guaranítico dos Sete Povos das Missões, de 1754, e as disputas ocorridas entre colonos, jesuítas e a Coroa pelo controle da mão-de-obra ameríndia, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e com acontecimentos ocorridos na capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, como a retirada dos padres jesuítas castelhanos das aldeias de São Simão, Santa Rosa e São Miguel, localizadas às margens do rio Guaporé, e sua interferência no andamento de demarcação da fronteira oeste com os domínios espanhóis. Um outro aspecto ainda pouco estudado trata da prática do contrabando *secreto* adotado pela Coroa com o apoio das autoridades estabelecidas em Mato Grosso, a partir da década de 1760, com o interesse em introduzir mercadorias no Vice-reinado do Peru, em troca da prata extraída das minas de Potosí. Se a Colônia do Sacramento, desde 1680 era considerada como um importante entreposto militar e comercial para Portugal, a partir do Tratado de Madri, duas décadas depois desse acordo, o distrito do Mato Grosso passou a ser percebido por Portugal como um possível canal de contrabando com as Províncias de Moxos e Chiquitos e a cidade de Santa Cruz de la Sierra, voltando a sua atenção para a fronteira mais ocidental do Império português.

Neste capítulo, pretendemos trabalhar como foram estabelecidas as negociações diplomáticas entre as Coroas de Portugal e da Espanha, que antecederam a assinatura do Tratado de Madri (1750). Como também, abordaremos sobre as tentativas de demarcação de fronteiras entre os seus domínios coloniais na América. Outro ponto que será discutido, trata-se do esforço da Coroa lusa em promover a reorganização político-administrativa do território da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Com a criação da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, em 1748, visava a coroa

manter a defesa dos seus domínios a oeste da América portuguesa, devido a proximidade com as terras espanholas, como viabilizar a integração político-territorial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, integrando assim, essa grande espacialização ao patrimônio do seu império.

### **O Tratado de Madri**

Segundo Mauro César Coelho, ao estudar as cartas escritas pelo diplomata Alexandre de Gusmão ao rei D. João V, ressalta que o experiente estadista considerava as vantagens que os portugueses poderiam obter ao assinar o Tratado de Madri, ao tornar nulo o que determinavam os antigos Tratados de Tordesilhas (1494) e de Utrech (1713). Um dos pontos destacados dizia respeito à troca da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, o que possibilitaria obter terras de boa qualidade para a lavoura, abastecer os armazéns de gêneros alimentícios para sustentar as tropas militares instaladas naquela fronteira, além de mantê-los preparados para dar combate aos espanhóis, o que permitiria revidar, quando surgisse à oportunidade, conquistando algumas terras ocupadas pelos vizinhos inimigos.

Um outro ponto seria manter o controle dos rios existentes na capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, no vale do Guaporé, região que daria acesso, através do rio Guaporé e demais rios amazônicos ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Além destas vantagens, considerava o experiente estadista sobre a possibilidade do estabelecimento de um profícuo comércio com os povoados espanhóis de Santa Cruz de la Sierra e Potosí, além das missões espanholas estabelecidas nas Províncias de Moxos e Chiquitos. Esses povoados eram distantes dos portos instalados no litoral de Buenos Aires e de Lima, o que implicaria em altos custos para a aquisição de mercadorias. Nesse caso, acreditava Alexandre de Gusmão que através dos portos de Belém poderia a

Coroa introduzir mercadorias no Vice-reinado do Peru e auferir riquezas consideráveis.<sup>75</sup>

O embaixador “brasileiro”, nascido em Santos em 1695, Alexandre de Gusmão, preparava, com antecipação, uma agenda das principais atividades que os portugueses deveriam se pautar, a partir da assinatura do Tratado de Madri. Definia, assim, os interesses geopolíticos traçados pela Coroa para a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A integração entre essas duas regiões era imprescindível para que fosse fomentado o comércio regular entre a cidade de Belém e Vila Bela, como também se estabelecesse com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru, através da capitania mato-grossense, relações comerciais. Apesar de não fazer referência ao contrabando com os espanhóis, aventava-se essa possibilidade, como uma forma de obter a prata extraída do altiplano andino.

O acordo foi assinado em 14 de janeiro de 1750, e caberia as Coroas de Portugal e da Espanha, dar cumprimento ao que tinha acertado. Um dos principais pontos dizia respeito à demarcação de suas possessões na América do Sul, tendo como parâmetro o princípio do *uti possidetis* (ocupação efetiva). Desta forma, as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, a oeste e no extremo-sul do território da América portuguesa ficariam incorporadas, definitivamente, ao Império português. Também ficara decidido que Portugal entregaria, por definitivo, a Colônia do Sacramento para a Espanha que, em troca, repassaria o território dos Sete Povos das Missões aos portugueses, situado à margem leste do rio Uruguai.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> COELHO, Mauro César. **Do Sertão para o Mar**: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo, SP. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, pp. 95-96. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 04 mar. 2007.

<sup>76</sup> SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1850. In: **História da América Latina. América Latina Colonial**. Volume 1. Leslie Bethel (Orgs.). Tradução Maria Clara Cescato. 2ª edição. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

No entanto, seria simplista percebermos a celebração deste acordo se não observamos o alcance que teria mais tarde, na reconfiguração político territorial da América portuguesa. Com a morte de D. João V e o início do reinado de D. José I, foi dada continuidade à reorganização político-administrativa na América portuguesa, transformando o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará em Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751). Em Mato Grosso, medidas importantes foram tomadas como a criação da Vila Bela da Santíssima Trindade, no vale do Guaporé, limítrofe com os domínios espanhóis e a liberação da navegação fluvial entre Vila Bela e Belém.

A navegação pelo roteiro fluvial Madeira/Guaporé foi proibida pelo Alvará de 27 de outubro de 1733, o que foi confirmado pela Ordem Régia de 1737, que proibiu qualquer contato entre Pará e Mato Grosso. Essa interdição visava evitar o contrabando de ouro, o comércio com os espanhóis e o despovoamento do Pará diante dos novos achados auríferos. No entanto, a provisão de 14 de novembro de 1752, que chegou à Capitania dois anos depois, liberou o comércio por essa rota fluvial. Nesse momento, o trânsito do lado português foi considerado um meio de impedir o ir e vir dos jesuítas espanhóis que procuravam se estabelecer no território luso.<sup>77</sup>

A partir desse acordo, destacamentos militares e fortificações foram erigidas com o intuito de garantir a defesa político-territorial e a livre navegação com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A companhia geral do comércio do Grão Pará e Maranhão, criada pela Coroa, em 1755 tinha como missão abastecer as capitanias da Amazônia portuguesa e de Mato Grosso e, nas décadas de 1760-1770 procurou através do contrabando *secreto* (oficial) introduzir mercadorias nos povoados espanhóis vizinhos com a finalidade de obtenção da prata extraída do altiplano andino. Um outro ponto acertado no Tratado de Madri foi que caberia as Coroas de Portugal e da Espanha, através da formação de comissões mistas de profissionais contratados nas áreas de engenharia, cartografia, astronomia, matemática, enfim, promover a demarcação das capitanias do Rio

---

<sup>77</sup> JESUS, op. cit., p. 317.



Grande de São Pedro, Mato Grosso, do Pará e da capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755, por fazerem fronteira com os domínios espanhóis.<sup>78</sup>

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, desde meados do século XVII, luso-brasileiros e padres jesuítas disputavam a mão-de-obra ameríndia existente. Os colonos alegavam que dependiam dos “naturais da terra” para o seu sustento cotidiano, utilizando-os para as mais diferentes tarefas, desde a exploração das drogas dos sertões, até a realização de atividades domésticas. Devido o alto custo para se adquirir escravos africanos, a utilização da mão-de-obra ameríndia foi à solução encontrada para atender às demandas produtivas desses grupos sociais. Os jesuítas estabelecidos no Vale amazônico justificavam que o controle sobre os “naturais da terra” significava protegê-los das investidas dos colonos interessados apenas na exploração do seu trabalho. Em relação a este aspecto, Mauro César Coelho entende que a assinatura do Tratado de Madri reformulou a política metropolitana voltada ao controle das populações ameríndias, em especial, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, na medida que

[...] viabilizou, num contexto de falta de recursos e de pessoal, a utilização do indígena como o povoador português e, portanto, o instrumento de legitimação da soberania portuguesa sobre as áreas em disputa. Consequentemente, o poder das ordens religiosas sobre os índios, e especialmente da Companhia de Jesus estava, desde a formulação do tratado, já ameaçado [...] o controle sobre os índios era essencial para a produtividade das atividades de coleta de gêneros da floresta.<sup>79</sup>

A Coroa tinha a preocupação em manter o controle sobre os ameríndios que viviam no Estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, visando assegurar o povoamento desses dilatados domínios coloniais, como também utilizá-los como soldados-povoadores, assegurando a posse da terra, a defesa político-territorial. Nesse sentido, não se tratava de atos isolados, mas de um conjunto de ações que foram sendo empreendidas a partir do reinado de D. José I, mas exatamente a partir do início da administração

---

<sup>78</sup> FIGUEROA, José de Mesa, et all. **História de Bolívia**. La Paz: Editorial Gisbert e Cia, 2001, p. 267. O Vice-reinado de Buenos Aires a partir de 1771 passa a se chamar Vice-reinado do Rio da Prata, sendo o primeiro Vice-rei nomeado D. Pedro de Zeballos (1771-1778), que durante o seu governo foi assinado o Tratado de Ildefonso (1777), sendo devolvida para a Coroa espanhola o direito sobre a Colônia do Sacramento.

<sup>79</sup> COELHO, op.cit., p. 103.

pombalina, em 1756, com a ascensão de Sebastião José Carvalho de Melo ao cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino.

Acompanhando o desenrolar das ações empreendidas por funcionários coloniais para a civilização dos "naturais da terra" e para o povoamento de regiões ainda inabitadas, desde o início do reinado de D. José I, percebe-se que estas fizeram parte de uma política estabelecida sob princípios gerais e que, aos poucos, foi sendo refinada, na medida em que era posta em prática. Aliás, a Coroa portuguesa entendia que, para ter assegurada a posse de seus territórios americanos, era preciso aumentar "o número dos fiéis alumados da Luz do Evangelho, pelo próprio meio da multiplicação das povoações civis, e decorosas".<sup>80</sup>

Povoamento, defesa político-territorial, comércio e demarcação, podemos considerar como pontos-chave contidos no Tratado de Madri, que coube ao reinado josefino dar cumprimento. A demarcação das extensas fronteiras entre as possessões americanas luso-espanhola, no entanto, não foi um processo nada fácil de se levar adiante, pois desde o seu início em 1751, começou tumultuado em função de inúmeras desconfianças entre as Coroas portuguesa e espanhola.

### **Práticas Móveis: expedições demarcatórias**

As atividades de demarcação do Tratado de Madri na América do Sul tiveram relativo atraso, devido à morte do rei D. João V, em 31 de julho de 1750, adiando o início dos trabalhos para o ano seguinte. Duas comissões demarcatórias foram constituídas por profissionais nomeados pelas respectivas Coroas. A comissão da parte sul teve como comissários principais, do lado português, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela), e do lado espanhol, o Marques de Val Lírios. Também foram nomeados José Custódio de Sá e Faria, representante da Coroa portuguesa, e D. Manuel Antonio de Flores, do lado espanhol, como comissários responsáveis para estabelecer os marcos fronteiriços até a foz do rio Jauru, na capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá.

---

<sup>80</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII. In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, pp. 122-123. 1. CD ROOM.

Os trabalhos da Partida Sul tiveram início em 1752, mas sofreram interrupções devido à eclosão do levante guaranítico ocorrido entre 1754 e 1756. Somente em dezembro de 1759, as Coroas de Portugal e da Espanha consideraram os trabalhos concluídos. Com a eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), todo o trabalho feito por essa comissão foi considerado nulo, devido ao distrato do Tratado de Madri e assinatura de um novo acordo entre as duas Coroas, o Tratado de El Pardo, em 1761.

Pelo que ficava assentado, a fronteira começava em Castilhos Grande, no atual Uruguai, procurava as vertentes da Lagoa Mirim e do Rio Negro para alcançar o Ibicuí, pelo qual descia até o Rio Uruguai, seguindo por este até o Peperi-guaçu; daí prosseguia até o Iguaçu para alcançar o Paraná, buscando a seguir o Iguareí, e por este indo à fonte principal do contravertente mais próximo que desaguasse no Paraguai, por onde continuaria até o Jauru. Uma linha reta avançaria até o Guaporé. Na fronteira seguia as águas desse rio, do Mamoré e do Madeira, até a meia distância da boca de tal afluente do Amazonas, de lá saindo outra linha a buscar as nascentes do Javari, subindo este até o Solimões para continuar até a boca do Japurá, por cujo divisor de águas com o Negro, passaria ao encontro da cordilheira que se imaginava separasse a bacia do Orinoco da bacia do Amazonas.<sup>81</sup>

Para a comissão da Partida Norte, a Coroa designou o recém-nomeado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como primeiro comissário, em 30 de abril de 1752. Do lado espanhol, foi nomeado D. José de Iturriaga, em função do conhecimento que detinha sobre a região a ser demarcada e os negócios que ali possuía. O roteiro a ser seguido pelos comissários da Partida Norte deveria começar no marco do Jauru até o rio Negro.

As comissões, formadas por portugueses e espanhóis, visavam, além de promover a fixação de limites de suas possessões na América do Sul, auferir o maior número de informações sobre povoados, localização de rios e as potencialidades econômicas das áreas a serem demarcadas. Tais atenções requereram o custeio de expressiva participação de profissionais formados nas áreas de engenharia, cartografia, matemática, desenho, astronomia etc. Esses

---

<sup>81</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os Tratados de Limites. In: **A Época Colonial: Do descobrimento à Expansão Territorial**. Sergio Buarque de Holanda (dir.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 370.

profissionais, formados nas universidades de Portugal, Espanha e Itália, eram contratados para participar das expedições demarcatórias, como também para fazer parte das viagens científicas ocorridas no século XVIII, com o objetivo de estudar as variedades de espécies existentes nos reinos animal, vegetal e mineral.

No sentido de se obter maior eficácia e eficiência, os governadores eram, simultaneamente, comissários-gerais das partidas de demarcações de limites e, como consequência, aqueles a quem astrônomos e engenheiros-cartógrafos prestavam, no território, contas das suas observações; davam, igualmente, instruções aos viajantes-naturalistas sobre alguns percursos e prioridades a considerar e ordenavam às instituições competentes, como a Fazenda Real, os administradores das companhias monopolistas, as câmaras ou os diretores das povoações, que financiassem e auxiliassem com embarcações, remeiros, carregadores e alimentos os expedicionários; determinavam, de igual forma, o envio de remessas e a elaboração de textos e relatórios sobre as missões científicas.<sup>82</sup>

Assim, tanto as comissões demarcatórias como as expedições científicas do século XVIII tinham como missão elaborar mapas e relatórios sobre as regiões em que trabalharam, gerando uma rica memória sobre os domínios coloniais ibéricos na América do Sul.<sup>83</sup> Ao analisar os mapas elaborados por José Custódio de Faria e as aquarelas feitas pelo italiano Miguel Ciera, que compunham a equipe de demarcadores da Terceira Partida Sul, Maria de Fátima Costa afirmou que o trecho demarcado do rio Igurei até o rio Jauru:

Esta, sem dúvida, foi a mais bem sucedida das *partidas* formadas para a execução do que havia sido imposto pelo Tratado de Madri. Entre 1753-1754, conseguiram executar o trabalho sem que houvessem maiores divergências e estas não impediram que o Diário desta partida fosse assinado por todos os comissários. Em janeiro de 1754 já haviam fixado o Marco na barra do rio Jauru.<sup>84</sup>

Segundo Costa, grande parte da viagem empreendida por essa comissão foi registrada em aquarelas produzidas por Ciera, com ênfase à mítica Lagoa de

---

<sup>82</sup> DOMINGUES, Ângela. Para **um melhor conhecimento dos domínios coloniais**: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 23-38, 2001, p. 827. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 jan. 2005.

<sup>83</sup> DOMINGUES, op. cit.; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **As viagens são os viajantes**: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. In: História: **Questões e Debates**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v.19, n. 36, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/revista.htm>>. Acesso em: dez. 2004.

<sup>84</sup> COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos: 1999, pp. 214-215. Ver em especial o capítulo 6: O Deságüe de Xarayes.

Xarayes que, conforme constatação dos demarcadores, tratavam-se de pantanais que se formavam com a cheia das águas do rio Paraguai. Através da leitura dessas aquarelas, podem ser observadas:

O percurso desta *partida* pode ser acompanhado pelas singelas aquarelas deixadas pelo demarcador Miguel Ciera. Trata-se do primeiro registro iconográfico da paisagem inundável guardada no interior da América Meridional. Elas permitem alcançar as silhuetas do relevo pantaneiro e perceber os diferentes ângulos que o seu olhar abrangeu. Ali estão as vistas do Marco do Jauru, da serra de São Fernando, do Morro Pão de Açúcar e dos Três Irmãos, lugares sempre referidos como ponto de orientação de tantos conquistadores que por ali andaram. Olhando a imagem da grande Lagoa Gaíba que Cierra reteve por seus pincéis, não podemos deixar de lembrar que ali ficava Puerto de los Reys, lugar onde Cabeza de Vaca encontrou os Orelhões e a antiga porta de entrada a Xarayes (Pranchas 13 a 16, pp. 242 a 245). Nessas aquarelas, no entanto, não encontramos nenhuma representação da paisagem de Xarayes.<sup>85</sup>

Não foram poucas as dúvidas dos comissários portugueses no tocante a localização exata dos rios e de outros indicadores, como montanhas, vales etc., acidentes naturais que viessem validar os trabalhos demarcatórios. As informações contidas nas instruções passadas pela Coroa portuguesa nem sempre eram precisas, fazendo com que as áreas a serem demarcadas sofressem atrasos ou deixassem de ser referências para os trabalhos. Em uma correspondência de 1755, Rolim de Moura informou a Mendonça Furtado que Gomes Freire de Andrade tinha enviado cerca de 400 homens à foz do rio Jauru, para que as demarcações da Terceira Partida Sul pudessem ser concluídas. Nesta ocasião, o governador constatou que as informações decorrentes dos mapas elaborados pela Coroa estavam corretas, ao identificar as rotas terrestres e fluviais que ligavam a Vila Real do Cuiabá até a boca do rio Jauru, seguindo até as minas do distrito de Mato Grosso,<sup>86</sup> embora as distorções sobre a localização dos rios ou outras referências naturais, encontradas no Mapa das Cortes<sup>87</sup> e nas instruções já eram

---

<sup>85</sup> COSTA, op. cit, p. 215.

<sup>86</sup> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 14 de fevereiro de 1755. Vol. 2. Documento 049. In: Antônio Rolim de Moura, **Correspondências**. Imprensa Universitária / Proedi, 1993, pp. 60-68.

<sup>87</sup> O Mapa das Cortes foi elaborado durante as negociações entre as Coroas ibéricas para a assinatura de um tratado de limites entre suas possessões coloniais na América do Sul e na Ásia. Foi por elaborado por determinação de Alexandre de Gusmão e Azevedo Coutinho, a partir de vários documentos manuscritos e cartográficos. Um detalhado estudo sobre esse

previstas. Essa situação havia sido conferida pelo próprio governador Rolim de Moura durante a sua passagem por aquele trecho, quando fez o percurso, em 1751, da Vila Real do Cuiabá até o vale do Guaporé.<sup>88</sup>

Uma das maiores preocupações da Coroa era deter o conhecimento exato dos rios da região, o que significaria a possibilidade de transporte de cargas, pessoas, armamentos, enfim, de tudo o que fosse necessário para o povoamento, defesa e integração daquela região com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. O governador Rolim de Moura referia-se à área prevista para a demarcação de responsabilidade dos comissários da Partida Norte e pretendia assegurar as terras ocupadas pelos luso-brasileiros próximas ao rio Sararé, afluente do rio Guaporé, além de garantir a definição da circunscrição político-administrativa da Vila Bela, ou seja, preocupava-se em garantir terras suficientes para o desenvolvimento da pecuária e lavoura.

Segundo Domingos Sávio da Cunha Garcia, um outro aspecto buscado pela Coroa, durante toda a segunda metade do século XVIII, foi integrar as bacias Amazônica e Platina, procurando fazer com que houvesse a ligação fluvial entre os rios Aguapeí e Alegre para que o comércio entre os distritos do Mato Grosso e do Cuiabá fossem assegurados. Além deste aspecto, havia a preocupação com a defesa político territorial: “o controle da navegação ao norte era fundamental para garantir o controle daquela região, porque ao sul da fronteira, na região do Prata, o acesso era controlado pelos espanhóis, enquanto que ao norte, pela bacia Amazônica, o controle era totalmente português, desde sua entrada em Belém.”<sup>89</sup>

Esse objetivo foi perseguido arduamente pela Coroa, que designou a Rolim de Moura e seus sucessores a difícil missão de levar adiante esta iniciativa

---

documento foi feito por PEREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, n° 37, jan/jun 2007, p. 51-69.

<sup>88</sup> Diário de Viagem de D. Antonio Rolim de Moura Tavares. Cuiabá, 17 de janeiro de 1751. In: **MENDONÇA**, op. cit., 30.

<sup>89</sup> GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e Negócio na “Era dos Impérios”**: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Campinas. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, p. 28-29.

que, na sua ótica, poderia garantir o avanço do comércio e a edificação de novos povoados entre Vila Bela e o rio Madeira, na divisa com o Estado do Grão-Pará e Maranhão.<sup>90</sup>

Os trabalhos de demarcação realizados pela Terceira Partida Sul, comandada por Custódio de Farias, tinha completado a sua missão com a fixação do marco de Jauru, em 1754. No entanto, caberia à comissão chefiada por Mendonça Furtado assegurar a demarcação a partir do rio Negro (capitania do Pará) até o marco do Jauru. Com o atraso da chegada dos comissários espanhóis ao local combinado para o início dos trabalhos, Mendonça Furtado dirigiu-se à aldeia de Mariuá, situada na barra do rio Negro. Durante o tempo em que o governador permaneceu no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, transformou esse povoado ameríndio em vila, com o nome de Barcelos, que se tornou à sede político-administrativa da capitania de São José do Rio Negro.

Em 1759, abatido por moléstias contraídas em suas viagens pela região amazônica, ele retornou a Lisboa. Por um breve período, serviu como adjunto do irmão na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Em 1760, D. José I nomeou-o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, ocupando também a presidência do Conselho Ultramarino, cargos que ocupou até o ano de sua morte, em 1769.<sup>91</sup>

A década de 1750 terminou sem, efetivamente, as Coroas de Portugal e da Espanha terem dado total cumprimento ao que tinha sido acordado no Tratado de Madri. Cabe considerar que desde a assinatura desse acordo diplomático já havia desconfianças e oposições de grupos poderosos estabelecidos em Portugal e na Espanha, trabalhando contra a realização das demarcações. O principal Secretário de Estado do rei D. José, Carvalho de Melo, desde cedo se manifestara contra o acordo. No entanto, teve de dar cumprimento ao que se tinha acertado entre as duas Coroas, embora, em instruções secretas enviadas a Gomes Freire de Andrade, tenha determinado cautela na entrega da Colônia do

---

<sup>90</sup> Ver sobre o assunto OLIVEIRA, Edevamilton de Lima. **A Povoação Regular de Casal Vasco** e a Fronteira Oeste do Brasil Colonial – 1783 – 1802. Cuiabá. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <[http://www.ppghis.com/dissertacao\\_lista.php](http://www.ppghis.com/dissertacao_lista.php)>. Acesso: 23 dez. 2007.

<sup>91</sup> SANTOS, Aritmética, op.cit., p. 120.

Sacramento aos espanhóis. Para Carvalho de Melo, somente se efetivaria a troca com o território dos Sete Povos das Missões se houvesse a completa retirada dos padres jesuítas e ameríndios daquela região, fato que não acreditava que isso viesse a ocorrer.<sup>92</sup>

A posição de Pombal era procurar garantir que os espanhóis cumprissem o acordo, porém, tinha sérias dúvidas se isso fosse ocorrer. Não queria deixar de ter o controle sobre a Colônia do Sacramento, entreposto militar e comercial de suma importância para a Coroa na bacia do Prata. Segundo Fabrício Prado, essa região, durante a primeira metade do século XVIII, tinha tamanha importância para os negócios empreendidos pelos homens de grosso trato, que viviam no Rio de Janeiro, pois mantinham negócios diretamente com a Colônia do Sacramento, como também era uma área vital para os comerciantes estabelecidos no planalto vicentino

[...] que vinham constantemente avançando por terra para o sul e estabelecendo caminhos entre Sacramento, Laguna e as demais vilas portuguesas na costa do Atlântico. A formação do complexo mineiro nas Gerais, bem como a descoberta das Minas do Mato Grosso, fizeram com que os interesses envolvidos no avanço para o sul adquirissem formas e intensidades diferenciadas daqueles até então envolvidos. Por um outro lado, a região platina mantinha os atrativos da prata e dos mercados da América hispânica, além dos rebanhos, que agora, além do couro, eram uma mercadoria útil como alimento (carne salgada e gado em pé) e, principalmente, como transporte para o complexo mineiro que se formava. Por outro lado, a presença lusitana no estuário platino garantia a navegação pelo sistema hidrográfico da bacia do Paraná, chave para o acesso por água ao Mato Grosso. A Coroa lusa justificava tal avanço em termos diplomáticos amparando-se na Teoria das Fronteiras Naturais, segundo a qual entendiam o Prata como sendo o limite geográfico dos domínios de portugueses.<sup>93</sup>

Para o autor, a partir desse período, ficou delineada a expansão luso-brasileira para a Banda Oriental do Rio Grande de São Pedro. Sendo: “A primeira, desde o Rio de Janeiro, com interesses claros na manutenção de rotas comerciais e com uma política de incorporação territorial baseada na fundação de presídios militares enquanto núcleos populacionais”.<sup>94</sup> E a segunda, que teve

---

<sup>92</sup> TEIXEIRA, Álvaro Soares. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. Capítulo VII: Colônia do Sacramento, Jesuítas e os Sete Povos das Missões.

<sup>93</sup> PRADO, op. cit., p. 44.

<sup>94</sup> Id. p. 44.



como ponto irradiador, a partir da abertura de caminhos terrestres, desde Laguna, apoiada por paulistas interessados em obter gado e cavalos que estavam sendo criados nessa próspera região.

No Vale Amazônico, com o Tratado de Madri, as missões jesuítas que tinham sido estruturadas, em meados do século XVII, com o propósito de catequizar as populações ameríndias, encontraram, desde então, forte resistência da Coroa.

[...] a necessidade de garantir o território e de legitimá-lo diante das disputas com a Espanha e, acima de tudo, de torná-lo economicamente interessante para o Império, impuseram uma nova agenda para a colônia do Norte. Nela, não apenas haveria de se processar uma ocupação mais efetiva e muito mais ligada à Coroa, do que havia sido até aquele momento, como esta ocupação deveria corresponder às expectativas de recursos, na forma de uma **produção significativa de gêneros** interessantes ao **comércio internacional**. Associado a esses dois fatores havia um terceiro, já indicado, o fortalecimento do poder real em Portugal.<sup>95</sup> (grifos nosso).

Segundo Kenneth Maxwell, devido à impossibilidade de dar cumprimento ao tratado, as Coroas de Portugal e da Espanha tiveram de voltar à mesa de negociações e acertar um novo acordo diplomático.

Tragicamente, nem o novo governo de Lisboa nem o de Madri ficaram satisfeitos com o acordo de 1750 negociado por seus predecessores e que se havia revelado desastroso para os guaranis. A morte de Carvajal, da rainha Maria Bárbara e, finalmente, de Fernando VI na Espanha tirou de cena os maiores defensores do Tratado de Madri; e Carlos III reviu totalmente o acordo. Em setembro de 1760 o embaixador espanhol disse ao governo português que a incapacidade de Lisboa de renunciar a Colônia do Sacramento obrigava Carlos III a rescindir o tratado. Lisboa não objetou. Em fevereiro de 1761, em Pardo, o Tratado de Madri foi revogado, permitindo que as Sete Missões continuassem sob a jurisdição da província jesuítica espanhola do Paraguai. Mas a essa altura o mal já estava feito. A impossibilidade de decidir pacificamente a questão da fronteira levou a um período prolongado de guerra não-declarada pela disputa da fronteira sul.<sup>96</sup>

O Tratado de El Pardo (1761) foi assinado em um período, em que tinha eclodido a Guerra dos Sete anos (1756-1763) no continente europeu. Conflito que arrastou, de um lado, várias nações européias como a França, a Áustria e países aliados; e do outro, a Inglaterra e a Prússia. Nesse período, os ânimos

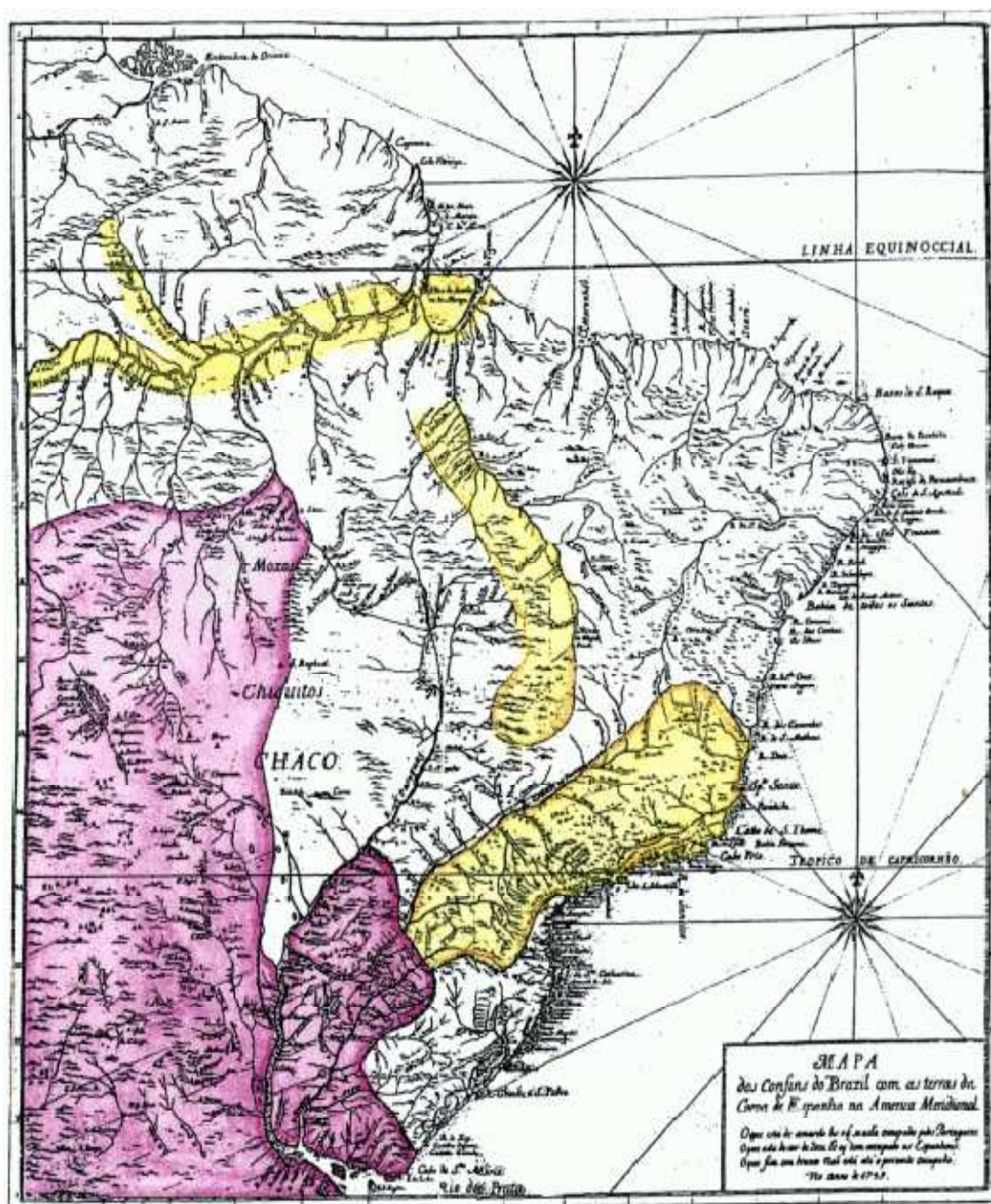
---

<sup>95</sup> COELHO, op. cit., p. 104. Ver Capítulo 2: O Tratado de Madri, As Missões e a Fronteira Norte.

<sup>96</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**. Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 55.

encontravam exaltados no “velho” continente. A justificativa espanhola de que os portugueses não tinham feito esforços para que houvesse a troca do território dos Sete Povos com a Colônia do Sacramento, deixaram as relações entre espanhóis e portugueses mais difíceis, principalmente, entre os seus vassalos estabelecidos em suas possessões americanas.

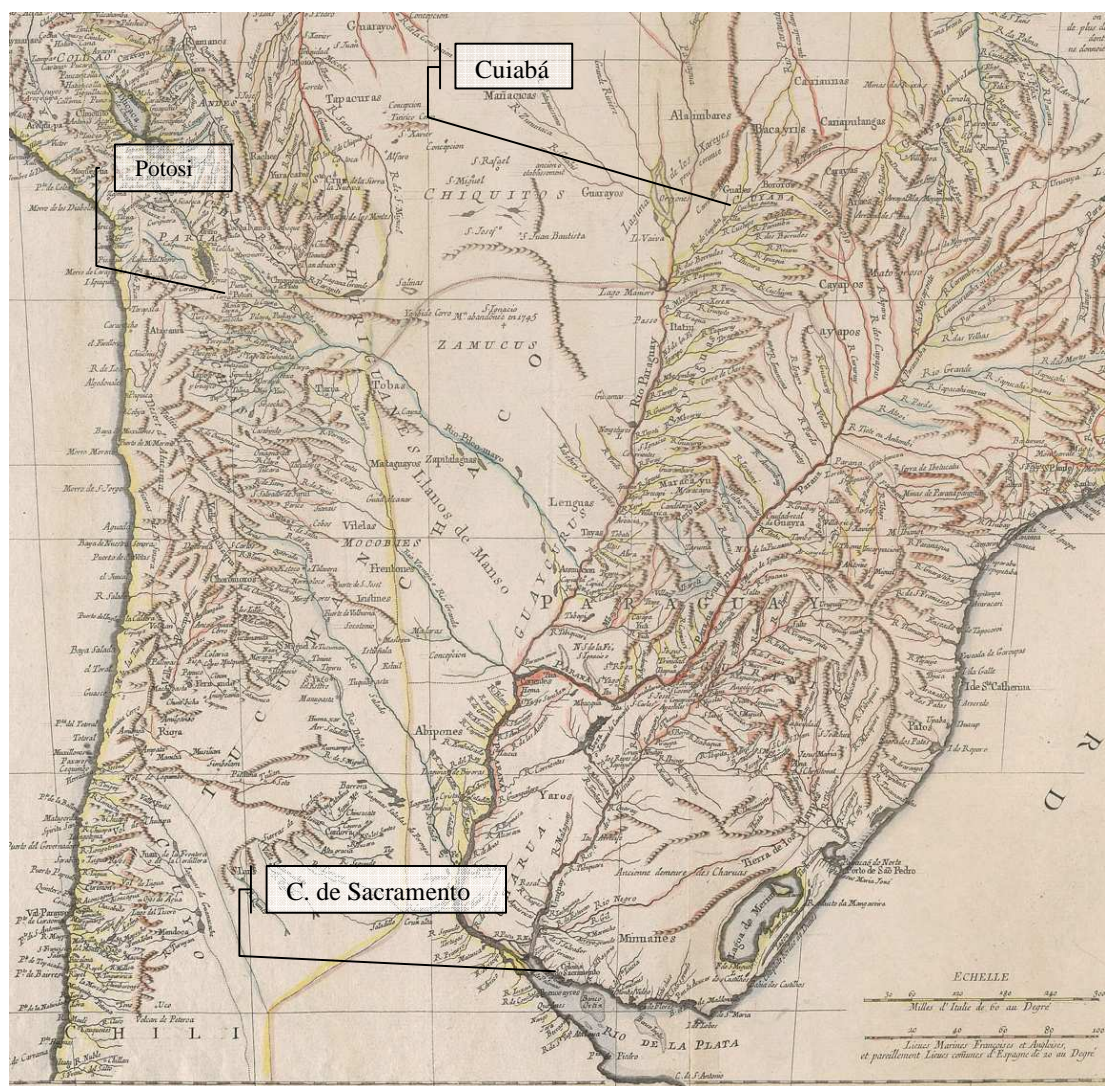
Com a assinatura desse acordo, houve pressão dos espanhóis para recuperar os seus antigos territórios que foram ocupados pelos luso-brasileiros ao oeste e investiram contra a Colônia do Sacramento, região que consideravam estar em domínios da Coroa espanhola. Para as autoridades coloniais instaladas nas únicas vilas da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, Vila Real do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, pairavam o medo de que os espanhóis desferissem ataques contra esses povoados. Para o governador havia diminuta população na capitania, e se isso viesse a ocorrer, haveria grande risco da invasão devido à falta de efetivo militar, armamentos e dificuldades a chegada de socorros de outras capitanias, devido à longa distância que havia entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e Mato Grosso, como também dos reforços que poderiam vir da capitania de Goiás.



**Fac-simile do Mapa das Cortes, 1749.**

**Fonte:** Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas/map002.htm>>. Acesso: 28 mar.2005.





**Detalhe que mostra a posição da Colônia de Sacramento na Bacia do Prata e em relação as minas de prata espanholas. Carte qui représente la Partir Méridionale du Brésil et du Perou, le Chili septentrional et lo Paraguay por Jean Baptiste Bourguignon d' Anville, 1779. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil (Catálogos-Virtual).**

## **A reorganização administrativa da América portuguesa**

Desde que teve início o reinado de D. José I, em julho de 1750, a sua administração buscou levar adiante o processo de centralização político-institucional, iniciado no período joanino, visando adequar o território da América portuguesa com uma estrutura político-administrativa que fosse capaz de promover a integração dos distantes Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A Coroa pretendia também fomentar a criação de novas rotas terrestres e fluviais que possibilitassem atender as exigências dos núcleos urbanos, surgidos na primeira metade do século XVIII. Para que essa reorganização territorial fosse concretizada, buscou-se criar novas capitanias nas áreas de mineração, como Goiás e Mato Grosso (1748) e retirou-se das mãos de antigos proprietários donatários suas capitanias (por compra e confisco), procurando tê-las sob os seus cuidados. A partir de 1751, com as transformações ocorridas na estrutura administrativa do Estado do Maranhão e no Estado do Brasil, a Coroa procurou dar início a uma administração mais centralizada: até então, o Estado do Maranhão “era constituído por três capitanias da coroa (Pará, Maranhão e Piauí), e seis pequenas capitanias privadas (Cabo do Norte, ilha Grande ou Marajó, Xingu, Cametá, Caeté e Cumá na periferia do delta do Amazonas)”. Em 1752, o Estado do Brasil sofreu processo semelhante. As antigas capitanias pertencentes a particulares

[...] As últimas pequenas capitanias privadas foram retomadas de seus proprietários e incorporadas às capitanias da coroa mais próximas: Itamaracá a Pernambuco; Itaparica, Paraguaçu, Ilhéus e Porto Seguro à Bahia; Campos dos Goitacases ao Rio de Janeiro e Itanhaém a São Paulo. A capitania de São Paulo, que era subordinada à do Rio de Janeiro, foi devolvida a antiga condição de capitania-geral (1765).<sup>97</sup>

Em 1752, o Estado do Maranhão foi reestruturado, passando a ser chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1755, uma nova configuração administrativa se formou a partir da criação da capitania de São José do Rio Negro, separada da capitania do Pará. A submissão das últimas capitanias à

---

<sup>97</sup> SILVA, Mansuy-Diniz. Op. cit., p. 486-487.

Coroa significou estabelecer-se, impor-se através de um aparato administrativo que auxiliasse na fixação de um governo colonial estruturado administrativamente.

O que estava em jogo era a necessidade de se estabelecer um tipo de organização político-administrativa que pudesse permitir com que a Coroa, apoiada em seus funcionários instalados na América portuguesa, conseguisse, de forma definitiva, integrar as distantes regiões através de um circuito econômico-comercial, não somente com o Reino, mas entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará. Nos anos de 1752 e 1763, as mudanças no Atlântico Sul português não se esgotaram com a retomada das antigas capitanias dos donatários:

[...] um novo tribunal da relação foi estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. Essa decisão, em certa medida, dava resposta às demandas das câmaras concelhias da região das Minas Gerais, insatisfeitas com a morosidade na aplicação da justiça régia em face das longas distâncias que as separavam do tribunal da Bahia [...]. O tribunal foi criado com poderes e competências similares àquelas do tribunal instalado na Bahia. Sua jurisdição, entretanto, englobava as áreas situadas desde a capitania do Espírito Santo até a Colônia de Sacramento, incluindo ainda o sertão do Mato Grosso.<sup>98</sup>

A transferência da sede do vice-reinado do Estado do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, almejava reforçar a posição desta cidade como a principal praça do Atlântico sul português, devido ao seu pujante comércio, ao importante porto de embarque e desembarque de mercadorias, além de estar ligada a uma rede econômico-comercial com todo o complexo imperial português. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a principal praça comercial após a descoberta do ouro em Minas Gerais, como também escoadouro de toda a produção proveniente do extremo sul da América portuguesa. Outro importante fator refere-se à própria posição da capital fluminense dentro do cenário do tráfico de escravos africanos, posição esta

---

<sup>98</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, Poder político e administração na formação do complexo português (1645-1808). In: **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XV-XVIII)**. FRAGOSO, João Fragoso; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 309.

disputada com a cidade de Salvador, na Bahia, no trato deste lucrativo comércio estabelecido com o continente africano.<sup>99</sup>

Durante o reinado josefino foram criadas companhias de comércio em todo Império português, visando manter o controle da produção e distribuição das mercadorias produzidas nos territórios além-mar. Para a criação dessas companhias, a Coroa buscou o apoio dos comerciantes lusitanos estabelecidos em Lisboa, com o objetivo de afastar os mercadores estrangeiros e contrabandistas, que interferiam nas relações comerciais mantidas com os territórios no ultramar.

[...] a Companhia do Comércio da Ásia (1753), a Companhia de Moçambique e Terra Firme (1766), a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), a Companhia das Pescas do Algarves, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759). Uma para o Rio de Janeiro também foi cogitada. A criação dessas companhias provocou reações dos diplomatas ingleses. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão teria direção local em Belém e em São Luís. A ela foi concedido o monopólio do abastecimento, comércio e navegação das duas capitanias, estendendo ainda à capitania de Mato Grosso por vinte anos. Desse modo, ficava suspensa a livre navegação existente em direção a essas áreas do Império.<sup>100</sup>

A proposta de fundação da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão foi feita por Mendonça Furtado, quando ainda se encontrava no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ao justificar a Carvalho e Melo “que a fundação de uma companhia com ‘sólidos fundos’ afigurava-se como a solução lógica do problema. Um abastecimento abundante de escravos africanos neutralizaria a necessidade de escravos indígenas e desse modo faria malograr a influência jesuíta”.<sup>101</sup> A criação da companhia geral do Grão-Pará significou o aniquilamento das pretensões jesuítas em manter o controle da produção, comercialização dos produtos produzidos na Amazônia portuguesa.

O desfecho final dessa reestruturação político-administrativa aconteceu em 1774, com a dissolução do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão: “Suas

---

<sup>99</sup> CAETANO, Marcello. As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar; o novo espírito em que são concebidas. **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa: Atica, 1937-1940; v. 3, pp. 204-205.

<sup>100</sup> JESUS, op. cit., p. 367.

<sup>101</sup> MAXWELL, op. cit., p. 59

capitanias foram depois transformadas em capitanias-gerais (Pará e Maranhão) e capitanias subordinadas (São José do Rio Negro e Piauí e integradas ao Estado do Brasil ampliado”.<sup>102</sup> Com essa reestruturação administrativa, a Coroa procurou aprimorar a rede de poder estruturada na América portuguesa, para fortalecer, através dos contatos mantidos entre os vice-reis, governadores das capitanias gerais, ouvidores e outros funcionários régios, visando maior diálogo, troca de informações com as autoridades estabelecidas em Lisboa.

Os governadores das capitanias se constituíam como representantes diretos dos interesses metropolitanos nos territórios do ultramar. Eram freqüentes as divergências desses representantes coloniais com as câmaras municipais: não raras vezes, eles mostravam-se contrários às pretensões dos grupos locais que dominavam a instância administrativa municipal e que pertenciam às elites econômicas, defendendo seus interesses, de forma corporativa.<sup>103</sup>

Outra iniciativa do período josefino diz respeito à política de povoamento, de urbanização de áreas importantes da América portuguesa. No entanto, a elaboração de um programa de vilas, enquanto estratégia de controle político-administrativo do território da América portuguesa, não foi prerrogativa somente do governo de D. José I. Várias leis já tinham sido editadas pela Coroa no decorrer do século XVII, propondo-se controlar de forma mais efetiva a posse da terra no interior do continente-sul-americano. Pretendia a Coroa, através da edição dessas leis, manter maior fiscalização e taxaço da produção aurífera; estabelecer o controle diante de grupos poderosos que exerciam o poder à revelia do soberano português. Além disso, tinha-se como objetivo garantir, através da

---

<sup>102</sup> SILVA, Mansuy-Diniz,. op. cit., p. 487.

<sup>103</sup> BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português**. 1415-1825. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Ver capítulo 12. Conselheiros Municipais e Irmãos de Caridade.



criação de núcleos urbanos, no oeste e sul do continente sul-americano, as áreas conquistadas frente aos espanhóis.<sup>104</sup>

Isso significava ampliar o poder de controle das áreas interioranas, através da criação de núcleos de povoamentos, da construção de fortalezas e da instalação das bases administrativas composta de representantes do poder régio, que servissem de elo entre a Coroa e seus súditos luso-brasileiros. A recuperação econômica de Portugal dependia exclusivamente da organização administrativa do território da América portuguesa. Os desafios não eram poucos, principalmente, quando as pretensões da Coroa se voltaram para o oeste da América portuguesa, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, como também para o Rio Grande de São Pedro e a Colônia do Sacramento, área considerada de suma importância para a Coroa, por ser um ponto de convergência entre o Império português e o Império espanhol na bacia do Prata.

### **As Instruções de governo e o povoamento do distrito do Mato Grosso**

Um dos grandes desafios do governador Rolim de Moura e dos seus sucessores consistiu em garantir o povoamento das áreas limítrofes com os domínios hispânicos. Mas como garantir a posse definitiva de tão dilatado espaço com reduzida população? Como levar adiante o que determinavam as instruções sobre a necessidade de se garantir o exclusivo controle do rio Guaporé, que dava acesso, através dos rios Mamoré e Madeira, ao Estado do Grão-Pará e Maranhão? Como promover o aldeamento das populações ameríndias que viviam “errantes” pelas matas, rios e pantanais da capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso? Esses eram alguns dos desafios que o governador português teve de enfrentar a partir da sua chegada em Mato Grosso, em 1751, para fundar Vila Bela, sede do governo da capitania.

---

<sup>104</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1999.

Para responder as questões levantadas, cabe considerar, de antemão, que a experiência adquirida pelos administradores ultramarinos, durante as conquistas de territórios no ultramar, dos séculos XVI ao XVIII, foi determinante para a organização do território da América portuguesa. A troca de informações entre os administradores reinóis e os governadores das capitanias de Mato Grosso e do Estado do Grão-Pará e Maranhão e de Goiás, durante a segunda metade do setecentos, possibilitou que houvesse apoio logístico para o desenvolvimento dessas regiões. Da capitania de Goiás foram enviadas quantias em ouro para que os governadores de Mato Grosso levassem adiante o que tinha sido determinado em suas instruções. Do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1755, com a formação da Companhia geral do comércio do Grão-Pará e Maranhão, foram introduzidas mercadorias em Mato Grosso, principalmente, escravos africanos, mão-de-obra reivindicada pelo governador às autoridades em Lisboa. Ocorreu também o aceleração de investimentos no aparato militar, a partir da década de 1760, permitindo a formação de destacamentos e a construção de fortalezas e feitorias comerciais, o que garantiu o controle político-territorial e a distribuição de militares em pontos vulneráveis nas áreas limítrofes aos territórios espanhóis.

Como referimos, as instruções de governo recebidas por Rolim de Moura designavam como uma de suas missões promover o povoamento naquela região, o que consistia, sem dúvida alguma, em colossal desafio a ser enfrentado pelo governador português. Segundo Suelme Evangelista Fernandes, a população existente no distrito do Mato Grosso

[...]. Do lado oriental do Guaporé, no domínio invasivo português, residiam em 1755 na recém fundada Vila Bela da Santíssima Trindade, 538 pessoas. Considerando-se os dados que permitem estimar a população total da *capitania* nos primeiros anos 1750 entre sete e oito mil pessoas, a população *urbana* da Vila Bela representava menos que 7% da população da *capitania*. Mas mesmo com essa pequena população, no *distrito* do Mato Grosso se foram consolidando atividades produtivas agrocriatórias, simultaneamente à extração de ouro.<sup>105</sup>

À distância entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém, sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, era de aproximadamente 3.000

---

<sup>105</sup> FERNANDES, op..cit; p. 44

quilômetros. O trecho a ser demarcado, povoado e militarizado era de aproximadamente 1.200 quilômetros, a partir do Marco de Jauru (fixado na boca do rio Jauru) até o rio Madeira, divisa natural entre Mato Grosso e aquele Estado. Ocupar e povoar esse dilatado espaço requeria considerável população, bastante reduzida à época, como indicado acima.

Podemos observar que, os parágrafos 17 a 22, da instrução de 1749, traçam as diretrizes de como deveriam ser mantidas as relações com as populações ameríndias “arredias” e “mansas” existentes na capitania de Mato Grosso. No tocante ao tratamento dos ameríndios Paiaguá, Guaycuru e Guató, as autoridades coloniais da Vila Real do Cuiabá e de Vila Boa de Goiás foram incumbidas de investir contra esses grupos considerados inimigos, visando controlar as rotas fluviais e terrestres, liberando assim a comunicação entre essas duas capitanias. A Coroa recomendou aos administradores coloniais que, diante da “selvageria” dos constantes ataques desses grupos ameríndios aos povoados luso-brasileiros, se fizessem “guerras justas”.<sup>106</sup> Para Alessandra Resende Dias Blau, as “guerras justas” consistiam em estratégias de reposição da mão-de-obra ameríndia que, aos poucos, ia se escasseando devido ao avanço da colonização luso-brasileira nessa parte central da América do Sul.

Havia legislação referente às questões da guerra e do cativeiro indígena, mas o mesmo não acontecia quanto à distribuição da mão-de-obra. Desse modo, para resolver o impasse gerado quanto à aquisição de mão-de-obra nativa, os colonos começaram a favorecer a apropriação direta do trabalhador indígena por intermédio de expedições predatórias ao sertão. A justificativa apresentada era a de aumentar o número de índios hostis para o seio da Igreja; no entanto, não raro traziam índios considerados aliados, além de muitas mulheres e crianças. Isso se explica quando se observa que havia falta de mulheres brancas na Colônia, e que as índias poderiam servir a esses homens como suas mulheres, além de poderem trabalhar no plantio e colheita das roças.<sup>107</sup>

No entanto, na instrução de 1749, os parágrafos 21 e 22 estabeleciam condições mais “atenuantes” para os ameríndios que se encontravam na condição de administrados, garantindo-lhes a possibilidade de viverem em aldeamentos. O sertanista paulista Antonio Pires de Campos, autor da *Breve*

---

<sup>106</sup> Instrução de 1749, parágrafo 18, op. cit., p. 26.

<sup>107</sup> BLAU, op.cit., p. 30.

*Notícia*, fez alusões aos ameríndios Pareci, que viviam entre as “terras que medeiam o Cuiabá e o Mato Grosso [...] mui próprios para domesticar-se, com muitos princípios de civilidade e outras nações de que poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis”.<sup>108</sup> Destacava que alguns aspectos sobre a organização sociocultural dessa população, com aptidão para a lavoura, atividades pastoris, criação de animais, etc. Isso validava, na ótica da Coroa, a incorporação desse grupo à civilização, a transformação em povoadores, contribuindo para o aumento demográfico da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso: constrói-se a figura do Pareci como o ameríndio ideal para ingressar em um mundo civilizado, em que suas características culturais o habilitavam a assumir uma nova posição, bem diferente da vivida em “barbárie”, da vida selvagem em que vivia. Cabe considerar que a tentativa da Coroa em promover o aldeamento das populações ameríndias existentes na capitania mato-grossense, encontrava respaldo jurídico no Regimento de primeiro de abril de 1680,<sup>109</sup> em que foi registrado que os ameríndios não poderiam ser escravizados, e que os prisioneiros de “guerra justa” deveriam ser libertados. Constava também nesse mesmo regimento que os próprios ameríndios poderiam formar governos, porém, subordinados as autoridades coloniais. Contudo, segundo Rita Heloisa de Almeida, a promulgação de um novo Alvará, em 28 de abril de 1688 diz que:

[...] Em certa medida, um alvará sobre resgates, datado de 28 de abril de 1688, joga fora todos os esforços até então alcançados pelos regimentos de 1680 e 1686, no sentido de preservação dos índios por meio de sua incorporação aos empreendimentos coloniais segundo as mesmas leis que regem os direitos dos trabalhadores livres. Legislando sobre casos específicos em que se podia fazer resgates de índios, este alvará traz de volta a escravidão, tão-somente. Entretanto, uma política de civilização de índios articulada a planos de colonização já estava claramente esboçada e sendo colocada em prática pelos missionários a par destas permissões de escravização e do gradual extermínio que implicava.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> Instrução de 1749, parágrafo 21, op. cit., p. 26.

<sup>109</sup> BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões**: política indígena no Brasil. São Paulo: Loyola 1983, Apud ALMEIDA, op. cit., p. 107.

<sup>110</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 42. Nota 04. “Traslado de outro Alvará de Sua Majestade, que Deus guarde, sobre os resgates em Beozzo, op. cit., pp.. 122-125”.

As instruções de governo enviadas a Rolim de Moura e a Mendonça Furtado basearam-se no Regimento de 1680 e no Regimento das Missões de primeiro de dezembro de 1686, o qual “espelha, mais que o precedente, uma realidade de disputas acirradas pelo controle dos índios. Apresentavam-se, assim, aspectos ambíguos como Lei que procurou atender simultaneamente a interesses conflitantes de moradores e jesuítas”.<sup>111</sup> O primeiro regimento foi elaborado com base em uma carta enviada à Coroa, em 6 de abril de 1654, escrita pelo jesuíta Antonio Vieira, tendo como um dos pontos principais a necessidade de organizar as aldeias sob a administração de missionários religiosos. Além disso, essas reduções deveriam ter população definida, estável, com “gentes de serviço” e “oficiais de guerra”. No entanto, a recomendação de Vieira, acatada pela Coroa, era a de que a população aldeada, com o passar do tempo, voltasse inteiramente para as atividades produtivas ou econômicas. A formação das aldeias serviria para promover o enquadramento das populações ameríndias à civilização, através de uma educação autoritária propagada pelos padres jesuítas.<sup>112</sup>

Nesse sentido, compreende-se a tentativa do governador Rolim de Moura em procurar retirar os ameríndios das mãos de particulares, na condição de administrados, passando a agrupá-los em aldeias. A aldeia teria a função de inculcar *valores civilizacionais*. O plano da Coroa, ao qual o governador deveria dar execução, vislumbrava a possibilidade de garantir com que essas populações retornassem aos seus antigos territórios, onde poderia promover o plantio de roças, criação de animais, além da reprodução desta mão-de-obra tão necessária aos propósitos portugueses.

---

<sup>111</sup> **Translado de outro Alvará** de Sua Majestade, que Deus guarde, sobre o resgate. Apud. ALMEIDA, op. cit., p. 42.

<sup>112</sup> Sobre o processo civilizatório francês dos séculos XVI ao XVIII, o historiador Jacques Revel ressalta que “a aprendizagem da civilidade desempenha um papel essencial, na medida em que permite, ao mesmo tempo, disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre o corpo e impor à coletividade [...] uma mesma norma de comportamento sociável”. REVEL, Jacques. Os Usos da Civilidade. In: **História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. V. 03. CHARTIER, Roger (Org.). Tradução Hildegard Feisr. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 176.

Pretensões visionárias, se levarmos em conta que os ameríndios, ao passarem à condição de aldeados, deixavam de pertencer ao seu grupo étnico-cultural de origem. Transformava-se em indivíduos cuja memória acabava sendo re-significada em detrimento de novas experiências (traumáticas, diga-se de passagem) dissociadas da comunidade a qual pertenciam. A ideia era criar espaços para que os ameríndios ficassem em áreas que permitiriam a Coroa maior controle político-territorial e o suprimento dos povoados luso-brasileiros com gêneros alimentícios, além do desenvolvimento de atividades como remeiros, caçadores etc. Não permanecer em suas comunidades originárias, significava despojá-los da sua história, de suas experiências sócio-culturais.<sup>113</sup>

### **Práticas Fixas: a formação de aldeamentos ameríndios**

Diferentemente do que ocorreu no Estado do Grão-Pará e Maranhão, com o estabelecimento de várias missões jesuítas e carmelitas, na segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII<sup>114</sup>, na capitania de Mato Grosso, em

---

<sup>113</sup> Cabe aqui citar alguns estudos que apontam para essa discussão: MONTEIRO, op. cit., ver em especial 2. O sertanismo e a criação de uma força de trabalho; NAZZARI, Muriel, **Da Escravidão a Liberdade: A transição de Índio administrado para vassalo independente em São Paulo Colonial**. In: **Brasil: Colonização e Escravidão**. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**, ABREU, Marta; SOIHET Rachel (Org.). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003; BLAU, op. cit. Com destaque para o capítulo II: Mulheres índias e política de povoamento; SILVA, op. cit. Ver o capítulo 3: População Nativa Incorporada (Tapuios).

<sup>114</sup> Sobre a presença das missões religiosas no Estado do Maranhão e Grão-Pará, a partir do século XVII, ver MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. As Juntas das Missões Ultramarinas na América portuguesa (1681-1757). In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. Acessado em setembro de 2004. Disponível em: <[www.ufpr.br/cedope](http://www.ufpr.br/cedope)>. Acesso em: jul. 2004. SAMPAIO, Patrícia Melo Sampaio. Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa. In: **Os Senhores do Rio: Amazônia, Margens e História**. PRIORE, Mary Del Priore; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2003, p. 123; CARDOSO, Alírio Cardozo; CHAMBOULEYRON, Rafael. Fronteiras da Cristandade: Relatos Jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). In: **Os Senhores do Rio: Amazônia, Margens e História**. PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2003, p. 11; SAMPAIO, Patrícia Melo. Remédios contra la pobreza. **Trabajo Indígena y Producción de Riqueza en La Amazonia Portuguesa**, Siglo XVIII. Bogotá, Colômbia: Fronteras de la

1751, não havia nenhum aldeamento ameríndio formado. Em carta de 11 de julho daquele ano, Rolim de Moura informou ao seu soberano que pôde constatar a existência de apenas seiscentos ameríndios administrados em mãos de particulares. O governador justificou ao rei que essa população era bastante reduzida se comparada às densas populações que existiam anteriormente em seus antigos territórios. Com base nas informações levantadas, Rolim de Moura convocou uma junta, com a participação de autoridades da Vila Real do Cuiabá, para que fosse criado o primeiro aldeamento em um antigo sítio da Chapada dos Guimarães. Esse aldeamento recebeu o nome de Santa Anna, e depois foi denominada de Lugar de Guimarães.<sup>115</sup>

Mas, a preocupação da Coroa era manter o controle das terras situadas ao Oeste do território da América portuguesa, no vale do Guaporé, por fazer fronteira com os domínios espanhóis. Na ótica da administração portuguesa, o vale do Guaporé era prodigioso, em função das riquezas de suas terras, não somente portadoras de ouro e diamantes, mas de áreas para o cultivo de lavouras, para a pecuária e de rios piscosos e apropriados para a navegação. O rio Guaporé, em função da sua ligação com outros rios amazônicos como o Mamoré e o Madeira, era a estrada fluvial apropriada para o transporte de mercadorias, tropas militares, armamentos, etc. Porém, para se levar adiante à ocupação ordenada desse espaço, havia de promover o controle sobre as populações ameríndias, fossem consideradas “mansas”, fossem as ditas “selvagens”, existentes no distrito de Mato Grosso. Para obter melhor conhecimento sobre essas populações, Rolim de Moura ordenou aos padres Agostinho Lourenço e Estevão de Castro, a missão de catequizar os ameríndios que viviam nos sertões dos distritos do Cuiabá e Mato Grosso.

Entre o que determinava a instrução de 1749 e o que poderia ser feito na prática, o governador logo percebeu que, com o reduzido número de ameríndios

---

História nº 009. Instituto Colombiano de Antropologia e História, ICANH, 2004, p. 17-59. Disponível em: <<http://www.icanh.gov.co/secciones/publicaciones>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

<sup>115</sup> SILVA, op. cit., p. 67.

administrados, não seria possível criar novas povoações. Alegava que a estruturação de aldeamentos no vale Guaporé, como ressaltamos, se constituía na região de maior preocupação da Coroa devido à proximidade com o Vice-reinado do Peru, no entanto, não poderia ser feita o aldeamento da mesma forma que na Chapada dos Guimarães, pois os custos seriam bastantes elevados. Precisaria o governador de recursos e missionários para promover o aldeamento ameríndio no vale do Guaporé.

Com base nesse cenário, Rolim de Moura, em julho de 1752, solicitou que o padre jesuíta Agostinho Lourenço fizesse o levantamento dos ameríndios que viviam sob a administração de sertanistas paulistas no distrito de Mato Grosso, além de informar a localização exata das aldeias jesuítas castelhanas de São Simão, Santa Rosa e São Miguel, que se situavam próximas às margens do rio Guaporé. Em novembro do mesmo ano, o missionário apresentou ao governador um diário de sua viagem, no qual informava, “não só das nações, ou resto das nações que já davam obediência aos sertanistas da parte oriental do Guaporé, como uma lista de todos rios que desta Vila até Santa Rosa se metem no mesmo rio, tanto de uma como de outra banda, pelas missões castelhanas”.<sup>116</sup> Sobre a localização das missões jesuítas castelhanas,, Denise Maldini Meireles esclarece:

Os autores que escreveram sobre Mojos não fazem referência às missões fundadas na margem direita do Guaporé, com exceção de algumas ligeiras menções à missão de Santa Rosa, que foi, de fato, a primeira a ser estabelecida na margem oriental, em 1743. Em 1746, foi fundada San Simón (uma missão homônima), acima da foz do Corumbiara e, ainda no mesmo ano, San Miguel (idem), acima da foz do Mequens. A população predominante era de índios *Moré*, mais havia também índios *Aricoroni*, ambos *txapakura*. Pelo fato de serem homônimas, existe alguma confusão em torno dessas missões. É preciso esclarecer que existiram duas missões com o nome de San Miguel: a do Baures e do rio Mequens, ainda que ambas tinham tido efêmera duração. Igualmente havia duas missões San Simon: a do rio San Martin e a do rio Corumbiara, a última também de efêmera duração.<sup>117</sup>

O padre jesuíta Agostinho Lourenço, como declarou ao chegar à Vila Real do Cuiabá, era bastante experimentado no grandioso ofício de “salvar

---

<sup>116</sup> **Anais** de Vila Bela, op. cit., p. 73.

<sup>117</sup> MEIRELES, op. cit., p. 78.



almas”. Em carta de 17 de janeiro de 1754, enviada a D. José I, Rolim de Moura demonstra ter conhecimento dos regimentos de 1680 e de 1686, bem como da legislação produzida pela Coroa durante a primeira metade do século XVIII, que tratava da necessidade de manter as populações ameríndias sob a tutela da Coroa, “educada” pelos padres jesuítas. A preocupação em manter as populações ameríndias estabelecidas em seus antigos territórios não significava nenhuma benevolência, mas explicitava a preocupação da Coroa de tê-los como povoadores, pois se esperava que as aldeias pudessem ser transformadas em vilas com jurisdição político-administrativa, semelhante à existente nos povoados luso-brasileiros. Além desses aspectos, a Coroa vislumbrava estabelecer, no interior dos aldeamentos, uma possível hegemonia lingüística, a do colonizador português, como também o culto à religião católica. A ideia era fazer com que os ameríndios deixassem de falar a língua geral, procurando fazer com que, principalmente, os meninos e meninas e adultos falassem a língua portuguesa, o que poderia facilitar a sua inserção na sociedade “civilizada”.<sup>118</sup> Ser cristão significava, prioritariamente, compreender a língua do colonizador, adotar os seus valores culturais, estar preparado para o trabalho nas fazendas, nas áreas de mineração, vilas, arraiais, fortalezas, enfim, transformar-se em vassalo da Coroa. No entanto, o conteúdo discursivo existente, nessa documentação administrativa revelava, também, os conflitos em curso na sociedade colonial, pois o próprio conceito de “civilização” passava a ter um novo sentido.

Esta transformação conceitual, conquanto tivesse como propósito a universalização de ideais de civilização ocidental, também anunciava, entre os indivíduos (colonizadores), uma disposição interna para o convívio com as diferenças étnicas e culturais. Assim, em lugar de serem adotadas formas de extermínio imediato ou ao longo de uma vida sob condições de escravidão, o índio passa a ser visto como um povoador. Além de força de trabalho, representa número, população.<sup>119</sup>

Em 1754, o padre Agostinho Lourenço, seguindo as ordens de Rolim de Moura, fundou a aldeia de São José e a aldeia de São João, em domínios portugueses, à margem direita do rio Guaporé. Em 1756, o aldeamento de São

---

<sup>118</sup> SILVA, op. cit., 277,

<sup>119</sup> ALMEIDA, op.cit., p. 44.

José foi transferido, por ordem do governador, para uma localidade chamada de Casa Redonda. Uma nova mudança ocorreu nesse mesmo ano, para o rio Mequen. No aldeamento de São José foram agrupados os ameríndios Crituriás e Mequén. No aldeamento de São João, os ameríndios Moré. Em carta enviada por Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 15 de Novembro de 1758, informou que a aldeia de São José localizava-se a uma distância de dez dias de viagem de Vila Bela, rio abaixo, “e para cima vinte, e muitas vezes sucede, passarem-se meses, sem haver comunicação de uma parte à outra”.<sup>120</sup> No entanto, ficava, apenas, a dois dias de viagem do Sítio das Pedras, onde tinha sido fixado o primeiro destacamento militar no distrito de Mato Grosso.

[...] a Missão de S. José está ainda muito no seu principio e cuidando eu, que este ano pudesse já levantar alguma coisa a cabeça, um contratempo, que teve, atrasou muito, que foi uma epidemia tão forte, que só no mês de dezembro, me diz o padre Agostinho Lourenço, seu missionário, havia enterrado quarenta e quatro índios; e os mais moradores de rio abaixo são poucos, e como se compõem de homens foragidos por crime, ou por dívidas, e não tem coisa alguma de seu, apenas plantam o que comer com alguns índios, que eu lhe permito.<sup>121</sup>

A fixação dessas aldeias no distrito do Guaporé obedecia a parâmetros geopolíticos, situando-as em trechos onde havia maior possibilidade de entrada de padres e tropas espanholas na capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá. Além desse aspecto, previa-se, com a fundação desses estabelecimentos a fixação de populações ameríndias voltadas às atividades produtivas. A intenção primeira do governador era estruturar os aldeamentos com ameríndios retirados das mãos dos colonos luso-brasileiros que viviam nos distritos do Cuiabá e do Mato Grosso. No entanto, não obteve total sucesso, pois os colonos dependiam desta mão-de-obra para o seu sustento de cada dia. O governador procurou amenizar os possíveis conflitos que poderiam advir, permitindo que alguns ameríndios continuassem na condição de administrados. Procurou formar as aldeias com populações que viviam no vale do Guaporé, principalmente, com os grupos que

---

<sup>120</sup> Carta a Mendonça Furtado em 15 de novembro de 1758, documento 111. In. **Correspondências**, vol. 3, op. cit., p 143.

<sup>121</sup> Carta a Diogo de Mendonça Côrte Real em 20 de março de 1757. Documento 090. In Antônio Rolim de Moura. **Correspondências**, vol. 2, op. cit; p. 57.

tinham migrado para os domínios portugueses, oriundos dos povoados jesuítas do Vice-reinado do Peru. Estes tinham passado por “educação cristã” no interior das missões jesuítas espanholas, o que evitava por parte da Coroa, dispêndio de recursos, conforme esclarece Denise Maldini Meirelles:

[...] a conquista do índio e a sua transformação em vassalo fez com que os lusitanos vissem nos povos indígenas da margem esquerda do Guaporé “súditos e tributários do rei de Castela” – e vice-versa. Essa concepção refletia as inúmeras contradições que envolviam a visão do índio: os portugueses estimularam o traslado de grupos inteiros para a margem direita. Neste caso, havia não somente o desejo de povoar o território lusitano, mas a sua consequência: o de esvaziar o território espanhol, tornando-o mais vulnerável. O deslocamento desses índios diminuiria, portanto, os súditos de um rei para aumentar os de outro.<sup>122</sup>

Apesar dos esforços, até o ano de 1757, o governador tinha conseguido fundar apenas três aldeias ameríndias: uma em Guimarães e duas no distrito do Mato Grosso, número esse que não era suficiente para garantir o povoamento da capitania. Uma das alternativas pensadas pelo governador foi a introdução de casais brancos vindos do Reino ou de outras regiões da América portuguesa, que poderiam ser estabelecidos em lugares pré-fixados na capitania de Mato Grosso, mas, considerando o elevado custo desta operação, a Coroa não levou adiante esse projeto.<sup>123</sup> A prática de deslocamento de grupos populacionais de outros territórios do Império português não consistia em nenhuma novidade, pois iniciativas já tinham sido realizadas com sucesso na Ilha de Santa Catarina, com casais vindos das Ilhas de Açores. Em fins de 1758, Rolim de Moura, ao receber cópia do Diretório enviada por Mendonça Furtado, através do Ouvidor da capitania de Mato Grosso, Teotônio da Silva Gusmão, confessava ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão que tinha lido

[...] com grandíssimo gosto, e admiração pela ordem, clareza, e miúda providência que está feito. A grande brutalidade, a falta de raciocínio dos índios faz recear, que não tirem dele todo o proveito, que, aliás, se devia esperar: mas se por este meio se não reduzirem à civilidade e racionalidade das mais nações, pode assentar-se, que o não há. O despertar-lhe as paixões de vaidade, de ambição, de desejo de adquirir, e viver com

---

<sup>122</sup> MEIRELES, op. cit., p. 149.

<sup>123</sup> BLAU, op. cit., p. 46.

cômodo, como Vossa Excelência procura fazer por via do Diretório, reputo pelo meio mais eficaz.<sup>124</sup>

Rolim de Moura tinha dúvidas se realmente conseguiria transformar os ameríndios “selvagens”, “bárbaros”, em “homens civilizados”. Considerava que os ameríndios não tinham maiores paixões, ambição, enfim, pois os classificava, de forma etnocêntrica, como possuidores de espíritos torpes, doentios, com pouca inteligência, incapaz para compreender as benesses que a sociedade civilizada poderia oferecer. O governador comparava os ameríndios com os africanos que chegavam às minas do distrito do Mato Grosso, que, considerados como “boçais”, após algum tempo aprendiam de forma rudimentar, o português, se transformado em cativos “ladinos”, quadro muito diferente do que acontecia com a maioria dos ameríndios aldeados. Porém, reconhecia que havia algumas exceções:

Nestas minas se acha um índio Pareci casado, que vive sobre si com roça, e criações, sem ter, nem necessitar de administração de ninguém. No Cuiabá também há outro, que não só vive sobre si, mas tem um escravo seu e uma venda por sua conta. E o Padre Agostinho Lourenço me contou, que não sei, que Padre Espanhol lhe segurara, que no Peru havia um letrado com escritório público, que era índio puro. Pelo que se me não oferece dúvida que Vossa Excelência vença a dificuldade de os reduzir e viverem com homens racionais, principalmente aplicando-lhes os meios aptos para esse fim com tanta descrição, e atividade, e zelo. E a matéria é tão importante, assim para o serviço de Deus, como de Sua Majestade que ainda com menos esperanças de bom sucesso seria sempre sumamente louvável a empresa.<sup>125</sup>

Ao comentar sobre as atividades desenvolvidas pelos ameríndios Pareci, nas minas do Mato Grosso e no distrito do Cuiabá, o governador acaba revelando condutas contrárias às sempre comentadas pelos cronistas e administradores coloniais no decorrer do século XVIII. Vinculações dos ameríndios como “selvagens”, vivendo em “barbárie”, despojados de maiores paixões etc., foram substituídas pelas imagens de ameríndios trabalhando em atividades produtivas sem serem tutelados por ninguém. Essa percepção de

---

<sup>124</sup> Carta a Mendonça Furtado, em 15 de novembro de 1758, documento 111, In: Antonio Rolim de Moura, **Correspondências**, vol. 3, op. cit; pp.160-161..

<sup>125</sup> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1758, documento 129, In: **Correspondências**, v. 3, op.cit., p. 197.

Rolim de Moura revela-nos elementos que demonstram ações por parte dos ameríndios, no sentido de conduzir suas vidas, de tomarem decisões, de fazer escolhas, em viver de forma “autônoma”. Os exemplos citados pelo governador, naquele contexto, fogem ao desejo da Coroa de tê-los aldeados, mas não deixa de se encaixar no ideário do colonizador em transformá-los em homens produtivos, civilizados – na condição de vassalos do rei.

Um dos ameríndios Pareci (considerada população ideal pela Coroa para catequização) que possuía escravo, encontrava-se inserido na “lógica” da sociedade colonial daquele período. Porém, eram indivíduos vivendo “fora” do seu grupo étnico-cultural de origem, vinculados à sociedade colonial através de habilidades adquiridas com o trato do comércio ou no desenvolvimento de atividades liberais. No entanto, percebe-se através desse relato do próprio governador que essas experiências ameríndias foram adquiridas ao longo de suas trajetórias enquanto sujeitos históricos. Nesse quadro, esses ameríndios resignificaram suas identidades étnico-culturais, procurando viver em uma sociedade em que as opções de sobrevivência imposta ao seu grupo de origem restaram poucas alternativas.

O governador, porém, percebia uma outra alternativa, confienciada a Mendonça Furtado, tratava-se da possibilidade de enviar alguns ameríndios da capitania de Mato Grosso e Cuiabá ao Reino, com o propósito de civilizarem-se através do contato com o mundo dos brancos.

Muito tempo há, me tem lembrado, e o desejo, se mandem ir de cá índios rapazes, como os brancos; pois essa experiência nos havia de desenganar, do que eles são capazes, tirando-lhe de diante dos olhos os objetos que forçosamente lhe hão de estar lembrando as suas primeiras idéias, e introduzindo-lhe outras diferentes com a mudança de terra. E conseguindo-se nestes o fim pretendido, talvez seriam ao depois os melhores mestres os seus naturais.<sup>126</sup>

A ideia de civilização, pensada pelo governador, consistia na possibilidade de tê-los envoltos com a maneira de se viver do “homem civilizado” do continente europeu: formas de se vestir, alimentar, postura

---

<sup>126</sup> Carta a Mendonça Furtado em 15 de novembro de 1758, documento 111, In: Antônio Rolim de Moura, **Correspondências**, vol. 3, op. cit., p. 161.

corporal, trabalho e ter habilidades com o comércio. O “viver” em civilização significava para o governador que as populações ameríndias aldeadas deveriam falar a língua portuguesa, ter conhecimentos básicos sobre operações comerciais e desenvolver atividades produtivas atreladas às redes de produção e de comércio. Ser “livre”, “racional”, “cuidar de si”, eram valores que a Coroa esperava que os ameríndios aldeados adquirissem. A idéia era transformá-los em vassalos da Coroa, colocá-los a serviço do Império português. Nesse sentido, a tão reclamada presença dos missionários jesuítas, feita por Rolim de Moura às autoridades em Lisboa, era fundamental, pois o trabalho de “conversão” dessa população ficaria sob os cuidados dos religiosos.

Cabe considerar, no entanto, que anterior à promulgação do Diretório pela Coroa, em 1758, Mendonça Furtado já tinha produzido uma acurada reflexão sobre a emancipação ameríndia e a organização de aldeias no Estado do Grão-Pará e Maranhão, reflexão intitulada *Papel acerca da liberdade e resgate dos índios*, escrito em abril de 1755, quando ainda se encontrava na aldeia de Mariuá.<sup>127</sup>

Esperava a Coroa transformar as povoações ameríndias em vilas constituídas de aparato político-administrativo capazes de ordenar o espaço urbano e civilizar os seus moradores. Mendonça Furtado, ao assumir a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, em 10 de março de 1760, repassou as capitanias da América portuguesa cópias do Diretório, tornando obrigatória a sua execução. O estudo realizado por Maria Helena Ochi Flexor confirma a tentativa da Coroa em transformar as aldeias ameríndias, existentes na capitania da Bahia, em vilas.

Criada a vila, de posse das leis, cumpriam as outras formalidades e elegiam juiz ordinário e de órfãos, vereadores e procurador do Conselho da Câmara para aquele ano e três anos seguintes. Elegiam alcaide e porteiro, este para servir na Câmara e nos auditórios judiciais e fazer às vezes, também de carcereiro. Os índios, segundo as leis e

---

<sup>127</sup> Segundo Rita Heloisa de Almeida, esse “material de reflexão para os legisladores de D. José, que elaboraram leis relativas à secularização das aldeias, à libertação dos índios, à regulamentação dos casamentos entre portugueses e índios, à implantação da língua portuguesa e ao próprio Diretório, que *aglutina* todas essas medidas”. ALMEIDA, op. cit; p. 154.

instruções dadas, tinham prioridades e serventias dos ofícios, mas os solteiros teriam prioridade antes de quaisquer pessoas, de *qualquer prerrogativa e condições que sejam, ou destes Reynos ou do Brasil, ou de qualquer outra parte*, de sorte que só os moradores da vila deviam servir esses ofícios. Havendo índios que soubesse ler e escrever, ocupava o cargo de escrivão. Em muitos casos foram indicados portugueses, tanto para Diretores como para escrivão da Câmara, tabelião de notas, escrivão do judicial, de órfãos, de alcaide, de acordo com as próprias Ordens Reais.<sup>128</sup>

A nomeação dos Diretores segundo o Diretório de 1757, consta que “nomeará o Governador, e Capitão General do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, eficiência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos Índios”.<sup>129</sup> Ou seja, caberia a portugueses ocuparem essa função conforme o que tinha sido estabelecido no Diretório.

Na capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Rolim de Moura tinha recebido cópia do Diretório antes do retorno de Mendonça Furtado ao Reino, em 1759, onde foi dado destaque a essa legislação, como instrumento que poderia garantir a “liberdade” ameríndia e o povoamento da América portuguesa. No entanto, receava o governador que a aplicação do Diretório na capitania de Mato Grosso, não tivesse os mesmos efeitos que as medidas que estavam sendo implantadas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Reconhecia que a capitania de Mato Grosso possuía extensas áreas de terras, o que seria preciso um maior número de padres para “evangelizar” os ameríndios aldeados e os recursos financeiros para investimento em tão grandioso projeto. A ausência de religiosos para aplicar os “ministérios” junto às populações ameríndias e demais colonos luso-brasileiros, não era uma debilidade existente somente na capitania de Mato Grosso, mas sim motivo de reclamações por parte dos oficiais régios que viviam em diferentes partes do Império português.

Sobre esse tema, o governador sempre manifestou preocupação em suas correspondências com as autoridades reinóis e com Mendonça Furtado, quando

---

<sup>128</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O Diretório dos Índios** do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. Vitória da Conquista: Revista Politéia. História e Sociedade, v. 2. n.1. 2002. p 171. Disponível em: <<http://www.uesb.br/politeia/v2.asp>>. Acesso em: 18. nov. 2006.

<sup>129</sup> **Directorio** que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 372.

este ainda se encontrava no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 14 dezembro de 1758, escreveu o governador que se as minas existentes no distrito de Mato Grosso estivessem subordinadas ao Bispado do Pará, considerava que o estabelecimento da prelazia naquele distrito facilitaria a vinda de eclesiásticos para auxiliá-lo na organização dos aldeamentos e a catequização da população ameríndia.<sup>130</sup> Na visão do governador, a consolidação da capitania de Mato Grosso e, principalmente, da sua sede político-administrativa, Vila Bela da Santíssima Trindade, somente seria possível com a transferência da Ouvidoria, da Provedoria e da Intendência do Ouro e Diamantes que estavam instalados na Vila Real do Cuiabá. A Prelazia se encontrava instalada naquela vila, desde a década de 1740, e a sua transferência para Vila Bela seria um passo importante para o provimento dos cargos eclesiásticos, o que poderia agilizar a conversão dos ameríndios que se encontravam no Vale do Guaporé, bem como garantir a assistência espiritual aos colonos luso-brasileiros que viviam em Vila Bela, nos arraiais, fazendas e nos destacamentos militares do distrito do Mato Grosso.

São raros os estudos sobre a aplicação do Diretório na capitania de Mato Grosso; dentre eles, destaque-se o trabalho de Alessandra Blau que, investigando como as autoridades régias, estabelecidas em Mato Grosso, deram cumprimento a esse instrumento:

Casamentos e concubinatos implicavam obrigações mútuas, buscando-se estabelecer relações sócio-políticas entre brancos e indígenas, que acabavam por instituir a mistura dos sangues dos filhos destas relações. Além disso, ofereciam a oportunidade de pessoas de “fora” do grupo conviverem com pessoas de “dentro” do grupo indígena, havendo assim, uma “troca” de experiências e culturas [...]. Até o momento são poucas as fontes disponíveis sobre casamentos ou concubinatos na repartição do Mato Grosso, sendo os casos expostos neste estudo referentes ao Cuiabá. O que se pode afirmar, segundo estudos disponíveis, é que os matrimônios legalmente constituídos na Capitania de Mato Grosso foram poucos, graças também aos preços exorbitantes cobrados pelos padres. Isso promoveu uma grande quantidade de mancebias, que eram combatidas pela Igreja, mas justificável diante da situação que se colocava.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1758, documento 129, In: Rolim de Moura. **Correspondências**, vol. 3, op. cit., p. 197.

<sup>131</sup> BLAU, op. cit., p. 58-62.



Como afirmamos, a falta de recursos financeiros e humanos para dar conta do “projeto” pensado pela Coroa para a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, na segunda metade do século XVIII, sempre foi motivo de reclamações dos governadores às autoridades reinóis. Em 1772, com o término do governo do 3º governador da capitania mato-grossense, Luís Pinto de Souza Coutinho (1769-1772), foi elaborado um “Mapa geral de receita e despesas da Provedoria de Mato Grosso desde 1762 até 1771”, que abrangia parte dos governos de Rolim de Moura (1751-1765) e de João Pedro da Câmara (1765-1769), mostrando que a receita chegava a 248:093\$490 (Duzentos e quarenta e oito contos, noventa e três mil, quatrocentos e noventa réis) e as despesas gerais com folha eclesiástica, folha civil, folha militar, mantimentos, fazenda seca e gorda, expedientes militares, concertos de armas etc. chegavam a 248:093\$496 (duzentos e quarenta e oito contos, noventa e três mil e quatrocentos e noventa e seis réis). No entanto, a dívida com a Provedoria da Fazenda da capitania do Pará e com o Erário Régio não tinha sido computada, o que, provavelmente, elevaria ainda mais as despesas. A contabilidade estava “justa”, porém, é possível, a partir desse mapa estimar que as despesas com a folha eclesiástica representavam apenas 3% das despesas gerais.<sup>132</sup>

O “projeto” político, econômico e social pensado pela Coroa para a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, presente nas Instruções de 1749 e seguintes, forçou os governadores a buscarem soluções para os desafios que lhes foram impostos. O início do povoamento pretendido pela Coroa, sem dúvida alguma, teve início a partir da administração de Rolim de Moura. Nos governos de João Pedro Câmara (1766-1769) e Luis Pinto de Souza Coutinho (1769-1772) não houve consideráveis avanços na criação de novos povoados ameríndios e nem no aumento de vilas e novos arraiais na capitania. Segundo Jovam Vilela da Silva,

---

<sup>132</sup> Mapa geral de receita e despesas da Provedoria de Mato Grosso desde 1762 até 1771. (Projeto Resgate. **AHU**, Mato Grosso, documento 1006, caixa 16, Cd 04). Não há como discriminar os gastos com a folha eclesiástica. Os valores apresentados traduzem, por ano, o montante de recursos gastos. Optamos, portanto, em apresentar os valores gerais das receitas e despesas existentes.

em 1772, no decorrer do governo de Souza Coutinho foi feita uma “resenha exata de todos os índios e mestiços” existentes no distrito do Cuiabá, chegando ao total de 1.454 ameríndios de ambos os sexos. Não foram computados 265 ameríndios aldeados na missão de Santa Anna da Chapada dos Guimarães, que somados, chegava essa população a 1.719. Para Silva, a população nativa administrada na capitania de Mato Grosso e Cuiabá, no período de 1768 a 1800 representava, em média, 3,25% da população existente. No ano de 1771, a população da capitania era de 11.859 habitantes e a de ameríndios administrados chegou a 2.337, o equivalente a 19,70%. Fora este ano, a média oscilou entre 3,25% a 1,80% da população total.<sup>133</sup>

Como já foi mencionado, havia dificuldade em se retirar das mãos dos luso-brasileiros os ameríndios administrados. Desde o início do governo de Rolim de Moura, este objetivo não pode ser concretizado integralmente. No entanto, o governador procurou mantê-los em mãos de alguns proprietários que tinham recebido sesmarias próximas ao rio Guaporé, no distrito do Mato Grosso, com a finalidade de assegurar o controle político-territorial, manter a vigilância das rotas fluviais e dos caminhos terrestres que davam acesso ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

---

<sup>133</sup> SILVA, op. cit., p. 295. Tabela 22: População nativa tida como administrada na Capitania de Mato Grosso.

### 3 - MILITARIZAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Manter a defesa da fronteira oeste da América portuguesa significava ter forças militares suficientes para garantir a posse das conquistas territoriais obtidas durante as negociações do Tratado de Madri. Na instrução de 1749, repassada ao governador Rolim de Moura, ficou determinado que ele, ao chegar à capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, deveria alistar em Ordenanças todos os moradores, como também mantê-los exercitados e disciplinados. Primeiramente, teria de nomear os Capitães e os oficiais subalternos das Companhias e designar os Capitães-Mores para os distritos do Cuiabá e do Mato Grosso. Caberia ao governador formar companhias que deveria ser no mínimo de 60 soldados cada, subordinadas aos Capitães-Mores. Os provimentos seriam concedidos em um segundo momento, após a formação das primeiras companhias.<sup>134</sup> Assim, para as autoridades reinóis, a formação de Companhias de Ordenanças seria a forma mais adequada para garantir a defesa da capitania de Mato Grosso.

Segundo Cristiane Figueiredo Pagano de Mello, a formação dos Corpos de Ordenanças baseavam-se no Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores, de 10 de dezembro de 1570, promulgado durante o reinado de D. Sebastião (1557-1578). Esse Regimento tinha como finalidade “regular com maior precisão a vida militar em Portugal e em seus domínios ultramarinos, mantendo assim, todos os súditos em condições de tomar armas sempre exercitados e aptos a servir na defesa da terra em caso de necessidade”.<sup>135</sup> A população masculina recrutada deveria ter entre 18 e 60 anos, com capacidade física para exercer funções militares. As companhias formadas e armadas ficariam sob o comando de um Capitão-Mor, o qual precisava pertencer aos “principais da terra” e ser nobre e cristão.

---

<sup>134</sup> **Instrução** de 1749, In: MENDONÇA, op.cit., p. 25.

<sup>135</sup> MELLO, Cristiane de Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as Relações Militares e Política na América Portuguesa. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, ano 24. n. 45, jul./dez. 2006, 2006, p. 31.

Durante a permanência do governador da capitania de São Paulo, D. Rodrigo César de Meneses, na Vila Real do Cuiabá (1727-1728), tinham sido formadas duas companhias de Ordenanças “por homens sem fardamento e que não recebiam soldos ou ordenados”.<sup>136</sup> O recrutamento dos homens era feito pela Câmara, pois os ingressos nessas companhias cumpriam as mais diversas missões, desde a perseguição a escravos fugitivos que iam para os quilombos ou atravessavam a fronteira se refugiando nos domínios espanhóis, até a participação nas bandeiras que saíam no encalço de ameríndios “arredios”. Nesse período, a companhia de Ordenanças se constituiu na guarda do governador, o que justificou a concessão de “cartas patentes, passadas pelo general aos principais do local, inclusive a de brigadeiro concedida ao futuro regente das minas tenente-coronel Antonio de Almeida Lara”.<sup>137</sup>

No governo de Rolim de Moura, foram formadas mais duas companhias de Ordenanças e as Companhias de Dragões e Pedestres. Os militares que pertenciam as Companhias de Ordenanças eram alistados pela Coroa: “O alistamento daqueles homens obrigados ao serviço militar gratuito estendia-se por todos os lugares e aldeias das cidades e das vilas; eram, então, agrupados em companhias de homens armados, sob o comando superior de um Capitão-Mor”.<sup>138</sup> Os que ingressavam nas Companhias de Dragões eram homens brancos, originários do Reino, e pagos pelo serviço militar prestado ao Estado português. No governo de João Pedro da Câmara foi criada a Legião de Auxiliares, que atuou no distrito do Cuiabá, composta das seguintes companhias: “a de Granadeiros com 160 homens, a de Fuzileiros com 280, a de Caçadores, com 50, e a companhia de Cavalaria, chamada também de companhia de Haussás, com um contingente de 50 homens”.<sup>139</sup> Após a assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761, no governo de Luis Pinto de Souza Coutinho, reformas militares foram

---

<sup>136</sup> ASSIS, Edvaldo. **Cuiabá Colonial: Povoamento e Sociedade**. Cuiabá: Ed. Barros, 1998, p. 20.

<sup>137</sup> CANAVARROS, op.cit., p. 129.

<sup>138</sup> MELLO, op. cit., p. 31.

<sup>139</sup> ASSIS, op.cit., p. 22.

realizadas, visando atender as determinações da Coroa no sentido de organizar o aparato de defesa na região.

Neste capítulo iremos trabalhar como se deu a organização dos espaços militarizados na capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, procurando estabelecer similitudes com outras regiões do império português. Abordaremos sobre as formas de recrutamento militar na capitania e a tentativa da coroa em reorganizar o exército português, a partir da década de 1760, quando houve a invasão de tropas espanholas em Portugal. Ação que teve repercussão na América portuguesa, promovendo por parte da Coroa reformas na estrutura militar, principalmente, em Mato Grosso, procurando aumentar o efetivo e garantir o povoamento e defesa da dilatada capitania.

### **Os espaços militarizados**

Um dos pontos mais críticos do distrito do Mato Grosso era a região onde estava instalada a aldeia jesuíta castelhana de Santa Rosa. A Coroa através da Instrução de 1749 ressaltou a necessidade do governador Rolim de Moura dar providências no sentido de impedir a permanência dos padres jesuítas em domínios portugueses.

§ 9: *Os missionários de Espanha* no ano de 1743, por emulação de que os mineiros de Mato Grosso descessem com canoas pelo Guaporé, passaram da missão de São Miguel, que é uma dos Moxos, sita na margem ocidental do dito rio, a fundar outra aldeia na margem oposta com a invocação de Santa Rosa, intentando por esta forma apossar-se da navegação daquele rio e impedi-la aos meus vassalos, entre os quais, e os espanhóis, tem havido por esta causa alguns dissabores e alterações. § 10: A situação desta aldeia de Santa Rosa é tão sujeita a produzir contendas, conseqüências gravíssimas que enquanto não se faz amigavelmente a respeito dela alguma transação que evite para o futuro ficando os limites das duas monarquias pelo rio Guaporé, deveis pôr todo o cuidado para que ao menos não cresça o mal que dali pode resultar. Por detrás daquela aldeia se descobriram ultimamente as minas dos Arinos, e em um ribeirão que está antes de chegar a ela, na mesma margem oriental, se tinha já alguns anos feito outro descobrimento e é provável que naquelas vizinhanças se vão achando minas diversas.

A aldeia de Santa Rosa era vista pela Coroa como a principal conexão com as missões jesuítas da Província de Moxos, no Vice-Reinado do Peru. A

questão central era que essa aldeia encontrava-se situada tanto em domínios portugueses como espanhóis, dos dois lados do rio Guaporé, o que colocava em riscos os planos portugueses em assegurar o controle da navegação entre o rio Guaporé e demais rios amazônicos, como o Mamoré e o Madeira.

Com a chegada de Rolim de Moura ao distrito do Mato Grosso, como vimos, foi fundada a Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, como sede do governo da capitania de Mato Grosso, quando começaram os contatos com os padres jesuítas procurando informá-los do que determinava o Tratado de Madri. O governador procurou enviar cópias do acordo aos padres castelhanos, procurando “persuadi-los” a se retirarem dos domínios de Portugal, informando que seriam feitas as demarcações entre as possessões pertencentes às duas Coroas, nessa parte da América do Sul. Com base nesses argumentos, o governador pressionava os jesuítas a se retirarem das aldeias montadas às margens do rio Guaporé. Em 1754, os padres abandonaram as aldeias, oportunidade em que o governador protestou veemente contra seus superiores, por terem desrespeitado o Tratado de Madri. No entanto, sua preocupação não era somente com as benfeitorias como casas, capelas, currais, lavouras etc., que tinham sido destruídas, com bem esclareceu a Mendonça Furtado:

Quando cheguei a estas minas no fim do ano de 1751, me ofereceu logo ocasião de escrever aos Padres das Missões Castelhanas, e nessas cartas busquei motivo de lhe falar do Tratado de Limites. Entrou neles a curiosidade de saberem qual era destino das Missões, que estavam da nossa banda. Francamente lhe mandei dizer, e cuido, que mesmo lhe remetia cópia do capítulo, que fala nisso, que como Vossa Excelência sabe, **põem aos índios na liberdade de ficarem da nossa parte**, ou passarem com os padres para a outra.<sup>140</sup> (grifos nosso)

A preocupação do governador português era assegurar a permanência da população ameríndia “castelhana” em terras que, em tese, deveriam pertencer a Portugal. Posição esta que somente seria confirmada com a posse, de fato, após as demarcações realizadas pelos comissários da Partida Norte. Essa preocupação pode ser vista também nas instruções encaminhadas pelo secretário de estado

---

<sup>140</sup> Carta a Mendonça Furtado em 26 de junho de 1756, documento 074. In Antônio Rolim de Moura. **Correspondências**, vol. 2, op. cit., p. 173-174.

Carvalho e Melo a Gomes Freire de Andrade, em que este era alertado para que, durante a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, os ameríndios Tapes deveriam ser “convencidos” a viver em terras de Portugal:

§33. E como a força e a riqueza de todos os Países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita: como este número e multiplicação da gente se faz mais indispensável agora na Raia do Brasil para a sua defesa em razão do muito que tem propagado os Espanhóis nas fronteiras deste vasto continente, onde não podemos ter segurança sem povoarmos á mesma proporção as nossas Províncias desertas que confinam com as suas povoadas [...] não só julga S. M. necessário que V. S.<sup>a</sup> convide com os estímulos acima indicados os vassalos do mesmo Senhor Reiniculas e Americanos que se acham civilizados, mas também que V.Ex.<sup>a</sup> estenda os mesmos e outros privilégios aos Tapes que se estabelecerem nos Domínios de S. M., examinando V. Ex.<sup>a</sup> as condições que lhes fazem os Padres da Companhia Espanhóis, e concedendo-lhes outras á mesma imitação, que não só sejam iguais mas ainda mais favoráveis; de sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos Domínios de Portugal antes do que nos de Espanha.<sup>141</sup>

Em carta de 26 de junho de 1755, Rolim de Moura ressaltou a Mendonça Furtado sobre a importância que tinha para a Coroa em manter livre, desimpedida a navegação através do rio Guaporé-Mamoré-Madeira:

[...] pelo Anal da Câmara desta Vila consta, [...] que primeiro rodaram portugueses pelo Guaporé até o Pará, que os padres se estabelecessem da nossa banda, e parece incompatível, que tendo nós a posse do meio do rio, sejam os espanhóis senhores de ambas as margens, principalmente tendo o mesmo rio a origem, o fim dentro das terras de Portugal. **A conservação desta capitania, que é uma parte bastante considerável das nossas conquistas depende muito de termos livre a comunicação com o Pará por este Rio Guaporé**, o que não pode ter efeito estando os espanhóis situados de uma, e outra parte da sua corrente, e assim me parece temos jus a margem, oriental por aquele direito, a que os franceses chamam de (bienscance).<sup>142</sup> (grifo nosso)

Cabe ressaltar que desde as viagens feitas por sertanistas luso-brasileiros às missões jesuítas de Moxos e Chiquitos no início da década de 1740, a Coroa obteve preciosas informações sobre a parte oriental da América do Sul. Foram “reveladas” rotas terrestres e fluviais até as missões de Moxos e Chiquitos, dados sobre a população, economia, administração jesuíta, enfim, provocando nas autoridades ultramarinas receios de que a aproximação com esses povoados missionários pudessem colocar em risco os seus interesses na posse e conquista

---

<sup>141</sup> Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a Gomes Freire de Andrade. Lisboa, 21 de setembro de 1751. In: MENDONÇA, p. 53.

<sup>142</sup> Carta a Mendonça Furtado em 26 de junho de 1756, documento 074. In: Antônio Rolim de Moura. **Correspondências**, op. cit., p. 189.

do vale do Guaporé.<sup>143</sup> Mas não era sem razão essa preocupação, desde fins do século XVII que os jesuítas vinham fundando missões nessa parte do continente sul-americano, com a autorização da Coroa espanhola. De 1682 a 1700 foram fundadas na Província de Moxos as Missões de Loreto (1682), Trindad (1687), San Ignacio (1689), San Javier (1691), São Francisco de Borja (1693), San Pedro (1697) e San Luís de Gonzaga (1700). Em meados do século XVIII foram criadas pelos jesuítas, mais dezessete missões, entre elas: Santos Reys (1702), Exaltación (1704), Concepción de Baures (1708), São Joaquim (1709), Santa Ana (1709), Santa Magdalena (1717), San Jose (data indefinida), San Martin (data indefinida), San Miguel (data indefinida), Santa Rosa (1743), San Miguel (1746), San Simão (1746). As três últimas missões citadas foram construídas às margens esquerda/direita do rio Guaporé; desde então, passaram a ser alvos de disputas entre o governador Rolim de Moura e os padres espanhóis durante as décadas de 1750 e 1760.<sup>144</sup> Percebe-se que foram fundadas pelos padres jesuítas duas missões com o nome de San Miguel.

Para os padres jesuítas castelhanos, o controle sobre a aldeia de Santa Rosa era imprescindível para a continuidade do trabalho de catequese e da extração do cacau, considerado como um dos principais produtos comercializados no altiplano andino. Ao abandonarem as aldeias, em 1754, os jesuítas construíram, em território espanhol, rio Guaporé abaixo, a aldeia de Santa Rosa “nova”. A antiga aldeia de Santa Rosa abandonada pelos padres espanhóis passou a ser chamada pelos portugueses como Santa Rosa “velha”. Os ameríndios que viviam na missão de São Simon foram estabelecidos próximos à cabeceira do rio São Martin, agrupando-se com os ameríndios Baures, também em área espanhola. Os que viviam na missão de São Miguel tiveram outro

---

<sup>143</sup> PEREIRA, João Gonçalves Pereira. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo** e as Missões Jesuíticas de Moxos. Cuiabá: IHGMT, 2001.

<sup>144</sup> MEIRELES, op. cit., p.78-79.



destino: foram alojados em uma antiga missão que tinha o mesmo nome de São Simom, às margens do rio Baures, na Província de Moxos.<sup>145</sup>

Em dezembro de 1757, Rolim de Moura confia a Mendonça Furtado um plano de ocupação das aldeias abandonadas pelos padres jesuítas e a transformação delas em destacamento militar. Para o governador, era preciso, com rapidez, assumir o controle da aldeia de Santa Rosa “velha”, pois acreditava que os jesuítas não demorariam a reocupá-la junto com os ameríndios. O governador simulou uma operação militar de captura de devedores da Fazenda Real que, seguindo suas ordens, se refugiariam na aldeia de Santa Rosa “velha”. Avaliava o governador que quando os jesuítas fossem reclamar da presença dos soldados, tratariam de expulsá-los. Mas, se isso viesse a ocorrer, entraria em ação enviando tropa militar para a região e promoveria a ocupação do povoado jesuíta.

Acreditava que a utilização dessa estratégia seria a mais apropriada, pois se essa ocupação se desse de forma violenta e escancarada, sem motivo justificado, poderia provocar sérios atritos militares naquela parte da fronteira.

A decisão deste ponto depende do estado presente das demarcações, e da verdadeira intenção da nossa Corte sobre esta matéria. Se Espanha dilata dolorosamente as demarcações, ou a nossa Corte tem interesse, e intenção de perturbar a sua última conclusão, não se pode negar, que se faz muito preciso ocupar de qualquer modo que seja as ditas aldeias; mas se as demarcações estão em termos de se concluírem, e isto mesmo quer a nossa Corte, acho que ocupá-las, ou com violência, ou com afetação conhecida poderá prejudicar muito a este intento, sendo o que se vai lucrar coisa bem pouca. Porque a nossa Corte poderia talvez insinuar a Vossa Excelência esta diligência, olhando para os embaraços, que os padres da Companhia têm posto à evacuação das aldeias do Uruguai, e receando, que aqui tecessem os mesmos. Porém desta parte não podem subsistir pela diferença com que o tratado resolver uma, e outra entrega.<sup>146</sup>

Rolim de Moura informou também a Mendonça Furtado os detalhes sobre a formação de um destacamento militar situado no Sítio das Pedras; formado para evitar que os padres espanhóis continuassem a atravessar o rio Guaporé interessado em plantar cacau, criar gados e “catequizar” ameríndios “arredios”.

---

<sup>145</sup> MEIRELES, op. cit., p. 129-131.

<sup>146</sup> Carta a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1757, documento 106, In Antônio Rolim de Moura. **Correspondências**, v. 3, op. cit., p. 115.

No entanto, a localidade onde se encontrava o Sítio das Pedras era bastante insalubre, o que causava epidemias e mortes dos soldados e ameríndios ali estabelecidos. Havia uma outra razão para a retirada da tropa: os recursos existentes na Provedoria da Fazenda eram insuficientes para garantir a permanência do destacamento naquela localidade. Rolim de Moura autorizou que a Guarda de Santa Rosa fosse formada entre “trinta até quarenta homens, e das Pedras de dez até doze pela maior vizinhança que tem dos moradores do rio abaixo, uma e outra bem provida de armas de fogo que são por cá as de maior uso”.<sup>147</sup> Com a implantação da Guarda de Santa Rosa, a Coroa podia dar sustentação à criação de novos povoados nas áreas fronteiras aos domínios espanhóis e garantir a fixação populacional.<sup>148</sup> Virgílio Correa Filho, ao analisar este episódio, relatou que:

Rolim mais de uma vez sulcou o rio, águas abaixo, até a aldeia abandonada pelos missionários castelhanos, “15 até 20 dias de viagem”, a jusante de Vila Bela, ou três acima da barra do Mamoré. Justamente ao flanco da cachoeira que, nessa paragem, encrespava as águas do Guaporé, apenas deixando estreito canal, “encostado a nossa margem”, estabeleceu a “Guarda de Santa Rosa Velha”. A guarnição inicial incluiu um alferes, dois cabos de esquadra, dez soldados pedestres, 23 soldados, um cirurgião, quatro pessoas agregadas e 18 escravos. Nos arredores, agruparam-se os índios procedentes das aldeias espanholas de S. Rosa e S. Miguel, que aproximadamente se contavam por sete dezenas. Não mereceriam muita confiança, mas “em caso de necessidade podem servir para alguma coisa”.<sup>149</sup>

No mapa (p. 142) podemos verificar a localização da Guarda de Santa Rosa e outras espacializações portuguesas construídas no Distrito do Mato Grosso: ao norte, Vila Bela da Santíssima Trindade; os arraiais de Chapada de Santana, Ouro Fino, Pilar, São Francisco Xavier, erguidos durante a década de 1740. A Guarda de Santa Rosa deu origem à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (1766), que ficava a uma distância de dois quilômetros e duzentos

---

<sup>147</sup> Carta de Rolim de Moura a Corte Real, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, em 23 de dezembro de 1758, documento 122. In Antônio Rolim de Moura, **Correspondências**, op. cit., p. 217.

<sup>148</sup> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado em 15 de novembro de 1758, documento 111, op. cit., p. 143.

<sup>149</sup> CORREA FILHO, op. cit., p. 371.

metros do forte Príncipe da Beira (1776), como veremos mais adiante nesta tese. Ao sul da capitania, no distrito do Cuiabá, encontrava-se a Vila Real do Cuiabá.

Uma outra medida tomada pela Coroa para conter os padres espanhóis nas terras do Vice-Reinado do Peru foi autorizar que se distribuísse sesmarias nas imediações as margens do rio Guaporé, conforme a Instrução de 1749, parágrafo 12, visando assim “defender eficazmente os ‘sesmeiros’ de qualquer insulto e moléstia dos mesmos índios”.<sup>150</sup> Percebe-se, com essa medida, a utilização de um instrumento usual em outras partes do Império português como forma de manter o domínio político-territorial: a distribuição de sesmarias a pessoas que possuísem cabedais para produzir lavoura e criar animais.<sup>151</sup> Na primeira metade do século XVIII, em 1726, anterior à criação da Vila Real do Cuiabá, a Coroa já vinha utilizando desse instrumento, distribuindo sesmarias às margens dos rios Cuiabá e Paraguai, como forma de garantir o controle da navegação fluvial, a produção de alimentos e a criação de animais.

As atenções do reinado de D. José I, a partir da segunda metade do século XVIII, encontravam-se direcionadas para as regiões fronteiriças aos domínios espanhóis, e visavam a garantir a posse de áreas em que a soberania portuguesa ainda era bastante precária. Os ameríndios missioneiros tinham sido “educados” pelos jesuítas espanhóis, tanto os dos Sete Povos das Missões como os das Províncias de Moxos e Chiquitos, que os levaram a ter contato com os valores europeus (trabalho, língua, religiosidade, disciplina etc.), o que, na visão da Coroa, eram essenciais para promover o povoamento da América portuguesa. Percebe-se que a relação “custo e benefício” era um fator que pesava também nas decisões da Coroa, pois as despesas seriam menores, considerando a resistência de aldeamentos dos ameríndios missioneiros “catequizados” em

---

<sup>150</sup> Instrução de 1749, In: MENDONÇA, op. cit., p. 25.

<sup>151</sup> Ver recente pesquisa produzida por OLIVEIRA, Tiago Kramer. *Ruralidade na "Terra da Conquista": Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750). Cuiabá. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Em especial, o Capítulo V. Produção rural, comércio interno na "terra da conquista".*

domínios de Portugal, ao contrário da resistência de aldeamentos com populações ameríndias consideradas “arredias”.

Rolim de Moura tinha clareza que havia comunicação entre os jesuítas de Moxos e Chiquitos e os das Províncias do Paraguai e Uruguai, trocando informações sobre os levantes ocorridos nos Sete Povos das Missões e o andamento das demarcações na América do Sul. Estabelecia correlações entre a destruição das aldeias castelhanas do Guaporé, afirmando que não se tratavam de ações desarticuladas, mas faziam parte da “arrogância espanhola, e paixão a natural, que têm contra nós”.<sup>152</sup>

Pombal agia, na verdade, para assegurar o futuro da América portuguesa ao encorajar o aumento da população. Mas como não acreditava que esse objetivo pudesse ser alcançado, no Brasil, por meio de uma emigração européia maciça; visava, ao afastar a população indígena da proteção religiosa, estimular a sua europeização por intermédio de miscigenação.<sup>153</sup>

Assim, procurava o governador tornar-se senhor do rio Guaporé, controlando a navegação, a ida e vinda dos comboios de comerciantes vindos do Estado do Grão-Pará e Maranhão, manter a vigilância sobre os passos dos padres e de tropas espanholas, e comandar o ataque, a partir daquele posto, contra os ameríndios Muras que vinham aterrorizando os viajantes que faziam essa rota. A esperança de Rolim de Moura depositada na integração político-administrativa entre a capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá e o Estado do Grão-Pará e Maranhão significava a possibilidade de impor-se diante dos vizinhos espanhóis.

As aldeias abandonadas de São Miguel e São Simão não foram alvos de ocupação pelo governador, de imediato, pois considerava que com os dois destacamentos formados, o de Santa Rosa e o do Sítio das Pedras, daria para impedir o retorno dos jesuítas espanhóis e seus ameríndios.

No mesmo período, Rolim de Moura procurou aumentar o efetivo militar no destacamento de Nossa Senhora de Boa Viagem, procurando além de manter

---

<sup>152</sup> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 26 de junho de 1755, documento 073, **Correspondências**, vol. 2, op. cit., p. 183.

<sup>153</sup> MAXWELL, op. cit., p. 54.

a defesa político-territorial, servir de apoio aos comboios de comerciantes vindo do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Aonde me parece precisíssimo ter alguns soldados, é no estabelecimento de Nossa Senhora de Boa Viagem para comunicarem os avisos com brevidade e facilidade de uma a outra Capitania, e também para embarçar os padres espanhóis que não vão para aquela parte fazer cacau, como costumam. Pelo que mando agora com o Bacharel Teotônio da Silva Gusmão dois Dragões e quatro pedestres, cujo número faço tenção depois aumentar mais, os quais também são úteis para lhe fazer conservar o respeito, e defender a pessoa naquela solidão, e distância tão grande desta vila. Não só por este motivo é de grande importância o dito estabelecimento, senão também para facilitar o comércio destas duas Capitanias; porque quando os homens ali chegam vêm de ordinário muito faltos de mantimentos pois no Pará não há os que são mais próprios para estas viagens, que é a farinha de milho, feijão, e toucinho. E indo aquela povoação adiante, ali poderão prover-se de tudo, receber auxilio para passar as cachoeiras, e terem canoas de muda; porque as mais próprias para navegar este rio até a dita paragem, são muito diferentes das que tem bom uso dali até o Pará, e que lá se praticam. **E ultimamente com aquele estabelecimento, o de Santa Rosa, o das Pedras, a aldeia de São José, e moradores a ela vizinhos ficamos senhoreando toda a margem oriental do Guaporé; e se à sombra dos ditos postos se forem situando mais moradores nas paragens de entremeio ainda este fim se conseguirá melhor.**<sup>154</sup> (grifos nossos).

A aldeia de São José, os destacamentos de Boa Viagem, o Sítio das Pedras e o de Santa Rosa “velha”, formados por soldados das companhias de ordenanças e de tropas de pedestres eram considerados, até então, como os principais redutos de defesa. Vila Bela e os arraiais próximos encontravam-se na retaguarda, como bases de sustentação à fixação populacional e militar no vale do Guaporé. Cabe ressaltar que as ações de Rolim de Moura encontravam-se ligadas a um conjunto de medidas que visavam garantir a segurança territorial da América portuguesa – a defesa territorial e o comércio eram objetivos centrais da política lusitana voltados para esta parte da capitania de Mato Grosso.

### **Militarização**

A partir de meados do século XVIII, a Coroa portuguesa procurou investir no reparo das antigas fortalezas e na edificação de novos pontos fortificados na costa litorânea e no interior da América do Sul. Na região da bacia amazônica,

---

<sup>154</sup> Carta de Rolim de Moura a Corte Real em 23 de dezembro de 1758, documento 122. In: Antônio Rolim de Moura, **Correspondências**, v. 3, op. cit., p. 217-218.

Pelo reconhecimento do Javari os portugueses procuravam marcar a fronteira no Napo. No governo de Mendonça Furtado foram instalados alguns destacamentos para cobertura do rio. Em 1759 São José do Javari, elevada à categoria de vila, recebeu uma guarnição de fronteira comandada por um oficial. Anos depois, em 1768, Tabatinga foi senhoreada por Portugal. Somente mais tarde, porém, já na administração de João Pereira Caldas, é que teve início a construção do forte de Tabatinga encarregado de manter os espanhóis encolhidos nas margens do Napo e do Maranhão.<sup>155</sup>

O processo de militarização do distrito do Mato Grosso consistia em manter a soberania portuguesa na região, utilizando a baixo custo soldados recrutados junto à população luso-brasileira, além da manutenção de ameríndios aldeados oriundos dos povoados espanhóis que se encontravam familiarizados com os valores civilizacionais propagados pelos padres das missões de Moxos e Chiquitos. Como vimos, o governador de Mato Grosso, seguindo instruções recebidas, procurou produzir enclaves militarizados que garantissem o ordenamento político-territorial, a produção de atividades produtivas rentáveis e a conexão comercial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em carta endereçada ao rei D. José I, Rolim de Moura justificava a necessidade de formar companhias de pedestres, aumentando assim o efetivo militar existente na capitania de Mato Grosso.

Os soldados pedestres desta capitania são enquanto ajustou das qualidades seguintes: bastardos (por isto cá na América se entende filho de branco com índio), mulatos, caribocas (isto é, filho de preto, e índio, e estes são ordinariamente os que melhor provam) e também se admite algum índio puro principalmente Bororos, pela habilidade, que têm de serem bons rastejadores, o que é de grande utilidade nas diligências. Andam sempre descalço de pé e perna, o seu único vestido é um jaleco, e umas bombachas. As armas de que usam é uma espingarda sem baioneta, uma bolsa de caça, e uma faca de mato: vencem de soldo setenta e seis de ouro por dia, que corresponde a pouco mais de oito vinténs, e quatro réis da moeda do Reino, e uma quarta de farinha de milho para dez dias, quando vão de marcha, ou destacados se lhe dá além disto meia quarta de feijão para dez dias, um quarto de toucinho por dia, e um prato de sal por mês: a farda é a que acima disse, a que se ajunta um chapéu, e duas camisas.<sup>156</sup>

Na avaliação do governador, os soldados pedestres eram os mais aptos para o cumprimento de missões nos sertões, pois os militares que faziam parte da Companhia dos Dragões não tinham experiência com a vida sertaneja e não eram

---

<sup>155</sup> SILVA, Manuel Nunes da, op. cit., p. 45.

<sup>156</sup> Carta endereçada a D. José I em 25 de fevereiro de 1757. Documento 087. In Antônio Rolim de Moura. **Correspondências**, v. 3, op. cit., p. 47.

bons trilhadores. Quando havia a necessidade de mandar os Dragões para alguma missão, seguiam também alguns pedestres.

Tem mostrado a experiência, que para se guardarem os diamantes, necessitam os Guardas de Dragões serem acompanhados, por soldados pedestres, e ainda em todas as mais diligências lhe são úteis, pelo que estão hoje introduzidos, assim nas Minas Gerais como em Goiás. À vista de que me resolvi não a fazer companhia deles, mas a mandar assentar praça a alguns, com o mesmo soldo que se lhe dá em Goiás, não somente para acompanharem a Guarda do Paraguai, mas ainda para estarem prontos, para trazerem e levarem ao Cuiabá, Goiás as cartas do serviço.<sup>157</sup>

Os pedestres eram, portanto, utilizados no envio de correspondências e nas guarnições que fiscalizavam a extração dos diamantes, diminuindo a quantidade de Dragões nessas operações. Além dessas funções, os pedestres eram incumbidos de vigiar o que ocorria nas missões jesuítas de Moxos e Chiquitos e em Santa Cruz de la Sierra. Os luso-brasileiros viam os habitantes da Província de Moxos como um grande “obstáculo à sua hegemonia e, a partir de uma construção imaginária, um local muito mais ameaçador e poderoso de que a realidade”;<sup>158</sup> tal situação decorria, em parte, por que os ameríndios que viviam nas missões de Moxos, desde a ida de um grupo de luso-brasileiros na década de 1740, foram armados pelos jesuítas castelhanos, e autorizados pela Coroa espanhola a manterem a defesa das missões. Esse imaginário justificava, por parte dos portugueses, a contínua vigilância do que acontecia nos povoados castelhanos.

Rolim de Moura também procurou formar uma Companhia de Ordenanças com a participação de ameríndios Bororos, tendo como exemplo os Cipaio da Índia, que eram recrutados para ingressar nas fileiras do exército em outras possessões do Império português. Os Bororos eram hábeis guerreiros e poderiam servir aos propósitos da Coroa, principalmente, no combate a outros grupos de ameríndios inimigos; porém, eram vistos como sendo “muito mais bárbaros, que os sipaios da Índia, e não será fácil introduzir-lhes a mesma disciplina [...] na verdade se deve considerar, que eles estão ali debaixo da

---

<sup>157</sup> Carta endereçada a D. José I em 24 de janeiro de 1755. Documento 043, v. 2, In: Antônio Rolim de Moura. **Correspondências**, op. cit., p. 36.

<sup>158</sup> MALDI, op.cit., p. 198.

ordem, que eu dei para esse efeito, assim como poderá puxar por uma companhia de Ordenança, ou de Capitão de Mato”.<sup>159</sup>

A comparação entre Bororos e Cipaiois não era sem propósito, e mostrava uma tentativa de utilizar os nativos como forças militares indispensáveis à defesa dos interesses portugueses. Os Cipaiois tiveram forte atuação como soldados na África Oriental e no Estado da Índia, engrossando as fileiras das tropas portuguesas recrutadas no Reino.<sup>160</sup> Apesar da longa distância que separava as capitanias de Mato Grosso e de Moçambique, a participação de Cipaiois nas fileiras do exército em Rios de Sena mostrava-se como uma fórmula que poderia ser aplicada em outros territórios do Império português. As forças militares portuguesas eram constituídas por diferentes corpos, cada qual com funções específicas:

As Tropas regulares ou pagas constituíam o exército de campanha, e era com ele que se empreendiam as operações da grande guerra. Os Auxiliares tinham por dever acudir as fronteiras para as quais estavam designados e, enquanto nelas persistiam mobilizados, receberiam como os soldados pagos. As Ordenanças não somente serviriam na pequena guerra, local e circunscrita, senão também, quando fosse grande a necessidade, deveriam guarnecer as praças que lhes ficavam mais vizinhas.<sup>161</sup>

Para garantir a manutenção das tropas era preciso recursos. Parte do ouro extraído na capitania de Goiás era utilizado para o pagamento e armamento das tropas da capitania de Mato Grosso. Entretanto, parte dos lucros da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, foi redirecionada para a construção, a partir da década de 1760, de entrepostos fortificados entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania de Mato Grosso. O pagamento das

---

<sup>159</sup> Carta a Tomé Joaquim da Costa Côrte Real em 23 de dezembro de 1758, Vol. 3, documento 122. In: Antônio Rolim de Moura. **Correspondências**, op. cit., p. 221-222

<sup>160</sup> RODRIGUES, Maria Eugénia. Cipaiois da Índia ou Soldado da Terra? Dilemas da Naturalização do Exército Português em Moçambique no século XVIII. In **Homens e Armas no Império Português**. História: Questões e Debates n. 45. Curitiba, Pr: Ed. UFPr, 2006, p. 63-64. Sobre o termo Sipaiois a autora destaca na nota 09: “Sipai, cipai - ‘Soldado indígena disciplinado e fardado quási à europeia, na Índia e África portuguesa; fâmulos fardados, que acompanha e faz recados’. Do persa *síphai*. O termo aparece registrado a partir de 1728, equivalendo aos mais antigos lascarim e peão. Apud DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso Asiático*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1919-1921, (2v.)

<sup>161</sup> MELLO, op.cit., p. 32.



tropas, a compra de armamentos e fardamento passaram também a ser custeado pela companhia, até a sua extinção em 1777.

Os conflitos entre os jesuítas castelhanos e o governador Rolim de Moura estavam prestes a provocar novos atritos. Os padres, que se retiraram das aldeias situadas à margem direita do rio Guaporé, começaram a contestar, junto com o governador de Santa Cruz de la Sierra, a posição tomada por Rolim de Moura de se manter nas antigas aldeias.

A preocupação do governador não era sem fundamento; em 25 de agosto de 1761, uma expedição foi montada pelos espanhóis para demolir os marcos que tinham sido erigidos pela Partida Sul da Comissão de Demarcação do Tratado de Madri, no Iguatemi e na boca do rio Jauru. O diário sobre essa expedição foi enviado para D. Pedro de Cevallos contendo informações sobre o ataque a povoados luso-brasileiros (no atual Mato Grosso do Sul) e a tentativa de destruição do presídio do Iguatemi.<sup>162</sup>

Assim, face à possibilidade de invasão, Rolim de Moura inspecionou as defesas existentes e montou um destacamento militar na aldeia castelhana de São Miguel, abandonada pelos padres espanhóis, em 1754. O efetivo deste destacamento era constituído por “um alferes, dois cabos de esquadra, dez soldados pedestres, 28 soldados, um cirurgião, quatro pessoas agregadas e 18 escravos”.<sup>163</sup> Temeroso dos desdobramentos que poderiam surgir, o governador aparelhou o posto com armamentos e munições, procurando manter grupos de ameríndios próximos ao destacamento como remadores para o transporte de cargas entre Vila Bela e aquele destacamento.

Em setembro de 1762, Rolim de Moura comunicou a Mendonça Furtado que ocupava, nesse período, o cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, a sua decisão de edificar um fortim no

---

<sup>162</sup> Carta remetendo o diário duma expedição encarregada de demolir os marcos da demarcação erigidos no Iguatemi e no Jauru como povoações portuguesas. Assunção, 25 de agosto de 1761. In CORTESÃO, **Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos** (1750-1802). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional: Divisão de Publicações e Divulgação, 1969.

<sup>163</sup> CORREA FILHO, op. cit., p. 371.

destacamento militar de Santa Rosa. Na ocasião, deu início à construção do Fortim de Nossa Senhora da Conceição, com “alojamento, armazém, capela e um corpo de tropa de 200 dragões, 10 pedestres e 01 aventureiro, alguns escravos e o Pe. Capelão”.<sup>164</sup> Tal medida era justificada por notícias que chegavam de Portugal e por intermédio de seus informantes, da companhia de Pedestres que iam às missões e povoados castelhanos, os quais davam conta que os militares espanhóis se encontravam prontos para marcharem em direção à capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá de Mato Grosso. O motivo dessa movimentação decorria da assinatura do Tratado de El Pardo (1761),<sup>165</sup> fazendo com que os espanhóis reivindicassem a devolução das terras cedidas aos portugueses: na região, isso significava que pretendiam reaver as aldeias de Santa Rosa, São Miguel e São Simão.

A Guarda de Santa Rosa, nessa época, era construída de frágeis instalações de pau-a-pique cobertas de telhas, o que poderia facilmente se transformar em alvo de ataques inimigos. Verificou também que o efetivo de militares era insuficiente para a defesa daquele posto. Para o governador, este posto militar deveria ser reforçado, transformado em um fortim. A mudança de *status* poderia contribuir, principalmente, para promover o povoamento daquele ponto da fronteira. Com a edificação do fortim de Nossa Senhora da Conceição, pretendia o governador atrair, para aquela parte da fronteira, novos colonos, principalmente os ameríndios das missões jesuítas espanholas. A sua localização era privilegiada: às margens do rio Guaporé, na parte alta de um barranco, o que possibilitaria impor resistência a ataques inimigos, como também promover o bloqueio da navegação desse estratégico rio que dava acesso à Vila Bela e ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

---

<sup>164</sup> SILVA, op. cit., p. 135.

<sup>165</sup> A situação foi agravada com a formação do Pacto de Família entre os Bourbons, em 15 de agosto de 1761. Houve novo realinhamento político-militar entre as principais nações do continente europeu, e a decisão de Portugal de manter-se fiel à Inglaterra teve desdobramentos: a ofensiva da Espanha contra Portugal e, na América do Sul, a invasão da Colônia do Sacramento, em 1762, e o ataque à capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1763. Ver SILVA, Mansuy-Diniz, op. cit., p. 491-493.

A ideia era criar núcleos de povoamento que servissem de apoio à defesa, como também promover o abastecimento do ampliado destacamento militar com gêneros alimentícios e outros produtos necessários ao dia-a-dia de sua população. Fixar, naqueles confins do Império português, uma fortificação militarizada significava também a pretensão de criar uma espacialização civilizada, que, integraria a formação de uma articulada rede de povoados que aos poucos se formava entre a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Sobre a construção do fortim, o governador relatou a Mendonça Furtado:

O forte resolveu-me fazê-lo pentagonal, e não quadrado, como havia escrito de Vila Bela a V.Exa. assim por compreender mais terreno com a mesma circunferência, como por ser figura mais capaz de fortificar-se com regularidade, dos que os quadrados, que sempre ficam defeituosos.<sup>166</sup>

Para a construção do fortim foi contratado o mestre-de-obras José Gonçalves Gago, sob o comando do sargento e engenheiro-mor José Mathias de Oliveira Rêgo. A mão-de-obra foi constituída de escravos deslocados de Vila Bela e dos arraiais do Vale do Guaporé, o que agravou ainda mais a situação de penúria da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá. A retirada dos escravos africanos e crioulos das propriedades de seus senhores implicou na diminuição da produção, principalmente, a de gêneros alimentícios, elevando ainda mais o custo de vida que recaía sobre a população mais pauperizada.<sup>167</sup>

O posto era denominado pelos militares que ali viviam de Nossa Senhora da Conceição, em homenagem à padroeira do Reino. O governador resolveu manter esse nome, entendendo que, com isso, demarcava a presença luso-brasileira naquele estratégico ponto da fronteira. Para os militares que se encontravam distantes de Vila Bela e dos arraiais existentes no Vale do Guaporé, despojados de espaços adequados para os serviços religiosos, a invocação de Nossa Senhora era motivo de conforto espiritual. Um outro aspecto a ser

---

<sup>166</sup> 1762, Setembro, 30. Ofício de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 11, documento 679, Cd 04).

<sup>167</sup> VOLPATO, op. cit.

considerado era que o batismo daquela localidade com o nome de uma devoção religiosa de elevado prestígio para os luso-brasileiros, tanto no Reino como na América, substituiu uma outra devoção que tinha profundo significado religioso para os padres jesuítas castelhanos: a troca do nome de Santa Rosa por Nossa Senhora da Conceição pode ser compreendida como uma forma de re-significação dos espaços de fronteira que estavam sendo conquistados. A disputa entre portugueses e espanhóis não se dava somente pelas armas, no plano terreno, mas também no simbólico.

Alguns anos antes, Rolim de Moura tinha enviado carta a Diogo de Mendonça Corte Real, avaliando, naquela conjuntura, os riscos de uma efetiva invasão da capitania por parte de tropas espanholas. De forma otimista, informava que se os padres jesuítas (das aldeias de Santa Rosa, São Simão e São Miguel) quisessem recorrer aos militares espanhóis estabelecidos em Lima ou em Chuquisaca (Vice-reinado do Peru), isso não se concretizaria com facilidade. Segundo cálculos do governador, uma correspondência, para chegar às missões jesuítas de Moxos, vinda de Lima, demorava cerca de seis meses; o mesmo tempo, ou mais até, ocorreria no caso de envio de tropas militares de Lima, para as quais os desafios seriam enormes, pois os soldados teriam de atravessar extensas cadeias de montanhas para chegar a Santa Cruz de la Sierra. De Lima até Vila Bela, a distância era estimada em mais de quatro mil quilômetros.<sup>168</sup>

No entanto, Rolim de Moura não descartava a possibilidade do envio de tropas militares de Santa Cruz de la Sierra, pois havia freqüente intercâmbio comercial entre essa cidade e a missão jesuíta de Loreto, de onde eram enviadas, em determinado período do ano, mercadorias produzidas nas missões até a cidade de Lima, sede de governo do Vice-reinado do Peru. A missão de Loreto era considerada pelos espanhóis como o pólo principal, receptor dos produtos produzidos nas missões de Moxos e Chiquitos. De Lima, vários gêneros alimentícios como o cacau, eram enviados para Madri. Tropas bem armadas

---

<sup>168</sup> Carta a Diogo de Mendonça Corte Real em 20 de março de 1757. Documento 090. In Antônio Rolim e Moura. **Correspondências**, op. cit., p. 55.

faziam esse trecho assegurando o envio dessas mercadorias. Deduzia o governador que, se essas tropas fossem recrutadas pelos jesuítas, isso deveria acontecer no período que estivessem na missão de Loreto, localizada na barra do rio Mamoré, não muito distante de Santa Cruz de la Sierra. Dessa cidade, as tropas espanholas poderiam embarcar em canoas e chegar até o rio Guaporé, onde teriam condições de estabelecer as bases de operações militares e investir contra os povoados existentes na capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá. As missões das províncias de Moxos e Chiquitos poderiam abastecer as tropas com guerreiros ameríndios bem armados, além de mantimentos, cavalos, gado, pólvora etc., o que poderia garantir a permanência dos espanhóis por um longo período na região, com o estabelecimento de pontos fortificados à margem do rio Guaporé, o que acabaria impedindo o comércio entre a capitania geral de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Para Rolim de Moura, havia enormes obstáculos naturais a serem superados pelos espanhóis até a chegada a Mato Grosso, o que, daria tempo para obter informações sobre a movimentação das tropas espanholas e garantir a defesa da capitania com militares vindos de Goiás e do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Na manhã de 14 de abril de 1763, o que o governador conjecturava de acontecer, tornou-se um pesadelo. Tropas espanholas fortemente armadas, com inúmeras peças de artilharia, além de ameríndios com arcos e flechas enviados das missões espanholas de Moxos, se estabeleceram na barra do Itonomas, a três horas de distância do Fortim de Nossa Senhora da Conceição. O exército espanhol que chegou até a barra de Itonomas, no vale do Guaporé, foi enviado pelo Vice-rei do Peru, D. Manuel Amat y Junyet, que tinha assumido este importante posto após ter administrado, como governador e capitão-general, a capitania do Chile. Quando jovem militar lutou na guerra de Sucessão espanhola, e suas idéias eram influenciadas “em todo a la mentalidad borbónica del siglo

XVIII y se hallaban fuertemente influenciadas por la enciclopédia y el despotismo ilustrado”.<sup>169</sup>

Quando Rolim de Moura deu início à construção do fortim de Nossa Senhora da Conceição, em 1761, Junvet preparou um exército que foi enviado a Charcas para que, juntamente com outras tropas ali estabelecidas desferissem ataque ao fortim, que se encontrava ocupado por forças luso-brasileiras formadas por 260 homens. Depois de algumas refregas típicas de guerrilha, praticadas pelos soldados da companhia de pedestres, como o seqüestro de alguns padres na aldeia espanhola de São Miguel (edificada em domínios espanhóis), o governador português e seus soldados foram “salvos” por notícias vindas de Lima que, davam conta da assinatura de um tratado de paz entre Portugal e Espanha, em 10 de fevereiro de 1763, e que a guerra havia cessado.<sup>170</sup> Mais tarde, o governador foi informado de que as forças inimigas totalizavam 1.200 homens, organizados por três contingentes de Santa Cruz, do Peru e de Buenos Aires.

Em carta de 31 de maio de 1763, Rolim de Moura descreve para Mendonça Furtado o momento de tensão vivido, apresentando o possível motivo pelo qual os espanhóis não atacaram de imediato o fortim de Nossa Senhora da Conceição: parte das tropas espanholas tinha contraído doenças na região, o que acabou provocando várias baixas. No entanto, considerava que as operações desencadeadas pela companhia de pedestres e por seus oficiais foram determinantes para que houvesse o recuo das tropas espanholas. Terminado o conflito, em 10 de agosto de 1763, Rolim de Moura pediu ao rei D. José I que recompensasse os seus soldados pela atuação durante os combates.<sup>171</sup>

Com a criação de pontos fortificados nessa dilatada linha de fronteira (com pequenos povoados ao redor), a Coroa portuguesa esperava impor a sua

---

<sup>169</sup> MESA, op.cit., pp. 263-264.

<sup>170</sup> CORREA FILHO, op. cit., p. 373.

<sup>171</sup> 1763, Agosto, 16. Ofício de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Nossa Senhora da Conceição. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 12, doc. 699, Cd 04).

soberania e integrar essas conquistas, definitivamente, aos domínios de seu Império. A contenção dos padres espanhóis em suas missões e o impedimento de invasão, por parte de tropas castelhanas, consistiam no propósito do governador. Porém, como dissemos, essa era uma tarefa difícil de se levar adiante, devido ao baixo número de habitantes, poucos recursos disponíveis e às longas distâncias que separavam Vila Bela da Santíssima Trindade da Vila Real do Cuiabá e dos povoados e vilas existentes no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

### **A reorganização militar**

Segundo António Manuel Hespanha, a organização militar portuguesa era marcada por uma grande “confusão”, subvertendo “totalmente a idéia que fazemos de um governo militar dominado pelo princípio monárquico, da hierarquia, da disciplina e do rigor de comando”.<sup>172</sup> No entanto, no reinado de D. José I, ocorreu uma reorganização do exército, quando tropas espanholas invadiram o território português causando pânico na população e na Corte. As “teorias militares” formuladas pelo Conde Lippe, que foi chamado por Pombal, logo após o término da Guerra dos Sete Anos, foi o responsável por essa reorganização, porém, estas foram difíceis de serem consolidadas e voltaram-se mais para o Reino do que para outros territórios do Império português. “O conde introduziu reformas em toda a organização do exército, desde o recrutamento até o equipamento e as táticas; no entanto estas reformas se limitaram a Portugal.”<sup>173</sup>

Na América, a partir da assinatura do Tratado de El Pardo, Portugal procurou guarnecer as suas fronteiras contra os domínios espanhóis, ao mesmo tempo em que ocorriam mudanças na administração do Estado do Brasil e da

---

<sup>172</sup> HESPANHA, António Manuel. **Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa ?** ou O revisionismo nos trópicos. Conferência proferida na sessão de abertura do Colóquio “O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”, org. pelo CHAM-FCSH-UNL/IICT, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.hespanha.net/>>. Acesso em: 06 jun. 2006.

<sup>173</sup> SILVA, op. cit., p. 492.

capitania mato-grossense. Depois de treze anos à frente do governo daquela capitania, D. Antonio Rolim de Moura Tavares, que recebeu o título de Conde de Azambuja devido a sua atuação durante o episódio de Itonomas, foi nomeado governador geral da capitania da Bahia, posto que ocupou até 1767, quando recebeu o cargo de vice-rei do Estado do Brasil, transferindo-se para a cidade de Rio de Janeiro.

O seu sucessor em Mato Grosso foi João Pedro da Câmara, nomeado através da carta régia de 16 de julho de 1763. Ao chegar, depois de uma longa viagem de sete meses de Belém a Vila Bela, em 25 de dezembro de 1764, o novo governador tomou posse em 1º de janeiro de 1765. Encontrou-se com Rolim de Moura, na aldeia de Santa Rosa “nova” (em domínios espanhóis) para promover a troca de prisioneiros e coordenar a desocupação da aldeia de São Miguel, tomada pelas tropas luso-brasileiras durante o conflito de Itonomas.<sup>174</sup>

João Pedro da Câmara procurou fazer um minucioso levantamento das forças militares existentes na capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, como também das armas e munições disponíveis. Conforme a Relação de Armas, Petrechos e Munições de Guerra, elaborada pelo novo governador, que se referia ao arsenal que existia nos armazéns de Vila Bela e no fortim de Nossa Senhora da Conceição, verificamos que boa parte das armas e munições existentes nessas duas localidades encontrava-se sem condições de uso. Os armazéns de Vila Bela tinham “espingardas prontas, e capazes de servir 12; para se consertarem, 107; baionetas prontas 80, quebradas 10”; no Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, “espingardas prontas e capazes de servir 12 para se consertarem 109; pistolas prontas 80, quebradas 10”.<sup>175</sup> Se o governador dependesse somente

---

<sup>174</sup> CORRÊA FILHO, op.cit., p. 377

<sup>175</sup> 1765, Fevereiro, 15, Vila Bela. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que envia mapas com que há de artilharia, armas, munições de guerra e pede 1500 espingardas e outras tantas catanas. 765. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 12, documento 746. MT, Cd 04).



desses armamentos para garantir a defesa da capitania contra tropas espanholas de grande poder de fogo, certamente não seriam suficientes.

O novo governador, como seu antecessor, procurou vistoriar os destacamentos e ampliar o número de militares, como também provê-los de melhor artilharia. No início de 1766, dirigiu-se ao Sítio das Pedras e ampliou para 40, o número de ordenanças. Em meados de junho, permaneceu no fortim de Nossa Senhora da Conceição, onde procurou aparelhar as suas imediações com artilharia assentada em canoas colocadas em lugares estratégicos do rio, além de promover freqüentes patrulhas no rio Guaporé.<sup>176</sup> Os conflitos armados tinham cessado, na Europa, desde o Tratado de Paris (1763), porém, as desconfianças continuavam a dominar as Coroas de Portugal e da Espanha. Em Mato Grosso, as operações militares eram freqüentes, tanto do lado português como do espanhol; as autoridades coloniais portuguesas e espanholas recebiam ordens de suas metrópoles para manter permanente vigilância nas linhas divisórias entre os seus domínios americanos.

Câmara recebeu ordens para transformar o fortim de Nossa Senhora da Conceição em uma fortaleza. Desde que tinha chegado àquele estabelecimento militar, em 15 de novembro de 1765, procurou repassar ao Sargento-Mor, Engenheiro José Mathias de Oliveira Rego, orientação para “fazer o risco” da nova fortaleza e solicitou à Provedoria da Fazenda, instalada em Vila Bela, para que repassasse os recursos necessários à compra de materiais para o início da obra. Porém, uma das primeiras dificuldades encontradas para se levantar a nova fortificação foi à ausência, nos morros próximos, de pedras, o principal material para a edificação. A solução encontrada pelo mestre-de-obras foi o uso do barro, matéria abundante na região e muito utilizada, misturada com cal, para a construção de casas. Mas as dificuldades não cessavam, pois o governador teve de requisitar todos os pedreiros, ferreiros e carpinteiros existentes em Vila Bela e arraiais próximos, e levá-los para o novo canteiro de obras. Além disso, procurou

---

<sup>176</sup> CORRÊA FILHO, op. cit., p. 377-378.

reforçar a barra de Itonomas, localizada cerca de meio-dia de viagem daquele local, guarnecendo-a com duas peças de artilharia e freqüentes rondas de soldados.<sup>177</sup>

A preocupação do governador não era somente com o arsenal bélico e com as tropas que se encontravam no fortim de Nossa Senhora da Conceição. Era preciso abastecer a população com mantimentos necessários para o dia-a-dia. A alternativa encontrada foi à organização das populações ameríndias que habitavam as terras das antigas aldeias jesuítas: “Devo dar conta a V. Exa, que assim que cheguei a esta Capitania fiz regular as três Missões de Mato Grosso, inteiramente pelo Diretório do Pará”.<sup>178</sup> Os ameríndios dessas aldeias passaram a atender as obras da nova fortaleza de Nossa Senhora da Conceição com os produtos de suas lavouras, trabalhando também na construção do estabelecimento.

Em outubro de 1765, o governador informou a Mendonça Furtado que o reduzido número de pedreiros continuava a ser um problema para a continuidade dos trabalhos de edificação da fortaleza, e que as chuvas que caíam entre os meses de dezembro e março impediam que boa parte das tarefas fossem levadas adiante. De outra parte, as informações trazidas ao governador pelos seus espias davam conta da organização de tropas espanholas para marcharem em direção à capitania de Mato Grosso Cuiabá. Essas notícias eram dadas pelos ameríndios que viviam próximos aos destacamentos e que, mantendo ligações com as missões castelhanas, avisavam o governador que soldados castelhanos estavam

---

<sup>177</sup> 1765, Fevereiro, 11. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a construção de uma fortaleza no destacamento de Nossa Senhora da Conceição. Vila Bela. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso. Caixa 12, documento 732, Cd 04).

<sup>178</sup> 1765, Outubro, 10. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o estabelecimento de lavradores no destacamento de Nossa Senhora da Conceição para o provimento de viveres. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 755, Cd 04). O comentário do governador descrito acima mostra como era importante a formação de aldeamentos ameríndios próximos aos destacamentos militares. Como já destacamos, essa população era utilizada como mão-de-obra para o desenvolvimento de várias atividades, inclusive a defesa da capitania.

se preparando em Santa Cruz de la Sierra para atacar o fortim de Nossa Senhora da Conceição. João Pedro da Câmara sabia que não podia menosprezar a capacidade bélica espanhola. Havia uma guerra de informações desencadeada, principalmente, pelos padres jesuítas estabelecidos nas missões de Moxos e Chiquitos, que faziam circular notícias sobre uma possível invasão da capitania de Mato Grosso. A intenção dos jesuítas era fazer com que as tropas luso-brasileiras estabelecidas nos destacamentos e no fortim de Nossa Senhora da Conceição abandonassem seus postos, fazendo circular notícias de que as tropas espanholas iriam atacar aquele posto militar junto com centenas de ameríndios que tinham sido recrutadas nas missões jesuítas. Para os padres dessas missões, a perda dessa importante mão-de-obra em um conflito com os portugueses aumentaria ainda mais os prejuízos que estavam tendo com a diminuição da população ameríndia em suas missões, o que os levava, cada vez mais, a buscar nos sertões os ameríndios mais arredios. A propaganda veiculada pelos padres jesuítas consistia em afirmar também que havia recrutamento militar em Lima e em outras cidades e que as tropas reunidas iam para Santa Cruz de la Sierra, aparelhados com armas e muita munição. As informações que Câmara recebia era que na Missão de São Pedro já tinham sido estocados armamentos, munições, e se fabricava grande quantidade de pólvora. Se havia exagero ou não nas informações que chegavam, o governador de Mato Grosso procurou não descuidar em guarnecer os destacamentos e o fortim de Nossa Senhora da Conceição, além de pedir reforços às capitanias de Goiás e Pará. Na ocasião, as forças militares de Mato Grosso eram compostas por:

[...] uma companhia de Pedestres, e outra de Dragões, de que o capitão está estuporado, e o tenente velho e dois alferes, um totalmente incapaz e outro tem pouca iniciação militar. Estão repartidas em Vila Bela, Cuiabá, e neste Destacamento. Delas há a guarda dos Diamantes, a guarnição para o distrito das Pedras, as duas rondas continuam cinco homens, para o Baures, e para o Mamoré, e além disto está sempre no hospital a maior parte dos soldados.<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> 1765, Outubro, 10. Ofício de João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça, Furtado sobre a construção da fortaleza, as movimentações dos espanhóis. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 756, Cd. 04).

As informações dos ameríndios e dos sertanistas paulistas sobre a movimentação de tropas espanholas em Santa Cruz de la Sierra, entretanto, não eram inverídicas.

No primeiro de Outubro, chegando no sitio da estância, meia légua de distancia da Margem ocidental do Rio, e posta a esta fortaleza. Ali se abarcaram, constando o seu Exército de 4.200 homens, todos uniformizados, fardados de azul, com Canhões encarnados, e com muito bons armamentos, sendo o General, que o governava o Presidente da Real Audiência de Chuquisaca. Este veio a examinar a nossa fortaleza, com um Coronel Engenheiro; o qual afirmou que estava bem fortificada e que os Portugueses eram curiosos, e que se não poderia tomar sem brecha.<sup>180</sup>

Durante os dias em que o exército espanhol se posicionou ao redor do fortim de Nossa Senhora da Conceição, construíram trincheiras e colocaram peças de artilharia em pontos estratégicos para promover o ataque. O general espanhol também procurou bloquear a navegação do rio Guaporé, impedindo que o governador português pedisse auxílio. No entanto, mais uma vez, o ataque não ocorreu, pois chegaram ordens de Santa Cruz de la Sierra para que se retirassem. Segundo Virgílio Correa Filho, o ataque não se concretizou por ordem da Coroa espanhola, que ficou sabendo das intenções de D. Juan de Pestana, Presidente da Audiência de la Prata, que tinha interesse de retomar as terras ocupadas por Rolim de Moura (onde se situavam as antigas aldeias castelhanas) e destruir o estabelecimento militar português. Para o rei espanhol, os seus domínios coloniais na América deveriam ser preservados de operações de guerra. Pestana procurava atender às reivindicações do governador de Santa Cruz de la Sierra, D. Alonso Verdugo, interessado “em forçar pelas armas o que não conseguira pelos meios sucessórios”<sup>181</sup> destruir o fortim e manter o controle do rio Guaporé e as terras onde situavam as antigas aldeias jesuítas. Pestana foi substituído por D. Antonio Aymenrich, sendo-lhe ordenado que retornasse à Espanha, onde seria julgado pelos seus atos. Ao findar o ano de 1766, o João

---

<sup>180</sup> 1766. Novembro, 28. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que se informa sobre a chegada de um exército de castelhanos à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Nossa Senhora da Conceição. (Projeto Resgate. AHU. MT. Caixa 13, documento 792, Cd 04).

<sup>181</sup> CORREA FILHO, op. cit; pp-380-381.

Pedro da Câmara anunciou a Mendonça Furtado que tinha terminado, finalmente, as obras da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.<sup>182</sup> Além de informar sobre as obras da fortaleza, o governador agradeceu o envio de armamentos, porém, comunicava que a quantidade de balas era insuficiente para prover o depósito daquela fortaleza, tendo que fundir alguns sinos para transformá-los em munições.

A preocupação do governador em manter a fortaleza com população militar fortemente armada, não era para menos. No Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos cujo levantamento feito por ordem da Corte espanhola, em maio de 1767,<sup>183</sup> quando os jesuítas foram expulso dos domínios espanhóis, estimava que nas missões de Chiquitos e Moxos e em Lima havia 39.005 habitantes. População expressiva se comparada à população da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, que em 1768 encontrava-se estimada em apenas 10.886 habitantes apenas.<sup>184</sup> Na década de 1740, quando o ouvidor da Vila Real do Cuiabá promoveu inquérito sobre a ida de luso-brasileiros aos domínios espanhóis, obteve importantes informações sobre a distância e localização das missões de Moxos, tendo como referência os povoados luso-brasileiros erigidos no distrito do Mato Grosso.

Todas as ditas missões estão da parte ocidental do reino do Peru, de outra banda, do nosso rio Guaporé a que os padres chamam rio Echenis, e somente a nova fundação de Santa Rosa, fica da parte oriental à beira do rio em uma planície à vista da ponte da Serra dos Aricoronis, e as mais ficam em terras baixas por entre pantanais. No rio Baures estão quatro missões, a saber a de Nossa Senhora da Conceição quatro dias de viagem acima, da barra, a Trindade, São Martinho e São Gabriel, e no rio Itonamas, dez dias de viagem para cima esta grandiosa missão, de Santa Maria Madalena; e no rio Mamoré estão cinco missões a saber, a da Exaltação de Santa Cruz, São Paulo, São Ignácio, Loreto, São Francisco Xavier e a da Santa Ana fica em um ribeirão que faz barra no rio, e por cima de todas fica da parte do Norte, à beira do rio a cidade de Santa Cruz de la Sierra.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> 1766, Novembro, 17. Ofício de João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado Mendonça Furtado informando sobre a conclusão da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a chegada de seis peças de artilharia que vieram do Grão-Pará. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 787, Cd 04).

<sup>183</sup> Post. a 1767. Catálogo das Missões de Chiquitos no ano de 1767. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 811, cd 04).

<sup>184</sup> SILVA, op. cit., p. 295.

<sup>185</sup> PEREIRA, op. cit., pp. 31-32.

O governador João Pedro da Câmara administrou a capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá por quase quatro anos. Devido às malárias que contraiu desde que chegou à capitania, o seu estado de saúde piorava a cada ano. Esse assunto, que sempre constou em suas cartas, reforçava os pedidos para retornar a Lisboa ou ser transferido para outra capitania, onde o clima fosse mais saudável. Os seus insistentes apelos foram atendidos com a nomeação do seu sucessor, Luís Pinto de Souza Coutinho, através de Carta Régia de 21 de agosto de 1767.

A historiografia sempre deu destaque às ações político-administrativas dos governadores Rolim de Moura e Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789). Os governos de João Pedro da Câmara e de Luiz Pinto de Souza Coutinho (1767-1772) aparecem de forma marginal nos estudos sobre a capitania mato-grossense. No entanto, em relação à organização militar e à defesa da capitania, esses governadores procuraram seguir fielmente as instruções a eles destinadas. João Pedro da Câmara sempre fazia críticas ao seu tio, Rolim de Moura, dizendo que este não tinha se empenhado em garantir a defesa da capitania e subestimado as forças espanholas existentes no vice-reinado do Peru. Procurava, assim, demonstrar que as suas ações ao governar Mato Grosso eram merecedoras da atenção da Coroa, o que poderia valer a concessão de mercês e outros privilégios, devidos aos bons serviços prestados.<sup>186</sup>

No entanto, o ônus para a defesa daquela importante região para os interesses portugueses na América recaiu sobre homens brancos pobres, mulatos, ameríndios e escravos. Os proprietários que tinham recursos arcavam com

---

<sup>186</sup> CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVIII). In **Modo de Governar**: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). São Paulo: Alameda, 2005, p.73. Segundo a autora “a nomeação dos governantes decorria tanto de critérios sociais e de mérito pré-definidos pela Monarquia para cada território, quando da construção individual da decisão de aceitar ou não o posto. E esta era influenciada pelo resultado das negociações sobre mercês que o governante indigitado iniciava antes de aceitar o cargo e pela situação concreta em que se encontrava o próprio território. As benesses solicitadas podiam incidir tanto sobre as condições de exercício do cargo (ordenado, complementos remuneratórios, titulação), quanto sobre as mercês a obter, imediatamente ou no regresso, para si e para os seus descendentes”.

despesas para essa defesa: escravos eram entregues às autoridades coloniais de Mato Grosso para compor as fileiras de soldados e, além da tributação do ouro, eles repassavam somas em dinheiro ou ouro para aquisição de armamentos, gêneros alimentícios, fardamentos etc. Os governadores afirmavam que a Provedoria da Fazenda tinha sempre os cofres vazios, o que os impedia de assumir despesas com a aquisição de armamento e fardamento e alimentação dos militares instalados nos destacamentos militares e na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Dependia a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, além do envio de reforços de tropas e armamentos, de repasses em ouro das capitanias de Goiás e do Pará.<sup>187</sup>

Na administração de Souza Coutinho, buscou-se, através da organização de mapas de habitantes, obter informações mais precisas sobre a população existente na capitania mato-grossense, como também sobre as potencialidades produtivas. Procurava o governador informar-se dos lugares onde se encontrava estabelecida a população da capitania a fim de ordená-la melhor no extenso território. A intenção era que os destacamentos militares e os povoados não se situassem muito distantes, o que facilitaria a defesa em caso de invasão. O governador também elaborou várias relações contendo informações sobre o arsenal bélico existente e sobre as forças militares instaladas. Procurou reduzir o número de militares que se encontravam nas tropas remuneradas, diminuindo-o aos mesmos patamares do período em que a capitania encontrava-se em paz com os espanhóis. A ideia era diminuir despesas, porém sem descuidar da defesa. Tomou a iniciativa de organizar um novo corpo de milícias, pois existiam ordens expedidas pela Secretaria de Governo, em 7 de julho de 1757 e 22 de dezembro de 1758, ainda na administração do governador Rolim de Moura, para reformular toda a estrutura militar existente em Mato Grosso. Como essas mudanças não tinham sido feitas, procurou implementá-las em seu governo. Diante da ameaça espanhola de invasão da capitania em 20 de junho de 1766,

---

<sup>187</sup> VOLPATO, op. cit.

havia 284 militares e 215 escravos armados com armas e lanças, totalizando 499 pessoas, no fortim da Nossa Senhora da Conceição. Esses militares encontravam-se organizados em diferentes companhias: Dragões, Pedestres, Ordenanças dos Brancos, Ordenanças dos Pardos, Ordenanças dos Pretos e Aventureiros. Havia, também, a presença de um auxiliar de engenharia, que, acreditamos, que seja, Oliveira Rêgo, responsável pela construção daquela fortificação. Nesse período, houve recrutamento da população da capitania, inclusive, o armamento de escravos com o propósito de manter a defesa da capitania de Mato Grosso e Cuiabá perante uma possível ofensiva espanhola.<sup>188</sup>

Visava o governador, naquele período, retomar a antiga ideia de incorporar os ameríndios nas companhias de Ordenanças, sob o comando de oficiais experientes: “Como a vaidade, e o amor das causas singulares formam geralmente o caráter dos Brasileiros, V. Ex.a não estranhará que eu faça apelidar aquele corpo com uma denominação correspondente”. As companhias de Ordenanças eram formadas por luso-brasileiros, mas a incorporação de ameríndios como os Bororos, não tinha sido deixado de lado. Considerava, porém, o governador que a conduta das companhias de ordenanças existentes na capitania era temerária, pois não “tinha ainda ordem, nem polícia” e que devido à localização da capitania, próxima aos domínios espanhóis, e distante de outros povoados situados no Estado do Grão-Pará e Maranhão e da capitania de Goiás, tornava bastante difícil manter os ânimos daquela população.<sup>189</sup>

Durante o governo de Souza Coutinho (1769-1772) ocorreu à mudança do nome da fortaleza Nossa Senhora da Conceição para Forte de Bragança (1769). A nova designação deu-se em função de uma Carta Régia enviada a Rolim de Moura, datada de 8 de agosto de 1758, na qual era determinado que todos os

---

<sup>188</sup> 1766, Junho, 20, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de João Pedro da Câmara a Mendonça Furtado, sobre medidas que tomou para repelir os castelhanos..Anexo: Mapa Geral da gente da terra. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 13, documento 783, Cd 04).

<sup>189</sup> 1769, junho, 20, Vila Bela. Ofício do governador Souza Coutinho ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com que envia mapas que descrevem o estado das tropas da capitania. (Projeto Resgate. **AHU**. Mato Grosso, Caixa 14, documento 854, Cd 04).



nomes de cidades, vilas arraiais e demais povoados existentes na América portuguesa recebessem nomes de localidades existentes em Portugal. Procurava a Coroa, a partir dessas ações constituir simbolicamente esses espaços, a partir da transformação de antigos povoados ameríndios em lugares ou povoações que tivessem a mesma estrutura das vilas coloniais portuguesas.

O novo estabelecimento dos Pamas, na Cachoeira do Giraó = Lugar de Balsemão =; A Fortaleza da Conceição = Forte de Bragança; A Aldeia de S. João = Lugar de Lamego =; O estabelecimento das Pedras = Destacamento de Palmella =; A Aldeia de S. Joseph = Lugar de Leonil = e a Aldeia de Santa'Anna no distrito do Cuiabá = Lugar de Guimarães = : Ficando sendo Padroeiros e Protetores das referidas Povoações os mesmos Santos de que haviam tomado a invocação E para que venha a noticia de todos mandei passar este Bando por mim assinado e selado com o sinal de minhas Armas; o qual se lançara a som de casas e se afixará nas Casas de minha residência, registrando se na Secretaria e nas mais partes aonde pertencer Vila Bela 14 de Março de 1769. O Secretario do Governo Manoel Cardoso da Cunha a fez / Luis Pinto de Sousa Coutinho.<sup>190</sup>

O forte Bragança consistia em um símbolo da conquista portuguesa na região. No entanto, esse monumento de pedras encontrava-se em ruínas, em 1771, não devido às ofensivas espanholas, até porque nunca tinha sido frontalmente atacado, mas pela própria fragilidade da sua arquitetura, construído em solo arenoso que, aos poucos, foi cedendo devido às cheias do rio Guaporé. Aquele ícone da resistência luso-brasileira na fronteira oeste do Império encontrava-se à mercê da força da natureza. Em fevereiro de 1772, Souza Coutinho solicitou a vistoria de dois engenheiros que vieram do Estado do Grão-Pará e Maranhão para verificar as condições da fortificação.

Nos pareceres do ajudante de engenharia Domingos Sambucetti e do Sargento-Mor, engenheiro José Mathias da Silva Rêgo (o mesmo que tinha sido encarregado da edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, ficou comprovado que a estrutura daquele forte estava arruinada. Segundo Sambucetti, uma das muralhas, construída com barro e cal, estava desalinhada, pronta para desabar. Além disso, como as chuvas caíam intensamente na região, as paredes

---

<sup>190</sup> **APMT**. Bando de 14 de Março de 1769. Vila Bela. Secretaria de Governo – 1767 – Livro Registro de cartas régias no Governo de D. Antônio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de Souza Coutinho. 1º reg. 16.06.1760. Último reg. 30.09.1767.197 pág. C-11.

ficaram úmidas. Dizia ainda que, em outra parte da construção, as muralhas estavam também prestes a desabar. Sambucetti acreditava que, para reformar o forte, teria a Provedoria da Fazenda de arcar com vultuosos gastos.

Enquanto à defesa devo dizer a V. Exa, que sendo uma das maiores vantagens de qualquer fortificação a ser situada sobre a bordo do mar, ou de um grande rio; porque por essa parte não pode ser atacada regularmente: Não goza o Forte Bragança desta vantagem, ainda que constituído na margem de um rio considerável: porque juntamente a situação em parte, a onde o rio estreita em tal maneira que fica inteiramente, não só exposto às baterias do inimigo, mas ainda debaixo do tiro de mosquete. E como todo repassa sobre o rio consiste em um simples parapeito de três palmos de grosso; facilmente pode ficar abatido de qualquer bateria, que no próprio terreno fronteiro queira devastar o inimigo, e com a mesma fazer todo o interior da fortaleza, que fica exposto á mesma mosquetaria. E este, julgo ser o principal defeito muito prejudicial á defesa do forte.<sup>191</sup>

O parecer do Sargento-Mor Oliveira Rêgo apontou os mesmos defeitos indicados por Sambucetti, porém, ele fez uma avaliação mais detalhada do terreno escolhido para a construção de uma nova fortificação. Nessa nova área, distante apenas “um quarto de léguas” do local em que havia sido construída a fortaleza, foram encontradas pedras que poderiam ser utilizadas na nova edificação. O terreno, com duzentas braças de frente e de fundo, localizava-se em uma parte alta, que dificilmente sofreria com a invasão das águas. Além disso, por ser perto, poderiam os militares fazer a mudança com certa rapidez.

As notícias dadas ao governador pelos engenheiros não eram nada agradáveis. Além disso, havia novas informações sobre a movimentação de militares espanhóis, que estariam se preparando para fazer nova investida contra a capitania de Mato Grosso. Apesar de muitos esforços, a construção da nova fortificação ficou sob o encargo de um novo governador, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que, nomeado em 3 de julho de 1771, só tomou posse do governo em 13 de dezembro de 1772. Durante sua administração, também foi construído um novo forte, na parte sul da capitania de Mato Grosso: o Forte

---

<sup>191</sup> 1772, fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Souza Coutinho ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro com que informa o parecer dos dois engenheiros do Grão-Pará e Maranhão sobre o forte de Bragança. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 975, Cd 04).

Coimbra foi inaugurado em 1775. Procurando melhorar as condições de defesa, Pereira e Cáceres formou o destacamento de Casal Vasco, em 1785.

Nesse contexto, outras fortalezas foram construídas por determinação da Coroa portuguesa, “na capitania do Rio Negro e na do Grão-Pará: São José de Marabitanas (1763), São José do Macapá (1764), São Joaquim (1775), São Francisco Xavier de Tabatinga (1776)”,<sup>192</sup> pois faziam parte da preocupação da Coroa em guarnecer as fronteiras ocidentais diante de possíveis investidas estrangeiras. Essa preocupação também é responsável pela construção de um novo forte às margens do rio Guaporé, substituindo o forte Bragança. Em junho de 1776, foi feito o lançamento da pedra inaugural do Real Forte Príncipe da Beira.

O Forte do Príncipe da Beira foi edificado sob o discurso da necessidade de proteção da *fronteira* e de armazenar os produtos comercializados na rota Guaporé/Amazonas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará que, apesar de extinta em 1778, continuou a funcionar com o curioso nome de Extinta Companhia do Grão Pará até 1803. Foi, portanto, uma edificação marcante na espacialização não apenas da *fronteira* entre domínios invasivos de Portugal e Espanha na América do Sul, mas também na espacialização da articulação ocidental entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, fundamental para a consolidação da América portuguesa e como fator reiterativo da *fronteira* interdominial.<sup>193</sup>

Em 30 de maio de 1777, houve invasão da Colônia de Sacramento e, em seguida, no mês de junho, os espanhóis avançaram contra a Ilha de Santa Catarina. Essa ofensiva espanhola gerou grande preocupação por parte das autoridades portuguesas. O receio era de que esses eventos tivessem desdobramentos em outras regiões limítrofes, como as capitanias de Mato Grosso e com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A iminência de nova tentativa de invasão não tinha sido descartada pelo governador Pereira e Cáceres, que procurou guarnecer os destacamentos e o forte Bragança, apesar da crônica falta de recursos, armamentos e soldados. Diante dos acontecimentos que se desenrolavam no extremo sul do continente americano, o governador mato-grossense solicitou socorro a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado

---

<sup>192</sup> FERNANDES, op. cit., p. 36.

<sup>193</sup> FERNANDES, op. cit., p. 46.

dos Domínios Ultramarinos, e ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, para que enviassem militares, armamentos e munições, pois havia informações de que os espanhóis encontravam-se em marcha para invadir Vila Bela, o forte Bragança e a Vila Real do Cuiabá. No entanto, o ataque espanhol não se concretizou em nenhum momento durante a administração de Pereira e Cáceres.<sup>194</sup>

As relações entre portugueses e espanhóis ficaram menos tensas, após a assinatura do Tratado de Ildefonso, em 1º de outubro de 1777. Com esse novo acordo, Portugal teve que abrir mão, definitivamente, da Colônia do Sacramento e do território dos Sete Povos das Missões. Conseguiu assegurar, no entanto, a posse da capitania do Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina. Na capitania de Mato Grosso, as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, desde meados do século XVIII, foram garantidas, definitivamente, conforme o que tinha sido estabelecido no Tratado de Madri, cerca de vinte e sete anos antes. Nesse período, a reformulação das forças militares existentes em Mato Grosso, como observamos, não foi uma ação isolada, mas decorreu de preocupações da Coroa com a reorganização de suas tropas. As sucessivas guerras enfrentadas no continente europeu e em suas possessões no ultramar, ao longo do século XVIII, deixaram amargas experiências, demonstrando o total despreparo de suas tropas devido à falta de disciplina e às constantes deserções dos seus soldados em todo Império.

Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos (População), 1767.

Fonte: Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1009, CD 04.

---

<sup>194</sup> 1773, Julho, 27. Ofício de Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, com que envia ao Marquês de Pombal, como inspetor geral do Real Erário, o mapa da receita e despesa anual da Capitania. Vila Bela. (Projeto Resgate. **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 1043, Cd 04).

**Reparticion del Baures** – Misiones de Mojos

1. Concepcion: 1204; 2 San Joaquin: 782; San Martin: 861; San Simon: destruída; San Nicolas: 903 = 3750 habitantes.

2. Itonomas: missão de Magdalena 1432 habitantes.

**3. Reparticion del Mamoré:** Exaltacion 2172; Sant'Anna 1806; San Francisco Xavier 1264; San Pedro 2504; Trenidad: 1805; Loreto 1665 = 9256 habitantes..

**4. Repartición de Pampas:** San Ignacio: 1066; San Borja 1042; Santos Reys; 987 = 3905 habitantes

**5. Lima:** 2784 habitantes.

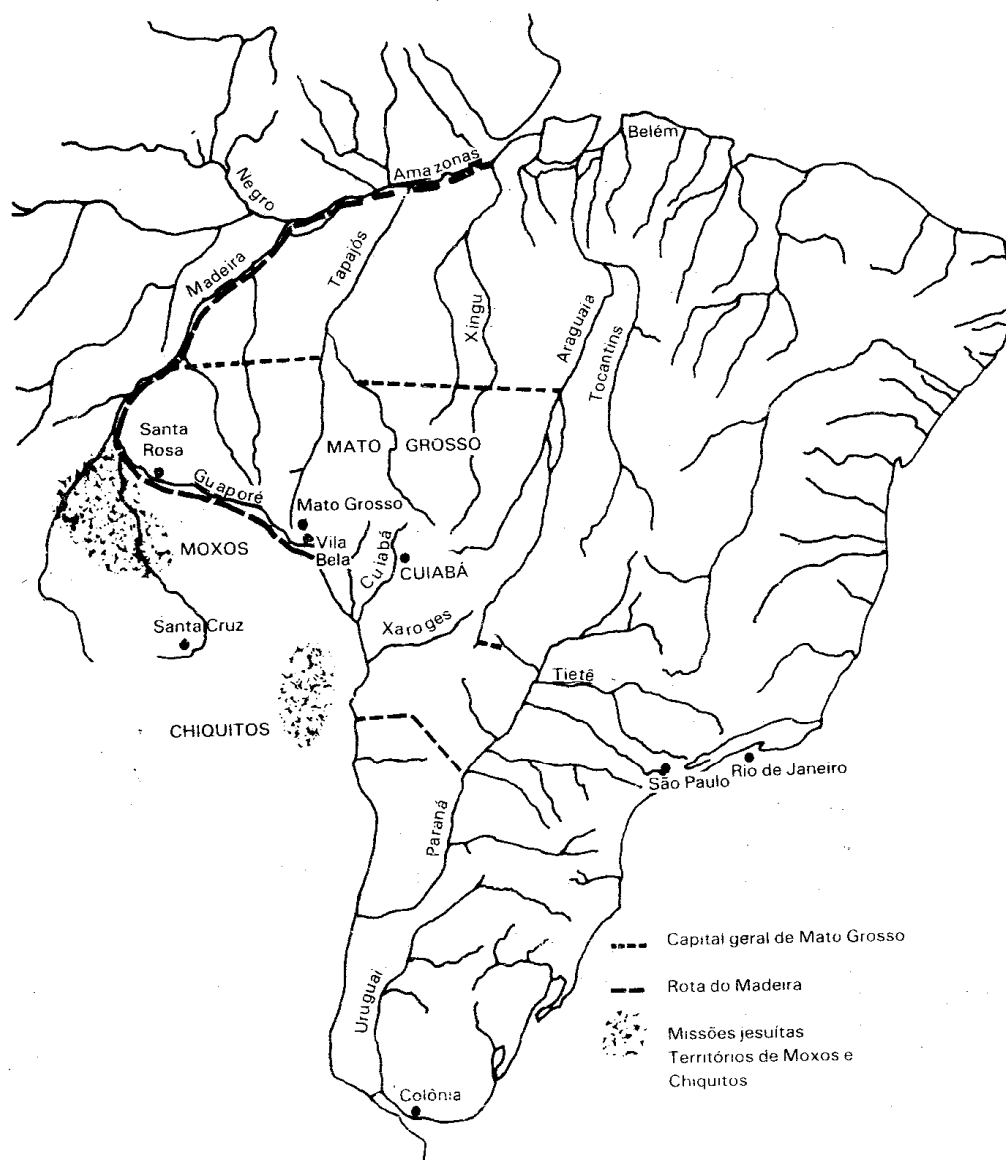
Total: 21127 habitantes.

**Misiones de Chiquitos**

San Javier 2481; Concepción 2565; San Miguel 1178; San Ignacio 2236; San Raphael 2184; Sant'Anna 1420; San Joseph 2097; San Joan 1404; Santo Coraçon 1755

**Lima:** 18118

População das missões de **Chiquitos** contabilizada: 16060 + Lima 18118 = 17878 habitantes. **Missões de Moxos:** 21127= Total Geral: **39005 habitantes.** As populações de Santa Cruz de La Sierra, Potosi, Chuquisaca não aparecem nesse levantamento.



**Localização da Aldeia jesuíta espanhola de Santa Rosa** (transformada em fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 1766). Trecho da fronteira oeste, de Vila Bela ao rio Madeira, divisa com o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Fonte: DAVIDSON, David M. "How the Brazilian West was Won: Frelance e State on the Mato Grosso Frontier, 1732-1752". In: ALDEN, Dauril (Ed.) *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, 19773. Apud VOLPATO, op. cit.; p. 57.

## 4 - ENTRE MUROS: ARQUITETURA E COTIDIANO DAS FORTALEZAS

A arte em edificar fortalezas no mundo português sempre esteve associada às atividades de expansão além-mar. Os portugueses, durante um longo período, adquiriram vasta experiência na construção de feitorias, fortins e fortalezas, no reino e em territórios no ultramar, procurando assegurar os seus interesses nos mais distantes continentes. Estudos recentes vêm demonstrando que as fortalezas erguidas no Oriente, no continente africano, nas ilhas atlânticas, na costa litorânea e às margens dos rios no interior da América portuguesa diversificaram as suas atividades, além das puramente militares, servindo de importantes entrepostos comerciais articulados com sofisticadas redes mercantis, que proporcionaram à Coroa portuguesa acumulação de capitais, com base na comercialização de produtos oriundos dos mais longínquos recantos do seu império.<sup>195</sup>

A edificação desses monumentos de pedras tem historicidade que ultrapassa as fronteiras do Reino português. Na Itália do século XV, teóricos renascentistas se inspiraram nos clássicos gregos e latinos para reformularem as formas de se fazer à guerra, aprimorando as técnicas de construção de fortificações, visando a torná-las mais resistentes ao impacto dos armamentos. Pensadores, como Maquiavel, participaram de um amplo debate sobre “a superioridade do homem e do armamento”, que aparece na obra *Arte della*

---

<sup>195</sup> MOREIRA, Rafael (Dir). **Portugal no Mundo**. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa, Alfa, 1989; Fortalezas da Expansão Portuguesa. **Revista Oceanos**, nº 28. Outubro/Dezembro de 1996. Lisboa. Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses; DORÉ, Andréa Carla. **Império Sitiado**: as fortalezas portuguesas nas Índias (1498-1622). Niterói, RJ. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense; FERNANDES, op. cit.; CAMILO, Janaina Valério Pinto. **Homens e Pedras no desenho das fronteiras**: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782). Campinas, SP. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas; UESSLER, Cláudia de Oliveira. **Sítios Arqueológicos de Assentamentos Fortificados** Ibero-Americanos na Região Platina Oriental. Porto Alegre, RGS, 2006. Tese (Doutoramento em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Projeto Fortalezas Multimídias. Disponível em: <http://www.fortalezasmultimidia.com.br/projetos/index.php>. Acesso: 14 maio 2005.

*Guerra*, de 1520, na qual foram discutidos, principalmente, os modos de construir fortificações. Além desse estudo, outros renascentistas se envolveram nesse movimento, como o matemático N. Tartaglia, autor da *Nuoveva Scientia* (1537), que tratou sobre “os tipos de acampamentos e formaturas”, e V. Birineucci, que publicou, em 1546, *Pirotechinia*, que tratava sobre o aprimoramento da fundição de canhões. Em Portugal, somente a partir do reinado de D. Sebastião (1557-1578), é que “surgirá um novo entusiasmo pelos assuntos militares, e com ele o ensino teórico da fortificação ministrado no Paço da Ribeira pelo arquitecto-mor António Rodrigues”.<sup>196</sup>

Os portugueses souberam aproveitar dos avanços da era renascentista para introduzir uma cultura de fortificações não somente direcionada à proteção do Reino, mas que servisse como base de apoio ao expansionismo colonial em diferentes continentes. Através da edificação de uma rede de fortalezas no Oceano Índico, os portugueses se estabeleceram em diferentes territórios, sem efetivamente ocupá-los; primeiro, promoveram relações mercantis com as populações nativas, estabelecendo vínculos com as principais lideranças e, posteriormente, foram erguidas as muralhas de pedra visando à fixação e o estabelecimento de redes comerciais mais extensivas.<sup>197</sup> Essa forma de ocupação já vinha sendo utilizada no Norte da África e na costa da Mina, com a finalidade de manter o “controle marítimo por meio de armadas. Os enclaves no litoral funcionavam como pontos de apoio para o comércio das especiarias monopolizado pela Coroa e para a cobrança de direitos alfandegários”.<sup>198</sup>

No território da América portuguesa, a edificação de fortificações ocorreu em fases distintas: a primeira foi desde os primeiros anos da chegada dos

---

<sup>196</sup> Ver nessa direção: MOREIRA, Rafael. *Arquitectura militar do Renascimento*. In: MOREIRA, Rafael (Dir.). **Portugal no Mundo**. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 2005, p. 143-157.

<sup>197</sup> Sobre a presença portuguesa no Oceano Índico ver BRANDÃO, Augusto Pereira. *O Oriente*. In MOREIRA, Rafael. (Dir.) **Portugal no Mundo**. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 2005, p. 159; DORÉ, 2002, op. cit.. Em especial, o capítulo 3: A construção e fortalezas: uma estratégia de fixação no território.

<sup>198</sup> DORÉ, op. cit.; p. 125.



portugueses até o ataque holandês à capitania de Pernambuco em 1639; a segunda fase se estendeu durante todo o período da União Ibérica, e grande parte da permanência dos holandeses em Pernambuco (1639 a 1654); a terceira etapa foi durante a edificação de fortificações na bacia amazônica, que teve início em fins do século XVII e prolongou-se até o fim do século XVIII, cujo propósito foi evitar o acesso de ingleses, franceses e holandeses ao Estado do Grão-Pará e Maranhão; e, a quarta fase foi quando os espanhóis do Vice-Reinado de Buenos Aires ocuparam o “litoral sul de Cananéia, já que eram nebulosas as divisas entre os domínios de Castela e Portugal antes do Tratado de Madri, de 1750, e do Tratado de Santo Ildefonso de 1777”.<sup>199</sup> Segundo Carlos Lemos, arquitetos espanhóis planejaram a construção de fortificações visando impedir o acesso de tropas estrangeiras ao litoral do Atlântico Sul. O responsável pela elaboração desse projeto foi o espanhol Tibúrcio Spanochi, cujo estilo arquitetônico ancorava-se na “experiência italiana de fortificações [...] abandonando totalmente as maneiras transitórias baseadas na antiga tradição medieval das altas muralhas e das ostensivas torres de defesa”. Essa nova arquitetura era considerada mais apropriada para resistir ao impacto dos projéteis lançados pelos canhões, pois as muralhas levantadas eram de menor estatura e consideradas bem mais resistentes. Fortificações com frentes abaluartadas foram edificadas, a partir desse período, na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Um dos engenheiros mais atuantes nesse período foi Francisco Frias de Mesquita, que trabalhou na edificação da Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, em 1614. Edificou, no Maranhão, o Forte de Santa Maria de Guaxenduba; no Rio de Janeiro, em 1618, o mosteiro de São Bento e, em 1622, com base nos projetos arquitetônicos de Spanochi, construiu o Forte do Mar, na cidade de São Salvador. Certamente, que os trabalhos realizados por esse engenheiro no litoral da América portuguesa não se restringiram somente a essas obras, mas essas observações possibilitam percebermos o imenso esforço por

---

<sup>199</sup> LEMOS, Carlos. O Brasil. In: Rafael Moreira (Dir.), op. cit., p. 252-253.

parte das Coroas ibéricas em impedir o acesso de tropas inimigas a esse importante domínio colonial.<sup>200</sup>

No século XVIII, antes da assinatura do Tratado de Madri, outras fortificações foram erigidas na região sul do território da América portuguesa. Em 1737, Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais, propôs à Coroa a organização de “um comando único a toda a costa sul-brasileira, até a Colônia do Sacramento, e de fortificar a Ilha de Santa Catarina”,<sup>201</sup> cujo propósito era impedir as possíveis investidas espanholas em direção a capitania do Rio de Janeiro e as ricas jazidas de Minas Gerais. D. João V, através da Carta Régia de 14 de agosto de 1738, autorizou que o governador enviasse o Brigadeiro José Pais da Silva para assumir o governo da Ilha de Santa Catarina que, junto com a capitania do Rio Grande de São Pedro, ficaram subordinadas a sua administração. O Brigadeiro Silva Pais tomou posse em 7 de março de 1739, dando logo início a construção da fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim; São José (1740), em Ponta Grossa, ao norte da Ilha; Santo Antonio (1740), localizada na Ilha de Raton Grande, Baía Norte; Nossa Senhora da Conceição (1742), na Ilha de Araçatuba. Para Lemos,

José da Silva Pais, talvez tenha sido melhor arquitecto do que fortificador, porque imaginou, em 1739, um sistema triangulado de fortalezas situando duas delas nas ilhas Anhatomirim e Raton Grande e a terceira na ponta Grossa da Ilha de Santa Catarina, onde se situava a cidade do desterro, a actual Florianópolis, capital do estado daquele nome. Tais fortalezas foram ineficazes, permitindo, por exemplo, que em 1777 os espanhóis, sob o comando de D. Pedro Ceballos, ocupassem a ilha. Essas três fortalezas foram Santa Cruz de Anhatomirim, São José de Ponta Grossa e Santo Antônio de Raton Grande, ou Fortaleza dos Ratoes. As três fortalezas foram organicamente adequadas às configurações topográficas de seus sítios de implantação, de modo que não apresentam nas suas plantas nenhuma ordenação geométrica. Os seus perímetros são sinuosos e irregulares, permitindo grandes terraplenos, onde o arquitecto, ao longo de uns dez anos, foi dispondo edifícios necessários e normais às praças de guerra assim fortificadas.<sup>202</sup>

No entanto, cabe considerar que a preocupação da Coroa não se restringia somente em garantir a fortificação de pontos estratégicos do litoral sul, pois a

---

<sup>200</sup> Id. 2002. p. 236.

<sup>201</sup> CABRAL, Oswaldo R. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia**, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, p. 11-15.

<sup>202</sup> LEMOS, op. cit., p. 252-253.

possibilidade de invasão espanhola do território da América portuguesa constituía-se em perigo eminente, motivado pela instável política européia, que em momentos de conflitos no velho continente, as Coroas de Portugal e da Espanha, se posicionavam em posições opostas, atrelando as suas antigas aliadas, a Inglaterra e França, o que acabava gerando conflitos nas áreas de fronteiras de suas possessões coloniais na América do Sul.

Como vimos, a após a assinatura do Tratado de Madri, a Coroa procurou fortificar pontos estratégicos da capitania de Mato Grosso, nos limites com os domínios do Vice-reinado do Peru. Em 1766, o governador João Pedro da Câmara transformou, por ordem de Lisboa, o fortim de Nossa Senhora da Conceição em uma fortaleza e, mais tarde, na administração de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, deu-se início a edificação do Forte Príncipe da Beira (1775). Com essas medidas, a Coroa visava garantir a posse e a defesa político-territorial dessa região frente às investidas de tropas espanholas oriundas de Santa Cruz de la Sierra e das Províncias de Moxos e Chiquitos. Essas fortificações encontravam-se situadas à margem direita (oriental) do rio Guaporé, e integravam-se a uma ampla rede de fortificações existentes no Estado do Grão-Pará e Maranhão, como as fortalezas de São José do Macapá, São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga.<sup>203</sup>

Partindo, assim, de uma tradição portuguesa em relação às fortificações, o foco deste capítulo trata de discutir aspectos da arquitetura dos fortes de Nossa Senhora da Conceição (em 1769, batizado pela Coroa como forte Bragança) e Príncipe da Beira, construídos à margem direita do rio Guaporé, nas décadas de 1760 e 1770, na capitania de Mato Grosso. Enfocamos as técnicas construtivas e “tecnologias” utilizadas, bem como estivemos atentos às formas de sociabilidades entre os diferentes personagens que participaram do processo de construção desses monumentos.

---

<sup>203</sup> CAMILO, op. cit.; p. 56-58

## **A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição**

Como já destacamos, em 1757, foi criado, no governo de Rolim de Moura, um posto militarizado onde se encontrava instalada a antiga aldeia jesuíta castelhana de Santa Rosa. A Guarda de Santa Rosa, como foi denominada pelo governador, foi construída no alto de um penhasco próximo de uma cachoeira, o que permitia ampla visão da movimentação de pessoas que navegavam o rio Guaporé. Estudos realizados por Cláudia de Oliveira Uessler, sobre as fortificações erigidas nas fronteiras luso-espanholas do Rio da Prata apontam que, desde o início do século XVIII, a Coroa portuguesa procurou estruturar guardas militares, fortins, fortes e fortalezas na região, visando fiscalizar o comércio regular e o contrabando, como também manter a defesa dessas fronteiras, não diferentemente do que vinha ocorrendo no distrito do Mato Grosso.

[...] Consideramos a designação do termo fortim a um pequeno assentamento fortificado de campanha utilizado para a defesa e vigia de pontos estratégicos, ou ainda como ponto de apoio de tropas. Desse modo caracterizamos como fortim uma pequena obra de defesa e/ou abrigo provisório de um pequeno contingente. Diferenciando dos fortes pelo tamanho, forma e características do sistema defensivo. [...] Os estabelecimentos denominados de guardas poderiam estar associados a mais de um tipo de obras de fortificações passageiras, como a um fortim, a uma bateria e a barreiras. Esse conjunto de fortificações, geralmente temporárias, ou de campanha, é comumente designado pelo termo de entrincheiramento.<sup>204</sup>

Sobre a arquitetura da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, o historiador português Miguel Faria ressalta que existe, no Arquivo Ultramarino, uma planta intitulada “Projecto da Fortaleza que se quer fazer no Prezídio denominado Nossa Senhora da Conceição, na margem do rio Guaporé que extrema com as Missoens de Hespanha do Reyno do Peru”.<sup>205</sup> Essa planta foi feita pelo Sargento-Mor de Infantaria com exercício em engenheiro José Mathias de Oliveira Rêgo. Como autor do “risco” da nova fortaleza, Rêgo colocou em prática os conhecimentos adquiridos em instituições militares de engenharia que

---

<sup>204</sup> UESSLER, op. cit.; p. 52-53.

<sup>205</sup> FARIA, op. cit., p.58.

existiam no Reino e na América portuguesa. Era através das plantas, desenhos e mapas realizados pelos engenheiros portugueses e estrangeiros contratados pela Coroa que os monarcas tomavam as decisões de construção de fortalezas, vilas, abertura de estradas, construção de aquedutos, igrejas, conventos etc.

Com base no croqui da planta da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, apresentada por Miguel Faria, percebe-se que esse estabelecimento militar foi construído em formato pentagonal, de forma regular, com quatro pontas denominadas de polígonos. Na legenda existente na parte esquerda da planta existem especificações sobre os edifícios intra-muros a serem construídos: 1) corpo da guarda e calabouço; 2) “quartel de pólvora”; 3) “quartel” de infantaria subterrâneo; 4) armazéns; 5) casa de armas; 6) hospital; 7) “quartéis”; 8) senzala de pretos; 9) “quartéis” novos. São também apresentados outros dados sobre a localização dos baluartes construídos no alto das muralhas, que permitia com que a artilharia se posicionasse em caso de ataques inimigos. Consta uma informação no croqui da planta dessa fortaleza que esta ainda não tinha sido edificada. Mas a sua edificação, como vimos, foi concluída em novembro de 1766, conforme informações prestadas pelo governador João Pedro da Câmara a Martinho de Melo e Castro.

Interessante observar que a organização do espaço interno dessa fortaleza se baseava em diferentes níveis hierárquicos, não somente o militar, mas também com base na condição jurídica e origem étnica dos indivíduos. Os escravos, por exemplo, tinham um espaço separado, agregado a parte interna do forte, o que permitia maior controle e vigilância por parte de feitores ou algum militar. São apresentados os “quartéis” destinados a oficiais e demais militares menos graduados, o que geralmente, podem ser observados nas plantas dos fortes e fortalezas construídos pelas Coroas ibéricas na América do Sul.<sup>206</sup> O corpo da guarda e o calabouço se situavam em frente ao portão principal da fortaleza, o que possibilitaria o acesso às muralhas com maior rapidez, no caso de ataques de

---

<sup>206</sup> UESSLER, op. cit.; p. 63.

tropas inimigas, como também facilitaria na troca de militares durante os diferentes turnos de vigilância. No calabouço, encontrava-se a prisão, onde os “infratores” eram detidos, o que demonstra que nesse espaço hierarquizado, normatizado e disciplinado as transgressões ocorriam, não diferentemente dos povoados da América portuguesa.

O “quartel” de pólvora se encontrava nos fundos (lado esquerdo), distante do alojamento dos militares, o que, provavelmente, estava instalado nesse ponto do forte devido à necessidade de manter a pólvora protegida, evitando que houvesse acidentes, o que poderia ferir e matar militares e escravos instalados na parte interna dessa fortificação.

Referente a existência de um “quartel” de infantaria subterrâneo, indicado na planta de 20 de junho de 1766 (quando ainda era o fortim de Nossa Senhora da Conceição), havia uma população de 284 militares e 215 escravos, totalizando 499. População armada para dar combate a um possível ataque espanhol a capitania de Mato Grosso. Essa população encontrava-se distribuída em distintas companhias militares: Dragões, Pedestres, Ordenanças dos Brancos, Ordenanças dos Pardos, Ordenanças dos Pretos e Aventureiros. No entanto, no mapa das forças militares da capitania de Mato Grosso, feito em 1773, percebe-se a existência de somente duas companhias militares atuando no forte Bragança (denominação que passou a ser conhecida a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a partir de 1769, por ordem da Coroa): uma companhia de Dragões com setenta e seis homens e uma companhia de pedestres com sessenta. Não há referência a uma companhia de infantaria alojada nesse estabelecimento, o que sugere que nem sempre os prédios ou “quartéis”, como eram chamados pelos engenheiros da época, tenham servido para os fins planejados.

Em Guardiães da Fronteira, Denise Maldi Meireles apresenta um desenho do forte Bragança,<sup>207</sup> assinado por João Batalha Reis. O original foi feito por Francisco Xavier de Oliveira, e se encontra no acervo da Mapomoteca do

---

<sup>207</sup> MEIRELES, op. cit., p. 174.

Itamaraty, no Rio de Janeiro. O forte é desenhado a partir da margem esquerda do rio Guaporé. Com base na cópia feita por Reis, percebe-se a sua arquitetura pentagonal, com frente abaluartada e torres de vigias colocadas nos quatro cantos das muralhas da fortificação, o que possibilitava a instalação de artilharia e permitia aos militares obter ampla visão do que acontecia na parte exterior do forte. O formato pentagonal da fortificação prevaleceu desde a construção do fortim de Nossa Senhora da Conceição. Na legenda existente à esquerda do desenho são apresentadas algumas informações, dentre elas, a existência de um pequeno povoado ao redor do forte. Ao fundo, são destacados dois morros. Além do curso do rio Guaporé, vê-se o acesso à fortificação através de um caminho tortuoso que levava a um pequeno povoado.

A edificação de fortalezas com povoados nos seus arredores pode ser considerada como uma “longa” tradição portuguesa, ou seja, as praças fortificadas dependiam de habitantes para provê-las e defendê-las de ataques inimigos. Cidades-fortalezas foram fundadas no império português desde o século XV, nos continentes asiático, africano e americano, assegurando a conquista de vários territórios e rotas comerciais.

Desde a era renascentista, pode-se afirmar:

O desenho e a forma das fortalezas haviam passado do empirismo para a pura especulação matemática. Ao buscar a melhor conjugação dos ângulos para as suas fortificações, os engenheiros do renascimento envolveram-se num exercício formal de larga escala, do qual todo o urbanismo moderno foi o beneficiário. Os problemas propostos pela nova *cidade-fortaleza* serviram de base para os estudos acerca do espaço urbano, que geraram a maioria dos modelos de cidade que durante a Idade Moderna se foram aplicando por todo o mundo. Apropriando-se do objectivo dos utopistas, os engenheiros militares sugeriram o desenho da ‘cidade ideal’, em que conjugavam as aquisições formais do classicismo com a lógica geométrica da fortificação. Nos seus tratados, divulgados a partir do século XVI, indicavam os planos de cidade que julgavam melhor conciliar-se com o pragmatismo da guerra. A maioria propunha desenhos radioconcêntricos, a maneira de Vitruvius, com ruas que ligassem rapidamente a praça de armas central aos baluartes angulares. Outros preferiam os planos em xadrez, de mais fácil execução, ou sugeriam conjugações dos dois tipos.<sup>208</sup>

Na planta do forte Bragança, em sua parte interna, são representados edifícios construídos em formato xadrez, geometricamente bem traçados, onde

---

<sup>208</sup> ARAÚJO. op. cit., p. 258.

cada “bloco” de “quartéis” representava uma quadra. A disposição dos edifícios seguia uma lógica hierarquizada, normatizada, disciplinarizada. Um povoado militarizado, porém em miniatura. As casas construídas no entorno do forte não ficavam fora da influência da vida intra-muros; faziam parte dela, porém tratava-se de uma população civil que dependia da “proteção” dos militares aquartelados.

Desde o período em que o governador João Pedro da Câmara deu início à construção da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (1765), um dos maiores problemas enfrentados durante as obras foi à falta de pedras e cal, matérias-primas essenciais para a edificação de fortificações nos mais diferentes cantos do Império português. Nem sempre essas matérias-primas eram encontradas em áreas próximas as fortificações, o que levava a Coroa a importá-las de regiões distantes, o que acarretava demora na execução das obras. Com base na informação dada pelo mestre de obras José Gonçalves Gago, de que havia abundância de um determinado tipo de barro em áreas próximas, e que era muito utilizado na construção de casas, o governador autorizou a edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, com barro, taipa e madeira.

Devido a uma enchente provocada pelo rio Guaporé, as frágeis muralhas do forte Bragança ficaram seriamente arruinadas, o que fez com que seu sucessor, o governador Luis Pinto de Souza Coutinho, em 1771, formasse uma comissão de militares e membros da Provedoria da Fazenda para avaliar os problemas que tinham surgido em sua infra-estrutura. Considerava o governador que os reparos daquela fortificação deveriam ser feitos com urgência devido ser aquela praça a mais bem guarnecida de toda a capitania de Mato Grosso.

A vitória do forte Bragança foi feita por uma comissão constituída pelo comandante do forte Marcellino Roiz, o Tenente de Dragões Antonio José de Figueiredo Tavares, o Furriel Mathias Ribeiro da Costa, o escrivão da Fazenda Real Gregório Pereira de Souza, o tesoureiro da Fazenda Real Joaquim de Mattos e o Mestre carpinteiro Agostinho José Botaffogo. Além destes,



participaram o Sargento-Mor Engenheiro José Mathias de Oliveira Rêgo e o mestre de obras José Gonçalves Gago, com a responsabilidade “de fazer exame e vistoria da dita Praça, tanto dos materiais com que foi fabricada, como o terreno em que está fundada. Antonio Ferreira Coelho, escrivão do Ponto e Forte.”<sup>209</sup>

Em 09 de maio de 1771, foi entregue a Souza Coutinho o relatório da “vistoria ocular que se fez no Forte Bragança fundada sobre a margem ocidental do Rio Guaporé na capitania de Mato Grosso”. Feita à vistoria, constatou-se a precariedade da estrutura da fortificação que, segundo o relatório da comissão, estava sujeito a desabar, pois a sua construção, feita de barro tipo “areia amanteigada”, permitia que as paredes sofressem infiltrações, devido o contato com a água. Recomendava a comissão que mesmo sendo feitos os devidos reparos, aquela praça militar não resistiria por muito tempo. Não satisfeito com essa vistoria, o governador Souza Coutinho solicitou uma nova averiguação, como também que se avaliasse um outro terreno para a construção de um novo estabelecimento militar. Procurou manter José Mathias de Oliveira Rêgo na nova comissão, mesmo duvidando da sua capacidade profissional, pois o mesmo tinha sido o responsável pela edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em 1765.

Não me parece conveniente ouvir neste particular unicamente o Sargento-mor José Mathias que dirigiu aquela obra, por poder parecer suspeito, e nem mesmo julguei indispensável conservá-lo aqui mais tempo, tanto por me parecer igualmente hábil Ajudante que o acompanhou e de gênio menos difícil, como por se lhe ter acabado o tempo restrito do seu provimento sem mais dependência algum deste Governo.<sup>210</sup>

Ao comentar sobre a atuação de Oliveira Rêgo, o governador fez referência sobre o ajudante de engenharia Domingos Sambucetti, que tinha ido para a capitania de Mato Grosso do Estado do Grão-Pará e Maranhão, designado para fazer uma vistoria do forte Bragança.

---

<sup>209</sup> 1771, Junho, 18, Vila Bela, op.cit.

<sup>210</sup> 1772, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro com que informa o parecer de dois engenheiros do Grão Pará sobre o Forte Bragança (Projeto Resgate. **AHU**. Mato Grosso, caixa 16, documento. 975, Cd 04).

Os pareceres finais foram dados em 22 de fevereiro de 1772. Oliveira Rêgo voltou a confirmar o seu parecer anterior, porém apresentou informações adicionais sobre o terreno onde poderia ser construída a nova fortificação. No entanto, Sambucetti, em seu parecer, considerou que se fossem feitas às reformas naquela fortificação, a Fazenda Real teria de desembolsar grande soma de recursos. Além disso, considerava que aquela praça poderia ser facilmente atacada a partir da outra margem do rio Guaporé, devido estar situada em um terreno baixo, o que a colocava na mira da artilharia inimiga. Essa informação difere da existente no desenho feito por João Batalha Reis, em 1769, pois aparece o forte edificado em um barranco alto, o que aparentemente encontrava-se de acordo com as instruções existentes nos tratados de engenharia do período.

Seguindo as ordens de Souza Coutinho, Sambucetti examinou o terreno, junto com Oliveira Rêgo, constatando que a nova localização proposta situava-se exatamente a um quarto de légua do forte Bragança (cerca de dois quilômetros e duzentos metros), e que a nova área era mais apropriada para a construção da fortaleza, por situar-se em uma parte elevada sem possibilidade de sofrer com as enchentes do rio Guaporé. Possuía o terreno duzentas braças de frente e de fundos, e espaço suficiente para dar início a uma reforçada fortificação. O terreno firme poderia garantir a edificação da nova fortificação com segurança, diferente do que ocorreu com o forte Bragança, que tinha sido construído em uma área não tão elevada, porém, insalubre, o que acabava provocando doenças nas pessoas que moravam no interior do forte e em seus arredores. Verificou também que havia pedras suficientes para dar o início a uma nova fortificação, que poderia vir a ser “de primeira classe”, bastante sólida. Dois aspectos relatados por Sambucetti destoaram do parecer de Oliveira Rêgo: a) fez um minucioso levantamento entre uma margem e outra do rio Guaporé, verificando onde poderia ser colocada a artilharia inimiga, no caso de um ataque à nova fortaleza. Considerou que as táticas militares poderiam ser utilizadas, tendo em vista que a posição do novo forte, similar às existentes na costa litorânea, deveria

se encontrar sempre em partes elevadas para manter o controle da ofensiva inimiga; b) ao medir a extensão de uma margem a outra do rio, constatou que tinha 215 braças, largura necessária para estabelecer baterias de artilharia nos barrancos, além das existentes no forte, pois com o alcance dos tiros poderia atingir as forças inimigas com maior facilidade.<sup>211</sup>

Interessante observar que o parecer de Sambucetti apresenta maior rigor na avaliação do terreno escolhido para ser edificada a nova fortificação, procurando se pautar por critérios “científicos”, baseados nos tratados da época sobre fortificações. Esses tratados versavam sobre hidrografia, topografia, pirobalística, enfim conhecimentos que eram essenciais na formação de engenheiros militares.

Na obra *Arquitectura militar ou fortificação moderna*, de 1743, de autoria de Diogo Silveira Velloso, que foi mestre de fortificações na Aula do Recife, consta aspectos teóricos que um engenheiro deveria aprender durante a sua formação. Entre a teoria propagada por Velloso e o trabalho prático exercido por Sambucetti ao fazer a avaliação sobre a melhor área e como deveria ser construída a nova fortificação, percebe-se que o genovês detinha os conhecimentos necessários que o habilitavam no seu ofício. Experiência essa que os italianos, como vimos, foram pioneiros desde a renascença.<sup>212</sup>

Sobre o papel dos engenheiros no período moderno, a atuação deles no Império português, durante a segunda metade do século XVIII, foi marcada por uma dimensão política que entendia as cidades “como a corporificação no espaço do organismo estatal, da clareza das suas leis e dos seus princípios racionais”.<sup>213</sup> Quer dizer, os engenheiros eram recrutados pela Coroa tanto para construir estabelecimentos militares, como também para desempenhar atividades urbanísticas e de ensino, além de atuarem na administração política. Esses

---

<sup>211</sup> 1772, Fevereiro, 28, Vila Bela, op. cit.

<sup>212</sup> VELLOZO, D. *Arquitectura militar ou fortificação moderna*, 1743, fol. 17v-18. Apud. BUENO. Beatriz P. S. **Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares**. Lisboa 2000.

<sup>213</sup> ARAÚJO, op, cit., p. 269.

profissionais tinham uma posição de prestígio no Reino e nos territórios de além-mar e, devido aos serviços prestados, procuravam obter privilégios e mercês do Rei. Como bem destacou Renata Araújo, o engenheiro consistia “num modelo de profissional polivalente, sempre requisitado: eram um misto de intelectuais, cientistas e técnico, o que desde há muito já os fazia integrantes da elite cultural do País”.<sup>214</sup> Sambucetti não foge a esse perfil, conforme pode ser observado na sua vasta folha de serviços prestados à Coroa portuguesa.<sup>215</sup>

### **O Real Forte Príncipe da Beira: do risco a pedra inaugural**

Em dezembro de 1772, D. Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres assumiu o governo da capitania de Mato Grosso. Como era usual, na passagem do cargo, Souza Coutinho apresentou detalhadas informações sobre a capitania, como a situação de sua povoação, da agricultura, das minas, do comércio e dos novos estabelecimentos, da administração da fazenda, da justiça, do poder eclesiástico e sobre a organização das tropas e milícias.<sup>216</sup> Pereira e Cáceres tinha sido nomeado em Lisboa, em 13 de agosto de 1771, e recebeu do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos,

---

<sup>214</sup> ARAUJO, op. cit., pp. 269-270.

<sup>215</sup> 1775, maio, 19. Vila Bela. Requerimento de Sambucetti ao rei D. José I, em que pede para ser promovido ao posto de sargento-mor engenheiro. (Projeto Resgate. **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 110, Cd 04). Alguns meses após concluir seu relatório e entregá-lo ao governador Souza Coutinho, Sambucetti retornou para Belém (julho/1772). A folha corrida desse engenheiro parecia ser a mais indicada para a empreitada de construção do novo forte. No requerimento em que pede sua promoção ao cargo de Sargento-Mor Engenheiro, foi juntado certidões dos governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão e da capitania de Mato Grosso atestando os serviços que tinha prestado. Nascido em Gênova, declarava que, a partir de 19 de novembro de 1756, encontrava-se no Estado do Grão-Pará e Maranhão como ajudante de Infantaria no cargo de Engenheiro, onde prestou inúmeros serviços, inclusive o levantamento cartográfico do rio Solimões, feito a pedido do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Sambucetti, Henrique Antônio Galuzzi e Antônio José Landi, chegaram a Amazônia portuguesa, após a assinatura do Tratado de Madri, contratados pela Coroa com a finalidade de construir fortificações em pontos-chave daquela região.

<sup>216</sup> Vila Bela, 24 de dezembro, 1772. Instrução de Souza Coutinho para Pereira e Cáceres. In: **MENDONÇA**, op. cit., p.109.

Martinho de Melo e Castro, instruções de como deveria proceder durante seu governo.<sup>217</sup>

Nas informações entregues por Souza Coutinho a Pereira e Cáceres, existem referências ao forte Bragança, sendo relatado sobre a vistoria feita por Oliveira Rêgo e Sambucetti, com pareceres sobre a sua estrutura e informando que este tinha sido construído em um terreno impróprio, e que fora avaliado um novo local para a edificação de outra fortificação, “o qual reúne ao mesmo tempo a solidez do terreno, com as maiores vantagens de defesa”.<sup>218</sup>

Considerava Souza Coutinho que no novo estabelecimento militar poderiam alojar “a Artilharia e a Guarnição Militar, ficando a presente reduzida a Aldeia de Lavradores com algumas tendas miúdas para o tráfico com os índios vizinhos”. Recomendava ainda que o forte Bragança e as terras vizinhas fossem utilizadas “para o sustento da guarnição, e hospital; nas suas imediações há campanha suficiente para pasto de 600 cabeças, e para criação de 50 cavalos”. Medidas essas que seriam essenciais para abastecer a população envolvida nas obras e os militares que seriam aquartelados na nova fortificação.

A preocupação da Coroa não era somente com a defesa da capitania de Mato Grosso, mas garantir o povoamento de áreas próximas da nova fortificação, medida que vinha sendo implementada desde a edificação do fortim de Nossa Senhora da Conceição. Sem população não seria possível levar adiante o ambicioso projeto de integração entre a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, nem tampouco garantir as riquezas minerais existentes no distrito do Mato Grosso.

A orientação da Coroa era de que se edificasse a nova fortaleza entre as confluências do Madeira e Mamoré. Essa alternativa, depois de minuciosamente inspecionado o local pela expedição de Luís de Albuquerque, foi descartada por ser o local baixo e alagadiço. Buscou-se então outro local que estivesse estrategicamente posicionado na direção das bocas daqueles importantes rios espanhóis: Baures/Itonamas/Mamoré/Madeira. Alcançou-se a região onde depois se edificou o

---

<sup>217</sup> Lisboa, 13 de Agosto, 1771. Instruções que levou Pereira e Cáceres quando foi nomeado governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso. In: FREYRE, Gilberto. **Contribuição**, op. cit., p. 363.

<sup>218</sup> **Instrução** de 1772, op.cit.; p 110.

forte, entre os rios Baures/Itonamas e Madeira/Mamoré num rochedo maciço que se elevava na margem direita do Guaporé.<sup>219</sup>

Percebe-se a preocupação da Coroa em garantir, efetivamente, o controle dessa parte da capitania de Mato Grosso diante a possibilidade de invasão de tropas espanholas. A ligação mantida entre Belém e Vila Bela era através da navegação via os rios Guaporé>Mamoré>Madeira>Amazonas.<sup>220</sup> A nova fortificação daria continuidade ao papel desempenhado pelo forte Bragança, que era o de assegurar a navegação do rio Guaporé com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Com base nas correspondências de Domingos Sambucetti com os governadores Souza Coutinho e Pereira e Cáceres, entre 1772 a 1777,<sup>221</sup> podemos reconstituir alguns momentos iniciais das obras do forte Príncipe da Beira, como também saber as imensas dificuldades enfrentadas por esse ajudante de engenharia genovês no interior das florestas do vale do Guaporé, onde se deparou com a falta de recursos humanos para auxiliá-lo nas atividades de engenharia, de artesãos com experiência nos ofícios de carpintaria, ferreiro, extração de pedras (caboqueiro), além da grande dificuldade em obter mão-de-obra escrava e equipamentos adequados para o trabalho nas obras.

---

<sup>219</sup> FERNANDES, op. cit.; pp.100-101.

<sup>220</sup> FERNANDES, op. cit.; p. 45; Segundo Antonio Leôncio Pereira Ferraz, o forte Príncipe da Beira ficava “em 12o. 36' de Latitude e 21o. 26' 28" de Longitude W do Rio de Janeiro”. FERRAZ, Antônio Leôncio Pereira. **Memória sobre as Fortificações de Mato Grosso** (Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 189.

<sup>221</sup> No Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) selecionamos dezenove correspondências de Domingos Sambucetti enviadas aos governadores Souza Coutinho e Pereira e Cáceres, desde 1772 a 1777, contendo minuciosas informações sobre o forte de Nossa Senhora da Conceição (forte Bragança) e o andamento das obras do forte Príncipe da Beira. Somadas a essas cartas, selecionamos mais oito que foram publicadas por Gilberto Freyre, em 1978, e por Marcos Carneiro de Mendonça, em 1985, totalizando vinte e sete documentos. Optamos em trabalhar aspectos referentes às técnicas construtivas dessas fortificações, apontando nesses cenários as formas de sociabilidades estabelecidas entre os distintos grupos étnico-culturais participantes desse processo produtivo. Cabe esclarecer, que, as cartas escritas por Sambucetti a Pereira e Cáceres, não fazem nenhuma menção ao Príncipe da Beira, pois somente em junho de 1776 é que esse estabelecimento militar receberá essa designação, em homenagem ao primogênito da Princesa D. Maria Francisca (primeira herdeira ao trono) e segundo, na linha de sucessão a Coroa. Esse título era concedido aos primogênitos herdeiros da Coroa, desde 1734.

Importante ressaltar que as experiências vividas por esse genovês nessa parte da América do Sul, foram compartilhadas com personagens que detinham experiências socioculturais muito distintas do seu grupo de origem, como africanos e ameríndios. No canteiro de obras montado por Sambucetti eram freqüentes as contendas entre homens brancos e africanos (escravos e forros), como havia conflitos envolvendo também militares. Nesse cenário, os antagonismos eram motivados pelas fortes clivagens existentes nessa sociedade luso-brasileira. Era um espaço onde, invariavelmente, explodiam as tensões, trazendo à tona as mais diversas formas de resistências culturais, não diferentemente do que ocorria em outras partes da América portuguesa. No entanto, vale considerar que essas relações eram também pautadas por negociações e solidariedades, pois viver em um ambiente hostil, onde havia doenças, violência, solidão, acabava provocando momentos de aproximações entre esses indivíduos, mesmo pertencendo a diferentes classes, grupos étnico-sociais.

As relações sociais nesse ambiente eram sujeitas a hierarquias, pautadas em distinções étnico-sociais. No mais baixo degrau dessa escala se encontrava a maior parte da população, constituída de negros e mestiços, que viviam nas condições de escravos e libertos, sob mando de uma minoria branca. Somado a esses grupos tinham os ameríndios que viviam nas proximidades do forte Bragança, e que desempenhavam inúmeras funções, como a de lavradores, pescadores, remeiros, trilhadores e soldados. Devido à presença desses ameríndios próximos ao forte, o governador Souza Coutinho redistribuiu parte dessa população para as Povoações ameríndias de Lamego e Leomil. A intenção do governador era manter um grupo nas proximidades do forte e um outro nessas aldeias. Souza Coutinho autorizou a Provedoria da Fazenda a liberar recursos para a compra de ferramentas, roupas e outros utensílios, que servissem para o cultivo de gêneros alimentícios, pesca e a criação de pequenos animais. A idéia

era ter áreas produtivas nas proximidades do forte, visando abastecer os militares e garantir a manutenção dos próprios ameríndios.

Alguns militares, de origem portuguesa, com experiência em engenharia eram destinados a auxiliar Sambucetti em levantamentos hidrográficos, topográficos, desenho, etc. Cabia ao comandante do forte Bragança, tenente-de-dragões Joseph Manuel Cardoso da Cunha, que tinha sido nomeado pela Coroa no lugar de Manoel Caetano de Souza,<sup>222</sup> manter o controle sobre as ações dos militares que se encontravam sob sua jurisdição, executando tarefas como o patrulhamento dos rios, expedições em busca de escravos e soldados fugitivos, supervisão sobre as povoações de ameríndios de Lamego e Leomil e atender as solicitações feitas por Sambucetti para a execução das obras. Com certa frequência, o comandante enviava correspondência a Pereira e Cáceres, informando sobre a atuação do genovês no canteiro de obras, e sobre o comportamento dos trabalhadores que ali estavam. No topo da hierarquia, portanto, encontrava-se o governador, que residia em Vila Bela.

O comandante do forte Bragança, Joseph Manuel Caetano de Souza, quando da chegada de Sambucetti ao local tinha sido encarregado por Pereira e Cáceres para atender as solicitações feitas pelo engenheiro, visando o imediato início das obras. O genovês ficou instalado, inicialmente, em uma modesta casa de propriedade da preta forra Ana Moreira. Devido à falta de iluminação para dar início ao trabalho de confecção das plantas da nova fortificação, ele preferiu utilizar-se de algumas árvores de laranjeiras que existiam próximas a casa, pois considerava como um espaço mais arejado e com iluminação. O cabo de esquadra Antonio Ferreira Coelho, tinha sido designado por Caetano de Souza para acompanhá-lo durante o trabalho de campo, pois o terreno, que em 1771

---

<sup>222</sup> Esteve à frente do comando do fortim de Nossa Senhora da Conceição (desde a sua edificação), o alferes-de-dragões Marcelino Rodrigues Roiz. Quando o fortim foi transformado em fortaleza, em novembro de 1766, passou a ser comandado por Joseph Manuel Caetano de Souza. Este foi substituído pelo tenente-de-dragões Joseph Manuel Cardoso da Cunha em dezembro de 1775. Quando Sambucetti chegou ao forte Bragança para dar início às obras do forte Príncipe da Beira o comandante daquela praça ainda era Caetano de Souza.



tinha sido escolhido para erguer a fortaleza, encontrava-se totalmente tomado de mato, e os pequenos casebres que existiam nele não davam condições de moradia. Durante a limpeza do terreno foram utilizados 27 escravos pertencentes a Coroa e 16 de propriedade de Manoel de Souza Silva. O primeiro passo foi derrubar e limpar a mata que existia à margem do rio Guaporé, como também a área onde se encontrava o seu improvisado “escritório”. Em seguida, Sambucetti mandou construir “um telheiro de dez braças de comprido e três de largo para logo se poderem acomodar os pretos do Rei”. A intenção do genovês era ter os escravos próximos ao local onde seria montado o canteiro de obras. O genovês mandou também edificar uma pequena casa para abrigar o feitor Thomaz, que tinha como responsabilidade manter a escravaria sob vigilância. Toda uma engrenagem de controle e punição se reproduzia nesse ambiente: feitores, escravos e atos de violências fizeram parte desse cenário, desde o início das obras. A preocupação primeira era a de preparar o terreno às margens do rio Guaporé, “onde ficaria na frente o lado maior e total do quadrado, conforme as dimensões do projeto último por V. Ex<sup>o</sup>. tinha me ordenado; e só depois de desta operação é que ficará orientada a planta, e eu a enviarei a V. Ex<sup>o</sup>. uma cópia, na conformidade que me ordena”.<sup>223</sup>

A limpeza de terrenos, a extração e o transporte de pedras e madeiras, a abertura de fossos, enfim, o trabalho mais pesado era desenvolvido por escravos africanos e crioulos que, desde as primeiras horas do dia se ocupavam das atividades distribuídas pelos feitores. Não há menção sobre o trabalho ameríndio nas obras, o que não invalida a sua participação em atividades como remeiros, trilhadores, pescadores, pois se encontravam alocados nas proximidades do forte Bragança e eram considerados pela Coroa como povoadores, vassalos do Rei.

Como indicamos, cabia aos militares com alguma formação em engenharia auxiliar Sambucetti na execução das obras da nova fortificação.

---

<sup>223</sup> APMT. Carta de Sambucetti para Pereira e Cáceres, em 27 de abril de 1775. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva. Local: Forte da Conceição e das Obras, p. 125-126.

Escravos fugitivos, quando recapturados em domínios espanhóis ou nos quilombos existentes na capitania de Mato Grosso, eram enviados para trabalhar nas obras do forte Príncipe da Beira. Dos armazéns da Provedoria da Fazenda instalada em Vila Bela e dos Povoados ameríndios de Lamego e Leomil, eram enviados gêneros alimentícios, como milho, farinha, toucinho, para abastecer os armazéns do forte Bragança e alimentar os trabalhadores que se encontravam nas obras.

As pedras e madeiras necessárias à edificação do forte Príncipe da Beira eram retiradas de morros próximas e levadas através do rio Guaporé ao canteiro de obras. Sambucetti, ao dar notícias, em 23 de maio de 1775, a Pereira e Cáceres, deu destaque ao trabalho dos escravos que se encontravam extraindo madeiras da mata, principalmente procuravam aproveitar uma velha ubá<sup>224</sup> e transportá-la através do rio até ao canteiro de obras. Sambucetti procurava alternar as tarefas, deslocando os escravos e os carpinteiros para a retirada de madeiras que seriam utilizadas na construção dos edifícios. Era reduzido o número de carpinteiros para atender tamanha demanda de tarefas, como o fabrico de portas, preparação dos caibros para os telhados, portais; enfim, para as atividades que eram essenciais para a edificação dos primeiros edifícios. Um dos ajudantes do genovês chamava-se João Leme, e ocupava a função de mestre carpinteiro. João Leme tinha como auxiliares dois oficiais designados pelo comandante do forte Bragança. Além desses ajudantes, também contava para ajudá-lo um mulato chamado Antonio, apelidado de Taipeiro. Sambucetti também informou a Pereira e Cáceres que já tinha confeccionado “a planta; e que da parte de cima sobeja terreno bastante sobre a margem do rio para nele se construir os edifícios todos [...] ainda observando a mesma figura de um retângulo”.<sup>225</sup> As plantas foram feitas seguindo orientações de Pereira e Cáceres, em formato retangular, tipo uma estrela de quatro pontas, com muralhas

---

<sup>224</sup> **Anais** de Vila Bela, op. cit., p. 176. “*Ubás*, Canoas de uma só peça de madeira”,

<sup>225</sup> Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, de 23 de maio de 1775. In: FREYRE, Gilberto. **Contribuição**, op. cit., p. 291-292.

abaluartadas (**Figura 18**), um estilo arquitetônico predominante nas fortificações ibero-americanas.

Em relação aos tipos mais comuns de traçados utilizados e projetados nas fortificações ibero-americanas, compartilhamos com as afirmações de Gutiérrez e Esteras (1991). Dentre elas destacamos que o traçado quadrangular foi o mais utilizado nas fortificações abaluartadas americanas, tanto de campanha como das permanentes [...]. Deve-se considerar a relação do traçado das fortificações em função das características topográficas do terreno. A linha podia seguir uma diretriz geométrica regular ou irregular.<sup>226</sup>

O genovês, ao ser designado por Pereira e Cáceres para construir a nova fortificação, sabia da operosa responsabilidade que lhe coubera para conduzir tal empreitada. Procurou, desde a sua chegada ao local, organizar o canteiro de obras, requisito primeiro para a edificação de uma fortificação. Desde o início das obras procurou prestar minuciosas informações ao governador, como as dúvidas que tinha, por exemplo, sobre “se devia construir primeiro os subterrâneos ou casamatas numa só cortina ou três”?

Sambucetti demonstrava inquietação com a segurança, pois conhecia muito bem como tinha sido construído o antigo forte, e sabia da importância de se edificar a nova fortificação de forma segura. O genovês procurou planejar a construção dos primeiros edifícios na parte mais alta do terreno, “em primeiro lugar os armazéns, e depois as demais acomodações, e verei que forme a figura de um retângulo”. A preocupação com o formato da fortificação era freqüentemente observado por Sambucetti em suas cartas a Pereira e Cáceres que, por sua vez, assim determinara que fosse construído. Comunicava ao governador sobre os esteios que tinham sido feitos e as madeiras retiradas da floresta para serem utilizados na construção de portais, telhados etc. Uma das principais matérias-primas, as pedras, tão necessárias à construção da fortificação tinham sido encontradas em morros próximos ao canteiro de obras; o que permitiu executar a primeira parte do que tinha sido planejado.

Percebe-se nas atividades desenvolvidas por Sambucetti a relação entre a teoria e o trabalho prático: a confecção da planta, o preparo do terreno, a

---

<sup>226</sup> UESSLER, op.cit., p. 68-69.

demarcação da área, a recolha do material necessário para a edificação (pedras, madeira, etc), a construção dos primeiros edifícios. Beatriz Bueno destaca que todo o trabalho desenvolvido pelo engenheiro ao preparar o terreno e a aplicação dos procedimentos empregados durante a construção de fortificações, desde meados do século XVIII, pode ser observado nos capítulos 6º e 7º do tratado sobre *Arquitectura Militar* ou fortificação moderna, elaborado por Diogo da Silveira Velloso, que trata, principalmente, sobre a “Hercotectonica”.<sup>227</sup>

O tratado de Velloso apresenta descrições pormenorizadas de cada etapa a ser observada pelo engenheiro durante a edificação da fortificação, em especial, como se deveria proceder a medição do terreno. A modelagem do espaço (preparação do terreno) seguia critérios previamente planeados pela Coroa; dessa forma, objetiva-se formar nos territórios além-mar, ambientes normatizados e hierarquizados, vinculados aos interesses ideológicos, econômicos, religiosos e culturais da sociedade portuguesa da época.

Em junho de 1775, Sambucetti informou Pereira e Cáceres de que já tinha erguido “todos os esteios principais dos dois armazéns do quartel de Almoxarifado, do Calabouço, e do Corpo da Guarda; e também se abriram os buracos para os esteios principais dos quartéis indicados na planta desde o número 10 até o número 20”. Indicava as atividades desempenhadas pelos escravos e demais operários no corte de madeiras que seriam utilizadas na construção dos portais e na confecção de caibros para as armações dos telhados e informava sobre a sua mudança para o novo “quartel”, no qual incluía a mesa de riscar, instrumento necessário para trabalhar na confecção de novas plantas da fortificação.<sup>228</sup> Aliás, todo o trabalho de engenharia realizado no forte Príncipe da Beira necessitava de instrumentos apropriados, como as pranchetas circulares,

---

<sup>227</sup> BUENO, op. cit., p. 36-37.

<sup>228</sup> APMT. Forte da Conceição, das Obras. Carta de Sambucetti para Pereira e Cáceres, 18 de junho de 1775. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza: Série: Correspondência Passiva.

as quais, segundo Beatriz Bueno, eram o “mais importante instrumento empregado nos levantamentos topográficos”.<sup>229</sup>

Em outro momento, fazia questão de frisar, novamente, sobre a arquitetura do forte Príncipe da Beira: “cuidei logo em mandar [...] levantar os armazéns e mais acomodações formando a figura de um retângulo, visto a capacidade do terreno assim o permitir, e eu não divisar inconveniente ou dificuldade alguma que me obrigasse a afastar-me da figura sobredita”.<sup>230</sup> A escolha do terreno, em um rochedo alto à margem direita do rio Guaporé, permitia construir, segundo sua avaliação, uma fortificação sem risco de desabar ou de sofrer com as enchentes, como tinha ocorrido com o forte Bragança.

Na minha última de 23 passado participei a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a capacidade que oferece o terreno *da parte de cima e na margem do rio* [...]; resta-me agora notificar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> de que para fora da esplanada e perpendicular ao lado do mesmo forte formei frente sobre o rio de 60 braças, e que ao fazer desta se acham 25 esteios já aplumados além de muitos buracos já feitos, e que todos custarão a abrir por se dar em pedra. As sobreditas 60 braças de frente compreendem os dois armazéns, os dois aquartelamentos para soldados, e o quartel do almoxarife, um dito para sargentos, o calabouço, o corpo de guarda, e o quartel para a mesma na conformidade da planta por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> ordenada; o terreno que se executam os sobreditos edifícios é perfeitamente plano; porém para a parte de cima depois de 60 braças declina consideravelmente, e por esta razão senão poderão formar os quatro quartéis indicados na planta com os números 1, 2, 12 e 13 de cujos fica reservada a sua construção nos lados menores do retângulo.<sup>231</sup>

Durante todo o mês de junho de 1775, o ritmo das obras continuou intenso, apesar das intempéries que surgiram durante esse período, como doenças que atingiram alguns escravos e trabalhadores livres. No entanto, havia avanços, pois o improvisado “escritório” de Sambucetti, levantado debaixo de laranjeiras, agora já podia ser substituído por acomodações mais confortáveis, com paredes sólidas, rebocadas com o abundante barro que existia na região e coberto com folhas de palmeiras, conhecidas como “olho de uacaba”, que foram utilizadas por serem consideradas mais fáceis de serem extraídas das matas. A carpintaria e mais dois “quartéis” já se encontravam também quase cobertos.

---

<sup>229</sup> BUENO, op. cit., 2000, p. 33.

<sup>230</sup> Forte da Conceição, das Obras. Carta de Sambucetti para Pereira e Cáceres, em 13 de junho de 1775. In: FREYRE, op. cit., p. 295.

<sup>231</sup> Id. p. 296.

Sambucetti estava terminando a construção de uma olaria e do forno que seriam utilizados para o fabrico de telhas para cobrir os armazéns e outros edifícios que se encontravam em fase de conclusão. O foco principal, nesse período, era terminar a construção desses edifícios. Para que isso fosse possível, os escravos eram freqüentemente deslocados das pedreiras para a extração de madeiras. Estavam concluídos dois armazéns, o “quartel” do almoxarife, o corpo da guarda e o calabouço, faltando construir outros “quartéis”, conforme tinham sido “indicados na planta desde o número 12 até o número 20, para que estejam ao menos estas acomodações prontas no caso que cheguem canoas do Pará com alguma brevidade”.<sup>232</sup>

A alusão à possível chegada de mercadorias do Estado do Grão-Pará permite-nos ter uma dimensão da importância da nova fortificação para o desenvolvimento econômico e comercial da capitania de Mato Grosso. Anterior a sua construção, o forte Bragança consistia no elo de ligação entre a Amazônia portuguesa e a capitania de Mato Grosso; o rio Guaporé era o corredor natural que permitia o transporte de mercadorias, tropas militares, armamentos, comerciantes, autoridades régias e eclesiásticas.

De um espaço “bruto”, “selvagem”, os portugueses, através do forte Bragança e com a movimentação no canteiro de obras do forte Príncipe da Beira, criavam uma nova espacialização, articulando esses sertões ao restante da América portuguesa. Cabe ressaltar que a atuação dos personagens que atuaram durante a edificação do forte Príncipe da Beira interferiu diretamente nos ecossistemas existentes: a mata foi derrubada para a retirada de madeiras, a terra foi revolvida para a extração de pedras, as margens do rio Guaporé tiveram sua mata ciliar derrubada, enfim, no espaço onde existiam palmeiras nativas foram edificados armazéns, almoxarifados e os edifícios para o corpo da guarda.

Em agosto de 1775, Sambucetti fez uma descrição pormenorizada do que tinha sido realizado até então a Pereira e Cáceres:

---

<sup>232</sup> Id. p. 296-297.

A planta inclusa mostra os edifícios que se estão construindo que são lavados de carmim [...]. Os números 1, 2 e 3 indicam os dois armazéns e o quartel para almoxarife que já se acabaram de cobrir, os números 4, 5 e 6 mostram o corpo da guarda, o quartel para a dita e o calabouço que se acabaram de encaibrar. Os números 7 e 8 indicam as casas grandes para acomodação dos pretos do Rei e todo o principio que tem estes dois edifícios é de estarem abertos todos os buracos e os esteios prontos para se levantarem. Os números 9, 10, 11, 12 retratam quatro quartéis cobertos, e com paredes intermediárias em termo de se barrearem. Os dois quartéis 13 e 14 já tem formadas as paredes que o dividem, e só falta cobri-los de palha como também o espaço destinado para os quartéis número 15, 16 e 17 que sendo coberto servirá de telheiro para trabalhadores quando V<sup>a</sup>. Ex.<sup>a</sup> julgue serem bastantes os mais quartéis que ficam-se concluído.<sup>233</sup>

Essa era a primeira grande etapa a ser vencida por Sambucetti, pois depois de concluí-la, tinha planejado a abertura dos fossos para a construção das muralhas do forte. A extração e o transporte das pedras dos morros próximos eram atividades que demandavam o recrutamento de todos os escravos que, naquele momento, chegavam a setenta. Para Sambucetti esse número era insuficiente, o que o fez solicitar, inúmeras vezes, ao governador o envio de mais cativos para levar adiante a empreitada. Não era fácil obter essa mão-de-obra para trabalhar nas obras, apesar dessa população ser expressiva em proporção aos livres: em 1771, a população escrava chegava a 6.573 indivíduos, o que representava 55,42% de toda a população da capitania de Mato Grosso, que era de 11.859 habitantes.<sup>234</sup> Devido o alto custo para aquisição de escravos negros e a instável economia mato-grossense, baseada, principalmente, na mineração, as autoridades régias e os proprietários, desde meados do século XVIII, tiveram dificuldades para importar essa mão-de-obra, o que justificava a utilização de ameríndios em várias atividades produtivas da economia da capitania. O envio de cativos para trabalhar nas obras do forte Príncipe da Beira foi alvo de reclamações por parte de alguns proprietários, que alegavam que a ausência dos escravos poderia comprometer a produtividade de setores ligados à mineração e às propriedades agro-pastoris.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> **APMT.** Forte da Conceição, das obras. Carta de Sambucetti de 06 de agosto de 1775 a Pereira e Cáceres. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza: Série: Correspondência Passiva.

<sup>234</sup> SILVA, op. cit., p. 253.

<sup>235</sup> VOLPATO, op. cit.

Não havia também ferramentas, como alavancas, picaretas e pás, suficientes para a extração das pedras. Sambucetti tinha de aguardar os comerciantes da companhia geral do comércio do Grão-Pará e Maranhão ou da Vila Real do Cuiabá para trazerem essas mercadorias até as obras. Faltava gente especializada para a extração e o corte das pedras: por falta de um “cabouqiero”,<sup>236</sup> com experiência nesse ofício, o genovês encarregou o feitor Thomaz Dias desse trabalho. Como dissemos, o trabalho de extração das pedras era bastante penoso, pois começava com a desobstrução da área onde se encontrava a pedreira até o transporte às embarcações que as levavam ao canteiro de obras. Havia uma nítida divisão de tarefas no canteiro de obras, cabendo a cada grupo de pessoas o desempenho de funções designadas, tendo por base a condição jurídica, social e étnica. Sambucetti procurou seguir o seu planejamento, e informou a Pereira e Cáceres que, provavelmente, que em meados de 1776, nos “princípios de Junho na festividade de anos de Sua Majestade poderá lançar a primeira pedra”.<sup>237</sup> Porém, no mês seguinte, o genovês começou a se preocupar com as chuvas que começaram na região, o que poderia dificultar a abertura dos fossos e o levantamento das primeiras muralhas do forte. Vários carregamentos de pedras já tinham sido transportados através do rio Guaporé para o canteiro de obras e algumas das ferramentas solicitadas já tinham sido entregues pelo comandante do forte Bragança, tendo sido ordenado ao feitor para que deixasse um grupo de escravos nas pedreiras e que outro ficasse extraindo as madeiras para serem levadas para a carpintaria.

Um dos armazéns tinha sido terminado, e estava pronto para receber os gêneros alimentícios e outras mercadorias de Vila Bela, Cuiabá e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Sambucetti tinha a preocupação em estocar alimentos, pois sabia muito bem que se esses faltassem poderia ter sérios problemas,

---

<sup>236</sup> Especialista na extração e lapidação das pedras para a confecção das muralhas e dos alicerces do forte.

<sup>237</sup> **APMT.** Forte da Conceição, das obras. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 31 de agosto de 1775. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva.



principalmente, com os escravos: não podia faltar à alimentação diária, caso contrário, as possibilidades de revoltas e a ocorrência de fugas aumentariam.

O genovês tinha pressa em colocar a olaria em funcionamento, para a fabricação de telhas, pois os edifícios que tinham sido cobertos com folhas de palmeira, que não suportariam as fortes chuvas que sempre caíam na região, entre os meses de novembro a março de cada ano. Os carpinteiros que acompanhavam os escravos na retirada da madeira da mata tinham contraído “febres catarrais”, deixando-os adoentados. Para ajudar nos trabalhos de carpintaria, Pereira e Cáceres enviou o capitão Joaquim Lopes Poupino até o canteiro de obras, pois o mesmo tinha experiência na confecção de taipas. Materiais, como telhas e pedras, eram aproveitados na nova fortificação, e os baluartes do forte Bragança foram recuperados e assentados nas muralhas do forte Príncipe da Beira. Em 14 de janeiro de 1776, Sambucetti enviou novas notícias a Pereira e Cáceres:

Com as últimas ordens que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, foi servido participar-me em data de 6 de Dezembro logo mandei a limpar este terreno e ao mesmo tempo dei principio as medições e nivelamento dele, formando um quadrado de 132 braças, para dentro deste poder inscrever a figura projetada com a maior exatidão e juntamente os lados do dito quadrado, que caminham para o Centro foram prolongados, afim de ver se o terreno alteia de nível, e suposto que este primeiro trabalho ainda fica entre mãos, tendo só nivelado dois lados do dito quadrado; com tudo posso afirmar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que é um plano excelente, e sem defeito algum para o intento. Executadas estas necessárias preparações e assinalada a figura do corpo da praça dar-se-á principio à abertura do fosso, e da qualidade do terreno que eu achar, como também do progresso que tiver este trabalho irei dando conforme V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me ordena e tenho obrigação.<sup>238</sup>

Os sucessivos relatos enviados por Sambucetti, entre março e junho de 1776, apontam para a aceleração das diferentes fases das obras. Acreditava o genovês que o assentamento da “primeira pedra” da nova fortificação, poderia ser feita em abril daquele ano. No entanto, o genovês, alguns artesões e vários escravos ficaram bastante adoentados, devido às sezões que tinham contraído. Essa situação acabou interferindo no andamento dos serviços:

---

<sup>238</sup> **APMT.** Forte da Conceição, das obras. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 14 de janeiro de 1776. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva.

E finalmente as doenças dos que me haviam de ajudar [...] foram todas as causas que o prolongaram até o dia de hoje em que se acham os dois baluartes da parte da fortaleza velha com todas as balizas nos seus ângulos, e o baluarte da parte de cima e da terra com alguns buracos feitos para as balizas, e o 4º baluarte sobre o rio da parte de cima com os pontos assinalados para as mesmas balizas, que por todo será um trabalho de 3 dias que fica para se fazer. No dia 23 de Fevereiro se deu principio a abrir o fosso no ângulo franqueado e porção de duas faces do baluarte sobre o rio da parte de baixo; e tem-se achado que depois de dois palmos de terra todo é pedra japanhuacanga mais ou menos dura, que se vai quebrando com alavancas e acabada esta fiada, fica com 5 palmos de profundidade. A mesma pedra se tem encontrado nos buracos de 5 palmos que se abrirão para se levantarem as balizas. No segundo baluarte também em todos os 5 buracos das balizas se encontrou a mesma pedra. No 3º baluarte se acham os dois buracos em termos de receberem as balizas, mas nos 5 palmos que tem de alto se não tem ainda achado pedra só sim uma terra muito vermelha. No quarto baluarte que é outro sobre o rio da parte de cima ainda não se abriram os buracos, porém devo supor que haverá a mesma pedra porque aparece bastante na flor da terra.<sup>239</sup>

Como percebemos, o trabalho era bastante pesado, e a abertura dos fossos não era tarefa fácil. Nas cartas enviadas a Pereira e Cáceres, Sambucetti, além de apontar o ritmo em que se encontravam as obras, procurava relatar as duras condições ambientais que tinham de enfrentar os seus auxiliares militares, feitores, escravos e artesões, envolvidos nas diferentes fases de construção da fortificação. A engenharia portuguesa insistia em domesticar o sertão que, por sua vez, fazia as suas vítimas, com as “sezões” que nunca davam tréguas.

A cada escravo que caía adoentado ou morria, Sambucetti voltava a insistir com Pereira e Cáceres para que enviasse mais cativos para trabalhar nas obras. Ao derrubarem a mata para cortar madeiras, extrair as pedras, e com o contato freqüente com as águas do rio Guaporé, os escravos acabavam ficando vulneráveis a inúmeras doenças. Segundo Nauk Maria de Jesus, os habitantes dos povoados e da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, do forte Bragança, do forte Príncipe da Beira e do forte Coimbra, que viviam nas proximidades dos rios Guaporé e do Paraguai, eram vítimas de “febres ou sezões [...] sendo nominadas como perniciosas, malignas, pútridas ou intermitentes, podendo estar relacionadas a uma série de enfermidades, como a malária”, o que levava

---

<sup>239</sup> **APMT.** Forte da Conceição, das obras. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 10 de março de 1776, Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva.

diretamente a diminuição de pessoas aptas para o trabalho.<sup>240</sup> O próprio genovês tinha sido vítima de uma grande sezão, que o fez tomar “duas purgas”, ficando convalescendo por dias. Também sofria de problemas nos olhos, o que o atrapalhava no trabalho de confecção das plantas.

Praticamente, todos os governadores que administraram a capitania fizeram constar em suas correspondências enviadas ao Reino informações sobre as doenças contraídas em Mato Grosso. Sambucetti não foi exceção a esse quadro: em abril de 1776, mais um de seus auxiliares, o furriel Felix Botelho de Queiroz, foi vítima de uma enfermidade “gravíssima sendo no seu princípio umas sezões que logo arruinaram e o reduzirão a maior risco de vida”.<sup>241</sup>

Apesar das baixas provocadas pelas condições insalubres da região, em 20 de junho de 1776, foi feito o lançamento da pedra de fundação do forte Príncipe da Beira, “cuja pedra foi com efeito posta no alicerce flanqueado no baluarte em que de presente se trabalha, com pequena diferença, olha para o Poente; e determinou o dito Sr. que a mesma Fortaleza, de hoje em diante, se denominasse – Real Forte Príncipe da Beira”. Durante o ato estiveram presentes:

[...] o Capitão de Dragões da Capitania de Goiás Joseph de Mello e Castro de Vilhena; o referido Engenheiro Domingos Sambucetti; o Tenente de Dragões Joseph Manoel Cardoso da Cunha; o Tenente em segundo de Artilharia Thomé Joseph de Azevedo; o Alferes de Dragões Joaquim Pereira de Albuquerque, e o Capitão Joaquim Lopes Poupino e Intendente das Obras, do que se fez este Auto com quatro cópias mais; em que o dito Senhor Governador e Capitão General assinou e da mesma forma os sobreditos com as mais pessoas que abaixo constam e Eu Antonio Ferreira Coelho Escrevente da Fazenda Real que o escrevi.<sup>242</sup>

A partir dessa data, as cartas enviadas por Sambucetti a Pereira e Cáceres passaram a se referir ao forte Príncipe da Beira, e não mais ao canteiro de obras.

---

<sup>240</sup> JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e Doença**: Práticas de Cura no Centro da América do Sul (1727-1808). Cuiabá, MT. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, pp. 24-36. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/dissertacao>>. Acesso em: 28 jul. 2004.

<sup>241</sup> Forte da Conceição, das obras. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 1º de abril de 1776. Apud MENDONÇA, op. cit., p. 321.

<sup>242</sup> APMT. 20 de junho de 1776. Auto de Fundação do Real Forte Príncipe da Beira. Fundo. Fundo. Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Lata A. Correspondência recebida.

Em outubro de 1776, o genovês noticiava ao governador que a primeira muralha do forte estava sendo erguida.

Depois de ficar assentada a sapata em ambas as faces e ângulos da espada deste primeiro baluarte, no dia 16 de Setembro se deu o princípio a muralha, e na data de hoje se acha meia face na altura de  $3^{1/2}$  palmos com três oficiais por estarem os mais doentes e um ocupado no forte da Conceição. O método com que vai executada a muralha é um tanto novo para estes oficiais; e em quanto o mesmo Patrício Antonio senão desembaraça pouco me posso afastar da obra. Na direção da linha capital mandei abrir um rasgo para despejo das águas do fosso, e é aonde a seu tempo se deve formar um cano de pedra para o referido fim.<sup>243</sup>

No mês de outubro, Sambucetti informou a Pereira e Cáceres que tinha encontrado uma grande quantidade de pedras próxima ao engenho de Félix Manuel Claro, e que eram consideradas de boa qualidade, bem diferentes das que tinha vistoriado perto do engenho do Ajudante de Ordens, Antonio Felipe.<sup>244</sup> Depois de retirá-las do subsolo, cabia ao genovês supervisionar o trabalho de lavagem e o corte das pedras, que ficava sob os cuidados do “caboqueiro” (responsável pela extração das pedras). Importante ressaltar que o trabalho de cantaria, ou seja, de corte das pedras para a sustentação das muralhas exigia conhecimentos específicos em desenho, matemática, geometria e álgebra, que eram especialidades essenciais na formação do engenheiro militar. Detalhes sobre a lapidação de pedras que serviriam para a construção das muralhas do forte Príncipe da Beira podem ser observados em uma das plantas confeccionadas por Sambucetti, em outubro de 1776.<sup>245</sup> Além das pedras, era também necessário ter como complemento uma outra matéria-prima, a cal, produto que não tinha sido encontrado na região, mas em outros povoados da capitania de Mato Grosso.

No assento da sapata nos três ângulos e nas juntas das mais pedras lavradas que puseram a muralha em  $3^{1/2}$  de alto, por todo se tem gasto oito sacos de cal do Cuiabá que é o menor consumo que se pode ir fazendo desse gênero. Não obstante isso posso

---

<sup>243</sup> Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 08 de outubro de 1776, In FREYRE, op. cit., p 321.

<sup>244</sup> **APMT**. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, em 07 de outubro de 1776. Local: forte Príncipe da Beira. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Lata A Série: Correspondência recebida.

<sup>245</sup> **APMT**. Detalhes da Planta: confecção de pedras para as muralhas do forte Príncipe da Beira, Outubro de 1776. Local Forte Príncipe da Beira. Fundo Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Passiva.

afirmar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que os que não souberam ser obra trabalhada em barro, hão de julgar diversamente tal é a segurança com que vai se executando.<sup>246</sup>

Sambucetti se referia à edificação do forte Príncipe da Beira, das suas muralhas feitas com pedras misturadas com cal e barro, que dariam mais aderência e tornariam aquela fortificação mais segura. Em diversos momentos, Sambucetti procurava valorizar o seu trabalho, afirmando que a nova fortificação era mais resistente e melhor construída do que a anterior. Salienta, inclusive, que o barro, como estava sendo utilizado, dava mais “segurança” à edificação. O uso do barro era justificado, aliás, pela dificuldade em obter a necessária cal,<sup>247</sup> sendo longo e demorado o trajeto feito até a chegada desse material ao forte Príncipe da Beira.<sup>248</sup>

A busca por pedras de boa qualidade continuava constante nas áreas próximas do forte. Em 8 de janeiro de 1777, Sambucetti voltou a dar notícias a Pereira e Cáceres sobre a extração das pedras que seriam utilizadas para a construção da porta de entrada do forte:

Com a notícia de que se tinham extraído bastantes pedras das que tinha encomendado, foi há pouco dias à pedreira aonde na verdade achei algumas peças de bom comprimento e largura para as obras necessárias da porta; depois de se reduzirem à grossura de palmo e meio se irão transportando para estas obras a fim de se lavrar em primeiro lugar as Reais Armas, a inscrição, as impostas [...] e as do arco da porta e o mais que for preciso, como são as do cordão que também precisam palmo e meio de grosso, para ter o dito um palmo de diâmetro e duas polegadas de diâmetro e duas polegadas de filete em cada porta, como se executou em Macapá [...].<sup>249</sup>

---

<sup>246</sup> Carta de Sambucetti enviada em 6 de novembro de 1776, ao Ouvidor da capitania de Mato Grosso Manoel Pedro de Abreu Roballo. In. FREYRE, op. cit. p. 323.

<sup>247</sup> A cal utilizada na edificação do forte Príncipe da Beira não era proveniente somente da Vila Real do Cuiabá; a partir da fundação do povoado de Albuquerque (atual Corumbá, MS), em 1778, essa matéria-prima passou a ser enviada para o forte visando à construção dos edifícios e das suas muralhas.

<sup>248</sup> “A cal empregada na construção fora enviada de Corumbá pela via fluvial do [rio] Jaurú e dali à do [rio] Guaporé; só em 1782 foram conduzidas pedras que deram para o fabrico de 2.000 alqueires [de cal]. As obras de cantaria eram executadas no [rio] Jaurú e o restante do material vinha do Pará, pelo rio Madeira, na época tão movimentado, a ponto de dar melhores resultados que as monções de povoados”. FERRAZ, op. cit., p. 183.

<sup>249</sup> Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 08 de janeiro de 1777. In. FREYRE, op. cit., p. 331.

As inscrições régias que foram colocadas no portão de entrada do forte Príncipe da Beira eram as mesmas que tinham sido colocadas na fortaleza de São José do Macapá, no Estado do Grão-Pará e Maranhão: o brasão, representando a dinastia Bragança; a Coroa, o poder do rei, e o crucifixo, a presença da igreja (**Figura 21**).

Enquanto as obras do forte Príncipe da Beira prosseguiam,<sup>250</sup> o início do ano de 1777, trouxe profundas mudanças para a política portuguesa. Em 24 de fevereiro, findava o reinado de D. José I, e ocorria o desterro político do marquês de Pombal. Mas aquela obra de fortificação, iniciada em 1775, mesmo inconclusa, demarcou as ousadas pretensões políticas do reinado josefino, em garantir na fronteira mais ocidental do Império português, o controle de uma vasta região situada no vale do Guaporé, limítrofe com as populosas missões de Moxos e Chiquitos, instaladas no Vice-reinado do Peru.

Com a entronização de D. Maria I, Portugal e Espanha celebraram um novo acordo diplomático, em 1º de outubro de 1777, o Tratado de Santo Ildefonso, que dispunha: “Nos rios cuja navegação for comum às duas nações em todo ou em parte, não se poderá levantar ou construir por alguma delas forte, guarda ou registro”. Apesar desta cláusula, as obras do forte Príncipe da Beira não cessaram e, tampouco, os portugueses deixaram de utilizar os “quartéis” que tinham sido construídos por Sambucetti e seus sucessores como bases de apoio para freqüentes patrulhas do rio Guaporé e seus tributários, para o ataque a quilombos, para o contrabando com castelhanos e para a captura de escravos e colonos endividados que fugiam para o Vice-reinado do Peru.

O forte Bragança e o forte Príncipe da Beira foram produtos de uma conturbada época, onde a soberania portuguesa dependia da construção desses aparatos de defesa. Apesar de sua edificação ter gerado grandes despesas para a Provedoria da Fazenda da capitania e para os acionistas da companhia geral do

---

<sup>250</sup> Sambucetti continuou no comando das obras de construção do forte Príncipe da Beira até dezembro de 1777. Em 1778 faleceu de malária, doença que o atormentou durante todo o período em que viveu na capitania de Mato Grosso. Como seu substituto, foi nomeado o Capitão de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra.

Grão-Pará e Maranhão, com o pagamento da folha de militares, aquisição de escravos, despesas com artesãos, compra de armamentos e outros equipamentos, o forte Príncipe da Beira teve sua inauguração oficial em 1783. O seu custo total foi previsto pelo seu Diretor de Obras, o Capitão José Pinheiro de Lacerda, em 480:000\$000 (quatrocentos e oitenta mil contos de réis). Para os administradores portugueses da “era das luzes”, o papel desempenhado pelos engenheiros em territórios além-mar acabou personificando um ideal de ciência a serviço do Estado, pois esses profissionais foram considerados pela Coroa como homens cujos conhecimentos foram colocados a serviço do “bem estar público”. Domingos Sambucetti,<sup>251</sup> assim como muitos outros engenheiros que passaram pela América do Sul, como o espanhol Tibúrcio Spanocchi, Frias de Mesquita, José Custódio de Farias, António José Landi, Henrique António Galuzzi, Ricardo Franco de Almeida Serra, entre tantos, contribuíram para que a Coroa estabelecesse sua presença, tanto no litoral como às margens dos rios interioranos da América do Sul, buscando consolidar a sua supremacia política, militar, econômica, religiosa e cultural.

---

<sup>251</sup> Segundo Miguel Faria, e essa é a percepção também de Gilberto Freyre, Sambucetti, entre fins de 1777 e início de 1778 (data imprecisa) veio a falecer.

## 5 - FRONTEIRA QUE UNE NEGÓCIOS ENTRE COLONOS, AUTORIDADES COLONIAIS E CONFINANTES

Durante o século XVIII, os portugueses procuraram estabelecer novas formas de organização sócio-espacial na parte central da América do Sul, estruturando povoações (arraiais, vilas e aldeias ameríndias), registros, fazendas, distritos de mineração, fortalezas e capelas. Essa rede foi implantada sob os auspícios da administração metropolitana, pelos representantes régios destacados nas diversas capitanias, municípios e distritos. Nesses cenários, intrincadas experiências foram vividas por diferentes grupos étnico-sociais representados por portugueses, africanos, ameríndios e mestiços participaram desse processo motivados por distintos interesses: políticos, econômicos, religiosos, culturais. As relações entre esses grupos foram, às vezes, conflituosas, mas, em outros momentos, pactuadas, negociadas. Nesse sentido,

[...] Haveria assim tanto uma política de colonização como uma colonização da política. Buscando enfatizar a complexidade destas experiências históricas, melhor seria dizer políticas de colonizações e colonizações das políticas. E os projetos? E as estruturas? Estes engendraram-se, gestaram-se, constituíram-se e transformaram-se em função e articulados com as experiências e não somente apesar delas. Para além do imaginário europeu de *MUNDUS NOVUS*, poderíamos dizer que as colonizações produziram Novos Mundos porque os agentes históricos de sua construção fizeram não somente estes mas refizeram a si próprios.<sup>252</sup>

O vale do Guaporé, no distrito do Mato Grosso, era habitado por diferentes populações ameríndias que falavam línguas e se vestiam “estranhamente”. Nessa região limítrofe ao Vice-reinado do Peru, os portugueses construíram, às margens do rio Guaporé, as fortificações de Nossa Senhora da Conceição (depois, forte Bragança) e do Príncipe da Beira. Foi através desses estabelecimentos militares que a Coroa, a partir das décadas de 1760 e 1770, começou a estruturar, apoiada com recursos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, “sigiloso” comércio de contrabando com as missões de Moxos e Chiquitos e com Santa Cruz de La Sierra.

---

<sup>252</sup> **Relatos de Fronteiras:** Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX. GOMES, Flávio dos Santos; QUEIRÓZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (Org.). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 11



Não somente essas fortificações, mas outras bases de apoio foram utilizadas pelos portugueses para o desenvolvimento do comércio regular e de contrabando como: Vila Bela, que compreendia o destacamento militar no registro de Jauru, situado na barra do rio Jauru, as feitorias às margens do rio Guaporé e o povoado de Casal Vasco, fundado em 1789.<sup>253</sup> Cabe ressaltar, que não foram somente os comerciantes, que ocuparam a função de comissários locais, oriundos das capitanias do Rio de Janeiro e da Bahia, e mercadores, provenientes do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que conseguiram entabular transações comerciais com os povoados castelhanos, mas também parcelas da população mato-grossense, que viviam nos arraiais cuiabanos e no vale do Guaporé, na segunda metade do século XVIII, compostas por colonos, militares, religiosos, africanos forros e ameríndios, se envolveram nessas transações.

Podemos apresentar três modalidades de comércio praticadas por diferentes grupos populacionais na capitania de Mato Grosso: a) o descaminho do ouro e diamantes (mercadorias que eram comercializadas sem passar pelo controle da Coroa e pelos registros e alfândegas, não pagando os infratores, desta forma, os devido impostos do rei); b) o comércio regular era fiscalizado pela Coroa (passava pelos registros e alfândegas e pagava os tributos régios); c) o contrabando que se dividia em duas categorias, o oficial e o ilícito. O contrabando oficial era patrocinado pela Coroa, com o apoio de uma ampla rede de pessoas, que envolvia a mais alta esfera da administração portuguesa e espanhola. Esse tipo de contrabando seguia uma pauta de mercadorias a serem comercializadas, com objetivos bem definidos pela Coroa, e havia o efetivo controle das operações a partir de Lisboa. O ilícito era, geralmente, punido pela Coroa, o que não impedia a participação de autoridades coloniais e de poderosos grupos econômicos envolvidos nesse tipo de comércio. A prisão e condenação dos infratores dependiam de um conjunto de circunstâncias que eram analisadas pelos magistrados reinóis. A organização de grupos de contrabandistas seguia

---

<sup>253</sup> OLIVEIRA, op.cit.

critérios por parte dos envolvidos, que visavam, além da possibilidade de obter vantagens econômicas, ao *status* social.

Thiago Gil, ao estudar o desenvolvimento da prática do contrabando entre portugueses e espanhóis na região sul da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII, observou que havia distinções entre os agentes envolvidos nesse comércio, considerado ilícito pela Coroa. Uma outra questão observada pelo autor é como parcelas da população da capitania de Rio Grande de São Pedro conseguiam entabular o contrabando com os espanhóis de Buenos Aires, a partir da formação ou da participação em “bandos”, que envolviam trabalhadores de diferentes setores produtivos: tropeiros, lavradores, marinheiros, profissões importantes para o desenvolvimento do comércio de contrabando nessa fronteira colonial.

Identificamos, *grosso modo*, três formas de cooptação de sujeitos para dentro do bando: as alianças matrimoniais, a coerção extra-econômica (violência física) e os laços de reciprocidade. Esta última forma foi dividida, para efeito de análise, em três segmentos, a saber: as contrapartidas de guerra, as concessões de terras e a “proteção” que os Pinto Bandeira garantiam a determinados indivíduos [...]. O bando significava para muitos uma alternativa para a ascensão social. Vincular-se ao bando poderia significar acesso às várias formas de contrapartidas oferecidas. Isso não significa, de forma alguma, que tal estrutura contribuísse para a igualdade. Pelo contrário. O bando reproduzia, a sua própria maneira, a desigualdade congênita daquela sociedade, possibilitando o acesso de uns ao que a maioria não possuía. Todavia, tal organização não se pautava apenas na existência de um chefe e seus subordinados. Havia uma organização mais complexa.<sup>254</sup>

As considerações de Thiago Gil permitem perceber como eram organizadas as operações de contrabando naquela fronteira, como também os diversos interesses que movimentavam esse lucrativo negócio. Não se tratava de ações isoladas, por parte de um único grupo social, mas de uma operosa rede tecida no âmbito da administração colonial e ultramarina. Além de funcionários coloniais corruptos, haviam pessoas ligadas a diferentes estratos sociais e étnicos.

---

<sup>254</sup> GIL, Thiago. "O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias". **Comunicação** apresentada no V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História das Empresas. Caxambu, Minas Gerais, 2003, pp. 02-03. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html>. Acesso em: 07 ago. 2007.

Na capitania de Mato Grosso, relações entre autoridades portuguesa e espanhola, comerciantes, eclesiásticos e militares foram ardilosamente tecidas visando “secretamente” auferir riquezas com o comércio de contrabando. Mas, se na fronteira sulista a Coroa era vigilante e punia os infratores, na capitania de Mato Grosso ela foi a principal gestora de todas as operações desse comércio clandestino.

Em vista dessa ação, procuramos estudar neste capítulo a atuação da Coroa na condução do contrabando oficial, a partir da capitania de Mato Grosso, com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru, durante as décadas de 1760 e 1770. Os motivos que levaram as autoridades ultramarinas a incentivar “secretamente” o contrabando, através da atuação da companhia do Grão-Pará e Maranhão com os povoados espanhóis, como discutir qual era o papel das fortificações existentes no distrito do Mato Grosso. Num plano secundário, trataremos das formas de sociabilidades, envolvendo outros agentes na condução dessas transações comerciais com os espanhóis das Províncias de Moxos e Chiquitos e de Santa Cruz de La Sierra. O cenário principal, ponto de partida dessas investidas, na segunda metade do século XVIII, foi o vale do Guaporé.

### **A fronteira e o contrabando na primeira metade do século XVIII**

As clássicas obras produzidas por Sérgio Buarque de Holanda, como *Extremo Oeste*, *Monções*, *Caminhos e Fronteiras*, dão-nos uma dimensão histórica das relações comerciais estreitadas entre os povoados mamelucos da capitania de São Paulo, na primeira metade do século XVIII, com as minas cuiabanas. Não cabendo aqui retomá-las, apenas afirmamos a importância das atividades monçoeiras para o abastecimento da população mineradora cuiabana e da abertura de rotas fluviais e terrestres que, nesse período, permitiu a interligação de espaços antes não conhecidos pelos luso-brasileiros às regiões que, tradicionalmente, vinham mantendo estreita ligação comercial com outras

partes do império português.<sup>255</sup> Não somente novos espaços de mineração foram descobertos, ocupados e conquistados, como vimos, houve o contato com outros grupos populacionais (ameríndios Paiaguá, Guaycuru, Guató, Bororo etc.), gerando fricções inter-étnicas, deslocamentos e intenso genocídio. Em menor dosagem, contatos menos tensionados, dentre eles, as relações conjugais incentivadas pela Coroa, entre brancos e ameríndias, gerando uma importante população mestiça que foi utilizada pela Coroa e pelos grupos econômicos em diversas atividades produtivas.

Antes de enveredarmos na discussão sobre a prática do contrabando oficial instrumentalizado pela Coroa na região oeste do Estado do Brasil, em fins da década de 1760, buscaremos compreender como foram estabelecidas algumas relações comerciais entre os moradores da Vila Real do Cuiabá e dos arraiais do vale do Guaporé com os povoados castelhanos do Vice-reinado do Peru, na primeira metade do século XVIII. Na década de 1720, quando a Coroa obteve informações sobre a presença castelhana nos rios do vale do Guaporé, uma das ordens enviadas para as principais autoridades, que se encontravam naquelas minas, era não permitir nenhum tipo de contato com os espanhóis, principalmente, ligações comerciais. Decisão esta assentada em uma acurada visão política da Coroa, pois caso os espanhóis tomassem conhecimento das áreas de mineração descobertas pelos luso-brasileiros, sérios conflitos poderiam surgir naquela parte do continente sul-americano. Mas, como explicar que, duas décadas depois, com a “descoberta” das missões jesuítas das Províncias de Moxos e Chiquitos por luso-brasileiros, ocorria o contato patrocinado pela Câmara da Vila Real do Cuiabá com as populações castelhanas da província de Chiquitos?

---

<sup>255</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986; **Monções**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990; **Caminhos e Fronteiras**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Os relatos de 1740, constantes nos Anais da Vila Real do Cuiabá, são reveladores de que as expedições chegaram até a missão chiquitana de San Rafael, ávidas por mercadorias de todos os gêneros.

[...] Inviou-se tão bem logo Antonio Pinheiro de Faria com bastantes gentes, e aprestos, a expensas do Senado do Povo, e a do Ouvidor a buscar Povoações de Castelhanos. Partiu desta Vila passou o Paraguai, e o Jaurú no lugar chamado as Pitas, seguiu viagem por caminhos já trilhados, chegou a Aldeia de San Rafael chamada dos Chiquitos, achou três padres da Companhia, de quem foram os Portugueses recebidos com aplausos, e grandes obséquios, deram-lhes os nossos / notícias do que cá se passava, e souberam, o que lá ouviram: ofereceram seus presentes e voltaram com ofertas de vacas, e cavalos. Sabido isto pelos do Mato Grosso foram logo muitos a levar seus presentes, não se deixaram entrar na Povoação, nem aceitaram presente algum, e menos deram dizendo que se voltassem logo senão seriam expulsos com violência e finalizou a amizade.<sup>256</sup>

A partir desse primeiro contato, o ouvidor João Gonçalves Pereira interessou-se em entabular negociações com os espanhóis, como deixam perceber os Anais:

[...] preparou-se o Doutor João Gonçalves Pereira para ir em pessoa a fazer protestos ao Governador de Santa Cruz sobre as Missões a quem do Rio Aporé, que não tivessem efeito por pertencerem a terra da Coroa de Portugal, para o que enviou o seu fato para Mato Grosso, e com ele muita fazenda e boa, sua e de partes para fazer negocio com os castelhanos, que era o alvo, a que a embaixada fazia apontaria. Incitados outros disto conocasse uma maloca de gente boa, com o pretexto de que iam fazer guerra ao Payaguá, e preparada uma muita avultada carregação de fazenda, pretendiam chegar a cidade da Assunção do Paraguai a fazer negócio, o que era todo projeto da jornada. [...] Dizem os contemplativos malévolos, que o Ouvidor era interessado em um, e outro negócio, e que por desavenças particulares que houveram, os impediu. A certeza que os vulgares disto tem, é porque o Ouvidor nos princípios convinha em uma, e outra função, e depois impediu a ambas.<sup>257</sup>

Polêmicas à parte, se o ouvidor estava a mando da Coroa para averiguar o lugar onde, realmente, estavam localizadas as missões e obter dados mais confiáveis sobre a população, economia, força militar e comércio, parece-nos que o que se buscava, naquele momento, eram mercados para negociações com os espanhóis, possibilitando a aquisição de mercadorias, a menor custo, vindas da capitania de São Paulo. Tratava-se, aliás, de um momento em que a população da Vila Real do Cuiabá e dos arraiais do vale do Guaporé sentiam o peso do declínio da mineração.

---

<sup>256</sup> **Annaes**, op. cit., p. 72.

<sup>257</sup> **Annaes**, op. cit., p.74.

Segundo Volpato, a decadência da produção aurífera na capitania mobilizou autoridades coloniais, comerciantes, colonos empobrecidos e até religiosos para o estabelecimento de comércio com os povoados espanhóis do Vice-Reinado do Peru. Tal disposição tinha o objetivo de livrar a economia mineradora cuiabana e do vale do Guaporé, na primeira metade do século XVIII, da dependência de outros eixos econômicos existentes na América portuguesa, não somente da capitania de São Paulo, mas também dos mercados litorâneos que eram fornecedores da maior parte dos produtos que chegavam até essas minas.<sup>258</sup>

Grande parte do ouro extraído pelos luso-brasileiros servia para pagar os produtos que chegavam pelas monções. Os comerciantes que foram se estabelecendo nas minas do Cuiabá, desde cedo, sentiram que o ganho com os produtos comercializados, naquelas minas, não era tão significativo como o dos poderosos comerciantes da capitania de São Paulo e das casas comerciais do Rio de Janeiro e da Bahia.

Com o declínio da mineração nas minas do Cuiabá, a partir da década de 1740, e a evasão de parte da população mineradora para o vale do Guaporé e demais partes da América portuguesa, os comerciantes, estabelecidos na Vila Real do Cuiabá, deparavam-se com recursos limitados para o pagamento de mercadorias trazidas pelas monções. O ouro consistia na principal moeda de barganha naquelas minas e sem ele, as dívidas contraídas com os comerciantes monçoeiros tendiam a aumentar consideravelmente. Quando isso acontecia, a sociedade mato-grossense da época via-se em condições de penúria, de extrema miserabilidade, pois a “situação de pobreza, fome e doença fazia parte do cotidiano vivido pelo homem comum de Mato Grosso no período em questão”.<sup>259</sup>

Com a redução da produção e da circulação do ouro nas minas cuiabanas, diminuiu o poder de compra de mercadorias pela população mineradora. Houve

---

<sup>258</sup> VOLPATO, op.cit., p. 55-56.

<sup>259</sup> VOLPATO, op. cit., p. 59.

também dificuldades, por parte dos comerciantes estabelecidos nessas minas, no pagamento de suas dívidas com os monçoeiros que abasteciam os arraiais cuiabanos e do vale do Guaporé. Em parte, essa situação explica a tentativa dos comerciantes em procurar estabelecer intercâmbio comercial com os espanhóis.

A partir das considerações de Volpato, podemos argüir qual foi à intensidade das relações comerciais mantidas entre diferentes grupos populacionais mato-grossenses com os espanhóis do Vice-reinado do Peru, na primeira metade do século XVIII? E quais as alternativas que a sociedade colonial mato-grossense encontrou para a superação dessa crise, principalmente, para o abastecimento de gêneros alimentícios, dado o declínio da extração e circulação do ouro nas minas do Cuiabá e do vale do Guaporé?

A “bandeirinha de 1740”, que seguiu viagem até a Província de Chiquitos, teve o aval do Senado da Câmara da Vila Real de Cuiabá e dos homens de negócios ali estabelecidos:

[...] em 1740, os camaristas e negociantes de Cuiabá, com inteira aprovação do ouvidor, mandaram uma embaixada a “San Rafael de los Chiquitos” (fronteira da atual Bolívia) para entabular negociações comerciais. Foi assim organizada em Cuiabá, com objetivos comerciais e políticos, a chamada “bandeirinha de 1740”, expressão pela qual ficou conhecida na época. Era uma expedição exploratória, visando ao levantamento da região para abrir opções nas rotas de troca e espionar as aldeias jesuítas. Composta de quatro sertanistas, comandadas por Antônio Pinheiro de Faria, com o título de embaixador, levava consigo credenciais de apresentação, cartas e comerciantes e fidalgos do Rio da Prata e presentes aos anfitriões. Essa “bandeirinha”, que custou meia arroba de ouro, foi bem recebida em San Rafael e retornou a Cuiabá em novembro de 1740.<sup>260</sup>

Com base em uma petição feita por comerciantes da Vila Real do Cuiabá ao rei D. João V, o ouvidor, representando os interesses do grupo de comerciantes, manifestara a intenção de “abrir comércio com os castelhanos do Reino do Peru, Província do Paraguai e com várias nações de índios, que habitam os pampas, às margens do dito rio, tudo na forma dos Capítulos oitavo, e cinquenta do Regimento do governo geral deste Estado dado ao Governador

---

<sup>260</sup> CANAVARROS, op. cit., p. 216-217.

geral Roque da Costa Barreto no ano de 1677.”<sup>261</sup> Para Canavarros, as “razões dos peticionários parecem cristalinas. Queriam mercados, estavam dispostos a montar negócios, pois circulava pouco ouro em Cuiabá naquela época, dando margem à saída de bandeiras exploratórias a partir de 1739, principalmente na direção do alto Paraguai e Arinos”.<sup>262</sup> No entanto, Canavarros considerou a atitude do ouvidor bastante suspeita, pois a aproximação com os espanhóis, naquela conjuntura política, poderia provocar sérios atritos, inclusive a invasão de tropas espanholas contra a Vila Real do Cuiabá e os arraiais do vale do Guaporé, afinal, esse povoado, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, encontrava-se em domínios espanhóis.

Não cabe no escopo deste texto discutir se havia intenção da Coroa em fomentar a ida do ouvidor para a província de Chiquitos para fazer negócios, ou se sua ação foi motivada por interesses próprios e dos seus aliados comerciantes da Vila Real do Cuiabá. O que vale destacar, nesse momento, é que rotas comerciais para os povoados castelhanos eram conhecidas desde a primeira metade do século XVIII, não somente pelas autoridades coloniais, instaladas na Vila Real do Cuiabá, e comerciantes de grossos cabedais, mas por religiosos e homens pobres que viam no outro lado da fronteira, uma excelente alternativa para o enriquecimento, como forma de fugir das dívidas, da justiça, enfim, razões que nem sempre se pautavam em interesses comerciais, em obter lucros. Sem dúvida, o contato com os espanhóis esteve assentado sobre o comércio, mas poderiam existir outros motivos ligados à busca de reconhecimento e mercês:

Os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, “a ordem natural das coisas” era hierarquizado; de que as pessoas, por suas “qualidades” naturais e sociais, ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade. Na América, assim com em outras partes do Império, esta visão seria reforçada pela idéia de *conquista*, pelas lutas contra o *gentio* e pela escravidão. Conquistas e lutas, que feitas em nome *del Rey*, deveriam ser recompensadas com mercês – títulos, ofícios e terras.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> CANAVARROS, op. cit, pp. 217-218. O autor baseia-se no documento AHU/NDHIR, Mf. 34, doc. 276.

<sup>262</sup> CANAVARROS, op. cit. p. 218.

<sup>263</sup> **O Antigo Regime nos Trópicos**, op. cit. p. 24.



Uma outra questão que vem sendo rebatida pela historiografia é a existência de uma sociedade colonial mato-grossense grassada pela miséria, pela pobreza extrema, à mercê dos surtos da mineração, das doenças, dos ataques de ameríndios e do medo generalizado de uma possível ofensiva espanhola. Não que essas questões não tenham algum fundamento, mas é difícil imaginar que a população luso-brasileira, principalmente o homem livre pobre, que vivia em diferentes cantos da capitania, não utilizava os rios para a pescaria, plantava roças às margens dos rios e córregos, e em lotes próximos aos arraiais e vilas que existiam: a Vila Real do Cuiabá e, a partir da segunda metade do século XVIII, Vila Bela. Além das roças, desde o início da colonização da parte central do continente sul-americano, os exploradores contavam com a abundância de animais e peixes para sobrevivência.

Romyr Conde Garcia e Thiago Kramer de Oliveira descortinam aspectos desse universo produtivo e social da capitania de Mato Grosso, demonstrando, ao contrário dos argumentos de Volpato, que a franqueada miserabilidade e isolamento da capitania devem ser relativizadas.<sup>264</sup> Aliás, verificam a existência de fábricas de mineração, propriedades agrárias que desenvolviam atividades produtivas mistas como mineração, criação de pequenos animais, plantação de roças, enfim, proprietários que tinham adquirido sesmarias, geralmente, militares, e que possuíam, em alguns casos, plantéis de escravos que atingiam entre 50 até 200, entre “machos e fêmeas”.<sup>265</sup>

Essas recentes interpretações historiográficas alargam a percepção para a existência de uma capitania que, certamente, possuía uma população pauperizada, sem recursos, que não vivia da mesma forma que a nobreza da

---

<sup>264</sup> GARCIA, Romyr Conde **Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial**. São Paulo. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo; OLIVEIRA, Thiago Kramer. **Ruralidade na Terra da Conquista: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750)**. Cuiabá. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>265</sup> CHAVES, Otávio Ribeiro. **Escravidão em Zona de Fronteira. Resistência Escrava em Mato Grosso (século XVIII)**. In: **Fronteira, Memória e Linguagem**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

terra, os potentados locais, ou como os comerciantes abastados que se instalaram na Vila Real do Cuiabá e Vila Bela, mas que procurava se sobressair a partir das condições concretas, utilizando os conhecimentos adquiridos no mundo agreste, “emprestando” as técnicas utilizadas pelas populações ameríndias na pesca, caça, extração de frutas, ervas comestíveis, no plantio de roças e criação de pequenos animais, quando autorizados pela Coroa.<sup>266</sup>

Pensar nas relações estabelecidas entre algumas parcelas dessa população mato-grossense, na primeira metade do século XVIII, com os povoados espanhóis das províncias de Moxos e Chiquitos, certamente, nos coloca diante de uma outra temporalidade e de outras questões, mas o argumento de que o intercâmbio comercial estabelecido entre portugueses e espanhóis nessa dilatada fronteira foi motivado unicamente pelo declínio da mineração merece, certamente, uma revisão.

### **O contrabando secreto**

Com a criação de Vila Bela, a Coroa procurou espacializar-se criando pontos fortificados e povoações ameríndias à margem direita do rio Guaporé, por onde os padres jesuítas espanhóis tinham acesso ao distrito do Mato Grosso. Processo esse, porém, que foi realizado morosamente devido à falta de recursos e de forças militares suficientes para defender a escancarada fronteira com os domínios espanhóis. Com a edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em 1766, no governo de João Pedro da Câmara, a Coroa reafirmava a necessidade de se estabelecer nesse ponto da fronteira. Não se tratava, apenas, de aumentar o efetivo militar, mas significava, simbolicamente, que aquele estabelecimento militar representava a presença do rei o poder na mais longínqua fronteira ocidental do Império português.

---

<sup>266</sup> ALENCAR, Luzinéia Guimarães. **Misturando sabores: a alimentação na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1808)**. Cuiabá. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

Essa fortaleza fazia parte de uma rede de pontos fortificados ao longo dessa fronteira, pois os destacamentos militares, as povoações ameríndias e a feitoria que foi construída na segunda metade do século XVIII, somados, mantinham periódicos contatos que possibilitavam obter informações sobre o que acontecia do outro lado da fronteira, em domínios espanhóis, como a Coroa assegurava, com o ir e vir das monções do Pará, de militares, dos ameríndios “aliados” dos portugueses, que navegavam pelo rio Guaporé, procurava-se estabelecer a soberania régia diante dessa dilatada parte da capitania de Mato Grosso.

Além disso, como afirmamos, a distribuição de sesmarias nas proximidades do rio Guaporé foi uma medida que visou assentar os colonos luso-brasileiros, e também criar setores produtivos que possibilitassem atender às exigências de consumo de gêneros alimentícios da sociedade mato-grossense, em especial, do distrito do Guaporé. Cabe também ressaltar que a concessão de sesmarias era uma forma de apropriação das terras ameríndias, que estabeleceu bases econômicas que interessavam à Coroa.

Com a edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a Coroa também chamou para si a estruturação de uma grande rede de contrabando com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru. Em 24 de dezembro de 1772, a Coroa procurou enviar ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, uma instrução que tinha como objetivo proporcionar o aumento do comércio, via rio Madeira, atingindo a capitania de Mato Grosso; além desse propósito, visava a “regular o contrabando entre Belém a partir das vastas povoações hispânicas de Orinoco, Quito e Peru. Esse plano estava assentado praticamente em três pontos: contrabando, construção de feitorias e comércio com o Rio de Janeiro, Bahia e o Pará”.<sup>267</sup> A instrução ou memória encaminhada pelo governador da capitania de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, a seu sucessor, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, também revela

---

<sup>267</sup> JESUS, op. cit., p. 374.

um conjunto de ações, de forma sincronizada, entre a administração ultramarina e os governadores dessas duas regiões, no sentido de assegurar o incremento do contrabando nos domínios castelhanos. Nessa instrução, existem referências à alteração da política empreendida pela Coroa no sentido de estimular o comércio de contrabando com as províncias castelhanas de Moxos e Chiquitos, como também alusões à expulsão dos padres jesuítas da América espanhola, em 1767, quando as antigas missões castelhanas passaram a ser administradas por eclesiásticos nomeados pela Coroa hispânica – os “curas” – para tratar dos negócios das populações ameríndias que trabalhavam nessas propriedades.<sup>268</sup>

Como vimos, a decisão da Coroa em destinar, a partir de 10 de julho de 1770, parte dos lucros da companhia geral do comércio do Grão-Pará e Maranhão para o pagamento das folhas eclesiástica, civil e militar das capitânicas do Estado do Grão-Pará e Maranhão e da capitania de Mato Grosso, aliviava consideravelmente as provedorias da fazenda de gastos com esse dispendioso aparato político-administrativo e militar. Recursos da mesma companhia foram destinados para a edificação de feitorias e fortificações na capitania de Mato Grosso, como também para prover a rota fluvial Guaporé-Madeira de melhor infra-estrutura.

Para entender a necessidade da Coroa em canalizar a prata espanhola do Vice-reinado do Peru, e utilizar “portas de entrada” na capitania de Mato Grosso, cabe lembrar que as décadas de 1760-1770 foram complicadas para a economia e a política institucional portuguesas. A Coroa, durante a primeira metade do século XVIII, dependia da produção aurífera (ouro e diamantes) extraída das capitânicas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com o declínio da produção, a principal moeda de pagamento dos produtos ingleses, que era o ouro, acabou se escasseando, provocando forte desequilíbrio entre o que a Coroa arrecadava e as

---

<sup>268</sup> **Instrução** de Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro de 1772. In MENDONÇA, op. cit., p. 114. Ver parágrafos 46º e 52º.

despesas decorrentes das importações dos produtos ingleses.<sup>269</sup> Além disso, logo após o fim da guerra dos Sete anos, houve considerável queda nos preços do açúcar nos mercados externos, provocada, principalmente, pelo surgimento de novos produtores nas Índias ocidentais francesa e britânica.

O colapso do setor aurífero, entretanto, causou um impacto drástico nos empresários cujo canal de comércio apoiava-se sobretudo nos lingotes de ouro e prata para o seu sustento: os da conexão que ligava os britânicos ao ouro de Minas Gerais e à rede de contrabando de ouro e prata da América do Sul [...]. O desbaratamento das velhas redes de contrabando na região do rio da Prata havia sido causado, em parte, pela guerra contra as colônias jesuítas, no Paraguai. A influência mais importante, contudo, havia sido a bem-sucedida luta contra o comércio ilegal, desfechada pela restaurada administração espanhola em Buenos Aires. O recolhimento de rendas pelo subtesouro de Buenos Aires mais que dobrou entre 1775 e 1776, e um aumento notável de mercadorias confiscadas ocorreu entre 1769-1775. A criação do Vice-reinado do Rio da Prata em 1776 e a abrangente legislação comercial espanhola de 1778 removeram a *raison d'être* do contrabando ao abrir o comércio direto entre o rio da Prata e a Espanha. Durante os últimos anos do regime de Pombal, a disputa entre portugueses e espanhóis pelo controle da Colônia do Sacramento, o entreposto do contrabando da região do rio da Prata, prejudicou ainda mais as velhas redes clandestinas de comércio.<sup>270</sup>

Segundo Alcir Lenharo, foi por estas razões que a Coroa voltou-se para a capitania de Mato Grosso, procurando drenar a prata espanhola, utilizando a companhia geral do Grão-Pará como financiadora e principal agente dessas transações. Esperava-se estabelecer um profícuo comércio de contrabando com as missões jesuítas de Moxos e Chiquitos por serem estabelecimentos missioneiros populosos e que mantinham ligações comerciais com Lima e a Europa. A prata consistia, nesse período, na principal moeda de pagamento no comércio hispano-americano, pois “é muito provável que o canal mato-grossense de acesso à prata ficasse ainda mais valorizado, o que explicaria com vantagem a ‘tensão’ pela prata”.<sup>271</sup>

A introdução de mercadorias através da companhia geral do Grão-Pará e Maranhão, no período de 1755 até 1777, como armas, munições, ferramentas,

---

<sup>269</sup> PINTO, Virgílio Noya. **O Ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979. Ver capítulo 2: O ouro brasileiro; capítulo 3: O comércio luso-brasileiro.

<sup>270</sup> MAXWELL, op. cit., p. 142-143.

<sup>271</sup> LENHARO, op. cit., p. 46-47. Capítulo 2: Do contrabando da prata.

escravos e até mudas de plantas frutíferas para o plantio foram medidas importantes para a economia da capitania de Mato Grosso. Constavam, no estatuto dessa companhia, recursos para o envio de “presentes”, ou, mais explicitamente, pagamento de subornos às autoridades castelhanas estabelecidas no Vice-reinado do Peru, a fim de facilitar o contrabando. Como compensação para esses investimentos, a companhia poderia auferir cerca de 75% de todas as transações feitas com os povoados espanhóis, o que poderia lhe garantir o acesso à prata espanhola extraída do altiplano andino.<sup>272</sup>

Para o estabelecimento desse comércio, seriam úteis as informações sobre a navegação dos rios e rotas obtidas pelos homens enviados pelos domínios lusos às terras de Castela em fins das décadas de 1760 e 1770. A viagem feita pelo tenente Francisco José de Figueiredo Tavares, por exemplo, deixou diversas informações a respeito das distâncias das missões castelhanas, dias gastos nas viagens, portos, rios e caminhos terrestres que as ligavam, assim como as possibilidades de navegação. O governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, quando chegou a Vila Bela pela rota dos rios Madeira/Guaporé registrou também preciosas informações sobre esse trajeto. Desta forma, além do conhecimento necessário para a demarcação de limites, essas informações possibilitavam viabilizar a prática do comércio clandestino.<sup>273</sup>

Para o marques de Pombal, era necessário estabelecer contatos não somente com os curas das missões de Chiquitos e Moxos, mas também com as autoridades hispânicas de Orinoco e Quito, a fim de permitir o acesso às mercadorias levadas pela companhia até a capitania de Mato Grosso, e que, posteriormente, seriam negociadas em domínio espanhol. No entanto, cabia aos governadores desta capitania administrar o contrabando, procurando enviar emissários aos povoados espanhóis, visando verificar como seriam feitas as negociações.

Ao mesmo tempo em que determinava o incremento do comércio ilícito entre Mato Grosso e as províncias espanholas, ferindo diretamente o exclusivo espanhol, Pombal atuava no sentido de impedir que boa parte do lucro desse contrabando permanecesse na Capitania. De acordo com esse propósito, o lucro dos comerciantes locais sobre os produtos importados pelo Pará foi taxado em doze por cento. A justificativa era evitar que os gêneros atingissem preços extorsivos, e o objetivo era carrear os lucros para os cofres da Companhia [...]. O interesse por este metal explica-se pelo fato de ele ser usado como principal elemento de troca no mercado internacional. Isso porque as

---

<sup>272</sup> DIAS, op. cit., p. 218-219

<sup>273</sup> JESUS, op. cit., p. 375.

moedas de ouro eram demasiadamente valiosas, sendo, portanto, as de prata mais apropriadas para as transações comerciais.<sup>274</sup>

Em 25 de maio de 1773, Pereira e Cáceres escreveu a Martinho de Melo e Castro, informando que tinha recebido notícias vindas de Lisboa, repassadas pelo governador do Pará, João Pereira Caldas, para intensificar a navegação e o comércio com a capitania de Mato Grosso. Informava também que de acordo com as informações, cabia ao diretor e aos deputados, que faziam parte da companhia, construir feitorias que servissem como entrepostos comerciais e alojamentos para os comerciantes e viajantes ao longo do trecho da capitania do Pará até Mato Grosso. O governador Pereira Caldas, juntamente com o diretor das obras indicado pela companhia, ficaram responsáveis para verificar os locais onde deveriam ser construídas as feitorias. Pereira e Cáceres assumiu o compromisso de vistoriar os prováveis pontos a serem averiguados no distrito do Mato Grosso para o início das obras. Todo esse trabalho deveria ser feito em conjunto com Pereira Caldas e engenheiros responsáveis pela edificação desses entrepostos comerciais.<sup>275</sup>

Em outra correspondência enviada a Melo e Castro, Pereira e Cáceres detalhou as ações tomadas para dar prosseguimento à prática do contrabando oficial. Fazendo referência ao parágrafo 5º da carta instrutiva, o governador fez alusão à intenção do rei D. José I em “abrir por qualquer modo as Portas do Comércio dos espanhóis nesta Fronteira; fechada há muito tempo com as mais escrupulosas cautelas”. Segundo o governador, as dificuldades enfrentadas por seus antecessores em manter o comércio com os povoados castelhanos devia-se à postura do “vigilante” governador espanhol D. Antonio Aymerik, que tinha ordens expressas da Coroa espanhola para impedir qualquer tipo de intercâmbio comercial com os portugueses, naquela região. As relações com as autoridades do Vice-reinado do Peru começaram a mudar a partir da sucessão do novo

---

<sup>274</sup> VOLPATO, op. cit., p. 61-62.

<sup>275</sup> 1773, maio, 25. Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre a promoção do comércio e da navegação cm o Grão-Pará e as feitorias que serão construídas. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1030, Cd 04).

governador D. León de Velasco, que era visto por Pereira e Cáceres como menos rigoroso e mais inclinado à prática do contrabando. Um outro receptor das mercadorias portuguesas foi o Frei Caetano de Fudela, administrador da missão de Madalena, “confidente e intérprete das nossas intenções”, dizia Pereira e Cáceres a Melo e Castro. Logo que assumiu o governo da capitania de Mato Grosso, Pereira e Cáceres recebeu informações do frei Fudela, avisando que aguardava com grande expectativa, chegada das mercadorias que deveriam ser trazidas de Belém pelos comerciantes da companhia geral do Grão-Pará até o distrito do Mato Grosso. Conhecendo o perfil de D. León Velasco, Pereira e Cáceres tomou as seguintes providências:

[...] tenho instruído ao oficial atualmente comandante da dita Fortaleza [forte de Bragança] para que debaixo dos indispensáveis princípios de política e de reserva precisa e desconfiando sempre de sua respeitosa boa fé; se aproveite da ocasião que presentemente se ofereceu, para que, mostrando ceder ao desejo do mesmo Governador castelhano, possa ter principio o Negócio de contrabando que nos convém: e depois de recomendar-lhe toda cautela, com que deve promovê-lo, parta que senão presuma em forma alguma minha determinação, e consentimento; lhe indiquei também, a forma e qualidades de comércio, que julguei convenientes, a fim de procurarmos a importação e sua Prata [...] evitando ao mesmo tempo com alguma indústria o mais que pode-se ser a exportação do ouro desta Capitania, que nunca pareceu ser conveniente, sem que nos introduzam espécies de valor real que tem as referidas.<sup>276</sup> (grifos nossos).

A urgência era tamanha para o início dessas negociações que o governador utilizou-se de desculpas, como a entrega de ameríndios que pertenciam às missões castelhanas e se encontravam na capitania de Mato Grosso, ordenando a devolução aos militares do forte Bragança. Nessa ação, os soldados deveriam averiguar quais seriam os possíveis locais a serem estipulados para o início do contrabando. Apesar de todas as providências, o governador demonstrava-se bastante inquieto, pois não tinha recebido nenhuma notícia das Províncias de Chiquitos e de Moxos.

---

<sup>276</sup> 1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre o negócio de contrabando que convém a Coroa portuguesa. (Projeto Resgate. **AHU**. Mato Grosso, caixa 16, documento 1031, Cd 04). As cartas enviadas ao comandante do forte Bragança foram do governador da província de Moxos, D. León, em 17 de março de 1773 e do frei Fudela, de 17 e 22 de março de 1773.

<sup>276</sup> BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. **Os Jesuítas e seus sucessores – Mojos e Chiquitos (1767-1830)**. Revista de História. USP. Boletim nº 11.



Sonhos quixotescos alimentavam as mentes das autoridades portuguesas, desejosas de conseguir atingir o Oceano Pacífico, via Lima, como também estabelecer uma rota de comércio via litoral do Panamá até Nova Espanha. Projeto ousado para as condições econômicas vividas pela Coroa naquele período. Ficou também explícita a intenção portuguesa sobre a necessidade de se obter a prata como moeda de pagamento para as mercadorias introduzidas, nas províncias de Moxos e Chiquitos, pela companhia geral do Grão-Pará e estocadas nas fortalezas existentes nas capitanias do Pará e de Mato Grosso. Procurava-se evitar a todo custo o pagamento em ouro de produtos do interesse da Coroa, adquiridos em domínios espanhóis: a mercadoria deveria ter igual valor, ser equivalente ao montante em ouro pago, e que não provocasse desvantagens para a economia metropolitana.<sup>277</sup>

Como apontamos, um outro estabelecimento utilizado para a prática do contrabando oficial foi o forte Coimbra, construído em 1775, por ordem de Pereira e Cáceres, pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. A edificação dessa fortificação se justificava em função da tentativa em conter a ofensiva dos ameríndios Paiaguá e Guaicuru, que atemorizavam as monções provenientes das capitanias de São Paulo que se dirigiam à Vila Real do Cuiabá. Os planos de Pereira e Cáceres, orientados pela Coroa, consistiam em fomentar o comércio via rio Paraguai, pois através dessa rota não correria o risco os comboios de comerciantes e de tropas militares de sofrer nenhum embaraço como os existentes durante as travessias das cachoeiras nos rios Madeira ao Guaporé. Considerava também que às margens desse rio haviam povoados castelhanos, nos quais, futuramente, poderiam ser introduzidas mercadorias de todos os tipos, atingindo inclusive a Província do Paraguai. Pereira e Cáceres, com o novo povoado que pretendia criar nos arredores do forte Coimbra, tinha o propósito de garantir a defesa daquele posto militar, além de fomentar a instalação de lavouras. A população ali estabelecida poderia viver da caça e da

---

<sup>277</sup> 1773, Maio, 25, Vila Bela, Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre o negócio de contrabando que convém a Coroa portuguesa, op. cit.

pesca, pelo fato de a nova fortificação estar situada às margens do grandioso rio Paraguai. A população intra e extra-muros seria uma referência importante para o comércio interno regional, ou seja, através dos rios Paraguai e Jauru, poderia abastecer a Vila Real do Cuiabá e outras localidades daquele distrito. Não descartava o governador a possibilidade do comércio entre a capitania de São Paulo e Mato Grosso, que teria como entreposto comercial a nova fortificação. Esperava-se, com o estabelecimento dessa nova rota comercial, tendo como ponto de apoio o forte Coimbra, alargar ainda mais a área de atuação da companhia do Grão-Pará, não somente através do contrabando com os povoados espanhóis, como também possibilitar acirrada concorrência através do comércio regular (interno) com os comerciantes do litoral que abasteciam a Vila Real do Cuiabá.<sup>278</sup>

Como observamos, os militares foram envolvidos nessa rede de contrabando oficial, como o caso do comandante do forte Bragança, Caetano de Souza, e outros menos graduados. Enquanto a companhia de comércio do Grão-Pará se encontrava na fase áurea, no período de 1769 a 1776, nos governos de Souza Coutinho e Pereira e Cáceres, essa teia de negócios foi ampliada. Comerciantes espanhóis, curas que administravam as missões, autoridades portuguesas e espanholas e colonos luso-brasileiros, foram envolvidos nessa estrutura instrumentalizada desde os gabinetes metropolitanos.

Desde as viagens feitas por sertanistas luso-brasileiros às missões jesuítas de Moxos e Chiquitos, no início da década de 1740, a Coroa obteve preciosas informações sobre o Vice-reinado do Peru. Foram “reveladas” rotas terrestres e fluviais até aquelas missões, dados sobre a população, economia e administração jesuíta, provocando nas autoridades portuguesas receio de que a aproximação com os povoados missioneiros pudessem colocar em risco os seus interesses no

---

<sup>278</sup> 1775, Setembro, 02. Ofício Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, que informa sobre a expedição que seguiu da Vila do Cuiabá para o Fecho do Morro. Vila Bela. (Projeto Resgate. AHU. MT. Caixa 18, documento 1108, Cd 04).

vale do Guaporé.<sup>279</sup> Não era sem razão essa preocupação, pois, desde fins do século XVII, os jesuítas vinham fundando missões nessa parte do continente sul-americano, com o aval da Coroa espanhola. De 1682 a 1700, foram fundadas, na Província de Moxos, as Missões de Loreto (1682), Trindad (1687), San Ignacio (1689), San Javier (1691), São Francisco de Borja (1693), San Pedro (1697) e San Luís de Gonzaga (1700). Até meados do século XVIII, foram criadas pelos jesuítas, mais dezessete missões, entre elas: Santos Reis (1702), Exaltación (1704), Concepción de Baures (1708), São Joaquim (1709), Santa Ana (1709), Santa Magdalena (1717), Santa Rosa (1743), San Simão (1746) e San Miguel (1743). As três últimas foram construídas às margens do rio Guaporé e, como vimos, foram alvo de disputas entre o governador Rolim de Moura e os padres espanhóis durante as décadas de 1750 e 1760.<sup>280</sup> A Província de Moxos era a que provocava maiores preocupações para os portugueses, pois o expansionismo jesuíta para o vale do Guaporé, em fins da primeira metade do século XVIII, tornou-se uma ameaça real às intenções da Coroa em consolidar o controle político-territorial do vale e da navegação do rio Guaporé em direção ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em 1768, período em que os padres jesuítas foram expulsos da América espanhola, como vimos, foi feito um levantamento da população estabelecida nas missões jesuítas de Moxos e Chiquitos, o que apresentou o número de 39.005 habitantes, com grande superioridade populacional em relação à capitania de Mato Grosso, que possuía, apenas, no distrito do Cuiabá, 7.077 habitantes e no distrito do Mato Grosso 3.829, totalizando, 10.906.<sup>281</sup> Ao findar a década de 1760, as missões de Chiquitos e Moxos passaram a ser consideradas pela Coroa como mercados excelentes para o desenvolvimento do contrabando oficial. Não se tratava de deixar de lado os antigos ressentimentos entre portugueses e espanhóis, mas estabelecer canais de intercâmbio comercial, de forma sigilosa,

---

<sup>279</sup> PEREIRA, op. cit.

<sup>280</sup> MEIRELES, op. cit., p.78-79.

<sup>281</sup> Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU/NDHIR/UFMT. Micro Ficha 183, doc. 2701 Apud SILVA, op.cit., p. 114.

com esses povoados, tendo os curas como agentes receptores das mercadorias lusitanas: a prata e o desejo de expansão colonial, somados, animavam os portugueses a olhar para o Vice-Reinado do Peru.

Segundo Jesus, a comunicação com os curas das missões de Moxos para o início do contrabando teve início em 1769, no governo de Souza Coutinho. O encarregado dos primeiros contatos foi o tenente Francisco José de Figueiredo, que se deslocou para as missões a mando do governador, com o pretexto de se colocar à disposição das autoridades espanholas e contribuir para a expulsão dos padres jesuítas. Na ocasião, este militar procurou registrar os caminhos percorridos (terrestres e fluviais) e outras informações que julgou do interesse do governador.

Ele identificou no território de Moxos quinze missões supervisionadas por Antonio de Aymerick, cuja divisão administrativa interna seguia a divisa dos rios Jacumã, Mamoré, Itunamas e Baures. Além disso, apontou dois caminhos que poderiam acessar o distrito do Mato Grosso às terras castelhanas. Vejamos o primeiro: Fortaleza de Bragança → Exaltação → Santa Ana → Santos Reis → São Borja → Santo Ignácio. Apesar do tenente não avançar na apresentação deste trajeto é possível que de Santo Ignácio pudesse seguir para Trindade → Loretto → Cochabamba ou Santa Cruz → Potosi → Chuquesaca, ou o inverso Santa Cruz → Chuquesaca → Potosi [...]. O segundo caminho era mais curto. Esta rota era: Bragança → Exaltação → São Pedro → Trindade → Loretto, seguindo posteriormente o percurso dito acima para se chegar a Chuquesaca ou Potosi.<sup>282</sup>

O reconhecimento das missões de Moxos e Chiquitos foi um trabalho que vinha sendo realizado de longa data, pois informações já vinham sendo coletadas, não somente durante os governos de Rolim de Moura, Pedro da Câmara e Souza Coutinho, mas também por ordem de autoridades estabelecidas na Vila Real do Cuiabá, no caso do ouvidor João Gonçalves Pereira. O padre jesuíta Agostinho Lourenço, ao receber ordens de Rolim de Moura para fundar o primeiro aldeamento ameríndio no vale do Guaporé, em 1751, fez um minucioso levantamento sobre a população ameríndia administrada e “silvestre” e apresentou detalhadas informações sobre as missões jesuítas castelhanas, segundo registro constante no Anal de Vila Bela, ano de 1759:

---

<sup>282</sup> JESUS, op. cit., p. 350.

Entregou à sua Excelência um diário de toda a jornada, com uma miúda averiguação, não só das nações, ou resto das nações, ou resto de nações que já davam obediência aos sertanistas da parte oriental do vale do Guaporé, como uma lista de todos os rios que desta vila até Santa Rosa se metem no mesmo rio, tanto de uma como de outra banda, pelas missões castelhanas, suas situações, qualidades, número de gente, forma do seu governo, e ultimamente muitas notícias pertencentes ao Reino do Peru e terras confinantes com essa fronteira.<sup>283</sup>

Com a missão de averiguar a situação do território espanhol, espiões foram enviados pelos governadores da capitania de Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XVIII, para observar a movimentação de tropas e aliciar ameríndios para viverem na capitania. Desde que a guarda de Santa Rosa foi montada, em 1757, à margem direita (parte oriental) do rio Guaporé, os ameríndios, que ficaram em suas imediações deixaram parentes nas missões espanholas, o que fazia com que repassassem informações aos militares luso-brasileiros sobre o que ocorria naqueles estabelecimentos. A partir dos registros constantes nos *Anais de Vila Bela* (1734-1789),<sup>284</sup> percebe-se que as relações mantidas entre as autoridades portuguesas da capitania de Mato Grosso e as espanholas do Vice-Reinado do Peru nem sempre foram tensas ou conflituosas. Havia espaço para tratamentos cordiais, “civilizados”, como a recepção de autoridades espanholas em Vila Bela, e para a apresentação de saraus e banquetes; havia também troca de correspondências, de presentes, de prisioneiros, envio de boticário para dar assistência aos padres castelhanos estabelecidos nas missões etc. A cada viagem feita por militares luso-brasileiros aos povoados castelhanos ou a vinda de autoridades espanholas para a capitania mato-grossense, conhecia-se um pouco mais sobre a vida dos espanhóis do outro lado da fronteira (e vice-versa). No entanto, quando as relações políticas na Europa agudizavam-se, colocando as Coroas de Portugal e da Espanha em posições opostas, as formas de convivência entre as populações luso-brasileira e espanhola, que eram pacíficas, transformavam-se, ficando tensionadas e fazendo recrudescer os atritos na região.

---

<sup>283</sup> *Anais de Vila Bela*, op. cit., p. 73.

<sup>284</sup> *Anais de Vila Bela*, op. cit., p. 78.

## **O contrabando que convém a Coroa ...**

O forte Bragança, antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, continuou a desenvolver as operações militares, mesmo depois de suas instalações terem sido condenadas pelos engenheiros Oliveira Rêgo e Sambucetti. Desde a sua fundação, a fortaleza constituiu-se no centro das atividades militares na capitania de Mato Grosso, sendo o estabelecimento mais bem fortificado, pela localização à margem direita do rio Guaporé, na contraface da Província de Moxos. O forte também continuou servindo de cobertura ao comércio regular com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, através da rota fluvial Guaporé-Madeira.

Por outro lado, o forte estava incluído em uma ampla rede de povoados e fortificações que, e, além do comércio regular, servia para a logística do contrabando orquestrado pela Coroa, que passou a ter os povoados espanhóis, a partir das décadas de 1760 e 1770, como os principais alvos das mercadorias de diferentes regiões do Império português negociadas pela companhia geral do Grão-Pará.

Como afirmamos, o comandante desse estabelecimento militar constituía-se em peça-chave do contrabando de mercadorias com o Vice-reinado do Peru. Subordinado ao governador da capitania, cabia-lhe conduzir tropas militares para os povoados espanhóis em busca de escravos fugidos, devedores do fisco e criminosos. Essa rotina militar acabava, porém, dando cobertura às atividades comerciais não regulares mantidas com os castelhanos.

Desde que assumiu o governo da capitania de Mato Grosso, Pereira e Cáceres procurou manter a Coroa informada “sobre o novo comércio com os Espanhóis, que não tem cessado as diligências, que pelo possível modo, tenham feito praticar a fim de mais o promover na forma das reais ordens do mesmo

Senhor”.<sup>285</sup> O contrabando era incentivado pela Coroa, como vinha ocorrendo, desde a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, com o Vice-reinado de Buenos Ayres.

Embora as autoridades portuguesas protestassem contra o comércio ilegal em seu território, incentivavam as transações comerciais ilegais entre Portugal e a América espanhola. O comércio com os territórios hispânicos através da colônia do Sacramento era considerado positivo, pois trazia prata. Além disso, por meio de uma ocupação "virtual" e econômica, tanto os legisladores portugueses quanto os espanhóis buscavam obter a posse das terras disputadas. Em outras palavras, os portugueses e outros homens de Estado viam o contrabando com bons olhos desde que este atendesse aos interesses econômicos e políticos de sua terra natal. A administração colonial teve papel decisivo na regulação do comércio ilegal.<sup>286</sup>

Sem descuidar de manter as autoridades metropolitanas informadas do que se passava em seu governo, Pereira e Cáceres, em julho de 1775, repassou a Melo e Castro informações confidenciais sobre o “negócio” de contrabando com os espanhóis. Com base em notícias enviadas pelo governador da Província de Moxos, D. León de Velasco a Caetano de Souza, foram instruídos alguns procedimentos sobre como deveria ocorrer esse comércio. O frei Fudela, da Missão de Exaltáion, era o principal encarregado do governador espanhol para agilizar os contatos com os portugueses e demais curas da Província de Moxos; D. León tinha interesse em se encontrar com o comandante da fortaleza portuguesa na barra do rio Machupá, em território espanhol, para combinar como se dariam as operações; o comandante Caetano de Souza, porém, preferiu não ir ao encontro, esperando orientações do governador Pereira e Cáceres. Formava-se, assim, uma intrincada rede composta por autoridades portuguesas e espanholas que atuavam na condução dessas atividades “secretas”. Atividades essas que sofriam atento acompanhamento da Coroa, que procurava estabelecer, desde o outro lado do oceano Atlântico, as regras desse intrincado jogo comercial entre os domínios americanos dos dois impérios.

---

<sup>285</sup> 1775, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa que não tem cessado as diligências para promover o comércio com os espanhóis. (Projeto Resgate. **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 1096, Cd 04).

<sup>286</sup> PIJNING Ernst, Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 21, n. 42, São Paulo, 2001, p. 9.

D. León de Velasco insistiu em viajar com a comitiva até o forte Bragança. No entanto, o comandante procurou impedir a viagem, dizendo que não se encontraria naquele estabelecimento, no período. Esse argumento servia, certamente, para evitar que o governador espanhol levantasse informações sobre as obras do forte Príncipe da Beira, que se encontravam em andamento. A localização da nova fortificação devia ser considerada “segredo de Estado”. Havia, naquela área, grande circulação de militares, escravos e artesãos de diferentes partes da capitania, convocados pelo governador português para trabalhar na edificação dessa fortificação, situada a menos de três quilômetros do forte Bragança.

Havia cuidados a tomar para que as informações não vazassem e comprometessem o andamento das negociações. Desta forma, justificam-se as alianças feitas pelos governadores da capitania de Mato Grosso e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no sentido de fazer com que esse tipo de contrabando “oficial” obtivesse sucesso. Não se tratava de uma rede de pessoas formada somente em território português, mas também em domínio espanhol, extrapolando essas atividades para outras regiões ibero-americanas e além-mar.

Alguns soldados do forte Bragança, escolhidos pelo comandante, estavam envolvidos na teia de contrabandistas. Nos relatos do comandante do forte Bragança, aparecem nomes de militares encarregados de fazer os contatos com os curas espanhóis. Por exemplo, o soldado Manoel Joseph foi o emissário encarregado de entregar ao frei Fudela cartas e “presentes” destinados ao cura da Missão de São Pedro, na repartição do Mamoré. Os “presentes”, enviados pelos acionistas da companhia geral do Grão-Pará geralmente, eram pequenas barras de ouro distribuídas aos curas para agilizar as operações comerciais de contrabando na fronteira luso-espanhola.<sup>287</sup>

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, o governador João Pereira Caldas, era o principal representante dos interesses dessa companhia; na capitania de

---

<sup>287</sup> 1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho Melo de Castro. Sobre o contrabando que convém a Coroa, op. cit.



Mato Grosso, o mesmo papel recaía sobre governador Pereira e Cáceres, responsável pela organização de todas as operações de contrabando com os espanhóis, enquanto D. León de Velasco, governador das Províncias de Moxos e Chiquitos, era o parceiro nos domínios espanhóis, pois detinha o controle político-administrativo de todas as antigas missões jesuítas. O frei Fudela, da missão de Madalena, era o principal mediador dos contatos com os portugueses, e com os demais curas. A missão de Madalena situava-se na barra do Itonomas, fronteira com os domínios portugueses e consistia no principal ponto de apoio ao contrabando.

D. León e o frei Fudela procuravam manter informado o comandante do forte Bragança, Caetano de Souza que, por sua vez, repassava as notícias ao governador Pereira e Cáceres. Os assuntos eram variados, mas envolviam o andamento dos negócios do contrabando e, principalmente, os entraves que ocorriam para que fossem aceleradas as negociações. Os curas faziam referências ao decréscimo populacional nas missões em função de doenças e à desorganização das atividades produtivas, como às longas distâncias entre as missões, o que gerava um considerável tempo para se fazer os devidos contatos com os curas.<sup>288</sup>

Apesar dos problemas que ocorriam no lado espanhol, o contato com a missão de San Martim tinha sido feito, estendendo-se ainda mais os tentáculos desse sigiloso comércio. O cura dessa missão esperava que as mercadorias do Grão-Pará chegassem ao forte Bragança para que se realizasse o esperado “negócio de contrabando”. As mercadorias remetidas pela companhia geral do Grão-Pará à capitania de Mato Grosso chegavam em períodos determinados, regulando, de certa forma, o andamento do comércio com os espanhóis. A duração da viagem dos comboios de comerciantes de Belém até Vila Bela durava cerca de cinco a seis meses, o que impunha um “calendário do contrabando”, para que as negociações entre os portugueses da capitania de

---

<sup>288</sup> BASTOS, op. cit.

Mato Grosso e os espanhóis do Vice-reinado do Peru ocorressem. A constante menção às cartas do frei Fudela, que aguardava com apreensão as mercadorias do Pará, demonstra que essa engrenagem comercial ganhava maior fôlego quando os produtos eram depositados nos armazéns do forte Bragança e em Vila Bela.

A chegada de mercadorias em Vila Bela era saudada por comerciantes, como mostra o registro nos Anais, no ano de 1773:

Floresce em grande aumento o comércio da cidade de Belém do Grão Pará com esta capital, pois que a ela chegaram, no mês de fevereiro do presente ano, Flávio de Almeida Pessoa e Manoel da Silva Barata, com mais comerciantes, com grande quantidade de gêneros e viveres necessários nessas minas.<sup>289</sup>

Em correspondência enviada a Melo e Castro, datada de 25 de maio de 1773, Pereira e Cáceres esclarecia que tinha recebido orientações de Pereira Caldas, com base nas determinações dos Deputados da companhia de comércio do Grão-Pará, para que fossem aceleradas as edificações das feitorias que dariam sustentação ao comércio com a capitania de Mato Grosso.<sup>290</sup> Seguindo as instruções recebidas da Coroa, Pereira e Cáceres, em 17 de dezembro de 1773, deixou a sede administrativa da capitania e dirigiu-se ao forte Bragança, acompanhado do “ajudante-de-ordens Francisco Dorta Tejo, o capitão engenheiro Salvador Franco da Mota, a escolta de dragões e seu alferes Joaquim P. de Albuquerque, indo por capelão o visitador frei Antônio de Melo”. A expedição tinha a intenção de “levantar um plano dos leitos dos rios Guaporé, Mamoré, Jauru”<sup>291</sup> e também de averiguar de perto como as operações comerciais com os espanhóis estavam sendo realizadas. Pereira e Cáceres também procurou inspecionar se o forte Bragança teria condições de continuar recebendo as mercadorias da companhia geral do Grão-Pará, pois havia expectativa, por parte do governador, de que o volume do comércio entre Belém

---

<sup>289</sup> **Anais** de Vila Bela, op. cit., p. 187.

<sup>290</sup> 1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Sobre a promoção do comércio com o Grão-Pará, op. cit.

<sup>291</sup> 1774, Fevereiro, 14, Rio Madeira. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro sobre as novas determinações com que se deve regular, op. cit..

e a capitania mato-grossense aumentasse, como também as operações do contrabando “oficial” com os espanhóis.

Cabe ressaltar que, nesse período, ocorreram mudanças significativas no poderio econômico da companhia geral do Grão-Pará, ocasionadas pela desenfreada concorrência comercial provocada por outras nações européias nas praças africanas de Cacheu e Bissau. O que ocorria em outras partes do Império português acabava interferindo na economia de diversas capitanias da América portuguesa e vice-versa. Se o comércio com os espanhóis do Vice-reinado do Peru não avançasse, os cofres da companhia não teriam a tão desejada prata, necessária para adquirir produtos manufaturados ingleses e para equilibrar as finanças do Reino, que se mantinha dependente do comércio inglês.

Na carta de 24 de abril de 1773 nos avisaram os administradores de Cacheu do notável prejuízo que a Companhia experimentara pelos contrabandos que nas costas daquele continente faziam os estrangeiros extraíndo das Praças de Ziguichor muita cera, escravos e marfim, e que por terem então notícia de que naquela Praça, se acham uma chalupa francesa, outra inglesa, e ter esta já segunda vez arribaldo para dentro com água aberta depois de haver mandado por terra 16 *escravos* para a *Gâmbia*, onde tinha um navio para receptáculo dos seus extravios, e que assim excitados dos ditos administradores destes justos motivos, e lembrados das freqüentes advertências que para evitarem os contrabandos sempre lhes repetimos, se haviam resolvido a fazer nela a apreensão remetendo-nos de tudo um auto.<sup>292</sup>

Devido à gradativa perda desses importantes mercados africanos, a Coroa, juntamente com os acionistas da companhia geral do Grão-Pará, procurou intensificar as relações comerciais com a capitania de Mato Grosso, visando amealhar a maior quantidade de riquezas possível, como forma de compensar os crescentes prejuízos registrados naquelas praças. O comércio de contrabando com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru consistia, assim, em uma alternativa para amenizar o quadro financeiro da companhia protegida pela Coroa, tendo em vista que o grande entreposto americano do contrabando da prata, a Colônia do Sacramento, encontrava-se na mira da administração do

---

<sup>292</sup> Petição de 1775 sobre os acontecimentos ocorridos com navios estrangeiros em Cacheu e Bissau. AHMF-CGGPM. Registro de Exposições da Companhia. XV/R/26, fls. 8-11. Apud. CARRERA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional, 1988, pp. 276-277.

Vice-reinado do Prata, interessada em estancar essa antiga e ilícita prática comercial. As ações dos governadores Pereira e Cáceres e Pereira Caldas, buscando prover essas duas unidades territoriais da América portuguesa com feitorias e fortalezas e melhorias na rota fluvial Guaporé-Madeira, denunciam a necessidade de tornar essas regiões potencialmente capazes de atender às exigências da economia portuguesa.

As monções que partiam do Pará em direção a Vila Bela levavam predominantemente manufaturas importadas, tais como tecidos, utilidades domésticas, adornos, drogas, perfumarias, cuja procedência era da Europa, Oriente e África. Desta última vinham os escravos. Da capitania de Mato Grosso para o Pará, quando retornavam as monções, eram levados cereais ou drogas da região, como copaíba, sangue-de-drago e madeiras diversas. Essas mercadorias, no entanto, não enchiam os comboios, que em sua maior parte voltavam vazios. Certo era que o ouro era a carga mais valiosa. O fato deles chegarem carregados e partirem com espaço disponível nas embarcações, demonstra que a Companhia obtinha algum lucro no distrito do Mato Grosso.<sup>293</sup>

Além das mercadorias citadas pela autora, a companhia geral do Grão-Pará carreava para Lisboa a prata espanhola, produto indispensável às transações comerciais com os ingleses. Estimar a quantidade de prata contrabandeada é quase impossível, pois se tratava de atividades ilícitas, o que não deixava registros. O custo da construção da feitoria entre essas duas regiões, como também o pagamento dos militares que ficariam responsáveis pela segurança dos comboios procedentes de Belém, seriam da companhia geral do Grão-Pará. O local escolhido para a construção da feitoria foi à confluência dos rios Corumbiara e Madeira, praticamente na divisa entre as duas regiões. Esta feitoria ficaria sob o controle do forte Bragança, juntamente com as aldeias de Lamego e Leomil.<sup>294</sup>

Enquanto essas providências eram tomadas, Pereira e Cáceres não deixava de enviar seus emissários ao Vice-reinado do Peru, para que o contrabando avançasse: “mimos” foram entregues para “o Presidente da Real Audiência de la Prata, ao Governador e capitão-general de Santa Cruz de La

---

<sup>293</sup> JESUS, op. cit.; p. 369.

<sup>294</sup> 1774, Setembro, 30. Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao Marques de Pombal informando sobre a construção da feitoria. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1088, Cd 04).

Sierra e ao Bispo desta mesma cidade, além do Governador de Moxos, subordinado a Santa Cruz de La Sierra”, por intermédio do alferes Manoel José da Rocha.<sup>295</sup> O intermediário desses presentes era nada menos do que o já conhecido frei Fudela, da missão de Exaltación. Percebe-se que a geografia do contrabando se expandia, envolvendo as principais autoridades do Vice-reinado do Peru.

No entanto, sabia Pereira e Cáceres que não bastaria somente o envio de presentes a essas autoridades para que o contrabando acontecesse com a intensidade esperada. As longas distâncias entre as missões e demais povoados espanhóis impediam que os contatos fossem feitos com rapidez. Os emissários de Pereira e Cáceres não se limitaram, porém, a operar somente na Província de Moxos, estendendo sua área de atuação até a Província de Chiquitos, que ficava a quinze dias de viagem de Vila Bela. As missões de Chiquitos ficavam cerca de doze dias de viagem do registro de Jauru, rota que poderia ser utilizada para o comércio de contrabando com os espanhóis.

Sobre as distâncias percorridas pelos envolvidos, nesse comércio de contrabando, tem-se a informação de que, de Vila Bela até o forte Bragança (antiga guarda de Santa Rosa), o tempo de viagem era de aproximadamente 30 dias; do forte Bragança até o destacamento militar das Pedras, de 12 dias; do destacamento das Pedras até a aldeia de São José, 26 dias; do forte Bragança até a barra do rio Mamoré (território espanhol) eram três dias de viagem; e, a partir dessa localidade, chegava-se às principais missões castelhanas. Da barra do rio Mamoré até a Missão de Exaltación gastava-se oito dias de viagem; até a missão de Santa Ana, situada próxima a um rio que faz confluência com o rio Mamoré, três dias; e, até a missão de São Pedro, considerada a principal missão da Província de Moxos devido às benfeitorias ali existentes e à presença do principal superior das missões, a distância era de

---

<sup>295</sup> 1775, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa que não têm cessado as diligências para promover o comércio com os espanhóis. (Projeto Resgate. **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 1096).

[...] três dias de marcha mais acima, e mais principal pelas fábricas e pela assistência do superior, a de San Xavier; a de Trindade e Loreto e São José, está muito chegada à cidade de Santa Cruz de La Sierra, cabeça da Capitania do mesmo nome, e assistência do governador. Em todas essas missões são os padres senhores absolutos, dominando muito mil índios que, como escravos, lhes trabalhavam e fabricavam muitos haveres, com que fazem grande negócio... e se infringissem... andando as nossas canoas como frotas para uma e outras missões, conduzindo os efeitos, principalmente para a de São Pedro, onde se ajuntam. Dali se repartem para o Pará, para onde mais lhes parece.<sup>296</sup>

Essas informações mostram que esse comércio dependia do conhecimento das rotas e do ânimo das populações ameríndias, as quais, muitas vezes, se encontravam em fuga dos estabelecimentos missioneiros, confrontando-se com grupos rivais e os curas. Fica evidente nas cartas enviadas pelos curas das missões a Caetano de Souza, que havia, naquele período, desordens e mortes nas províncias espanholas causadas por insurreições ameríndias, que passaram a atacar povoados castelhanos. A inquietação ameríndia foi provocada pela inoperante administração das missões, que se encontrava em mãos dos eclesiásticos indicados pela Coroa espanhola. Mesmo diante desse cenário de instabilidade nessa parte do território espanhol, os resultados desse comércio começaram a surgir. Isso pode-se depreender da menção que Pereira e Cáceres faz a respeito da entrada de apenas quinhentos mil réis, decorrentes de pequenas transações comerciais feitas por seus emissários com os espanhóis, pois em 28 de junho de 1776, chegou à Vila Bela um comboio comandado por 15 castelhanos, com 564 mulas para serem comercializadas. Os castelhanos adentraram a capitania através do registro de Jauru, situado às margens do rio Paraguai (cerca de trezentos e cinquenta quilômetros da Vila Real do Cuiabá, e trezentos de Vila Bela). Durante a viagem, uma parte da comitiva castelhana tinha ficado adoentada e ocorreu o falecimento de alguns peões que faziam parte do grupo. Os doentes ficaram meses em tratamento em Vila Bela, à custa de recursos da Provedoria da Fazenda.<sup>297</sup> Esse grupo tinha larga experiência nesse

---

<sup>296</sup> *Anais de Vila Bela*, op.cit.; pp. 144-145. Distâncias percorridas pelas expedições militares, comboios de comerciantes, enfim, entre um ponto a outro do distrito do Mato Grosso e em território espanhol.

<sup>297</sup> 1776, Junho, 28, Forte Príncipe da Beira. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro que informa sobre o comércio de contrabando e sobre os dois espanhóis que chegaram a

tipo de comércio, pois negociava também com o Vice-reinado do Prata, através da colônia do Sacramento. Nesse mesmo período, tinham entrado, através do mesmo registro “25 índios da missão de São João, com trezentos bois e 11 cavalos”.<sup>298</sup>

Devido às doenças que os castelhanos tinham contraído, não foi possível, naquele momento, fazer a troca de mercadorias tão esperada pelo governador. Um dado interessante constante na pauta de negociações proposta pelos castelhanos era a inclusão de escravos negros; e diante da insistência castelhana em adquirir cativos africanos, Pereira e Cáceres resolveu não permitir que nenhum tipo de mercadoria fosse trocado por esse tipo de “mercadoria”, bastante valiosa na região, pois havia uma diminuta população cativa em Mato Grosso, onde o custo de um escravo trazido do litoral ou de Minas Gerais era bastante elevado. Assim, negociar africanos significava desprover as propriedades da capitania dessa importante mão-de-obra.

Apesar de sua recusa, o governador encontrava-se em posição delicada, pois precisava manter o negócio de contrabando, conforme as ordens recebidas da Coroa, mas sem abrir mão dos principais produtos existentes na capitania. A edição de um bando, em 13 de março de 1776, acabou impedindo o avanço das negociações com os castelhanos que envolvessem escravos crioulos ou ladinos. Em resposta à decisão de Pereira e Cáceres, os contrabandistas espanhóis afirmaram que esse tipo de comércio era comum na região e na fronteira do Rio Grande de São Pedro.<sup>299</sup>

Como salientamos acima, rotas fluviais e terrestres já eram conhecidas desde a primeira metade do século XVIII, ligando as minas do Cuiabá e os arraiais do Vale do Guaporé com a Província de Chiquitos. A entrada dos castelhanos, através da barra do rio Jauru, vindos das missões de Chiquitos, comprova que essa era uma das portas de entrada do contrabando em Mato

---

vila Bela com uma partida de 564 mulas e os problemas que surgiram. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 18, documento 1128, Cd 04).

<sup>298</sup> **Anais** de Vila Bela, ano de 1776, op. cit., p. 424.

<sup>299</sup> 1776, Junho, 28, Forte Príncipe da Beira, op.cit.

Grosso. O registro não servia somente para controlar a entrada e saída de mercadorias do vale do Guaporé, mas era utilizado como ponto de ligação entre os dois domínios ibéricos na América.

A fuga de escravos para os domínios castelhanos sempre ocorreu na capitania de Mato Grosso, desde a descoberta das primeiras lavras auríferas durante a primeira metade do século XVIII. Coiteiros de escravos ajudavam nas fugas para o Vice-reinado do Peru, quilombos e outras capitanias do território da América portuguesa. Não era sem razão que, desde o governo de Rodrigo Cezar de Meneses, vários bandos foram editados, proibindo tal prática e estipulando punições rigorosas para quem ajudasse na fuga de escravos. A partir do governo de Rolim de Moura, as denúncias dos proprietários de escravos sobre as fugas eram freqüentes.<sup>300</sup> Entretanto, em vista de algumas considerações acima, podemos afirmar que nem todas as fugas para os domínios castelhanos devem ser vistas como ações dos escravos, pois, assim como havia interesse por parte dos espanhóis em adquirir cativos da capitania de Mato Grosso, os portugueses também estavam interessados em atrair ameríndios das missões espanholas para os seus domínios. Estamos, de certo modo, considerando que os escravos (ladinos ou crioulos) podiam constar da pauta de negociações com os espanhóis, mesmo porque a presença de africanos trabalhando nas missões jesuítas sempre foi relatada por espias dos governadores da capitania de Mato Grosso e demais autoridades coloniais.

A fuga de índios domesticados pelos espanhóis, que adentravam terras portuguesas, tinha movimento mais antigo e contínuo. Abandonavam as missões a que estavam retidos e procuravam abrigo nas povoações portuguesas. A imigração de índios castelhanos interessava à Coroa portuguesa. Planos foram elaborados para incentivar esse fluxo migratório, e atrair os silvícolas para Mato Grosso, com o intuito de atenuar as carências de mão-de-obra que a região enfrentava constantemente. [...] A fuga de escravos não se prendia, assim, apenas, às questões de relações de trabalho, mas envolvia também aspectos políticos. Esse fluxo migratório passou a interessar às autoridades espanholas que procuravam incentivá-lo, em proveito próprio. Por outro lado, essa movimentação de fronteira era utilizada como fator de aproximação das autoridades ibéricas. Periodicamente, portugueses e espanhóis comprometiam-se a promover a mutua devolução de índios e escravos africanos.<sup>301</sup>

---

<sup>300</sup> CHAVES, op. cit.

<sup>301</sup> VOLPATO, op. it., pp. 72-73.



A companhia geral do Grão-Pará, desde o início das suas primeiras operações em Mato Grosso, procurou abastecer os principais povoados com suas mercadorias oriundas de diferentes partes do império português, extraindo os lucros dessas transações comerciais e carregando, para Belém, e além-mar, os produtos existentes na capitania. A intenção era alargar esse comércio que não deveria ficar restrito ao distrito do Mato Grosso, mas alcançar o distrito do Cuiabá. No entanto, os planos da companhia esbarravam na concorrência dos comerciantes do litoral, principalmente, do Rio de Janeiro e da Bahia que, desde a primeira metade do século XVIII, vinham abastecendo as minas cuiabanas com as mais diversas mercadorias. Havia dificuldades para que a companhia conseguisse monopolizar o comércio da capitania, sendo um deles as longas distâncias existentes entre o porto de Belém e o distrito do Cuiabá. Não havia infra-estrutura suficiente para que os comboios de comerciantes atingissem com segurança essa parte da capitania, além disso, os preços das mercadorias enviadas à Vila Real do Cuiabá seriam consideravelmente superiores às trazidas do litoral da América portuguesa, como bem registrou Rolim de Moura, em carta enviada a Mendonça Furtado, duas décadas antes:

Pelo que toca a esta Capitania, não deixaria de lembrar também a Vossa Excelência pelo favor, e proteção que ele lhe deve, o quanto também, se pode fazer útil à mesma companhia a boa fé do seu caixa, e o venderem por preço racionáveis; por que é de saber, que estas Minas, estão ainda gastando fazenda bastante do Rio de Janeiro; que lhe entra pelo Cuiabá, e é certo que todo o ouro que nela se emprega, se desvia no comércio dessa cidade, e a utilidade da companhia procede isto de dois princípios: o primeiro que as fazendas que entram por este porto até agora, não chegam à qualidade dos que vem do Rio de Janeiro. O segundo que os homens de negócio que até aqui tem trazido fazenda dessa cidade ainda que não é já tão cara, corre por toda a via, por preços porque faz conta vender aos que vem do Rio de Janeiro sem embargo de pagar cada fardo algumas dezessete oitavas, ou dezoito de fretes, e carretos para chegarem a estas Minas, além das entradas de que também se não livram, por tocarem no Cuiabá.

<sup>302</sup>

A Coroa pretendia que a companhia conseguisse, de fato, expandir seus negócios até a Vila Real do Cuiabá, promovendo a concorrência com os

---

<sup>302</sup> Carta a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1757. In: **Correspondências**, op.cit., p 123-125.

comerciantes que vinham do litoral, o que provocaria queda nos preços e o abastecimento da população com os gêneros necessários para a sua sobrevivência. Mas este era um problema antigo e de difícil solução, devido aos desafios que a companhia e o governador da capitania de Mato Grosso teriam que enfrentar para interligar Belém até Vila Real do Cuiabá, passando por Vila Bela. Com a orientação da Coroa, a partir da década de 1770, a companhia geral do Grão-Pará começou a operar, não somente através do comércio regular com o distrito do Mato Grosso, mas através do contrabando com os povoados do Vice-reinado do Peru, o que poderia gerar lucros consideráveis para os acionistas da companhia e a esperada arrecadação para os cofres da Coroa.

No entanto, nem todo o planejado era concretizado. Os desafios eram muitos, e a superação dependia de maiores investimentos de capitais e da própria reorganização da companhia para enfrentar esse tipo de operação. As atividades comerciais, tanto as consideradas lícitas como as de contrabando, não se encontravam livres das disputas ocorridas por mercados coloniais empreendidas por outras nações européias. O fornecimento de mercadorias para a capitania de Mato Grosso, escravos, por exemplo, dependia da regularidade do fornecimento dos mercados africanos deste tipo de mão-de-obra. Como vimos, a concorrência praticada por ingleses, franceses e espanhóis, nas praças africanas de Cacheu e Bissau, acabara interferindo no abastecimento da capitania mato-grossense.

No período de 1769-1772, entraram 1711 africanos, na capitania de Mato Grosso, destes, 465 foram importados pela companhia geral do Grão-Pará e outros 1246 entraram pela rota do litoral e Vila Real do Cuiabá. Para Vila Bela foram enviados 809 escravo, do distrito do Cuiabá, em função da dificuldade de se conseguir importá-los pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão.<sup>303</sup> Esses dados mostram que os negócios dos comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia superavam os da companhia geral do Grão-Pará.

---

<sup>303</sup> Mapa Geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso, desde o descobrimento das minas até o fim de 1772 (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 1054, cd 05).

A não regularidade na entrega dos escravos e das “fazendas” nos armazéns das feitorias, não somente em Mato Grosso, mas na capitania do Pará, é bem provável que tenha pesado nas relações comerciais com os espanhóis do Vice-reinado do Peru. Pereira e Cáceres, em 1º de janeiro de 1777, escreveu ao marquês de Pombal sobre a falta de mercadorias na capitania de Mato Grosso, afirmando que estava fazendo o levantamento do que existia na feitoria de Viseu, situada em frente a boca do rio Corumbiara, como também do que existia nos armazéns de Vila Bela e do forte Príncipe da Beira. Pretendia dar continuidade ao “plano secreto” de contrabando com os espanhóis, apesar de, naquela altura, considerar que havia imperiosas dificuldades para que isso fosse feito.<sup>304</sup>

Em janeiro de 1777, outro grupo de castelhanos, proveniente da Província de Chiquitos, chegou à capitania de Mato Grosso para negociar. Levava seiscentas mulas, porém encontrou preços baixos para suas mercadorias. Com a abertura do caminho terrestre que ligava o distrito do Cuiabá ao distrito do Mato Grosso, via barra do rio Jauru, uma grande quantidade de animais de cavalgadura vinda da capitania de São Paulo abastecera as propriedades e povoados do vale do Guaporé, dificultando a vinda dos animais pelos castelhanos. No entanto, ao escrever a Pombal, em 4 de janeiro de 1777, Pereira e Cáceres lamentava não ter produtos que agradassem aos espanhóis, pois considerava que sem o comércio patrocinado pela companhia geral do Grão-Pará, o contrabando com os castelhanos, fatalmente, estaria arruinado.<sup>305</sup> Ainda conforme o relato de Pereira e Cáceres, os espanhóis levaram pouquíssima prata para negociar. A idéia deles seria obter ouro como pagamento dos animais e não comprar produtos dos portugueses? Essa, talvez, fosse a intenção castelhana,

---

<sup>304</sup> 1777, Janeiro, 01, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao Marques de Pombal. Sobre a regulação das tarifas de bens e escassez do comércio com o Grão-Pará. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 11, documento 1143).

<sup>305</sup> 1777, Janeiro, 04, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao marques de Pombal sobre os dois contrabandistas espanhóis. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 18, documento 1145, Cd 05).

pois, ao mesmo tempo em que os portugueses cobiçavam a prata, os espanhóis procuravam conseguir o ouro nessas transações.

A capitania de Mato Grosso tinha como principal produto o ouro, não dispondo de outras mercadorias que fossem aceitáveis nas transações comerciais com os espanhóis. Praticamente, a economia da capitania girava em torno da mineração, com fazendas de gado e de lavouras que eram utilizadas para a subsistência do próprio mercado mato-grossense. Era uma capitania que dependia dos produtos importados das capitanias litorâneas e de Belém.

Não obstante a dificuldade em relação à quantidade de prata obtida pelos portugueses através das negociações clandestinas com os espanhóis do Vice-reinado do Peru, podemos afirmar que esse metal precioso foi intensamente cobiçado, tanto pelos agentes da companhia geral do Grão-Pará como pela Coroa portuguesa, com a interveniência dos governadores Pereira e Cáceres e Pereira Caldas.<sup>306</sup> Pereira e Cáceres procurou agir em sintonia com as decisões dos acionistas da companhia geral do Grão-Pará, para assegurar que o comércio regular com a capitania de Mato Grosso ficasse “protegido”, sem sofrer interferência dos comerciantes vindos dos “portos do mar”. A idéia era garantir que o vale do Guaporé não fosse invadido por mercadorias do Rio de Janeiro e da Bahia e que as que chegassem de Belém tivessem preços menores, o que poderia garantir o monopólio das atividades comerciais da companhia em toda a capitania.

Através de uma portaria, foi estabelecida uma lista de preços dos produtos que deveriam ser vendidos na capitania de Mato Grosso taxados em ouro. Escravos e diversas fazendas teriam preços estipulados com base nas mercadorias da companhia geral do Grão-Pará. Com isso, esperava-se que os negócios dessa companhia fossem expandidos até a Vila Real do Cuiabá, desbancando os negociantes do litoral. Justificava o governador, ao editar a portaria, que os preços das mercadorias trazidas pelos comerciantes eram

---

<sup>306</sup> VOLPATO, op. cit., p. 63.

extremamente altos devido à venda “fiado”, pois os comerciantes do litoral embutiam o transporte e outros custos, elevando os preços e provocando enorme carestia.<sup>307</sup> O “fiado” era uma forma de estender os negócios, a partir do litoral, para essas distantes regiões da América portuguesa. Por detrás deste tipo de atividade, ressalta Fragoso, “poderíamos encontrar alguns dos maiores comerciantes de grosso trato, e, assim, começar a composição da própria elite mercantil da sociedade considerada”.<sup>308</sup>

A companhia geral do Grão-Pará esperava, com a expansão de seus negócios até a Vila Real do Cuiabá, que o contrabando tivesse mais fôlego, pois obteria mais recursos com a diversificação de suas atividades comerciais, que retroalimentaria as operações “secretíssimas” orquestradas por Pombal junto aos povoados castelhanos. Mas, desbancar o antigo comércio praticado pelos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro e outras praças do litoral não era tão fácil assim, como pode ser visto no montante das atividades comerciais empreendidas entre a cidade do Rio de Janeiro e Vila Real do Cuiabá e entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade. O volume das dívidas contraídas pelos comerciantes das vilas mato-grossenses também é um indício da força dos comerciantes do litoral na região.

Saíram por exportação, nas monções, do comércio desta Capitania, no decurso deste presente, em ouro, para a cidade do Pará, do distrito desta Capitania, a quantia de 85.968 arrobas de ouro. Por via do Cuiabá para o Rio de Janeiro, a quantia de 105.488 arrobas  $\frac{3}{4}$  135 [ilegível] o que perfaz a soma de 191.452 arrobas [ilegível] 135 (ilegível). Calcularam-se, por aproximação, tanto as dívidas deste distrito, como as do Cuiabá, às praças do Pará e Rio de Janeiro. A busca pelo resultado da sobredita análise: se devem a quantia de 39.800\$715 [ilegível] relativa à praça do Rio de Janeiro, e mais parte de povoado e Goiás, cada 55.885\$715 [ilegível] relativas à praça do Pará, o que vem a perfazer a soma total de 450.000\$715, demonstração que se deve inspirar a estes moradores uma maior caução nos seus interesses econômicos, vista a desigualdade da

---

<sup>307</sup> 1775, Janeiro, 28, Vila Bela. Portaria (cópia) do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres fixando o preço dos produtos secos e molhados. anexo: cópia da pauta (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 1093).

<sup>308</sup> FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, pp. 319. O autor refere-se às fortunas adquiridas pelos comerciantes do Rio de Janeiro do período de 1794-1846. Apesar da periodização ser outra a trabalhada neste capítulo, as considerações do autor são elucidativas para o presente estudo.

balança entre as importâncias, digo, importações e exportações dos gêneros de primeira necessidade.<sup>309</sup>

Sem dúvida, a rota comercial entre o litoral e a Vila Real do Cuiabá proporcionava lucros consideráveis, bem maiores do que com o Pará. A referência aos cuidados que os moradores (comerciantes) dessas duas praças deveriam ter ao estabelecer os negócios com os seus fornecedores (do litoral ou a companhia geral do Grão-Pará), tratava das dívidas contraídas a longo prazo. Dependiam os comerciantes dessas duas praças mato-grossenses da produção e circulação aurífera, como também da lavoura que gerava algum lucro. A inadimplência era considerável e aumentava, principalmente, quando a economia mato-grossense não andava bem. Não era sem razão a preocupação dos acionistas da companhia geral do Grão-Pará com as dívidas não pagas pelos comerciantes da capitania de Mato Grosso, tanto que procurava enviar seus emissários à capitania de Mato Grosso com o objetivo de receber os devidos pagamentos.<sup>310</sup>

A esperança da companhia era que o comércio com a Vila Real do Cuiabá aumentasse, como também as operações de contrabando com os domínios castelhanos do Peru. Mas para que isso viesse a acontecer, era preciso uma profunda reorganização da companhia, que passava por problemas sérios de desvios de dinheiro, corrupção, desordem administrativa etc. A conjuntura política no outro lado da fronteira também não era nada favorável ao comércio de contrabando. A Coroa espanhola substituiu o governador espanhol das Províncias de Moxos e Chiquitos, D. León de Velasco, e os curas que se encontravam à frente da administração das missões. Desmontava-se, como peças de um jogo de dominó, a rede de apoio às atividades de comércio clandestino entre os dois domínios ibéricos na América. O próspero mercado espanhol da parte oriental do Vice-reinado do Peru encontrava-se em fase de retração, devido à fuga dos ameríndios das missões, o que provocou a desestruturação da

---

<sup>309</sup> **Anais** de Vila Bela, op. cit., p. 134.

<sup>310</sup> **Anais** de Vila Bela, op. Cit., p. 201.

economia missioneira. Havia também relatos das missões de Moxos sobre a crescente mortandade ameríndia causada por doenças e lutas entre grupos rivais.

Chegou a notícia que por falta de índios se haviam extinguido as missões castelhanas de São Martinho e São Francisco Xavier, cuja primeira existia muito nas vizinhas do Forte do Príncipe. E são presentemente só 16 na província de Moxos, quando há poucos anos eram 22.<sup>311</sup>

Com a morte de D. José I, em 23 de fevereiro de 1777, e o afastamento do marquês de Pombal do poder, a companhia geral do Grão-Pará, que já vinha sofrendo sucessivas perdas financeiras, deixou de ter fôlego econômico para continuar suas atividades. Sem a proteção do rei e do seu principal secretário de Estado, não havia esperanças para a revitalização da companhia.<sup>312</sup>

Diante das mudanças ocorridas, a nobreza, povo e a câmara de Vila Bela enviaram à rainha D. Maria uma carta pedindo a recondução do governador Luis de Albuquerque à capitania. A carta foi assinada por 65 pessoas, sendo encabeçada pelo ouvidor de Vila Bela, Luiz de Azevedo Sampaio. Nela destacaram as *boas qualidades, brilhante virtude e caráter de um general completo e de um vigilante, zeloso e perfeito governador*. Declaravam a competência de Luis enquanto um verdadeiro *governador e capitão-general* da capitania de Mato Grosso.<sup>313</sup>

O governador Pereira e Cáceres foi um dos principais representantes dos interesses da administração de D. José I, nessa parte da América do Sul. Em seu governo, foram firmados compromissos com os castelhanos do Vice-reinado do Peru, situação que poderia colocá-lo na mira dos adversários de Pombal. No entanto, D. Maria I, ao assumir o trono, não destituiu Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres do cargo de governador; provavelmente, o pedido dos moradores de Vila Bela tivesse algum peso nessa decisão.

Entretanto, sua permanência no cargo poderia estar ligada à sua experiência, dada a movimentação de tropas espanholas no Vice-reinado do Peru.

---

<sup>311</sup> **Anais** de Vila Bela, op. cit., p. 207.

<sup>312</sup> Sobre o fim da companhia do Grão-Pará e Maranhão, ver DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão** (1755-1778). Volume 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. Ver em especial o capítulo I A nova Conjuntura portuguesa: a “viradeira”; capítulo II: A controvérsia em torno da companhia e capítulo III: Instituição da Junta liquidatária dos fundos da companhia.

<sup>313</sup> JESUS, op. cit., p. 380.

Chegou a notícia de que os espanhóis estão abrindo um novo caminho desde os populosos estabelecimentos de Cochabamba para as missões de Loreto e São Pedro Novo. E se presume aprontar um caminho muito mais breve e muito mais praticável para os transportes de socorros de gente ou de munições de boca de guerra. Também se deu a notícia de Charcas ou pelo governador de Santa Cruz fora expedido um oficial com destacamento de soldados, que, dividindo-se em três partes, deverão residir nas missões de Loreto, Exaltação e Magdalena, a fim de visitarem sobre a quietação e sossego dos índios; e de acautelarem os contrabandos. Esse destacamento será, na verdade, a porta mais franca por onde lhes entrem pela sua conduta e pela sua necessidade e interesse. Em 30 de maio recebemos aqui a infausta notícia de que, no dia 22 de fevereiro, atacara a Ilha de Santa Catarina uma armada castelhana de mais de cem velas. E fizera prisioneira toda a guarnição dela.<sup>314</sup>

As tensas relações com a Espanha, recrusciam, não somente no continente europeu, mas também nos domínios americanos das duas coroas. Afastar experientes administradores nessa conjuntura não era algo politicamente sensato.

Por outro lado, não só a política de substituição de importações e de expansão do comércio foi mantida com notável continuidade durante todo o reinado de D. Maria I e a regência *de facto* de seu filho, D. João, após 1792, mas também o princípio de pacto colonial foi reafirmado em várias ocasiões, tanto por Martinho de Mello e Castro quanto por seu sucessor, Dom Rodrigo de Souza Coutinho.<sup>315</sup>

Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, a Colônia do Sacramento, motivo de intensas disputas entre as duas Coroas ibéricas, desde 1680, finalmente, foi resolvida: ressuscitaram o que tinha sido, em parte, determinado no Tratado de Madri, pois os espanhóis tomaram conta do território dos Sete Povos e da cobiçada colônia. Coube aos portugueses a manutenção do controle do Rio Grande de São Pedro e da Ilha de Santa Catarina. Pereira e Cáceres continuou no governo até 1789, quando foi substituído por seu irmão, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

João de Albuquerque foi o homem escolhido pela rainha para administrar a capitania de Mato Grosso, não alterou as linhas gerais da política econômica orquestrada pela administração pombalina. A companhia geral do Grão Pará foi desativada em 1778, como também a de Pernambuco e da Paraíba, em 1779. A

---

<sup>314</sup> **Anais** de Vila Bela, ano 1777, op. cit., p. 210.

<sup>315</sup> SILVA, op. cit., p. 504.



partir desse período, ficou estabelecido o livre comércio com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, atingindo frontalmente, a capitania de Mato Grosso.<sup>316</sup>

---

<sup>316</sup> SILVA, op. cit., p. 503-504.

## **6 – A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DA AMERICA PORTUGUESA**

Como vimos, a criação da capitania do Mato Grosso e a ereção de Vila Bela da Santíssima Trindade estão relacionadas ao interesse da Coroa portuguesa em assenhorear-se daquela vasta área de terras. Este interesse fica, aliás, demonstrado pela assinatura do Tratado de Madri. D. Antonio Rolim de Moura Tavares, empossado como 1º governador da capitania, passou, a partir de Vila Bela, a administrar o ordenamento político-administrativo de um dilatado espaço que confinava com os domínios espanhóis sob jurisdição das autoridades do Vice-reinado do Peru.

Incentivos fiscais, mercês e privilégios foram concedidos para que luso-brasileiros, oriundos de várias partes da América portuguesa, se estabelecessem no distrito do Mato Grosso. Como já apontamos, a parte sul da capitania, no distrito do Cuiabá, já vinha sendo ocupada há mais tempo, desde a primeira metade do século XVIII. Indicamos também como, em diferentes momentos, a capitania ficou vulnerável a invasões castelhanas, assim como consideramos que, em períodos de paz mantidos entre as Coroas portuguesa e espanhola, foram estabelecidos intercâmbios comerciais entre as populações que viviam em seus respectivos domínios americanos.

A importância da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, depois forte Bragança, foi igualmente destacada: fosse para a defesa da capitania de Mato Grosso, em especial, do vale do Guaporé, fosse a sua relevância enquanto importante entreposto comercial para as operações de comércio (regular e de contrabando) fomentadas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Tanto os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão como os da capitania de Mato Grosso ergueram feitorias e fortalezas nessas duas regiões, nas décadas de 1760 e 1770, procurando dar cumprimento a determinações da administração central portuguesa, no sentido de manter a defesa contra

investidas de tropas estrangeiras e garantir a navegação nos rios Guaporé e Madeira.

A construção do forte Príncipe da Beira, sob a direção de Domingos Sambucetti, os conhecimentos “científicos” utilizados e as dificuldades encontradas para a execução das obras também foram objeto de nossa atenção, na medida em que mostram a necessidade de manter forças militares nessa parte da fronteira, para barrar a investida dos espanhóis estabelecidos na Província de Moxos, no Vice Reinado do Peru.

Todas essas ações foram vistas no âmbito de uma política portuguesa direcionada para seus domínios coloniais, ou seja, como parte de um projeto geopolítico voltado, neste caso, para o vale do Guaporé. As fortificações da região foram construídas enquanto instrumentos políticos do Estado português e seus espaços bem traçados, hierarquizados e normatizados representam a ordem que se queria ali instaurar. A esse respeito, Magnus Roberto de Mello Pereira chama a nossa atenção para um aspecto importante: perceber as fortalezas como ambientes urbanos, como “segmentação do espaço, dotando os segmentos de significação e destinando-os a práticas específicas. Neste sentido, arquitetura é a determinação do que pode ou deve ser feito onde [...]. E a cada espaço assim delimitado, corresponde uma ordem de comportamentos e práticas”.<sup>317</sup>

A partir dessa observação de Magnus Pereira, procuramos destacar o conceito de fronteira, na medida em que a fortificação não era somente um artefato “político e cultural” lusitano, mas, ao mesmo tempo, um “ponto convergente”, demarcador de encontros/desencontros entre grupos étnicos e sociais com experiências culturais distintas. As fortificações contribuíram para demarcar uma fronteira política com os domínios espanhóis, mas também foram importantes cenários para que portugueses, luso-brasileiros, africanos, ameríndios e mestiços estabelecessem diferentes interações. Nesse sentido, o

---

<sup>317</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Cortesia, civilidade, urbanidade: conversando com Norbert Elias sobre a conformação do espaço e das sociabilidades na cidade medieval portuguesa. In: **Revista História: questões & debates**, v. 1, n. 1. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 1980, p.121.

sentido de fronteira engloba, não os limites estabelecidos pelo curso do rio Guaporé, ao separar territórios português e espanhol, mas designa também as distinções entre e nos espaços intra ou extra-muros, nos povoados construídos próximos aos fortes, tanto de origem ameríndia como luso-brasileira. A fronteira conforma-se a espaços de sociabilidades, nos quais os grupos que neles viviam eram seus principais protagonistas.

Neste capítulo, pretendemos discutir, de forma sucinta, sobre as diferentes noções de fronteiras estabelecidas na historiografia. Na sequência, abordar sobre o papel das fortificações enquanto espacializações portuguesas responsáveis pelo controle de uma determinada região, no incremento populacional e na atuação enquanto entreposto comercial. O estudo da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (depois, forte Bragança) e do forte Real Príncipe da Beira serão alvos da nossa análise, considerando as distintas populações estabelecidas intra e extra-muros e as funções que estas desempenhavam. Trataremos, também, sobre a presença de escravos africanos e crioulos nas fortificações do distrito do Guaporé e no Estado do Grão-Pará e Maranhão, dando destaque sobre suas ações e fugas que ocorriam para diferentes localidades.

### **A noção de Fronteira**

Nas últimas décadas, um volume considerável de pesquisas historiográficas vem sendo divulgado, abordando as mais diferentes concepções de fronteira, seja política, econômica, cultural, étnica, gênero, linguagem, estética etc. Sobre esse crescente interesse por parte dos estudiosos da área de ciências humanas, em torno desse conceito, as considerações feitas por Silvia Helena Zanirato são oportunas:

A problemática quanto à definição do conceito não é novidade no campo das ciências humanas, afinal há mais de um século tem havido preocupações em precisar seu sentido. Portanto, apesar da preocupação com o significado da fronteira não ser algo recente, as reconfigurações territoriais, conjugadas aos processos históricos desencadeados a partir da década de 1980, favoreceram a retomada da discussão conceitual, acarretando interesses acadêmicos sob perspectivas renovadas. Isso se deu no campo da sociologia, da antropologia, da economia, da história e até da crítica

literária, num giro teórico marcado por uma crítica ao caráter excludente de uma versão hegemônica para o significado de fronteiras e pela defesa da extensão da aplicação do conceito a toda situação onde a idéia de limites esteja presente [...]. Um dos elementos fundantes para a atribuição do significado à fronteira, é seu caráter de fenômeno sócio-histórico, no qual estão compreendidos diferenciados sujeitos, constituídos de diversidades étnicas, raciais, sociais, culturais e históricas.<sup>318</sup>

No interior dessa renovação historiográfica, estudos têm sido realizados tendo como foco as regiões brasileiras que detinham (e detêm) limites com as nações hispano-americanas. Em relação a Mato Grosso, historiadores têm privilegiado o período colonial, revelando preocupações com a organização político-territorial, a administração, a economia, o comércio, as expedições científicas e demarcatórias, a estruturação de ambientes urbanos, as relações étnico-culturais, a demografia, a escravidão africana e ameríndia.<sup>319</sup> Pesquisas realizadas por Canavarros<sup>320</sup> e por Fernandes<sup>321</sup> chamam nossa atenção para uma questão de cunho metodológico, ou seja, sobre qual idéia ou concepção de fronteira estamos operando? No esforço de se perceber como foi conhecido e conquistado o extremo oeste do Império português, Canavarros procurou “demonstrar que houve uma deliberada política de conquista da região, implementada pela montagem de um aparelho burocrático em Cuiabá, cuja

---

<sup>318</sup> ZANIRATO, Silvia Helena. **Problemáticas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos** em termo de um conceito. Maringá, Pr. Professora do Departamento de História/UEM, s/d. Texto inédito.

<sup>319</sup> ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **Formação do mercado interno em Mato Grosso**. São Paulo. 1987. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica; BLAU, op. cit., CORREA FILHO, op. cit.; CANOVA, op. cit.; CHAVES, op. cit.; COSTA, op.cit., FERNANDES, op. cit., GARCIA, op. cit., INOUI, Regiane Cristina. **Sobre o vestuário e suas representações na vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727--1818)**. Cuiabá. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. JESUS, op. cit.; MORAES, Maria de Fátima Lima de. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste: 1778-1801**. Cuiabá, MT. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. KREMER, op. cit.; LENHARO, op. cit.; PRESSOTTI, op. cit.; REIS, Rosangela Aparecida de Souza Reis. “**Nova Povoação de Albuquerque**”: estratégia de conquista na fronteira oeste da América Portuguesa (1778 – 1800). Cuiabá. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso; ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá**. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808. São Paulo. 1996. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo; ROSA; JESUS, op. cit., VOLPATO, op.cit.

<sup>320</sup> CANARROS, op. cit.

<sup>321</sup> FERNANDES, op. cit.

finalidade se sobrepunha à fiscal”.<sup>322</sup> Nesse sentido, o autor procurou definir as balizas geográficas da fronteira mais ocidental do Império português:

Era a região delimitada pelos rios Madeira, Guaporé, Paraguai e afluentes contravertentes deste e do Rio Grande (Paraná), até o Grande Salto (Sete Quedas). O Rio Paraná era o divisor da nova Capitania com São Paulo, enquanto outro Rio Grande (Araguaia) separaria as Capitanias de Goiás e Mato Grosso, caso fossem confirmadas as circunscrições administrativas, conforme os perímetros dados às comarcas eclesiásticas das Prelazias. Os limites com o Estado do Grão-Pará e Maranhão ficaram, também, indeterminados à época, para posterior estabelecimento.<sup>323</sup>

Os lugares apontados pelo autor, certamente, são indicadores importantes da dimensão sócio-espacial cobijada pela Coroa portuguesa, desde os primeiros achados auríferos nas minas cuiabanas, em 1718, que foram, paulatinamente, sendo conhecidas e identificadas novas rotas terrestres e fluviais, demarcadoras das áreas ocupadas pelos luso-brasileiros. No entanto, a partir da criação da capitania de Mato Grosso e da assinatura do Tratado de Madri, a Coroa direcionou sua atenção mais para o oeste da América portuguesa, no vale do Guaporé, visando garantir a posse definitiva de uma vasta área limítrofe aos domínios do Vice-reinado do Peru. A geografia da colonização portuguesa nessa parte da América do Sul pode ser considerada como identificadora de cenários de conflitos, de luta pela posse da terra entre luso-brasileiros, ameríndios, espanhóis e africanos escravizados.

Ainda sobre as noções de fronteira, Fernandes destaca:

[...] a América portuguesa como um todo pode ser vista como *fronteira* ocidental do Império português. *Fronteira do Império*, sobreposta às fronteiras de territorialidades ameríndias. *Fronteira do Império* que, alargada em sua espacialização, foi se fazendo múltipla, de variado tipo. Mas, e principalmente, *fronteira do Império* feita de sucessivas *conquistas* – das projeções de Tordesilhas, das territorialidades ameríndias seculares, das espacializações hispânicas materializadas em cidades, missões, estacadas.<sup>324</sup>

Não obstante a atenção à base geográfica de Canavarros, essas duas noções permitem delimitar e problematizar cenários e temporalidades. Fernandes, aliás, atém-se a “algumas formas de espacialização no processo de

---

<sup>322</sup> CANAVARROS, op. cit.; p. 16.

<sup>323</sup> CANAVARROS, op. cit., p. 13.

<sup>324</sup> FERNANDES, op. cit., p. 19-24.

produção da *fronteira* entre os domínios portugueses e espanhóis no centro da América do Sul, no período compreendido entre 1776 e 1796”, tomando o Forte Príncipe da Beira, edificado no distrito do Mato Grosso, como seu principal objeto de estudo.<sup>325</sup>

Outras questões se colocam pela noção de fronteira trabalhada pelos autores: qual cenário privilegiar? Como escapar de uma definição “macro”, para uma observação da fronteira em uma escala “micro”, tendo como foco as formas de sociabilidades vivenciadas nessa parte da América do Sul, mais precisamente nos fortes Bragança e Príncipe da Beira?

Conforme já tivemos a oportunidade de indicar, quando nos referimos à fronteira oeste da América portuguesa, não estamos pensando na estruturação geopolítica de um território, mas em espaços compartilhados por diferentes agentes históricos que, durante o século XVIII, estabeleceram relações políticas, econômicas, religiosas e culturais, confrontando interesses diversos. Diferentes cenários povoaram esse espaço: arraiais de mineração, vilas, fazendas, destacamentos militares, no interior das muralhas (e além muros) das fortalezas edificadas às margens dos rios Paraguai e Guaporé, interior das capelas e das irmandades religiosas, senzalas, quilombos e aldeias ameríndias, alcançando ainda os povoados existentes no Vice-reinado do Peru.

Essa concepção de fronteira propõe possíveis abordagens, ou seja, acaba remetendo às questões colocadas acima: como as formas de sociabilidades foram vivenciadas nesses cenários? Consideramos que a fortaleza constituía-se em um artefato, uma forma de espacialização lusitana presente em diferentes continentes, entre os séculos XV a XIX. Para Carlos Alberto Rosa “O Império português era reproduzido cotidianamente com contrapontos à centralização, institucionalizando poderes locais e formas diferenciadas de religiosidade oficial”.<sup>326</sup> A fortaleza se constituía em um ambiente “urbano”, hierarquizado, submetido à legislação portuguesa, reproduzindo os interesses da Coroa nos mais

---

<sup>325</sup> FERNANDES, op. cit., p. 18.

<sup>326</sup> ROSA, op. cit., p. 13.

distantes pontos do Império. Desde a sua fundação, em 1766, no distrito do Mato Grosso, assim como as demais fortificações portuguesas do Império, a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição encontrava-se submetida à administração central. A construção de uma fortaleza em qualquer canto do Império português remete-nos diretamente à percepção de um ambiente militar sujeito a normas, a uma rotina rigidamente instituída.

Uma outra imagem é a de um estabelecimento distante do “mundo civilizado”, das cidades e povoados portugueses, na medida em que essas fortificações eram erguidas em regiões remotas do Império, com o objetivo de garantir a defesa territorial e servir de apoio às atividades comerciais pretendidas pela Coroa. “Nos pontos estratégicos em que a presença européia fosse escassa, permaneceu um governo meramente militar, sob a forma de uma fortaleza sujeita a um capitão, com estatuto idêntico ao previsto nas Ordenações para os capitães das praças do Norte de África”.<sup>327</sup>

Inaugurada a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em 1766, o governador João Pedro da Câmara deu posse, como vimos, no cargo de comandante desse estabelecimento, a Caetano de Souza. Em 20 de junho de 1766, havia 284 militares e 215 escravos armados com lanças, totalizando 499 pessoas sob seu comando. Os militares encontravam-se organizados em diferentes companhias: Dragões, Pedestres, Ordenanças dos Brancos, Ordenanças dos Pardos, Ordenanças dos Pretos e Aventureiros. Nesse período, houve o recrutamento da população da capitania, inclusive do armamento de escravos com o propósito de manter a defesa da capitania a uma possível ofensiva espanhola.<sup>328</sup>

---

<sup>327</sup> HESPANHA, op. cit., p. 05.

<sup>328</sup> 1766, Junho, 20, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de João Pedro da Câmara a Mendonça Furtado, sobre medidas que tomou para repelir os castelhanos..Anexo: Mapa Geral da gente da terra., op. cit. Ver documento anexo à Carta de João Pedro da Câmara, desta mesma data, ao rei D. José I, em que informa o envio de relações e mapas sobre o estado e forças da capitania (Projeto Resgate, AHU. Caixa 12, doc. 29, C 03).



Se compararmos as informações sobre as companhias de militares que se encontravam na fortificação de Nossa Senhora da Conceição, em 1766, com um mapa feito no mês de janeiro de 1773, sete anos depois, período em que a fortaleza já havia recebido o nome de Forte Bragança (1769), teremos dados mais precisos, não somente da população estabelecida nessa fortificação, mas de outras localidades do Distrito do Mato Grosso. A preocupação da administração portuguesa em obter informações sobre a população existente no território da América portuguesa, ganhou intensidade a partir do reinado de D. José I.

Contudo, essa disposição em computar os habitantes de um dado território é observada desde o século XVII. Ou seja, muitos pensadores daquele século já se mostravam interessados em dimensionar o tamanho das populações dos seus respectivos estados: John Graunt (1620-1674), William Petty (1623-1687) e Gregory King (1648-1712), por exemplo, acabaram por consolidar a prática de levantamentos censitários, periódicos e sistemáticos, propiciando o desenvolvimento de um conhecimento estatístico que, com o tempo, ganhou contornos mais nítidos, ao relacionar a administração dos bens públicos com a população de determinado local. Porém, é necessário frisar que, inicialmente, eram arroladas apenas informações gerais, na medida em que os levantamentos detinham-se em informar o total de habitantes de uma dada localidade, ou classificavam a população por faixas etárias e sexo.<sup>329</sup>

Com base no mapa de população de 1773<sup>330</sup> (**Tabela 2**), podemos constatar a existência de diferentes grupos populacionais vivendo no distrito do forte Bragança (forte Bragança e nas povoações ameríndias de Leomil e Lamego), como também a distribuição por faixa etária e sexo. Os grupos populacionais que viviam nos arredores do forte Bragança eram formados por luso-brasileiros e ameríndios, totalizando trezentos e trinta pessoas, sendo que 68.60% era do sexo masculino e 31.40%, do sexo feminino. A presença de mulheres vivendo nas proximidades do forte variava de faixa etária, sendo que

---

<sup>329</sup> WAGNER, Ana Paula. **O Império Ultramarino Português** e o recenseamento de seus súditos na segunda metade do século XVIII. In VIª Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon (Ed.). Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006, p. 120.

<sup>330</sup> 1773, Janeiro. Mapa do Estado Civil da Povoação do Distrito do Forte de Bragança. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 16, Documento 1015, Cd 04). No documento aparece o termo Distrito do Forte Bragança, porém, averiguando a documentação desse período não existe novas referências a esse quadro administrativo. O forte Bragança encontrava-se no distrito do Mato Grosso, sob o comando do governador Luis Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

15.06% delas encontravam-se com quarenta anos para cima. Com idade de quinze até quarenta anos, chegavam a 60.02%. Nessa faixa, as mulheres encontravam-se aptas para o casamento e para a procriação. No entanto, havia uma população feminina mais jovem, de oito a catorze anos, o que equivalia a 10.69%. Abaixo desse grupo, havia meninas de um a sete anos, representando 13.69%. Esses dados apontam para a existência de casamentos, pois somente no ano de 1772 tinham sido realizados sete casamentos. O número de famílias ou fogos (residências) existentes nas proximidades do forte Bragança chegava a cinquenta e dois. Esses dados demonstram o esforço da Coroa em fixar grupos populacionais nessa parte do distrito do Mato Grosso. A população luso-brasileira e de ameríndios, ocupava as funções de soldados-povoadores, para garantir a defesa territorial, e se constituía em importantes instrumentos de produção, criando animais de grande e pequeno porte, como gado, cavalos, galinhas, porcos, etc. Produzindo lavouras (milho, mandioca, arroz, etc.). A população militar intra-muros encontrava-se distribuída, nesse período, em 150 praças: 80 Dragões, 70 Pedestres (incluídos os oficiais), o que totalizava uma população extra-muros e intra-muros de 450 habitantes. Essa população acrescida à população negra escravizada, que era de 127, totalizava 577.

Como os mapas de população não informam a que grupo social ou étnico pertenciam os homens e as mulheres contabilizados, podemos perguntar quem eram as mulheres que viviam nos arredores do forte Bragança? Desde a saída dos padres jesuítas da aldeia de Santa Rosa Velha, em 1754, quando foi ali criado o destacamento militar de Santa Rosa (1757), tinham permanecido nessas terras cerca de setenta ameríndios, que antes viviam sob a administração dos religiosos. Alessandra Blau averiguou que havia constantes acusações dos padres jesuítas espanhóis, de que os portugueses estavam sempre “roubando” mulheres ameríndias para viver naquele destacamento militar. Essas acusações eram rebatidas pelo governador Rolim de Moura que, à época, enfaticamente, dizia que a permanência dos ameríndios resultava da sua própria decisão em viver

naquelas terras. No entanto, segundo a autora, parece que nem todos os ameríndios (e ameríndias) tinham permanecido próximos ao destacamento por livre e espontânea vontade, acreditando na possibilidade de ter ocorrido casos de seqüestro de mulheres ameríndias pelos soldados luso-brasileiros.

No entanto, a presença de ameríndios nos arredores do forte Bragança, oriundos dos domínios espanhóis se intensificou nas décadas de 1770 e 1780. Eram ameríndios oriundos da Província de Moxos, principalmente das “missões de San Martín, San Nicolás, Santa Magdalena e Exaltación. [...] Esses contingentes devem ter sido formados principalmente de índios *Txapakura*, *Baure*, *Itonoma* e *Cajubaba*”<sup>331</sup>.

Em outras fortificações do Império português, como a fortaleza de São Jorge da Mina, construída na África Ocidental, no século XVI, a presença feminina era marcada por mulheres trazidas do Reino, para trabalhar no preparo de alimentos para os habitantes daquela fortificação: “O fabrico de pão, alimento base dos portugueses da fortaleza, era assegurado por quatro mulheres trazidas de Portugal, que peneiravam a farinha amassavam e preparavam a massa para ser cozida. Estas mulheres eram ajudadas por diversos escravos”.<sup>332</sup>

Mas tudo leva a crer que as mulheres desenvolviam no forte Bragança atividades no preparo de alimentos, o trabalho com a lavoura, a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos; produtos indispensáveis à dieta da população militar da fortificação. Não existem referências sobre a presença de mulheres brancas vivendo intra e extra-muros. Segundo Jeovam Vilela da Silva, a presença de mulheres brancas na capitania de Mato Grosso sempre foi diminuta, apesar dos esforços dos governadores em procurar atrair essa população, concedendo sesmarias, ferramentas e outros privilégios; contudo, não obtiveram o êxito esperado, o que nos leva a crer que essa população era majoritariamente ameríndia, remanescente do grupo de 1754.

---

<sup>331</sup> MEIRELES, op. cit.

<sup>332</sup> BAKLLONG-WEN-MEWUDA.J, Bato’Ora, op. cit., p. 38.

[...] a solicitação de casais brancos para Cuiabá e Vila Bela detinha propósitos estratégicos, econômicos e sociais nessa linha de fronteira. Na falta de casais brancos, a estrutura familiar, numa região constituída por uma maioria de homens [...] acabou por sofrer o impacto da mancebia e da mestiçagem e que se constituía na população possível para o povoamento. Isso era o que os governadores queriam contornar, compor ou modificar, daí a insistência nos pedidos por migrantes brancos de preferência em família.<sup>333</sup>

No povoado construído nos arredores do forte Bragança, vivia um outro grupo social, constituído de homens pobres e livres. O forte consistia também em um pólo de atração para esse grupo, por ofertar trabalho em atividades como pedreiros, carpinteiros e ferreiros. Essa população também era atraída por promessas de isenção de impostos, doação de terras para produção agrícola e criação de pequenos animais; enfim, por incentivos que vinham sendo concedidos desde a chegada de Rolim de Moura à capitania de Mato Grosso, em 1751

As povoações ameríndias de Lamego, Leomil e Balsemão apresentavam populações diferentes da existente no forte Bragança. Eram unidades produtoras de milho, feijão, mandioca e outros produtos, e eram consideradas pela Coroa como reservatório de mão-de-obra para o desenvolvimento de várias atividades produtivas. Essas povoações, juntamente com o destacamento militar de Palmela, encontravam-se sob a jurisdição do forte Bragança; cabia às forças militares dessa fortificação manter constantes expedições nesses povoados com o intento de obter alimentos e manter a ordem. Dada a presença de mulheres nos povoados ameríndios de Leomil e de Lamego, apesar de ser bem inferior ao número de homens, percebe-se os esforços da Coroa em manter essa parcela da população voltada às atividades agrícolas e de tecelagem.

A Coroa, desde a implantação da guarda de Santa Rosa, definiu a região localizada entre o forte Bragança e o destacamento de Palmela como área de interesse, investindo no aparelhamento militar e povoamento, para garantir a sua incorporação aos seus domínios. Era o trecho mais vulnerável da capitania e o seu controle era imprescindível para que a Coroa conseguisse consolidar o

---

<sup>333</sup> SILVA, op. cit., p. 165.

projeto de integração com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esta forma de ocupação, com a criação de fortificações (e com povoados em seus arredores), povoações ameríndias e destacamentos militares, também pôde ser percebida em outras regiões do Império português, como constatou Tau Golin:

Estrategicamente, a conquista portuguesa do sul ocorreu através de enclaves. A partir deles, processou-se a irradiação que se converteu em frentes demográficas, e, depois, em frentes de expansão. [...] A fronteira, demográfica, portanto, não se efetivava no sentido unicamente intercolonial, mas no preenchimento das imensas áreas entre os enclaves pelo “movimento espontâneo” e altamente estimulado. A “expansão” luso-brasileira não foi progressiva, a exemplo de uma onda, como o termo pode sugerir, mas através de pontos equidistantes de ocupação, intermediados por enormes áreas territoriais entre esses enclaves.<sup>334</sup>

Eclesiásticos foram enviados para atuar no forte Bragança, como também para divulgar a “fé cristã” junto aos ameríndios de Lamego e de Leomil. Comboios de mercadorias provenientes de Belém, pertencentes à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a cada cinco ou seis meses, chegavam para abastecer os armazéns do forte Bragança e de Vila Bela com mercadorias, movimentando o comércio na capitania de Mato Grosso. Desde a sua criação, Vila Bela, a “cabeça de governo” de toda a capitania, irradiava ordens régias que procuravam estimular a expansão colonial mais à oeste e em direção ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. O rio Guaporé constituía-se, assim, como o “corredor natural” para a condução de autoridades administrativas para fiscalizar as ações dos militares nos longínquos destacamentos, como também para organizar os povoados ameríndios e dar apoio aos comboios vindos do Pará.

A ida de colonos luso-brasileiros para o distrito do Mato Grosso foi incentivada pela Coroa, mas houve cuidados em estabelecer esses grupos próximos às fortificações. Na década de 1770, nesse trecho da fronteira mais ocidental do Império português, a Coroa depositou esforços no sentido de garantir as conquistas obtidas com o Tratado de Madri e, apesar da sua anulação, as autoridades portuguesas não hesitaram na construção de fortificações e de povoados nessa região.

---

<sup>334</sup> GOLIN, Tau. **A Fronteira**: Governo e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e Argentina. V. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 49.

Com as obras do forte Príncipe da Beira, iniciadas em 1775, como já assinalamos, houve um aumento do número de militares, artesões e escravos africanos e crioulos no vale do Guaporé. O número de escravos variava entre sessenta a oitenta e, com os artesões e militares, calcula-se que havia, aproximadamente, uma centena de pessoas envolvidas na construção desse estabelecimento militar. Alguns dos escravos utilizados foram alugados de particulares, outros, comprados pela Fazenda Real.

No forte Bragança e no canteiro de obras do forte Príncipe da Beira encontravam-se populações com valores culturais distintos, vivendo e ocupando, nesses ambientes, posições diferenciadas na hierarquia daquela sociedade colonial. As relações estabelecidas entre esses grupos étnicos e sociais foram marcadas por diferentes percepções, atitudes e comportamentos, bem diferentes das existentes em Portugal, na “velha” sociedade do Antigo Regime.

Mapa do Estado Civil da Povoação do Distrito do Forte Bragança na Capitania de Mato Grosso. Feito no mês de janeiro de 1773

Fonte: Projeto Resgate, AHU. Caixa 16, Documento 1015, Cd 04.

	Forte Bragança	Lugar de Leomil	Lugar de Lamego	Destacamento de Palmela	Lugar de Balsemão	Soma Total de Todas as Pessoas destes cinco lugares, e também escravos, livres e fogos
Casamentos no ano de 1772	07	03	04	=	28	42
Mortos no dito ano	25	21	11	01	41	99
Nascimento no dito ano	11	07	04	01	07	30
Homens de 50 para cima	27	09	04	03	03	46
De 16 até 50	164	86	39	07	59	355
Rapazes de 08 até 15	20	14	05	02	11	52
Meninos de 01 até 07	16	10	04	01	23	54
Mulheres de 40 para cima	16	24	03	=	08	52
De 15 até 40	62	68	29	04	34	197
Raparigas de 08 até 14	11	09	03	=	12	35
Meninas de 01 até 07	14	13	08	02	22	59
Soma total dos Lugares	330	233	95	19	172	849
Escravos compreendidos na soma total	127	02	09	04	01	143
Famílias ou Fogos das Povoações	52	61	25	04	48	190
Observações: Neste Mapa não vai compreendido o Estado Militar da Guarnição do Forte de Bragança que se compõem de 150 Praças; a saber: 80 Dragões e 70 Pedestres, compreendidos os oficiais. Para o Lugar de Balsemão se esperava [...] um descimento de 72 almas da Nação Tupi vizinha das margens superiores do rio Purus.						

## **Espaços de Sociabilidades: fortalezas e povoações ameríndias**

Em 1762, quando a guarda de Santa Rosa foi transformada no fortim de Nossa Senhora da Conceição, havia “um corpo de tropa de 200 dragões, 10 pedestres e 01 aventureiro, alguns escravos e 01 padre capelão”.<sup>335</sup> Em junho de 1766, o efetivo aumentou para 284 militares e 215 escravos armados. O aumento da população escrava, como já comentamos, deu-se em função da ameaça castelhana de invadir o distrito do Mato Grosso. Em 1769, por ordem da Coroa, a fortaleza foi rebatizada com o nome de forte Bragança, e as aldeias ameríndias de São José e de São João (situadas em domínios portugueses) passaram a se chamar Lugares de Lamego e de Leomil. O destacamento do Sítio das Pedras passou a ser Destacamento de Palmela.

As atividades militares do forte Bragança concentravam-se em patrulhar as rotas fluviais e terrestres existentes entre essas povoações e vigiar os passos das populações castelhanas situadas na Província de Moxos, Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra. Havia freqüentes expedições via rio Guaporé, partindo do forte Bragança para as povoações de Lamego e de Leomil, visando buscar alimentos e acompanhar o trabalho desempenhado pelos moradores ameríndios.

Essas povoações desenvolviam uma economia de subsistência, estimulada pela Coroa, com base no que determinava o Diretório de 1757. Em 14 de fevereiro de 1774, Antonio Ferreira Coelho, que ocupava o cargo de escrivão da Real Fazenda, posto existente no forte Bragança, informou que havia retirado dos armazéns mantimentos para 22 ameríndios que saíam em uma expedição por ordem do comandante daquela fortificação: “Onze alqueires de milho, um alqueire de feijão, seis arrobas e vinte e oito libras de peixe seco, quatro medidas de sal”. Estes mantimentos encontravam-se organizados em doze sacos de pano. A expedição recebeu também “um bote pequeno da Fazenda Real, um cabo grosso, meio frasco de sal e pimenta, um frasco vazio em que se vai a dita

---

<sup>335</sup> Carta a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1757, In: **Correspondências**, op. cit., p. 122-130.



pimenta e uma libra de quina em pó”.<sup>336</sup> Os gêneros alimentícios eram oriundos da povoação de Lamego. Percebe-se, portanto, a importância desta povoação para a sobrevivência, não somente da população ameríndia como de todos os estabelecidos no forte Bragança e, mais tarde, para os trabalhadores das obras do forte Príncipe da Beira.

As povoações ameríndias, provavelmente, contribuíam para abastecer as monções oriundas do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Localizadas próximas ao rio Guaporé, essas povoações serviam de apoio não somente para o abastecimento de gêneros alimentícios, mas também para a condução das embarcações e transporte de mercadorias, atividades essenciais dessas expedições. Segundo Rita Heloísa de Almeida, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, o governador João Pereira Caldas, nesse mesmo período, tinha fixado jornais para as diferentes atividades produtivas desenvolvidas pelos ameríndios:

[...] 1\$200 réis para índios empregados em serviços pesados (roças, engenhos e expedições ao sertão), oitocentos réis para os serviços domésticos, pescadores, caçadores, índias, empregadas em fazer farinha e no serviço de amas-de-leite, seiscentos réis para índias empregadas em serviços leves e para rapazes índios de 13 anos, quatro centos réis, de conformidade com os seus “movimentos” (IHGB, arq. 1.1.3, Regulamento de 30 de maio de 1773).<sup>337</sup>

Para Almeida, a partir da Lei de 06 de Junho de 1756, a Coroa procurou publicar os jornais em cada uma das atividades produtivas desempenhada pelos ameríndios (de ambos os sexos), levando em conta a sua capacidade para a tarefa a qual tinha sido designado. A forma de pagamento ao trabalho realizado pelos ameríndios “foi sempre mediante mercadorias, principalmente tecidos e ferramentas de trabalho. Listagens de mercadorias destinadas ao pagamento de índios, por serviços prestados, atestam a aplicação corrente deste procedimento”.<sup>338</sup> Acreditamos que em Mato Grossos essa forma de pagamento foi também aplicada, pois a legislação que normatizava as relações

---

<sup>336</sup> **APMT.** Carta de Antonio Ferreira Coelho, escrivão da Real Fazenda estabelecido no forte Bragança a Pereira e Cáceres, 24 de fevereiro de 1774. Fundo: Fazenda. Local: Forte Bragança, documento número 30. Lata A.

<sup>337</sup> ALMEIDA, op. cit., p 247.

<sup>338</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 247-248.

socioeconômicas era a mesma; no entanto, a sua aplicabilidade, sofreu variações de um lugar a outro do território da América portuguesa.

Segundo o Diretório, deveria haver um diretor nessas povoações para organizar o trabalho ameríndio e proporcionar aos seus moradores a aprendizagem sobre os valores “civilizacionais”, ou seja, que se organizassem para atender as demandas de uma sociedade mercantilizada. O número de povoações ameríndias criadas na capitania de Mato Grosso foi bastante pequeno, além de Lamego e Leomil, havia, em 1776, no povoado de Guimarães, 565 ameríndios e, nos arredores do forte Bragança, uma população de 735 indivíduos.<sup>339</sup>

O diretor de Lamego era, nesse período, o soldado João Soares da Costa, que se encontrava subordinado ao forte Bragança. Em 20 de fevereiro de 1776, o comandante desse forte, Caetano de Souza, informou ao governador Pereira e Cáceres que o soldado havia deixado o seu posto e fugido para terras castelhanas. Soares da Costa vivia em concubinato com uma ameríndia chamada Ana Mequém, moradora daquele povoado já há algum tempo. A sua fuga foi noticiada por um grupo de ameríndios de Lamego, conforme informações recebidas pelo comandante do forte Bragança; este mandou averiguar o que tinha acontecido com o soldado, obtendo a informação de que ele estava na missão castelhana de São Joaquim. O soldado não fugiu apenas com a sua companheira para a missão espanhola, junto deles seguiram vários ameríndios de Lamego, que acompanharam o diretor na esperança de obter gado para abastecer o povoado. Sem sucesso na empreitada, os ameríndios retornaram a Mato Grosso, mas o casal continuou viagem até a missão da Conceição. Nessa missão havia outros soldados desertores, que pertenciam ao destacamento de Palmela. Não causou estranhamento, por parte do comandante do forte Bragança, a fuga do diretor de Lamego para as missões de São Joaquim e Conceição, em terras espanholas. A deserção militar parecia ser uma prática bastante comum, ainda que combatida.

---

<sup>339</sup> SILVA, op.cit., p. 314. Ver Tabela 23. População Nativa distribuída pelos lugares, missões, arraiais e fortalezas. Capitania de Mato Grosso - Século XVIII.

As razões para essas fugas eram várias: dívidas, assassinatos, roubos, deserção militar, etc. No caso do soldado Soares, a sua fuga com a ameríndia Ana Mequém parece ter sido por diferentes motivos: ao atravessar a fronteira dirigiu-se para a missão de São Joaquim, onde se casou com Ana Mequém. Mas, o provável motivo dessa fuga, segundo o comandante do forte Príncipe da Beira, Cardoso da Cunha, era que ele “estava cheio de calotes sem esperanças de poder pagar e de ninguém lhe fiar mais nada; havendo aqui outros mais que lhe vejo jeitos de tomarem o mesmo caminho [...] porque pedem alguns dias de licença e quando se dá pela falta já estão fartos de estar em Castela”.<sup>340</sup>

A Povoação de Lamego constituía-se em uma espacialização portuguesa, no entanto, o “ir” e “vir” das populações ameríndias entre os domínios portugueses e castelhanos era algo que parecia comum. O rio Guaporé era o limite “natural” que separava os domínios das duas Coroas ibéricas. A posse das terras situadas na margem direita do rio Guaporé era mantida pelo forte Bragança, pelos povoados de Lamego e de Leomil e pelo destacamento militar de Palmela. A fronteira para os ameríndios não tinha o mesmo sentido para os portugueses, pois eles faziam, com certa frequência, a travessia do rio Guaporé para visitar seus parentes em terras castelhanas. Se, de um lado, Lamego era referência para os ameríndios, por estarem estabelecidos nessa localidade, por outro lado, a relação com povoados espanhóis estava bastante presente em suas vidas.

Para a maioria dos índios pouco importava as fronteiras políticas, preferiam seus territórios tradicionais, e esse fato influía na política ibérica relacionada aos grupos indígenas da área em litígio. Caso não houvesse tratamento adequado, muitos grupos empreenderiam fuga e, de acordo com Ângela Domingues, a indefinição das fronteiras estava relacionada às hesitações de cada Coroa em relação à política a ser adotada. As definições estabelecidas pelas duas Coroas nada significavam aos índios, “que tinham familiares, amigos e trocas comerciais em áreas pertencentes à potência rival e que facilmente transitavam para cada lado da divisão convencionada”.<sup>341</sup>

---

<sup>340</sup> APMT. Carta do comandante do forte Bragança, Cardoso da Cunha a Pereira e Cáceres, 06 de março de 1776. Fundo: Defesa. Forte Bragança. 1776. Documento 143. Lata A.

<sup>341</sup> BLAU, op. cit., p. 85.

Os soldados que se encontravam na missão de Conceição tinham furtado várias mercadorias do destacamento de Palmela, o que demonstra que havia planejamento antecipado visando à fuga. Os soldados fujões seguiram viagem utilizando um batelão através do rio Baures até alcançar a missão de Conceição. Se havia atraso no pagamento de militares que detinham alguma patente, como os pertencentes às companhias de Dragões, o mesmo não ocorria com os que pertenciam às companhias de Ordenanças e Pedestres, que não faziam parte desse “privilegiado” grupo, e recebiam apenas provisões por mês para desenvolver funções militares. Essa situação pode ter motivado ainda mais as fugas, não somente, para as terras castelhanas, mas também para outras capitanias da América portuguesa.

Segundo Flávio dos Santos Gomes, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, as deserções de soldados das fortificações e destacamentos também aconteciam, sendo motivo das reclamações das autoridades militares aos governadores.

As origens e as motivações das frequentes deserções de soldados no Grão-Pará colonial podiam ser muitas. Índios, brancos pobres e negros – de maneira geral – fugiam do recrutamento militar e do trabalho compulsório nas fortalezas e vilas. Preferiam viver nas matas e junto de suas roças. O desertor Manoel Covine foi preso em Marajó, próximo a uma ilha onde “tem seu algudual”. Distanciando-se o máximo possível das localidades em que ficavam seus destacamentos, escapavam para a região de Santarém ou mesmo rumavam para o Maranhão. O soldado Victorino José Gomes, praça do regimento de Extremo, com uma “preta furtada” e mais oito desertores seguiu em direção a uma ilha em Ourém, onde “consta tem parentes, e se acham mais desertores”.<sup>342</sup>

Os motivos das deserções militares na capitania de Mato Grosso parecem ser bem semelhantes aos da Amazônia portuguesa. A rotina vivida pelos militares do forte Bragança não se restringia às tarefas no interior da fortificação. Alguns soldados da tropa de Pedestres ocupavam a função de correios, transportando as correspondências entre diversas localidades da capitania de Mato Grosso. A atuação desses militares envolvia também o trânsito de correspondências com as autoridades espanholas das Províncias de Moxos e

---

<sup>342</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos**: Mocambos, Quilombos e Comunidades de Fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005, p. 80.

Chiquitos. Quando essas expedições ocorriam, os soldados aproveitavam para obter informações sobre as tropas militares espanholas e ameríndias, como também sobre as operações do contrabando com os curas das missões. Ao retornarem à capitania de Mato Grosso, repassavam informações ao comandante do forte Bragança que as transmitia ao governador, que procurava estar atento, principalmente, à troca de autoridades civis e eclesiásticas nessas províncias. Em 8 de março de 1776, o retorno de um soldado boticário da missão de Madalena, que tinha se dirigido até lá com o pretexto de ajudar no tratamento de uma “moléstia” contraída pelo frei Fudela, era uma oportunidade para saber sobre as mudanças administrativas que vinham ocorrendo do outro lado da fronteira. A transferência do frei Fudela da missão de Madalena para o Reino tinha sido uma iniciativa da Coroa espanhola interessada em combater o contrabando que estava ocorrendo na região. A destituição do governador da Província de Moxos, D. León de Velasco, e a chegada do corregedor D. Antonio Neira era sinal de que a administração espanhola intentava desbaratar as ações dos contrabandistas e combater a desenfreada corrupção que tinha assolado a administração das missões das Províncias de Moxos e Chiquitos.

Ultimamente chegou de Exaltação, e São Pedro, o Alferes Manoel Joseph da Rocha, na noite de 8 do corrente, dando a notícia de que dizem que D. Antonio Neira, para corregedor da Província de Moxos; e D. Leon que se recolhe, não voltando mais para esta Província. Também diz que o dito Neira há de estar nesta fortaleza por estes 5 ou 6 dias que vem com cartas da Real Audiência para V. Exm<sup>a</sup>.<sup>343</sup>

Os soldados enviados pelo comandante do forte Bragança, Caetano de Souza, ao território espanhol faziam parte de uma rede de pessoas de confiança do governador Pereira e Cáceres. O nome do alferes Manoel Joseph da Rocha aparece repetidas vezes nas correspondências enviadas pelo comandante a Pereira e Cáceres, sempre em missões na Província de Moxos. Em dezembro de 1776, este mesmo militar encontrava-se, novamente, nos domínios espanhóis.

Como aqui chegaram uns índios fugidos da Missão de São Pedro, que brevemente os remeterei a essa capital; e deram notícia que os negros de Inocêncio Roiz e Pedro

---

<sup>343</sup> **APMT.** Carta do comandante Cardoso da Cunha a Pereira e Cáceres, 10 de março de 1776. Fundo: Defesa. Local. Forte Bragança, documento número 119. Lata A.

Frazão, os tinham remetido para Loreto: me resolvi a mandar aquela missão, no dia 19 do mês passado o Alferes Manoel Joseph da Rocha a ver se consegue que os referidos escravos voltem. O mesmo Manoel Joseph da Rocha foi com intento de passar a Loreto; por cujo motivo julgo que só em janeiro aqui estará. Também no mesmo dia 19 partiu para a missão da Exaltação o furriel Francisco Joseph Teixeira a concluir as pendências que V. Ex<sup>a</sup>. lhe encarregou; e por ele escrevi ao Cura daquela missão protestando pela entrega dos doze negros fugidos de Francisco da Costa Teixeira, caso eles para lá vão. Creio que o Alferes Manoel Joseph da Rocha daria a V. Ex<sup>a</sup>. conta da conferência a quem o chamou o Cura da Conceição; porque a mim não participo mais do que V. Ex<sup>a</sup> já expus. Receando que os índios do Pará que presentemente vieram fujam; me resolvi a mandar já o Sargento Matheus de Espinha, e por ele remeto a Maria Antunes Maciel em ferros.<sup>344</sup>

No entanto, para os soldados infratores da ordem militar o tratamento era severo. A legislação militar encontrava-se assentada no antigo regimento de Roque Barreto (elaborado com base nas Ordenações Filipinas), e em um emaranhado de cartas régias.<sup>345</sup> As autoridades coloniais eram rigorosas na aplicação das penas, principalmente, quando eram cometidos crimes como deserções, assassinatos, desrespeitos a oficiais de maior patente, roubos, enfim, eram práticas consideradas graves. Quando o militar era preso, tinha de responder a uma junta composta por autoridades da capitania, com a participação do governador e do ouvidor. Em 1767, um ano após o surgimento de tropas espanholas nas proximidades, da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, as deserções de militares luso-brasileiros aumentaram e as punições também. No dia 17 de janeiro desse ano, dois soldados, que tinham vindo da capitania de Goiás, juntamente com mais sete pedestres, desertaram de seus postos. Nos dias 4 de maio foi formada uma junta (comissão de julgamento), que condenou à morte, por enforcamento, onze pessoas. Nesse grupo havia militares. No entanto, a ação enérgica das autoridades da capitania de Mato Grosso não foi suficiente para coibir novas evasões. Em 9 de julho, nove pessoas, entre militares e escravos negros se evadiram de Vila Bela. No dia seguinte, foi a vez da fuga de um furriel e um alferes que encontravam presos no “quartel” militar daquele povoado. Além destes, fugiram mais dez pessoas, entre soldados pedestres e

---

<sup>344</sup> APMT. Carta do comandante Cardoso da Cunha a Pereira e Cáceres, 13 de dezembro de 1776. Fundo: Defesa. Local. Forte Bragança, documento número 131. Lata A.

<sup>345</sup> MELLO, op. cit..

escravos negros. No entanto, essa tentativa de fuga foi malograda, pois o furriel e o alferes foram capturados novamente e remetidos para a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Os escravos negros parecem que tiveram êxito na fuga. O furriel foi “arcabuzado” (morto por tiro de arcabuz) em 9 de outubro. Apesar de não termos informações sobre os crimes cometidos por esses grupos, percebe-se que as deserções militares não eram ações isoladas, não ocorriam somente nos postos militarizados existentes no distrito do Mato Grosso, mas também em Vila Bela, onde havia forças militares aquarteladas. Acreditamos que essas fugas tenham sido motivadas, naquele período, pelo medo de possíveis ataques de tropas espanholas à capitania de Mato Grosso. Em 1766, forças militares espanholas chegaram próxima a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Houve enfrentamento entre militares luso-brasileiros e espanhóis próximo a barra do rio Itonomas (território espanhol) e em trechos do distrito do Mato Grosso. Havia militares vindos das capitanias de Goiás e do Pará, por solicitação do governador, na época, João Pedro da Câmara. Como vimos, escravos negros foram armados para compor as forças luso-brasileiras, mas, de fato, não houve nenhuma invasão. As fugas, provavelmente, ocorridas em 1767, decorreram das murmurações sobre possíveis ataques espanhóis à capitania, o que provocava pavor na população mato-grossense, em especial, nos grupos que tinham sido recrutados para dar combate aos inimigos no distrito do Mato Grosso.<sup>346</sup>

As fugas militares também podem ter sido motivadas por outros fatores. Havia nítida divisão étnica e social na formação das companhias militares, o que gerava uma série de insatisfações por parte dos soldados não brancos, que não tinham patentes de oficial e os mesmos privilégios, por exemplo, dos militares portugueses pertencentes às companhias dos Dragões. O serviço mais pesado recaía nos ombros dos militares da companhia de Pedestres, geralmente, mestiços. Essa situação não ocorria somente na capitania de Mato Grosso, mas era corrente em várias partes do Império:

---

<sup>346</sup> **Anais** de Vila Bela , op. cit., p. 123-124.

Soldados brancos e de cor serviam lado a lado nos regimentos de infantaria regulares, e, em 1699, a Coroa repreendeu o governador da Colônia de Sacramento por ter se negado ao receber recrutas mulatos. As unidades das milícias, entretanto, em geral eram organizadas segundo critérios raciais, cada companhia sendo comandada por um oficial da mesma cor de seus homens. Apesar da relutância dos brancos locais em servir sob as ordens (ou ao lado) de homens de cor na milícia da Bahia, em 1731, a Coroa ordenou que assim fosse feito [...]. Devemos acrescentar que, mesmo nas unidades regulares, onde brancos e indivíduos de cor serviam lado a lado, os primeiros sistematicamente tinham a preferência no momento de receber o soldo e a promoção, como se isso fosse a expressão da vontade política oficial.<sup>347</sup>

Começando pelo recrutamento forçado, a dura vida dos militares das companhias de Aventureiros, Pedestres, Pardos e Pretos, no extremo oeste do Império português, além da rotina militar, fazia com que estes sentissem o peso de toda a carga de preconceitos e injustiças, pois se encontravam no mais baixo degrau da sociedade colonial mato-grossense. A atuação desses militares dependia unicamente da sua força física: na execução de missões nas matas, na luta contra ameríndios, raras vezes, com os espanhóis, nas longas caminhadas que faziam por difíceis trechos, nas navegações pelo rio Guaporé, levando munições, mercadorias, prisioneiros; enfim, suas ações os colocavam em contato direto com o perigo, com doenças e acidentes que, às vezes, podiam incapacitá-los pelo resto de suas vidas.

Alguns militares mais afortunados, além de desempenharem funções nos fortes Bragança e Príncipe da Beira, acabavam se tornando proprietários de terras, e os mais ricos chegavam a fazer parte da elite agrária mato-grossense da segunda metade do século XVIII. Estes, em sua maior parte, eram oficiais pertencentes à companhia dos Dragões: não eram pardos, negros, e tampouco mestiços, descendentes de ameríndios, mas eram brancos, proprietários de escravos. Em menor proporção, alguns mulatos das companhias de Ordenanças também detinham relativas posses.

Concedendo alguma autonomia aos integrantes da instituição das Ordenanças, assim como ao Conselho e a outras, permitindo-lhes a aquisição de prestígio social, a Coroa portuguesa estabelecia um *modus vivendi* com os colonizadores que facilitava a difusão de seus interesses. Tudo isso não os contrariava, a princípio, pois os objetivos maiores do rei voltavam-se para manter (ou até ampliar) a integridade das suas conquistas. Por

---

<sup>347</sup> BOXER, op. cit, p. 325.



isso, propiciava “... a montagem de um aparelho militar conjugado a estrutura social ...” [...], cuja descrição se aplica, também, às Ordenanças. Era o quadro de sempre da Monarquia Portuguesa: vasto império, poucos meios e inumeráveis dependentes.<sup>348</sup>

Em estudo realizado anteriormente, verificamos que alguns militares da capitania de Mato Grosso tinham poder econômico e prestígio social. Eram da companhia de Dragões, proprietários de terras, plantavam e criavam animais, possuíam cativos, “mercadoria” considerada de elevado custo em todo Império. Além destas atividades, garimpavam, eram casados e recebiam soldo da Coroa. Quadro bem diferente da maioria dos soldados pertencentes às companhias de Ordenanças de Pardos e Pretos, cuja cor da pele limitava as possibilidades de ascenderem socialmente.<sup>349</sup> Reproduziam-se, assim, as contradições e as desigualdades étnico-sociais que marcavam a sociedade luso-brasileira. No entanto, em dadas situações havia aproximações entre esses diferentes personagens, principalmente quando surgia alguma ameaça externa à sobrevivência da população daquela capitania.

Nas fronteiras, nas lonjuras e nos sertões luso-brasileiros dos tempos coloniais, portanto, homens que circulavam anos a fio longe de sua família e de sua morada procuravam, sempre, que possível, recriar a domesticidade e organizar, mesmo que de forma provisória, os hábitos reguladores do cotidiano – aqueles que, pela sua mansa repetição, garantiam o equilíbrio e o encanto morno do dia-a-dia.<sup>350</sup>

Mas as fugas não eram atos praticados somente por militares, pois escravos negros que se encontravam em Vila Bela, como vimos, também procuraram fugir dos pesados encargos a que foram submetidos. Não serviam somente para trabalhar nas minas de ouro, na lavoura, nas fortificações, para carregar mercadorias, desempenhar atividades domésticas, enfim, foram recrutados para servir como soldados nas frentes de batalhas, quando havia perigo de invasão à capitania de Mato Grosso. Uma das formas de solidariedade percebidas nessa longínqua fronteira do Império português, manifestada tanto no

---

<sup>348</sup> CANAVARROS, op. cit., p. 130.

<sup>349</sup> CHAVES, op. cit., p. 09.

<sup>350</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência: A Vida Cotidiana nos Caminhos, Nas Fronteiras e nas Fortificações. SOUZA, Laura de Melo e. (Org.). **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, p. 81.

interior das fortificações como nas vilas coloniais, fazendas e áreas de mineração, foi experimentada por escravos negros (crioulos, os nascidos no Brasil e os ladinos africanos), apesar de viverem debaixo de forte aparato repressivo. Esses escravos encontravam formas de escapular ao olhar vigilante de seus senhores e das autoridades coloniais, procurando manifestar sua religiosidade e seus sentimentos, enfim compartilhando, com seus companheiros, experiências vividas durante o difícil cotidiano.

### **Fronteira e liberdade**

Desde a introdução dos primeiros escravos negros nas minas cuiabanas, na primeira metade do século XVIII, ocorreram fugas para quilombos e para os domínios hispânicos. Se as autoridades metropolitanas e coloniais da capitania de Mato Grosso esforçavam-se para obter informações sobre as rotas que levavam aos povoados espanhóis, os cativos africanos, ao conhecê-las, ousavam atravessar a fronteira para procurar viver mais folgadoamente, distante do cativeiro. Não somente fugiam para os domínios espanhóis, como construíam quilombos, tecendo redes de apoio para que pudessem viver longe das áreas de mineração, do trabalho nas vilas e arraiais e das obras das fortificações. Procuravam também escapar da obrigação de participar como soldados (convocados em momentos de perigo) na defesa da fronteira contra os espanhóis e nas lutas contra ameríndios “selvagens”.

Os governadores da capitania de Mato Grosso viam-se envolvidos com freqüentes pedidos de senhores proprietários de escravos que reclamavam dos prejuízos com a evasão dos seus cativos para território espanhol. Nem todas as reclamações eram verdadeiras, pois alguns dos senhores usavam desse argumento para tentar justificar prejuízos que supostamente estavam tendo. A idéia era negociar dívidas antigas com a Provedoria da Fazenda e com os comerciantes da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará. Sem os escravos,

alegavam que não tinham recursos e que havia perda de produtividade em suas propriedades. Mas havia situações em que, de fato, a evasão ocorria e era apoiada por coiteiros (homens que eram pagos ou recompensados de alguma forma para dar fuga aos cativos). A historiografia tem revelado que quando os cativos fugiam, um roteiro era, às vezes, pré-concebido: o escravo não se dirigia para um quilombo sem informações sobre o possível caminho que o levaria ao seu destino.<sup>351</sup>

A mesma situação ocorria quando as fugas eram para as terras castelhanas: havia um certo conhecimento do trajeto, como também coiteiros que participavam dessas empreitadas. Os fortes Bragança e Príncipe da Beira foram palcos da convivência de escravos negros (crioulos, nascidos na América portuguesa) e forros com ameríndios e luso-brasileiros, cujas relações eram pautadas, na maioria das vezes, por atos de violência e exploração. As forças militares dessas duas fortificações foram responsáveis pela repressão, agindo duramente contra a insubordinação escrava. Quando havia fugas de escravos, os proprietários acionavam as autoridades coloniais e solicitavam o seu apoio para a captura dos fugitivos. Essa situação ocorria tanto na capitania de Mato Grosso como nas fortificações e vilas existentes na Amazônia portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Não eram poucas as rotas de fugas utilizadas pelos escravos negros que fugiam para viver em quilombos nas áreas de fronteiras coloniais com a Guiana francesa. Por viverem próximos aos domínios franceses, alguns escravos negros conseguiram estabelecer comércio e até prestavam algum tipo de serviço, visando auferir vantagens nessas relações. Existiam fugas ousadas, quando os cativos procuravam atravessar a fronteira e se estabelecer em domínios franceses. Tarefa essa que não era nada fácil, pois tinham de atravessar rios, caminhar por trechos perigosos, enfim, a busca pela liberdade era bastante arriscada. As autoridades da vila de São José do Macapá ficavam alarmadas com tamanha ousadia, pois quando capturavam algum cativo fujão procurava

---

<sup>351</sup> GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

saber sobre as rotas de fugas e obter informações sobre os contatos que existiam em domínios franceses.<sup>352</sup>

Não era raro que os escravos da região amazônica levassem durante as fugas mudas de cana-de-açúcar para o plantio nas áreas de refúgio. Como tinham adquirido experiência no trabalho com esse tipo de lavoura, reproduziam o que tinham aprendido no novo território, seja em domínios franceses ou em quilombos erigidos nessa fronteira. As atividades produtivas desenvolvidas por esses africanos eram aproveitadas pelos franceses: “Na fronteira do atual Estado do Amapá com a Guiana francesa, parecem ter criado uma organização bastante estável, fazendo roçados, produzindo tijolos para fortificações e trabalhando temporariamente para os franceses”.<sup>353</sup> Em certa medida, o modo de vida dos escravos em terras francesas poderia exercer algum atrativo para os cativos em terras portuguesas.

Os escravos na Guiana francesa tinham uma tradição de possuírem *tempo* (sábados e/ou domingos) e *espaço* (lotes de terras) para estabelecerem suas roças, cultivos e uma economia própria. Cada família de escravos na Guiana francesa dispunha normalmente de dois lotes, um na proximidade imediata da sua cabana, separado dos lotes vizinhos por uma paliçada, e o outro no terreno comum chamada *Abattes des Nègres* (roça ou clareira dos negros). Era permitido dedicarem-se às suas roças, um sábado a cada quinze dias ou todos os sábados a partir da tarde. Também nos domingos e feriados religiosos – conforme o calendário católico francês – tinham folga. Era permitido, além de cuidar de suas roças, pescar, caçar e capturar caranguejos. Desenvolvia-se assim igualmente um campesinato negro deste lado da fronteira. Sabe-se, inclusive, que durante o período da primeira Abolição da escravidão pela França (1792-1802) houve intensa movimentação dos ex-escravos, comprando ou alugando pequenos lotes de terras. Praticavam a agricultura de subsistência e reuniam-se a outros lavradores, trabalhando em regime de parceria.<sup>354</sup>

Semelhante ao que ocorria na capitania do Pará, em Mato Grosso, durante os últimos anos do governo de Pereira e Cáceres, as fugas escravas também aumentaram consideravelmente. Militares do forte Príncipe da Beira, em 24 de

---

<sup>352</sup> QUEIRÓZ, Jonas Marçal de; GOMES, Flávio. **Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais** (Guianas - séculos XVIII-XIX). In: Revista Lusotopie 2002/1, pp.05-07. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2008.

<sup>353</sup> Idem, p. 08.

<sup>354</sup> QUEIROZ; GOMES, op. cit., p. 9.

maio de 1789, conseguiram prender um grupo de 16 escravos fugidos das capitanias de Goiás e do Pará.

[...] haja de ser cabalmente informado do grau de malícia e temeridade a que se arrojam os escravos entre Machos e Fêmeas desse Estado fugindo debaixo da guia e direção de um pedestre que tinha sido desta guarnição, e que desertaram passando a essa cidade em diligência para os domínios espanhóis da Província de Moxos, lugar remotíssimo a respeito daquele domicílio de onde se tinham escapado depois de subirem pelos rios Amazonas, Madeira e Mamoré, e que além de todo esse processo também V. Ex.<sup>a</sup> seja presente em como o interino Governador daquela Província Espanhola [...] usando de muito melhor for do que ordinário costumam praticar semelhantes comandantes não duvidou restituir os mesmos 16 escravos de entre os quais mandei ficar no Forte Príncipe da Beira presos em celas trabalhando todos os machos, havendo determinado que as fêmeas por inutilíssimas que eram naquele estabelecimento se remetessem para esta capital [...]. Os ditos escravos já V. Ex.<sup>a</sup> compreenderá que não só fizeram logo em Espanha a despesa de 200 pesos em uma das ditas relações, mas outras mais partidas não pouco consideramos da mesma que de necessidade ocasionavam o seu transporte, segurança e manutenção em desembolso da Fazenda Real desta capitania que como deverá de tudo ser indenizada.<sup>355</sup>

Esses cativos parece que tinham conhecimento das rotas de fuga que poderiam levá-los a conseguir a liberdade do outro lado da fronteira. As longas distâncias, navegando através dos rios Amazonas, Madeira e Mamoré, desviando dos costumeiros trajetos percorridos pelos comboios de comerciantes da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e por militares, procuraram atingir as missões castelhanas existentes na Província de Moxos. Essa arriscada investida em busca da sonhada liberdade tinha sido planejada com certa antecipação e com apoio de uma rede pessoas que conheciam ou tinham informações sobre como chegar aos povoados espanhóis.<sup>356</sup>

Os escravos fujões de Goiás e do Pará formavam um grupo de dezesseis pessoas: nove homens e sete mulheres. Se esses escravos, que viviam em outras capitanias, tinham tamanha ousadia e se sentiam atraídos pela possibilidade de viver livres em terras castelhanas, as promessas feitas, por quem vivia do outro lado da fronteira, deveriam atrair, na mesma intensidade, os escravos existentes na capitania de Mato Grosso. Segundo Meireles, os pontos de fuga pareciam ser vários: “Usualmente os escravos alcançavam a foz do rio Itonomas, subiam o rio

---

<sup>355</sup> AHU-UFMT-NDHIR. Fugas de Escravos, Documentos 4321 e 4325, Microficha 359, 1789.

<sup>356</sup> AHU-UFMT-NDHIR. Id.

e chegavam a missão de Magdalena, mas também procuravam a missão de Loreto. Faziam, desse modo, o caminho inverso dos índios”.<sup>357</sup>

Os militares do forte Príncipe da Beira, transferidos do forte Bragança, em 1778, não eram suficientes para dar conta do patrulhamento da fronteira. Cabe considerar, porém, que promessas foram feitas tanto por autoridades portuguesas como espanholas, no intuito de atrair ameríndios e escravos crioulos para os seus domínios. Para os espanhóis, a fuga dos escravos ajudava a despovoar a capitania de Mato Grosso, e estes poderiam ser aproveitados em várias atividades produtivas.<sup>358</sup> No caso dos ameríndios espanhóis, a migração em direção à capitania foi motivada por problemas ocorridos no interior das Províncias de Moxos e Chiquitos, principalmente após a expulsão dos padres jesuítas, em 1767. A estrutura missioneira, que antes controlava as diversas populações ameríndias que viviam nessas províncias, sem os jesuítas, começou a ruir. Os governadores da capitania de Mato Grosso Souza Coutinho e Pereira e Cáceres, aproveitaram desse contexto e procuraram atrair essas populações para o lado luso-brasileiro. A vinda dos ameríndios espanhóis, no entanto, não deve ser vista, unicamente, nessa ótica. A migração também ocorreu motivada por decisões desses grupos, que tinham interesses em viver onde houvesse terras com caça abundante, que fossem próximas a rios piscosos e que não ficassem tão distantes das suas antigas comunidades nos domínios espanhóis.

Da mesma forma, a fuga de escravos crioulos para as províncias de Moxos e Chiquitos não foi decorrente da falta de alternativas. Decisões foram tomadas, tendo como base múltiplos interesses. Como afirmamos, existiam quilombos no vale do Guaporé, próximos à fronteira com os domínios castelhanos. Da mesma forma, esses quilombos existiam na capitania de Goiás e no Estado do Grão-Pará, como em várias outras partes da América portuguesa.

As fugas de escravos continuaram durante todo o século XVIII, e os militares dos fortes Bragança e Príncipe da Beira estavam constantemente

---

<sup>357</sup> MEIRELES, op. cit., p. 178.

<sup>358</sup> VOLPATO, op. cit.

envolvidos na captura desses fugitivos, uma tarefa nem sempre coroada de sucesso. As reclamações dos proprietários eram constantes, insistindo junto ao governador em tê-los de volta. A devolução de escravos e ameríndios foi tema corrente no Tratado de Madri, o qual estabelecia a troca mútua de prisioneiros, escravos e ameríndios fugitivos. No entanto, entre o que estipulava a legislação e o que ocorria na prática, havia distância considerável, que se traduzia em demoras intermináveis para que as devoluções fossem feitas. Alguns escravos e ameríndios eram devolvidos, outros eram acoitados por algum religioso, autoridade colonial ou colono espanhol interessado na manutenção do “criminoso”. Do lado português, os ameríndios que vinham dos domínios espanhóis eram logo assentados em alguma parte da fronteira.

A atração dos índios das missões espanholas contribuía em muito, não só porque esses índios já incorporavam o modo de ser e viver do conquistador, mas também pelas relações familiares de parentesco e cunhadio que facilitavam os contatos e atraíam muitos outros, num movimento de pinça que tinha por objetivo esvaziar a população nativa aldeada na fronteira espanhola.<sup>359</sup>

A questão principal que interessava às Coroas ibéricas era obter população para que pudessem povoar os seus territórios americanos. População com habilidades que interessavam aos portugueses eram os ameríndios que, além de falar o espanhol, tinham sido batizados e educados pelos jesuítas, o que poderia contribuir para a fixação desses grupos em terras lusas. De outra parte, os escravos crioulos, que fugiam da capitania de Mato Grosso para os domínios espanhóis, dominavam rusticamente o português, tinham alguma experiência em mineração, no cultivo de gêneros alimentícios (como, por exemplo, o plantio de cana-de-açúcar), habilidades que interessava aos espanhóis.

O vai-e-vem nessa fronteira, como dissemos anteriormente, tinha motivações políticas, econômicas e culturais. Não dá para reduzir essa movimentação apenas às necessidades política e econômica da Coroa portuguesa. Quando os escravos do Estado do Grão-Pará e Maranhão fugiam para a Guiana francesa, provavelmente, sabiam do tratamento que a população

---

<sup>359</sup> SILVA, op. cit., p. 306.

cativa tinha do outro lado da fronteira. A escravidão negra e ameríndia não foi pontual, não existiu em uma única região da América do Sul, pois esteve disseminada em todo o continente. A escolha em viver em terras castelhanas, em atravessar a fronteira, desafiando perigos das mais diferentes espécies, era em função de algo que poderia valer a pena: para se conseguir a liberdade, os desafios eram muitos, mas existiam diversas redes de solidariedade para apoiar as fugas. Como vimos, em Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, não foram poucos os cenários, nem os personagens que ousaram desafiar o poder das autoridades coloniais: atravessar o rio Guaporé e fugir para as terras castelhanas poderia abrir caminhos novos para quem vivia no cativeiro, ou estava endividado, ou não tinha esperanças de dias melhores em terras portuguesas.

### **A fronteira entre fronteiras**

Retomemos, então, a indagação feita antes: que fronteira era essa? Os historiadores Raul J. Mandrini e Sara Ortellí, ao estudarem as relações estabelecidas entre ameríndios e espanhóis no estuário do rio da Prata no século XVIII, perceberam a existência de uma fronteira permeada por um conjunto de relações.

Ésta ya no puede ser vista como una línea que marca la división entre sociedades em conflicto, sino como um espacio social, históricamente determinado, donde se encuentran e interactúan dos o más sociedades. Es en este sentido que hablamos de frontera permeable, es decir, un espacio social que se deja atravesar por hombres y mujeres, por bienes y productos, por influencias culturales e intercambios de información; um espacio atravesado por mestizajes, cosmovisiones ajenas y transformaciones lingüísticas.<sup>360</sup>

Esse conceito de fronteira, de certa forma, engloba um conjunto de situações similares às vividas por diferentes agentes históricos na fronteira mais ocidental do Império português. Não se tratava, apenas, de um espaço preterido

---

<sup>360</sup> MANDRINI; ORTELLI, op. cit., p. 88.



pela Coroa. Com a “descoberta” da Província de Moxos, em 1740, somada às riquezas minerais existentes e a possibilidade da utilização da navegação fluvial via rota Guaporé>Mamoré>Madeira, interligando com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, podemos considerar que essas foram as principais motivações que levaram os portugueses a ocupar e manter-se no distrito do Mato Grosso. Não foi sem sentido que a escolha do espaço para a criação de Vila Bela se deu nas proximidades dos arraiais já constituídos no vale do Guaporé. Distante da “conturbada” aldeia jesuíta de Santa Rosa, a vila-sede do governo da capitania não poderia ser fixada no ponto mais vulnerável dessa fronteira, pois caso fosse tomada pelos espanhóis, a resistência seria difícil de se manter, principalmente, com a reduzida população existente no distrito do Cuiabá e nos arraiais do vale do Guaporé. Vila Bela era a “cabeça de governo” de toda a capitania. As fortificações Bragança e Príncipe da Beira, espaciações erguidas na contraface da Província de Moxos eram seus tentáculos, simbolizavam a presença do Rei nessa longínqua fronteira ocidental do Império. Cumpriam função de “guardar” essa parte do território, pois tinham mais peso simbólico, pois na prática esses artefatos construídos com barro, pedras, e cal, provavelmente, não resistiriam por muito tempo à artilharia inimiga espanhola, caso houvesse um confronto direto. O forte Príncipe da Beira, que teve a sua pedra fundamental lançada em meados de 1776, teve que esperar mais doze anos para ser inaugurado. Faltavam escravos, artesões, materiais, enfim, o necessário para concluir o forte. Findado o século XVIII, as suas obras ainda estavam inconclusas.

O grande obstáculo enfrentado pela administração portuguesa para concretizar os seus objetivos políticos e econômicos – visando à integração administrativa entre a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, foi à reduzida população. Mas, nesse espaço preterido pela Coroa, onde foi erguida a Guarda de Santa Rosa, o fortim (e fortaleza) de Nossa Senhora da Conceição, e, posteriormente, os fortes Bragança e Príncipe da Beira,

povoar essa linha de fronteira, criar ambientes urbanos, “civilizar” os sertões foi um grande desafio, desde a chegada de Rolim de Moura a capitania de Mato Grosso até o fim do século XVIII. Os fortes Bragança e Príncipe da Beira, nesse sentido, tiveram funções de destaques, pois se tornaram pontos de atração para as populações luso-brasileira, ameríndia espanhola e os nativos considerados “selvagens”.

Essas fortificações tornaram-se espaços de interações culturais entre diferentes grupos humanos. Não eram apenas artefatos lusitanos militarizados, hierarquizados, normatizados, mas pontos de encontros/desencontros entre luso-brasileiros, escravos negros (crioulos e, em menor número, africanos), além de ameríndios provenientes do Vice-reinado do Peru, que falavam línguas diferentes, conheciam a fala espanhola, tinham vivido nas missões jesuítas e tomaram conhecimento sobre os valores cristãos. Essas fortificações foram erguidas em terras que eram antigas rotas para as populações ameríndias que viviam nos dois lados do rio Guaporé. Antes da chegada dos portugueses e espanhóis, nessa parte da América do Sul, o vale do Guaporé era territorialidade ameríndia de grandes proporções.

Somavam-se, a esses grupos os escravos negros, com experiências culturais distintas. Essas fortificações não só armazenaram mercadorias trazidas pela Companhia Geral do Comércio do Grão Pará, armamentos, e alojavam militares submetidos a uma pesada rotina diária, mas também intra e extra-muros alojaram escravos negros submetidos a uma hierarquia societária, onde encontravam-se no mais baixo degrau. Nos arredores dessas fortificações viviam, além de cativos, ameríndios, cujos comportamentos eram matizados pelas suas crenças, suas necessidades religiosas, produtivas. Havia troca de informações, intercâmbios culturais, sonhos de liberdade que eram compartilhados entre esses grupos. Não se tratava somente de uma fronteira política, mas de uma fronteira étnico-cultural. Essas fortificações não somente contribuíram para demarcar, construir o território português no vale do Guaporé

(distrito do Mato Grosso), mas também foram referências para a formação de sociedades multiculturais. Havia também a população mestiça, que se originou desses encontros. Soldados casaram-se com ameríndias gerando filhos resultantes dessas uniões. Escravos negros fugiram e formaram famílias nos quilombos e no outro lado da fronteira. As uniões eram relatadas por espias dos governadores da capitania, que registravam em relatórios.

As fugas de escravos negros e soldados, às vezes, eram realizadas em grupo. Havia sintonia fina nesses momentos em busca da sonhada liberdade. A idéia de liberdade, porém, tinha sentidos diferentes para esses grupos. Para o escravo, viver em terras espanholas ou em quilombos, era viver livre do cativeiro, ter autonomia para plantar, formar família, cultuar os seus deuses, festejar e morrer próximo a seus pares. Para os soldados luso-brasileiros que fugiam para os domínios da Espanha ou para algum canto da América portuguesa, a liberdade significa, às vezes, não ter que lutar com os inimigos (espanhóis e ameríndios), não viver sob pesada rotina, tomar “ares” de civilização e fugir de credores ou da punição devido algum crime cometido.

Como vimos, os ameríndios tinha uma outra noção de território e da concepção de liberdade. Os administradores coloniais, tanto portugueses como espanhóis, sabiam das dificuldades para mantê-los “presos” em uma determinada região. A mobilidade era uma das suas características culturais. Mantê-los adstritos á terra, fazê-los pagar imposto, torná-los homens civilizados, era o intento da Coroa portuguesa, projeto esse, porém, que era antagônico ao modo de vida ameríndio. Improvisações foram feitas, levando em consideração as condições concretas existentes. Sem grande população para manter a defesa político-territorial e para produzir riquezas nesse espaço tão dilatado, a Coroa teve de manter seus funcionários régios envolvidos, durante toda a segunda da metade do século XVIII, com os cuidados no controle das populações, principalmente, dos ameríndios oriundos do Vice-reinado do Peru, na esperança de torná-los vassalos obedientes ao Rei. Investimento este, que, de certa forma,

obteve relativo êxito. Porém, o desejo dos ameríndios em permanecer em terras lusas, nos parece que não tinha esse mesmo conteúdo ideológico, mas o da sobrevivência, da auto-preservação diante de forças humanas poderosas.

A fronteira era permeável por diferentes signos: ritmos, vestuário, gastronomia, musicalidade, línguas, enfim, um mundo de contrastes, de encontros, de idas e vindas. Os fortes Bragança e Príncipe da Beira foram palcos dessa movimentação, onde seus personagens principais – portugueses, ameríndios, escravos negros e forros, homens pobres e livres, mestiços, espanhóis, italiano -, participaram desses cenários, deixando seus vestígios, de alguma forma, ao erguer esses estabelecimentos militares.

Ao remar as embarcações que levavam através do rio Guaporé as mercadorias e pessoas de um lado ao outro do distrito do Mato Grosso, escravos negros e ameríndios eram utilizados nessas árduas tarefas. Os ameríndios das povoações de Lamego, Leomil, e aqueles que viviam nas proximidades dos fortes Bragança e Príncipe da Beira, tinham funções determinadas, como produzir lavouras, criar animais, caçar, pescar, conduzir embarcações, enfim, estiveram presentes nesse processo. Nas fugas organizadas por escravos negros e soldados, estes participaram juntos em busca da liberdade. Escravos, militares e ameríndios viveram em quilombos erigidos no vale do Guaporé, compartilhando sons diferentes, aromas exóticos. Amaram, procriaram. Criaram um *Mundus Novus* bem diferente do idealizado pelos portugueses, da velha sociedade do Antigo Regime português. Não diferentemente de outras partes do território da América portuguesa, formou-se na capitania de Mato Grosso uma sociedade pluri-étnica, hierarquizada, discricionária, mestiça – em que a origem étnico-social tinha peso, valor, estabelecia as diferenças, as formas de convivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a chegada dos sertanistas paulistas, entre 1718-1722, na parte central da América do Sul, oriundos da capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1709), interessados no apresamento de grupos ameríndios, “peças de serviços” que eram essenciais à economia existente no planalto paulista, estes acabaram descobrindo ouro e erguendo os primeiros arraiais mineradores construídos de pau-a-pique cobertos com folhas de palmeiras silvestres às margens do rio Coxipó-Mirim e do córrego da Prainha, afluente do rio Cuiabá. A formação dos arraiais de Forquilha, São Gonçalo e do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, mas do que servir de ponto de apoio às atividades de apresamento das populações ameríndias e a extração do precioso metal dourado, suas populações instituíram práticas culturais adversas das populações nativas, secularmente estabelecidos nesses territórios.

Retomemos aqui as palavras de Carlos Alberto Rosa, quando afirma que o ato luso de conquistar, de promover a colonização pode ser considerado como “práticas de ‘tomar’ espaço, de ‘produzir’ espaço, de espacializar-se”.<sup>361</sup> Nesse sentido, vimos que as relações estabelecidas pelas bandeiras paulistas ao organizarem os primeiros arraiais mineradores acabaram “modelando” os espaços que consideravam como “vazios” demográficos (antigas territorialidades ameríndias). Além da extração do ouro, tiveram de abrir clareiras na mata para formar as suas precárias habitações, ao avançarem para as áreas onde se tinham notícias ou vestígios da existência de novos “lotes” de ameríndios, alargaram o perímetro da colonização, demarcaram espaços antes poucos palmilhadas por outros sertanistas.

Os arraiais mineradores eram mais do que simples ponto de apoio a essas atividades primárias de obtenção de riquezas. Constituíram-se em espaços que reproduziam, nos longínquos sertões da América Meridional, os ritmos, a

---

<sup>361</sup> ROSA, op. cit., p. 11.

pulsção da sociedade colonial luso-brasileira. Não estavam desagregados de outros povoados do território da América portuguesa. Quando houve o aumento da presença luso-brasileira no arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, com a descoberta das famosas minas de Sutil, em 1722, os colonos que para lá se dirigiram, levaram consigo instrumentos como bateas, almocrafe, armas, pólvora, alimentos, sementes de árvores frutíferas, enfim, coisas que não eram próprias daquele ambiente, dessa parte central da América do Sul. Além desses instrumentos, levaram a escrita, a língua, vestuário, gastronomia, enfim, representações simbólicas importantes que demarcavam diferenças nesses espaços ocupados por múltiplos grupos étnico-populacionais.

Não se tratava, apenas, de minerar, mas com o adensamento populacional ocorrido nesses arraiais, os rios e caminhos que ligavam as minas cuiabanas ao planalto paulista, aos portos litorâneos da Bahia e do Rio de Janeiro, começaram a conduzir mercadorias de todos os tipos, além de homens, mulheres que iam buscar nessa região a riqueza nunca alcançada. Era o tempo das monções, onde a fronteira mais ocidental do Império português tornou-se um excelente centro de negócios para que os homens de grosso trato pudessem investir e obterem lucros fabulosos. O que eles queriam eram o ouro extraído às duras custas pelo trabalho de escravos negros, ameríndios e homens pobres e livres.

Os colonos luso-brasileiros, suas lideranças, administraram esses povoados mineradores com base em antigos regimentos, em uma legislação (nas Ordenações Filipinas) produzida no Reino, do outro lado do Oceano Atlântico. Os arraiais não eram somente formados por simples moradias, homens rudes, sem experiência de “mundo”. As lideranças que comandaram as bandeiras que chegaram a essa região, como Antonio Pires de Campos, Pascoal Moreira Cabral, Miguel Sutil e Fernão Dias Falcão, entre 1718-1722, pertenciam a antigos clãs que viviam no planalto de São Paulo, tinham andado anos a fio pelos sertões, participaram de “revoltas” como a de Emboabas e de Vila Rica, em Minas Gerais, atacaram os povoados castelhanos da Província do Paraguai,

adentraram os campos de Vacaria, penetraram através do rio Paraguai até atingir o rio Coxipó-Mirim, área onde habitava os Coxiponé. Tinham interesses diversos. Se o apresamento de ameríndios consistia em principal atividade dessas bandeiras, ao descobrirem ouro, se estabeleceram nas margens de córregos e rios, montaram arraiais.

Criaram pontos fixos de apoio à mineração e as atividades do lucrativo negócio com a captura de ameríndio. Como foi destacado, com o surgimento do arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1722, constante na narrativa de Joseph Barboza de Sá, cronista do século XVIII, não somente levadas de aventureiros e outros grupos de pessoas se dirigiram para essa região, mas a Coroa se viu irradiante com as boas novas da descoberta feita pelos ameríndios de Sutil. As minas do Cuiabá, de Goiás e das encontradas em Minas Gerais, entre fins do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, possibilitou ao rei D. João V ter recursos para pagar as dívidas de importações das manufaturas inglesas e manter em funcionamento a sua custosa administração ultramarina. Não somente para isso, mas para promover festas suntuosas e a construção de palácios monumentais como forma de enaltecer o poder da sua Corte.

Um estudo mais apurado sobre a dinâmica dos arraiais mato-grossenses do século XVIII ainda está por se fazer. Eram canteiros semeadores de sonhos, “projetos”, lutas, negociações, morte e nascimento. Eram núcleos urbanos, pontas de lança para a conquista do sertão. A expansão não terminava com o descobrimento do ouro e a formação de arraiais. Quando mineiros passavam a plantar, criar pequenos animais, a itinerância cedia lugar a sedentarização. Contudo, quando o ouro acabava, geralmente, os mineiros, os aventureiros de estrada iam embora, deixando para trás apenas os cascalhos revirados dos rios e córregos onde havia antes a esperança de se encontrar o precioso metal. Mas se havia colonos morando, enraizados nessas áreas de conquistas, a Coroa procurava incentivar a continuidade do povoamento.

Consideramos dois momentos marcantes na política portuguesa ultramarina, voltada para essa parte da América do Sul: o primeiro, quando notícias foram enviadas a Portugal, no início da década de 1720, informando sobre a existência de espanhóis vivendo não tão distante das minas cuiabanas; o segundo, com a entrada de luso-brasileiros, na década de 1740, via o rio Guaporé, nas missões jesuítas espanholas da Província de Moxos. A criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727, a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, e de Vila Bela, em 1752, foram decisões da Coroa que visavam garantir a governabilidade desses espaços de fronteira e mineração, procurando manter a conquista, a posse das terras nessa parte da América do Sul.

Ou seja, foi através da criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727, e de seus poderes municipais, que a Coroa procurou organizar administrativamente as áreas de conquistas e comandar a expansão para o Oeste do território da América portuguesa. Sem a força de uma vila e da Câmara Municipal, os arraiais mineradores não teriam poderes para controlar a expansão luso-brasileira para os sertões da América Meridional, pois a organização politico-territorial caberia a vila considerada como “cabeça de governo”.

Na segunda metade do século XVIII, arraiais, vilas, fortalezas, fazendas, registros, feitorias, capelas, constituíram-se em formas de espacializações luso-brasileiras nessa parte da América do Sul. Não diferentemente de outros cantos do Império, a administração portuguesa utilizou-se desses artefatos como forma de garantir, a partir da assinatura do Tratado de Madri, as áreas que vinham sendo ocupadas pelos luso-brasileiros desde o início do século XVIII. Procurou a Coroa reorganizar administrativamente o território da América portuguesa, e a capitania de Mato Grosso, em especial, o distrito do Mato Grosso era considerado a área mais vulnerável de toda fronteira oeste. No vale do Guaporé, a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/forte Bragança e o forte Príncipe da Beira foram espacializações importantes na consolidação da presença luso-brasileira. Foram pólos de atração para populações ameríndias das missões



espanholas da Província de Moxos, como também foram entrepostos comerciais importantes para o desenvolvimento de uma rede de comércio regular e de contrabando, incentivado pela Coroa e patrocinado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão que teve atuante participação nesse processo.

O estudo sobre essas fortificações ainda são bastante escasso, pois consideramos que além da sua função político-militar, desempenhavam atividades como centro irradiadores da cultura lusitana, pontos civilizatórios importantes na incorporação de populações luso-brasileira e ameríndia a uma ordem urbana que se desejava estabelecer. A arquitetura dessas fortificações no remete a “ciência iluminista do século XVIII”, suas concepções de arquitetura, engenharia, território e poder. Pesquisas comparadas entre as fortificações construídas no distrito do Mato Grosso, a partir das décadas de 1760 e 1770, com outras erguidas em diferentes partes do Império português merecem especial atenção. Limitamo-nos nesta tese a perceber a construção desses artefatos com base na concepção teórica que instrumentalizava a confecção de plantas e, na prática, o desenvolvimento desses projetos arquitetônicos. O engenheiro a serviço do Rei. A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/forte Bragança e o forte Príncipe da Beira constituíram-se na escala de observação.

A integração político-territorial entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão tão pretendida pela a Coroa não o êxito esperado. A Coroa transferiu o ônus à companhia do Grão-Pará pela introdução de mercadorias, inclusive, escravos que seriam direcionados para o distrito do Mato Grosso, cuja finalidade era a de promover o crescimento econômico. Mas esse projeto acabou esbarrando com antigos interesses comerciais de grupos poderosos estabelecidos no litoral e do distrito do Cuiabá. As longas distâncias que separavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania de Mato Grosso, mesmo com promessa de lucros exorbitantes precisariam de população com recursos para consumir seus produtos. O ouro vinha se escasseando na capitania, principalmente, no vale do Guaporé. Aliás, a produção nunca chegou a ser tão expressiva quanto a

existente nas minas cuiabanas da primeira metade do século XVIII. Se o comércio regular era uma tarefa difícil de se consolidar, o contrabando com as províncias de Moxos e Chiquitos dependiam do abastecimento da capitania de Mato Grosso. As monções que vinham do Grão-Pará abasteciam os comerciantes da capitania como também procuravam atender as demandas dos povoados espanhóis. Havia uma demora considerável para que esse dois tipos de comércio se realizassem, com isso a população da capitania ficava a mercê dos produtos vindos da rota Bahia>Rio de Janeiro>Goiás e distrito do Cuiabá, que chegavam sempre com preços menores das mercadorias trazidas pela companhia geral do Grão-Pará.

Nas décadas de 1760 e 1770, a Coroa incentivou a prática do contrabando oficial como forma de auferir riquezas do território espanhol. As minas de prata existentes em Potosi tornaram-se alvos de cobiça portuguesa. A prata tinha liquidez no mercado internacional, principalmente, em um período em que a produção do ouro na América portuguesa, em especial, no distrito do Mato Grosso, escasseava vertiginosamente.

A companhia geral do Grão-Pará, em troca das suas mercadorias oriundas de diferentes partes do Império português, drenou parte do ouro produzido na capitania de Mato Grosso. Se foi possível quantificar a quantidade do ouro transportado para o Reino, a prata espanhola não mereceu registro, pois se tratava de um produto resultante do contrabando praticado entre autoridades régias instaladas na capitania de Mato Grosso, colonos luso-brasileiros, comerciantes, padres, enfim, com uma rede de pessoas que agiam em território espanhol. No entanto, foi possível averiguar os passos, algumas rotas e envolvidos nesse intrincado comércio. Concomitante ao contrabando, havia fugas de escravos negros que viviam na capitania de Mato Grosso em direção aos povoados espanhóis. Rede de apoio ao tráfico de escravos na fronteira, foi combatida pela Coroa. Essas fugas foram registradas pelos comandantes dessas fortalezas, como também por outras autoridades da capitania. Soldados

desertavam dos estabelecimentos militares (fortalezas e destacamentos) situados no distrito do Mato Grosso em direção aos domínios espanhóis, quilombos e para outros povoados da América portuguesa. Fenômeno que não era somente observado em Mato Grosso, mas em outras capitanias que faziam fronteiras com o território espanhol.

A política de povoamento pensada pela Coroa, detalhadamente exposta nas Instruções repassadas aos governadores, não se tratava, como vimos, de ações somente voltadas para a capitania de Mato Grosso, mas foram direcionadas para diferentes partes do Império. As capitanias luso-brasileiras como Mato Grosso, Rio Grande de São Pedro e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, por possuírem fronteiras com os domínios espanhóis, a partir do reinado de D. José I, receberam atenção redobrada: povoar e militarizar essas áreas consistia em ações geopolíticas essenciais para a garantia, manter a soberania portuguesa na América do Sul.

O processo de demarcação dessas fronteiras era essencial para que a Coroa, definitivamente, incorporasse essas regiões ao seu Império. Processo esse que foi conturbado e, parcialmente, executado. No entanto, os eventos ocorridos no sul da América portuguesa, como os sucessivos conflitos entre colonos luso-brasileiros e espanhóis, em virtude da manutenção da colônia do Sacramento e da guerra Guaranítica, tiveram repercussões em Mato Grosso e no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Apesar de termos discutidos alguns desses aspectos, consideramos que cabe uma investigação mais pontual sobre as relações mantidas entre os padres jesuítas das missões do Uruguai, Paraguai e das Províncias de Moxos e Chiquitos, no estabelecimento de frentes de resistências às determinações das Coroas ibéricas em expulsá-los da América do Sul.

Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, consideramos que as Coroas ibéricas acabaram ratificando o que tinha sido determinado no Tratado de Madri referente à posse, à conquista das terras situadas no vale do Guaporé. No entanto, na prática, isso ocorreu de forma precária, pois *in loco*, as

bases político-administrativas para a fixação populacional, que seriam a criação de novos povoados (vilas, arraiais, fortificações, fazendas) na capitania de Mato Grosso constituiu-se em um processo bastante lento devido à falta de recursos financeiros e de habitantes. A política de concessão de privilégios, mercês, doação de sesmarias, enfim, da Coroa não foi suficiente para atrair população. Enquanto a mineração esteve em fase ascendente nas primeiras décadas do século XVIII, o vai-e-vem de colonos foi intenso. Com o refluxo da produção aurífera, os grupos sociais que detinham recursos investiram em atividades produtivas como a produção de gêneros alimentícios, pecuária e no comércio. A maioria da população composta por homens pobres e livres, escravos negros, mestiços, ameríndios “incorporados” a sociedade colonial mato-grossense se constituiriam no principal alicerce da Coroa para garantir a conquista dessa enorme espacialização. Os povoados criados 1778, como Vila Maria do Paraguai (que não era uma vila, mas um povoado formado por ameríndios espanhóis e por alguns luso-brasileiros), a Povoação de Albuquerque, depois, transformada em “Nova” Povoação de Albuquerque, e a criação de Casal Vasco (1789) eram antigos projetos da “administração pombalina” que somente foram possíveis de serem executados bem mais tarde. A crônica carência de recursos, em todos os sentidos, fez com o “projeto” colonizador português refluísse em alguns momentos, avançasse em outros. Para a Coroa, ônus maior dos investimentos econômicos caberia aos homens de negócios. A administração portuguesa tinha papel fundamental na condução das ações político-administrativas, pois homens “ilustres” pertencentes à nobreza seriam os seus tentáculos nesses sertões. No entanto, a sociedade que se formou na capitania de Mato Grosso, apresentou-se muito diferente da existente na “velha” portuguesa sociedade do Antigo Regime, dando um ritmo distinto às relações entre o poder instituído e às populações coloniais criadas nessas ambientes urbanos do século XVIII.

## FONTES

### 1) Fontes Manuscritas

**a) Annaes** do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719 – 1830 [Transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Foram consultados os Anais referentes ao período 1719-1777.

**b) Anais de Vila Bela:** 1734-1789. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Org.). Cuiabá, MT: Carlini e Caniatto; EdUFMT, 2006.

Foram consultados os Anais referentes ao período 1734-1780.

**c) Arquivo Ultramarino:** Projeto Resgate de Documentação História “Barão do Rio Branco”. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Mato Grosso (1720-1827). Cds utilizados durante a pesquisa 01, 02, 03, 04 e 05.

>1727, Março, 01. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 01, documento 08 Cd 01).

>1748, Janeiro, 29, Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D.João V sobre o regulamento dos novos governos das Minas de Goiás e da Vila de Cuiabá e sua criação. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 04, documento 223, Cd 02).

>Mapa geral de receita e despesas da Provedoria de Mato Grosso desde 1762 até 1771 (Projeto Resgate. AHU, Mato Grosso, documento 1006, caixa 16, Cd 03). Não há como descrever os gastos com a folha eclesiástica, se foram feitos com os padres das ordens regulares ou seculares, pois os valores apresentados traduzem, por ano, o montante de recursos gastos. Optamos, portanto, em apresentar os valores gerais das receitas e despesas existentes.

>1762, Setembro, 30. Ofício de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 11, documento 679, Cd 03).

>1763, Agosto, 16. Ofício de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Nossa Senhora da Conceição. (Projeto Resgate. Mato Grosso, caixa 12, documento 699, Cd 04).

>1765, Fevereiro, 11. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a construção de uma fortaleza no destacamento de Nossa Senhora da Conceição. Vila Bela. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 12, documento 732, Cd 04).

>1765, Fevereiro, 15, Vila Bela. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que envia mapas com que há de artilharia, armas, munições de guerra e pede 1500 espingardas e outras tantas catanas. (Projeto Resgate. Mato Grosso, caixa 12, documento 746. Cd 04).

>1765, Fevereiro, 13, Vila Bela. Carta de João Pedro da Câmara ao rei D. José I, em que informa o envio de relações e mapas sobre o estado e forças da capitania (Projeto Resgate, AHU. Caixa 12, doc. 29, Cd 04).

>1765, Outubro, 10. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a construção da fortaleza, as movimentações dos espanhóis e a dimensão de suas tropas. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 756, Cd 04).

>1765, Outubro, 10. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o estabelecimento de lavradores no

destacamento de Nossa Senhora da Conceição para o provimento de viveres. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 755, Cd 04).

>1766, Junho, 20, Nossa Senhora da Conceição. Ofício de João Pedro da Câmara a Mendonça Furtado, sobre medidas que tomou para repelir os castelhanos. Anexo: Mapa Geral da gente da terra. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 783, Cd 04).

>1766, Novembro, 17. Ofício de João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado Mendonça Furtado informando sobre a conclusão da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a chega de seis peças de artilharia que vieram do Grão Pará. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 787, Cd 04).

>1766, Novembro, 28. Ofício do governador João Pedro da Câmara ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que se informa sobre a chegada de um exército de castelhanos à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 13, documento 792, Cd 04).

>1767. Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos (População). Anexo: catálogo. Documento em espanhol. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1009, Cd 04).

>1769, junho, 20, Vila Bela. Ofício do governador Souza Coutinho ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com que envia mapas que descrevem o estado das tropas da capitania. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 14, documento 854, Cd 04).

>1771, Junho, 18, Vila Bela. Ofício de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro com que envia auto exame do Forte Bragança (Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 15, documento 935, Cd 04).

>1772, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Souza Coutinho ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro com que informa o parecer dos dois engenheiros do Grão-Pará e

Maranhão sobre o forte de Bragança. .(Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 975, Cd 04).

>1773, Janeiro. Mapa do Estado Civil da Povoação do Distrito do Forte de Bragança. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1015, Cd 04).

>1773, Maio, 25. Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre a promoção do comércio e da navegação cm o Grão-Pará e as feitorias que serão construídas. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1030, Cd 04).

>1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre o negócio de contrabando que convém a Coroa portuguesa. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1031, Cd 04).

>1773, Julho, 27. Ofício de Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, com que envia ao Marquês de Pombal, como inspetor geral do Real Erário, o mapa da receita e despesa anual da Capitania. Vila Bela. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1043, Cd 04).

>1773. Mapa Geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso, desde o descobrimento das minas até o fim de 1772 (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1054, Cd 04).

>1774, Fevereiro, 14. Rio Madeira, Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro sobre as novas determinações com que se deve regular o estabelecimento e construção de feitorias e fortalezas. (Projeto resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1064, Cd 04).

>1774, Setembro, 30. Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao Marques de Pombal informando sobre a construção da feitoria. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1088, Cd 04).

>1775, Janeiro, 28, Vila Bela. Portaria (cópia) do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres



fixando o preço dos produtos secos e molhados. Anexo: cópia da pauta (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1093).

>1775, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa que não tem cessado as diligências para promover o comércio com os espanhóis. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1096, Cd 04).

> [Post. a 1775, maio, 19]. Vila Bela. Requerimento de Sambucetti ao rei D. José I, em que pede para ser promovido ao posto de sargento-mor engenheiro. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso. Caixa 17, documento 1100, Cd 04).

>1775, Setembro, 02. Ofício Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, que informa sobre a expedição que seguiu da Vila do Cuiabá para o Fecho do Morro. Vila Bela. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 18, documento 1108, Cd 04).

>1776, Junho, 28, Forte Príncipe da Beira. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro que informa sobre o comércio de contrabando e sobre os dois espanhóis que chegaram à vila Bela com uma partida de 564 mulas e os problemas que surgiram. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 18, documento 1128, Cd 04).

>1777, Janeiro, 01, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao Marques de Pombal. Sobre a regulação das tarifas de bens e escassez do comércio com o Grão-Pará. (Projeto Resgate, AHU. Caixa 11, documento 1143, Cd 05).

>1777, Janeiro, 04, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao marques de Pombal sobre os dois contrabandistas espanhóis. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 18, documento 1145, Cd 05).

#### **d) Arquivo Público de Mato Grosso**

>APMT. Bando de 14 de Março de 1769. Vila Bela. Secretaria de Governo – 1767 – Livro Registro de cartas régias no Governo de D. Antônio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de Souza Coutinho. 1º reg. 16.06.1760. Último reg. 30.09.1767.197 pág. C-11.

>APMT. Carta de Antonio Ferreira Coelho, escrivão da Real Fazenda estabelecido no forte Bragança a Pereira e Cáceres, 24 de fevereiro de 1774. Fundo: Fazenda. Local: Forte Bragança. Documento número 30. Lata A.

>APMT. Carta de Sambucetti para Pereira e Cáceres, em 27 de abril de 1775. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva. Local: Forte da Conceição e das Obras

>APMT. Carta de Sambucetti para Pereira e Cáceres, 18 de junho de 1775. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva. Local: Forte da Conceição e das Obras

>APMT. Carta de Sambucetti de 06 de agosto de 1775 a Pereira e Cáceres. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva Local: Forte da Conceição, das obras

>APMT. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 31 de agosto de 1775. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva. Local: Forte da Conceição, das obras.

>APMT. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 14 de janeiro de 1776. Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva. Local: Forte da Conceição, das obras.

>APMT. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 10 de março de 1776, Fundo: Defesa. Grupo: Fortaleza. Série: Correspondência Passiva. Local: Forte da Conceição, das obras.

>APMT. 20 de junho de 1776. Auto de Fundação do Real Forte Príncipe da Beira. Fundo. Fundo. Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Lata A. Correspondência recebida.

>APMT. Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, em 07 de outubro de 1776. Local: forte Príncipe da Beira. Fundo: Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Lata A Série: Correspondência recebida. Local: Forte da Conceição, das obras.

>APMT. Detalhes da Planta: confecção de pedras para as muralhas do forte Príncipe da Beira, Outubro de 1776. Local Forte Príncipe da Beira. Fundo Governadoria. Grupo: Secretaria de Governo. Série: Correspondência Passiva.

APMT. Carta do comandante do forte Bragança, Cardoso da Cunha a Pereira e Cáceres, 06 de março de 1776. Fundo: Defesa. Forte Bragança. 1776, documento 143. Lata A.

>APMT. Carta do comandante Cardoso da Cunha a Pereira e Cáceres, 10 de março de 1776. Fundo: Defesa. Local. Forte Bragança, documento número 119.

>APMT. Carta do comandante Cardoso da Cunha a Pereira e Cáceres, 13 de dezembro de 1776. Fundo: Defesa. Local. Forte Bragança, documento número 131. Lata A.

**Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação, Informação Histórica Regional/Arquivo Ultramarino.**

**Coleção Documentos Ibéricos. Série: Capitães-Generais, V. 3 e 4.**

MOURA, Antonio Rolim de. **Correspondências**. Volume 3. Cuiabá: Imprensa Universitária, PROEDI, 1983.

> Carta de Rolim de Moura ao rei D. José I em 24 de janeiro de 1755, documento 043

> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 26 de junho de 1755, documento 073.

> Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado em 26 de junho de 1756, documento 074.

> Carta de Rolim de Moura ao rei D. José I em 20 de fevereiro de 1757, documento 087.

> Carta de Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real em 20 de março de 1757, documento 090.

> Carta de Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real em 05 de abril de 1757, documento 091.

- > Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1757, documento 106.
- > Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado em 15 de novembro de 1758, documento 111.
- > Carta de Rolim de Moura a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1758, documento 129.
- > Carta de Rolim de Moura a Corte Real em 23 de dezembro de 1758, documento.
- > Fugas de Escravos, Documentos 4321 e 4325, Microficha 359, 1789.

Fontes extraídas da obra de MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai**. Primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

- > Instrução da rainha D. Maria Ana de Áustria para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749.
- > Instrução de Diogo de Mendonça Corte Real para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Lisboa, 31 de maio de 1751.
- > Instrução do Rei, D. José I, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Lisboa, 30 de abril de 1753.
- > Carta (Instrução) de Sebastião José de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrade. Lisboa, 21 de setembro de 1751.
- > Diário de Viagem de D. Antonio Rolim de Moura Tavares. Cuiabá, 17 de janeiro de 1751.
- > Instrução de Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro de 1772.
- > Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 1º de abril de 1776. Forte da Conceição, das obras.

Fontes consultadas na obra organizada por FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma sociologia da Biografia**. Cuiabá, MT: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

- > Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, de 23 de maio de 1775.
- > Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, em 13 de junho de 1775.
- > Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres, 08 de outubro de 1776.
- > Carta de Sambucetti ao Ouvidor da capitania de Mato Grosso Manoel Pedro de Abreu Roballo, em 06 de novembro de 1776.
- > Carta de Sambucetti a Pereira e Cáceres em 08 de janeiro de 1777.

#### **Fontes Avulsas**

- > Breve Notícia – que dá o capitão Antonio Pires de Campos. In: TAUNAY, Afonso de E. **Relatos Sertanistas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p.179.
- > Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU/NDHIR/UFMT. Micro Ficha 183, doc. 2701 Apud SILVA, op.cit., p. 114.
- > Translado de outro Alvará de Sua Majestade, que Deus guarde, sobre o resgate. Apud. ALMEIDA, op. cit., p. 42.
- > Termo que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas Minas do Cuiabá. 06/11/1720. Apud Afonso de E. Taunay. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Edição do Museu Paulista, 1949, p. 16. (Tomo X)
- > Petição de 1775 sobre os acontecimentos ocorridos com navios estrangeiros em Cacheu e Bissau. AHMF-CGGPM. Registro de Exposições da Companhia. XV/R/26, fls. 8-11. Apud CARRERA, Antonio. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional, 1988, pp. 276-277.
- > VELLOZO, D. Architectura militar ou fortificação moderna, 1743, fol. 17 v-18. Apud. BUENO. Beatriz P. S. **Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares**. Lisboa 2000.

### **Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)**

- > LEVERGER, Augusto. **Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001.
- > PEREIRA, João Gonçalves. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo** e as Missões Jesuíticas de Moxos. Cuiabá, MT: IHGMT, Publicações avulsas nº 39, 2001.
- > ROHAN-Beaurepaire Henrique. **Anais de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: IHGMT, Publicações Avulsas, nº 20, 2001.

### **Bibliografia (livros e artigos)**

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**, ABREU, Marta; SOIHET Rachel (Org.). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos Índios: Um Projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora UNB, 1997.
- ASSIS, Edvaldo. **Cuiabá Colonial: Povoamento e Sociedade**. Cuiabá: Ed. Barros, 1998, pp. 20.
- AVELAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa do Brasil**. São Paulo: D.A.S.P – Serviço de Documentação, 1956.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. **Os Jesuítas e seus sucessores – Mojos e Chiquitos (1767-1830)**. Revista de História. USP. Boletim nº LI.
- BAKLLONG-WEN-MEWUDA.J, Bato´Ora. A Fortaleza de São Jorge da Mina. In: **Fortalezas da Expansão Portuguesa**. Revista Oceanos, nº 28, Outubro/Dezembro. Lisboa: Bertrand, 1996.
- BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões: política indígena no Brasil**. São Paulo: Loyola 1983.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade do Ouro do Brasil** (Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Império Marítimo Português. 1415-1825**. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Augusto Pereira. O Oriente. In: MOREIRA, Rafael. (Dir.) **Portugal no Mundo**. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 2005.

BUENO, Beatriz P. S. Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares: a Importância da "Ciência do Desenho" na Construção de Edifícios e Cidades. Urbanismo 4 de origem portuguesa. Comunicação apresentada no Colóquio "**A Construção do Brasil Urbano**", Convento da Arrábida - Lisboa 2000, Disponível na Internet:

CABRAL, Oswaldo R. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia**, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972

CAETANO, Marcello. As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar; o novo espírito em que são concebidas. **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa: Atica, 1937-1940; v. 3.

CANAVARROS, Otávio, **O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: Editora UFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. **Imagens dos Índios Paresi no Espelho do Colonizador (1719-1757)**. In: Territórios e Fronteiras. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, v. 4. n. 1, jan./jun..2003.

CARDOSO, Alírio Cardozo; CHAMBOULEYRON, Rafael. Fronteiras da Cristandade: Relatos Jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). In: **Os**

**Senhores do Rio:** Amazônia, Margens e História. PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2003.

CARRERA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão:** o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Escravidão em Zona de Fronteira. Resistência Escrava em Mato Grosso (século XVIII). In: **Fronteira, Memória e Linguagem**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande: Fundação Julio Campos, 2004.

CORTESÃO, **Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos** (1750-1802). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional: Divisão de Publicações e Divulgação, 1969.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente:** o pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos: 1999.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. In: **História: Questões e Debates:** Império Português: Ciência, Poder e Sociedade. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v.19, n. 36, jan./jun. 2002

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVIII). In: **Modo de Governar:** idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). São Paulo: Alameda, 2005.

DELSON, Roberta Max. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia:** Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto, Brasília: Ed. ALFA-CIORD, 1997.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão** (1755-1778). Volume 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.



DOMINGUES, Ângela. Para **um melhor conhecimento dos domínios coloniais**: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 23-38, 2001, p. 827. Disponível na Internet: <http://www.scielo.br/scielo>

FARIA, Miguel. Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites. In: **Revista Oceanos** nº 28, outubro/dezembro de 1996. Fortalezas da Expansão Portuguesa.

FERRAZ, Antônio Leôncio Pereira. **Memória sobre as Fortificações de Mato Grosso** (Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

FIGUEROA, José de Mesa, et al. **História de Bolívia**. La Paz: Editorial Gisbert e Cia, 2001.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O Diretório dos Índios** do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. Vitória da Conquista: Revista Politéria. História e Sociedade. v. 2. n.1. 2002.

\_\_\_\_\_. Landi e o século XVIII na Amazônia: Vilas Pombalinas.

FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais**. As Minas Setecentistas. 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura**: Acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma sociologia da Biografia**. Cuiabá, MT: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

**FRONTEIRAS**: Paisagens, Personagens, identidades. GUUTIÉRREZ; NAXARA, Márcia C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Orgs.) Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'água, 2003.

GIL, Thiago. "O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias". Comunicação apresentada no **V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História das Empresas**. Caxambu, Minas Gerais, 2003. Disponível na Internet: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html>.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**: Governo e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e Argentina. V. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos**: Mocambos, Quilombos e Comunidades de Fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, Poder político e administração na formação do complexo português (1645-1808). In: **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XV-XVIII). FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos. Conferência proferida na sessão de abertura do Colóquio “**O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**”, org. pelo CHAM-FCSH-UNL/IICT, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. António Manuel. **Estrutura Político-administrativa no Império Português**. Disponível na Internet: [www.hespanha.net](http://www.hespanha.net).

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA. **América Latina Colonial**. Vol. 2. Tradução Mary Amazonas Leme de Barros e Magda.Lopes; BETHELL, Leslie;

São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.  
\_\_\_\_\_. **Caminhos e Fronteira**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque (dir) **A época colonial**: administração, economia e sociedade. 10ª edição Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

JESUS, Nauk Maria de. A Guerra Justa contra os Paiaguá (1ª metade do século XVIII). Dourados: UFGD, Jul/Dez 2007. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, UFGD, Jul/Dez. 2007, p. 3. Disponível em: <http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br>.

QUEIRÓZ, Jonas Marçal de; GOMES, Flávio. **Amazônia, fronteiras e identidades**: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas - séculos XVIII-XIX). In Revista Lusotopie 2002/1, pp.05-07. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf>>.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas**: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEMO, Carlos. O Brasil. In: MOREIRA, Rafael. Arquitectura militar do Renascimento. In: MOREIRA, Rafael (Dir.). **Portugal no Mundo**. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 2005.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá: UFMR/Imprensa Universitária; PROEDI, 1982.

LEVERGER, Augusto. **Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras**: Da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/liafront.pdf>>.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: **Revista de Antropologia**, USP, V. 40, nº 2, 1997, p. 19. Disponível em: [www.fflch.usp.br/da/conteudo.html](http://www.fflch.usp.br/da/conteudo.html).

MANDRINI, Raul J. & ORTELLI, Sara. Uma Frontera Permeable. Los indígenas pampeanos y El mundo rioplatense em siglo XVIII. In: **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Horacio Gutiérrez, Márcia R. C. Naxara, Maria Aparecida de S. Lopes (Orgs.). Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'água, 2003.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**. Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MELLO, Cristiane de Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as Relações Militares e Política na América Portuguesa. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, ano 24. n. 45, jul./dez. 2006.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. As Juntas das Missões Ultramarinas na América portuguesa (1681-1757). In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. Disponível na Internet no site [www.ufpr.br/cedope](http://www.ufpr.br/cedope). Acessado em setembro de 2004.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **A Amazônia na era pombalina**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da Fronteira**: Rio Guaporé, Século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: **Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Rafael. Arquitectura militar do Renascimento. In: MOREIRA, Rafael (Dir.). **Portugal no Mundo**. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 2005.

NAZZARI, Muriel, Da Escravidão a Liberdade: A transição de Índio administrado para vassalo independente em São Paulo Colonial. In: **Brasil: Colonização e Escravidão**. Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808), 6ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

NOVAIS, Fernando Antonio (Dir.) **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e a vida privada na América portuguesa. Laura de Melo e Souza (Org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS: A Dinâmica Imperial Portuguesa** (séculos XVI-XVIII). FRAGOSO José; BICALHO, Maria Fernando; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PEREIRA, João Gonçalves. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo** e as Missões Jesuíticas de Moxos. Cuiabá, MT: IHGMT, Publicações avulsas n° 39, 2001.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Cortesias, civilidade, urbanidade**: conversando com Norbert Elias sobre a conformação do espaço e das sociabilidades na cidade medieval portuguesa. In: **Revista História: questões & debates**, v. 1, n. 1. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 1980.

PEREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri. In: **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, n° 37, jan/jun 2007.

PIJNING Ernst, Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 21, n. 42, São Paulo, 2001. Disponível na Internet: <http://www.scielo.br/scielo>.

PINTO, Virgílio Noya. **O Ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

**PORTUGAL NO MUNDO**: História das Fortificações Portuguesas no Mundo. MOREIRA, Rafael (Dir.). Lisboa, Portugal: Publicação ALFA.

PRADO, Fabrício. **Colônia do Sacramento**: O extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRESSOTI, Marta Tereza. **A conquista dos sertões do Cuiabá** e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a “guerra justa” aos Paiaguá (1719-1748). Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/TMPresotti>.

QUEIRÓZ, Jonas Marçal de; GOMES, Flávio. **Amazônia, fronteiras e identidades**: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas - séculos XVIII-XIX). In: *Revista Lusotopie* 2002/1, pp.05-07. Disponível <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVEL, Jacques. Os Usos da Civilidade. In: **História da Vida Privada**: Da Renascença ao Século das Luzes. V. 03. CHARTIER, Roger (Org.). Tradução Hildegard Feisr. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 1764.

\_\_\_\_\_. Jacques. Microanálise e a construção do social. In: **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise. RAVEL, Jacques (Org.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os Tratados de Limites. In: **A Época Colonial**: Do descobrimento à Expansão Territorial. HOLANDA, Sergio Buarque de. (dir.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

**RELATOS DE FRONTEIRAS:** Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX. GOMES, Flávio dos Santos; QUEIRÓZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (Org.). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais.** As Minas Setecentistas. V. 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007,

RODRIGUES, Maria Eugênia. Cipaios da Índia ou Soldado da Terra? Dilemas da Naturalização do Exército Português em Moçambique no século XVIII. In: **Homens e Armas no Império Português.** História: Questões e Debates n. 45. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2006.

ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais.** As Minas Setecentistas. 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007.

ROSA, Carlos Alberto. O Urbano colonial na terra da conquista. In: **A Terra da Conquista.** História de Mato Grosso colonial. ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). Cuiabá: Editora Adriana, 2003.

\_\_\_\_\_. “Mínima História dos Anais”. In: **Annaes** do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719 – 1830 [Transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa. In: **Os Senhores do Rio:** Amazônia, Margens e História. PRIORE, Mary Del Priore; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2003.

\_\_\_\_\_. Remedios contra la pobreza. **Trabajo Indígena y Producción de Riqueza en La Amazonia Portuguesa,** Siglo XVIII. Bogotá,

Colômbia: Fronteras de la História n° 009. Instituto Colombiano de Antropologia e História, ICANH. Disponível na Internet: <http://www.icanh.gov.co/secciones/publicaciones>.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII. In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. Cd room.

SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1850. In: **História da América Latina. América Latina Colonial**. Volume 1. BETHEL, Leslie. (Org.) Tradução Maria Clara Cescato. 2ª edição. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de Cores** (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso). Cuiabá: Editora da UFMT, 1985.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)**. Tese de concurso para docência livre, apresentada à Cadeira de História da Civilização Moderna Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em agosto de 1960. 1º e 2º volumes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

SIQUEIRA, Elizabeth. **Os Índios Paresi na História de Mato Grosso**. Cuiabá: RIHGMT, tomos CXXXVII – CXXXVIII, 1992.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da Ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2002.



SOUZA, Laura de Melo e. **Norma e Conflito**. Aspectos da História de Minas no Século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Sol e a Sombra**: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência: A Vida Cotidiana nos Caminhos, Nas Fronteiras e nas Fortificações. SOUZA, Laura de Melo e. (Org.) **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Edição do Museu Paulista, 1949.

\_\_\_\_\_. **Relatos Sertanistas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

TEIXEIRA, Álvaro Soares. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

TOLEDO, Benedito Lima de. A Ação dos Engenheiros Militares na Ordenação do espaço Urbano no Brasil. Comunicação apresentada no Colóquio “**A Construção do Brasil Urbano**”. Convento de Arrábida – Lisboa, 2000. Disponível na Internet: <http://urban.iscte.pt/revista/numero4/default.htm>.

VALA, Margarida. A formação Teórica dos Engenheiros Militares. Comunicação apresentada no Colóquio “**A Construção do Brasil Urbano**”. Convento de Arrábida – Lisboa, 2000. Disponível na Internet: <http://urban.iscte.pt/revista/numero4/default.htm>.

\_\_\_\_\_. O Papel dos Arquitectos e Engenheiros Militares na Transmissão das Formas Urbanas Portuguesas. Comunicação apresentada no **IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível na Internet: <http://urban.iscte.pt/revista/numero1/margarida.htm>. Acesso: 22 de outubro de 2005.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A Conquista da Terra no Universo da Pobreza**. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987.

WAGNER, Ana Paula. O Império Ultramarino Português e o recenseamento de seus súditos na segunda metade do século XVIII. In: **VIª Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações**. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon (Ed.). Aos Quatro Ventos, CEDOPE, 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Problemáticas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos** em termo de um conceito. Maringá, Pr. Professora do Departamento de História/UEM, s/d. Texto inédito.

#### **Teses, Dissertações e Monografias**

ALENCAR, Luzinéia Guimarães. **Misturando sabores: a alimentação na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1808)**. Cuiabá. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>.

ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **Formação do mercado interno em Mato Grosso**. São Paulo. 1987. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica.

BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798**. Cuiabá. 2007. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso, p.30. Disponível em: <http://www.ppghis.com> .

CAMILO, Janaina Valério Pinto. **Homens e Pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Campinas, SP. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Escravidão, Fronteira e Liberdade** (Resistência Escrava em Mato Grosso, 1752-1850). Salvador. 2000. Dissertação (Mestrado

em História) Universidade Federal da Bahia. Disponível em: [http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Escravidao\\_Fronteira\\_E\\_Liberdade.pdf](http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Escravidao_Fronteira_E_Liberdade.pdf).

COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar**: Um Estudo sobre a Experiência Portuguesa na América A Partir da Colônia: O Caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo. 2005. Tese (Doutoramento em História). Universidade de São Paulo. Disponível na Internet: <http://www.teses.usp.br/teses/>

DORÉ, Andréa Carla. **Império Sitiado**: as fortalezas portuguesas nas Índias (1498-1622). Niterói, RJ. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)**. Cuiabá, MT. 2003. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

FERREIRA, Isabella Fagundes Braga. **Territorialidades de um império**: a Amazônia colonial 1751-1759). Dissertação (Mestrado em História). Brasília, UNB, 2002.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e Negócio na “Era dos Impérios”**: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Campinas. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas

GARCIA, Romyr Conde **Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial**. São Paulo. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

INOUI, Regiane Cristina. **Sobre o vestuário e suas representações** na Vila Real do Senhor Boa Jesus do Cuiabá (1727--1818). Cuiabá. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e doenças:** práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808). Cuiabá. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

JESUS, Nauk Maria de. **Na Trama dos conflitos.** A Administração na Fronteira Oeste da América Portuguesa (1719-1778) Niterói. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

MORAES, Maria de Fátima Lima de. **Vila Maria do Paraguai:** um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste: 1778-1801. Cuiabá, MT. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

OLIVEIRA, Edevamilton de Lima. **A Povoação Regular de Casal Vasco** e a Fronteira Oeste do Brasil Colonial – 1783 – 1802. Cuiabá. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

OLIVEIRA, Tiago Kramer. Ruralidade na "**Terra da Conquista**": Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750). Cuiabá. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra:** a vida na Colônia de Sacramento (1715-1735) São Paulo. 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo.

PRESSOTI, Thereza Marta. **O novo descobrimento dos sertões e minas do Cuiabá:** a mentalidade da conquista. Brasília. 1996. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília.

REIS, Rosangela Aparecida de Souza Reis. "**Nova Povoação de Albuquerque**": estratégia de conquista na fronteira oeste da América Portuguesa (1778 – 1800). Cuiabá. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá**. Vida Urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808. São Paulo. 1996. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Para viverem juntos em Povoações bem estabelecidas**: um estudo sobre a política urbanista pombalina. Curitiba. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná.

SILVA, João Bosco da. **Vila Bela á época de Luis de Albuquerque** (1772-1789). Cuiabá 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

UESSLER, Cláudia de Oliveira. **Sítios Arqueológicos de Assentamentos Fortificados** Ibero-Americanos na Região Platina Oriental. Porto Alegre, RGS, 2006. Tese (Doutoramento em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

### **Obras de Referência**

**Fiscais e Meirinhos**: A administração do Brasil Colonial. 2ª edição. SALGADO, Graça (Coord.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

**Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

**Dicionário Histórico** das Minas Gerais: Período Colonial. 2ª edição. ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

**Dicionário Histórico** Brasil Colônia e Império. BOTELHO, Ângela Viana; REIS, Liana Maria. 5ª edição: Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2006.

